



**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA  
FACULDADE DE COMUNICAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO**

**O JORNALISMO DE GUERRA DE EUCLIDES DA CUNHA:  
As mudanças paradigmáticas e os meios impressos de comunicação.**

**Vítor de Abreu Corrêa**

**Brasília/DF**

**2020**

**Vítor de Abreu Corrêa**

**O JORNALISMO DE GUERRA DE EUCLIDES DA CUNHA:  
As mudanças paradigmáticas e os meios impressos de comunicação.**

Tese apresentada à Banca Examinadora da Universidade de Brasília, como exigência parcial para a obtenção de Grau de Doutor em Comunicação – Área de Jornalismo e Sociedade, sob orientação da Profa. Dra. Maria Jandyra Cavalcanti-Cunha.

**Brasília/DF**

**2020**

**Vítor de Abreu Corrêa**

**O JORNALISMO DE GUERRA DE EUCLIDES DA CUNHA:  
As mudanças paradigmáticas e os meios impressos de comunicação.**

Tese apresentada à Banca Examinadora da Universidade de Brasília, como exigência parcial para a obtenção de Grau de Doutor em Comunicação – Área de Jornalismo e Sociedade, sob orientação da Profa. Dra. Maria Jandyra Cavalcanti-Cunha.

**Banca Examinadora:**

---

Profa. Dra. Maria Jandyra Cavalcanti Cunha (FAC/UnB) – Presidente

---

Prof. Dr. Manoel Henrique Tavares Moreira (UniCeub)

---

Profa. Dra. Elga Pérez Laborde (IL/UnB)

---

Profa. Dra. Dione Oliveira Moura (FAC/UnB)

---

Prof. Dr. Paulo Roberto Assis Paniago (FAC/UnB)

---

Profa. Dra. Célia Ladeira Mota (FAC/UnB)

**Brasília/DF**

**2020**

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço à minha orientadora, Jandyra, pelos ensinamentos em mais de 10 anos de jornada, que resultaram nesta pesquisa. ‘Mãe acadêmica’, não chegaria aqui sem ti...

Agradeço à minha família pelo amor e carinho, especialmente à minha esposa, Ana, e à minha filha, Alice, pelo convívio paciente em horas intermináveis de estudo.

Agradeço à minha irmã, Camila, pelo apoio incondicional.

Agradeço aos meus pais, Leila e Moysés, e aos meus irmãos, Daniel e Gabriel, pelo incentivo de sempre.

Agradeço a todos que contribuíram direta ou indiretamente para a realização deste estudo, essencialmente aos professores a quem devo a pessoa que sou, do primário e secundário (em São Paulo e em Brasília) à universidade (no UniCeub e na UnB).

Agradeço ainda às minhas experiências fora da academia que talharam o profissional de espírito público que me tornei.

*“Aquela campanha lembra um refluxo para o passado.  
E foi, na significação integral da palavra, um crime. Denunciemo-lo.”  
Nota à 1ª edição de Os sertões (1902) – Euclides da Cunha.*

*“Não tive o intuito de defender os sertanejos porque este livro não é um livro de  
defesa;  
é, infelizmente, um livro de ataque.”  
Nota à 2ª edição de Os sertões (1903) – Euclides da Cunha.*

## RESUMO

O objeto de pesquisa desta tese de doutorado é a contribuição de Euclides da Cunha (1866-1909) para o jornalismo nos discursos veiculados em reportagens publicadas no jornal *O Estado de S. Paulo* entre agosto e outubro de 1897 e, mais tarde, na narrativa do livro *Os sertões*, originalmente editado em 1902. O *corpus* do trabalho foi extraído (i) das anotações no diário mantido por Cunha enquanto correspondente de guerra para o jornal paulista, que foram reunidas no livro *Diário de uma expedição* (2000), e (ii) de seu relato da guerra de Canudos publicado em *Os sertões* (2016), escrito após a sua cobertura *in loco* no interior da Bahia. A análise dos textos está fundamentada em duas variáveis teóricas: (1) o estudo de Luiz Cláudio Martino (2016; 1997) sobre as funções dos meios de comunicação, enfocando as diferenças entre registros da atualidade (o jornal) e de memória (o livro); e (2) a perspectiva de Jean Charron e Jean de Bonville (2016) sobre a natureza e as transformações do jornalismo ao longo do tempo, considerando as mutações paradigmáticas e o diálogo texto/contexto. Os resultados da pesquisa mostraram que: (a) a periodização da imprensa permitiu que a Guerra de Canudos fosse vista como um dos fatos mais relevantes da história brasileira e sua especificidade em livro transformasse *Os sertões* no clássico pelo qual passou a ser considerado; (b) embora sob a vigência do ‘jornalismo de opinião’, nota-se inovações discursivas no trabalho jornalístico de Euclides da Cunha (imprensa e livro); (c) o livro esteve mais próximo do ‘jornalismo de informação’ em razão das inovações em matéria de ‘produção’, ‘coleta’ e formatação’, tripé básico do jornalismo, do que a própria correspondência de guerra, realizada *in loco* e de caráter testemunhal; (d) *Os sertões* antecipa regras jornalísticas (de produção, coleta e formatação) que seriam comuns mais adiante, aproximando-se do conceito de livro-reportagem.

**Palavras-chave:** Jornalismo de guerra. Meio de comunicação. Transformação do jornalismo. Correspondência de guerra. Livro-reportagem.

## ABSTRACT

The research aim of this PhD dissertation is the contribution of Euclides da Cunha (1866-1909) to journalism in the speeches conveyed in the reportages published in the newspaper *O Estado de S. Paulo* between August and October 1897 and, later, in the narrative of the book *Os sertões (Backlands: the Canudos campaign)* which was originally edited in 1902. The research corpus was extracted from (i) the notes of a diary kept by Cunha while a war correspondent to the newspaper from São Paulo, which are gathered in the book *Diário de uma expedição* (2000), and (ii) his account of the Canudos war in the book *Os sertões* (2016), written after his *in-loco* coverage inland the state of Bahia. The analysis of the texts is based on two theoretical variables: (1) the study by Luiz Cláudio Martino (2016; 1997) about the functions of the media, focusing on the differences between current records (the newspaper) and memory (the book) ; and (2) the perspective of Jean Charron and Jean de Bonville (2016) on the nature and transformations of journalism over time, considering paradigmatic changes and text–context dialogue. The survey results showed that: (a) the periodization of the press allowed the Canudos war to be seen as one of the most relevant facts in Brazilian history, and that its specificity in book transformed *Os sertões* into the classic for which it came to be considered; (b) though under the so called “journalism of opinion”, there are discursive innovations in the journalistic work of Euclides da Cunha (press and book); (c) the book was closer to the “information journalism” than the actual on-the-spot correspondence of war based in testimonial character; and (d) *Os sertões* anticipates journalistic rules ( production, collection and formatting) that would be common later on and it may be characterized as a book-report.

**Keywords:** War journalism. Media, transformation of journalism. War correspondence. Book-report.

## RÉSUMÉ

L'objet de recherche de cette thèse de doctorat est la contribution d'Euclides da Cunha (1866-1909) au journalisme, dans les discours publiés comme reportages dans le journal *O Estado de S. Paulo*, d'août à octobre 1897, et après dans le livre *Os sertões* (2016), édité à l'origine en 1902. Le corpus de ce travail a été pris (i) des notes dans le journal de bord de Cunha en tant que correspondant de guerre au journal de São Paulo, recueillies dans le livre *Diário de uma expedição*, et (ii) de son récit de la guerre de Canudos, publié dans *Os sertões* (2016), écrit après sa couverture médiatique sur place (*in loco*) dans la campagne de Bahia. L'analyse des textes est fondée sur deux schémas théoriques: (1) l'étude de Luiz Cláudio Martino (2016; 1997) à propos des fonctions des médias, qui met en évidence les différences entre les registres de l'actualité (le journal) et de mémoire (le livre); et (2) l'approche de Jean Charron et Jean de Bonville (2016) concernant la nature et les transformations du journalisme tout au long du temps, en prenant en compte les mutations paradigmatiques et le dialogue texte/contexte. Les résultats de la recherche ont montré que: (a) La périodisation de la presse a permis que la Guerre de Canudos soit vue comme l'un des événements les plus importants de l'histoire brésilienne et que sa spécificité en livre ait provoqué la transformation de *Os sertões* en un classique de référence; (b) Même sous influence du 'journalisme d'opinion', on aperçoit des innovations discursives dans l'oeuvre journalistique d'Euclides da Cunha (presse et livre); (c) Le livre s'approche plus du 'journalisme d'information' que de la correspondance de guerre réalisée sur place (*in loco*) et d'aspect de témoignage, en raison des innovations par rapport à la 'production', à la 'collecte des données' et au 'formatage', les trois éléments de base du journalisme ; (d) *Os sertões* anticipe des règles journalistiques (de production, collecte des données et formatage) qui ne seraient courantes que plus tard et elles encadrent également le format de livre-reportage.

**Mots-clés:** Journalismes de guerre. Médias. Transformations du journalisme. Correspondance de guerre. Livre-reportage.



## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 1</b> – Listagem das disciplinas cursadas .....	13
<b>Quadro 2</b> – Esquema ilustrativo do ciclo de ‘mudança normal’ no jornalismo .....	38
<b>Quadro 3</b> – Esquema ilustrativo do ciclo da ‘crise paradigmática’ no jornalismo .....	39
<b>Quadro 4</b> – Versão nº 1 do sumário desta pesquisa .....	52
<b>Quadro 5</b> – Versão nº 2 do sumário desta pesquisa .....	53
<b>Quadro 6</b> – Aplicação de critérios para definição do <i>corpus</i> da pesquisa .....	54
<b>Quadro 7</b> – Exportações brasileiras ao longo do século XIX .....	82
<b>Quadro 8</b> – A guerra dos antagonismos .....	105
<b>Quadro 9</b> – Cobertura de correspondentes de oito jornais na Guerra de Canudos .....	111

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1</b> – Parâmetros constitutivos da problemática, a partir do método analítico de Charron e Bonville (2016). A perspectiva contempla o nível micro, P <sub>1</sub> (texto jornalístico), até o macro, P <sub>2</sub> (economia) .....	40
<b>Figura 2</b> – O impresso <i>Preciso</i> , datado de 1817, apoiava a Revolução Pernambucana .....	61
<b>Figura 3</b> – Capas de <i>Realidade</i> e da 1ª edição de <i>O gosto da guerra</i> .....	66
<b>Figura 4</b> – As capas do <i>Jornal do Brasil</i> e de <i>Veja</i> reportando o golpe militar no Chile, em 1973, e uma das capas da <i>Folha de S. Paulo</i> retratando a violenta ofensiva do PCC em São Paulo, em 2006 .....	73
<b>Figura 5</b> – <i>Extra</i> , de 16 de agosto de 2017, que anuncia a criação da editoria <i>Guerra do Rio</i> .....	76
<b>Figura 6</b> – Capa da edição do <i>Jornal do Brasil</i> , em alusão ao 6º ano do periódico, de 15 de novembro de 1900 .....	86
<b>Figura 7</b> – Euclides da Cunha pelos traços do pintor Candido Portinari .....	92
<b>Figura 8</b> – Capa do <i>Estadão</i> no qual destaca a reportagem de 1º de outubro de 1897, assinada por Euclides da Cunha .....	124
<b>Figura 9</b> – As páginas 2, 3 e 4 do <i>Estadão</i> , datado de 25 de outubro de 1897, recheadas de notas informativas/publicitárias e de anúncios. Na página 4, a publicação em fascículos de folhetins .....	126
<b>Figura 10</b> – A luxuosa edição de <i>Os sertões</i> , Ubu Editora, contém rica fortuna crítica .....	131
<b>Figura 11</b> – Histórica fotografia dos canudenses presos e, posteriormente, massacrados. A imprensa não noticiou, inclusive o <i>Estadão</i> , e <i>Os sertões</i> denunciou .....	156
<b>Figura 12</b> – Capa do <i>Estadão</i> de 1º de dezembro de 1902, data do lançamento do livro <i>Os sertões</i> .....	159

## SUMÁRIO

<b>APRESENTAÇÃO .....</b>	<b>12</b>
<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>16</b>
<b>1 ARCABOUÇO TEÓRICO/METODOLÓGICO .....</b>	<b>21</b>
<b>1.1 Arcabouço teórico.....</b>	<b>21</b>
1.1.1 Estudos sobre os meios de comunicação.....	22
1.1.2 Estudos sobre as mutações do jornalismo .....	34
<b>1.2 Procedimento metodológico: pesquisa bibliográfica .....</b>	<b>45</b>
<b>1.3 Critérios de seleção do <i>corpus</i>.....</b>	<b>51</b>
<b>2 COBERTURAS DE GUERRA NO BRASIL: BREVE TRAJETÓRIA .....</b>	<b>56</b>
<b>2.1 Relatos sobre guerras: antes do advento da imprensa.....</b>	<b>56</b>
<b>2.2 O início das coberturas e o <i>boom</i> do jornalismo de guerra .....</b>	<b>62</b>
2.2.1 Dilemas atuais do jornalismo brasileiro de guerra .....	68
<b>3 ANÁLISE DO <i>CORPUS</i> DA PESQUISA.....</b>	<b>78</b>
<b>3.1 O contexto.....</b>	<b>78</b>
3.1.1 Ambiente sociopolítico e midiático.....	79
3.1.2 Guerra de Canudos & Euclides da Cunha .....	91
<b>3.2 A cobertura para <i>O Estado de S. Paulo</i> .....</b>	<b>100</b>
3.2.1 A correspondência de guerra .....	100
3.2.2 O texto, o meio e a perspectiva histórica.....	109
<b>3.3 O livro sobre a Guerra de Canudos .....</b>	<b>128</b>
3.3.1 O livro-reportagem .....	128
3.3.2 O texto, o meio e a perspectiva histórica.....	147
<b>CONCLUSÃO.....</b>	<b>165</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>170</b>

## APRESENTAÇÃO

A experiência do doutorado transformou a vida deste pesquisador. As encruzilhadas do conhecimento, a superação dos obstáculos teóricos/metodológicos e os desafios permanentes da disciplina/persistência produziram angústia e desolação em muitos momentos, mas também infundável aprendizado e a certeza de que saiu mais capaz do que quando ingressou no curso em 2016. Ser doutorando é conviver com o isolamento, especialmente na fase de redação da tese, e saber que há um único ser a olhar por ti, no ambiente acadêmico, o orientador. Neste caso, orientadora: a professora Maria Jandyra Cavalcanti-Cunha, responsável por toda essa trajetória, desde seu início.

Há muitos nomes e situações que contribuíram para esculpir esse ainda breve caminho. No doutorado, entre 2016, ano de início no Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília (PPG-Com/FAC/UnB), e 2020, ano do agendamento da banca de avaliação da tese de doutoramento, passa-se pelo cursar das disciplinas, produção de artigos, participação em congressos, exame de qualificação, incontável tempo sozinho em bibliotecas, diversas reuniões de orientação. Em meio a tais compromissos, um bálsamo para tamanha dedicação apareceu a partir da experiência em sala de aula, como estudante aprendiz e como professor voluntário.

Em 2018, em parceria com a profa. dra. Flávia Rocha, este pesquisador lecionou três disciplinas na graduação em Jornalismo da FAC/UnB: no 1º semestre, *Oficina de Texto 1* e *Assessoria de Comunicação* e, no 2º, *Ética e Jornalismo*. A aplicação dos conhecimentos adquiridos na vida acadêmica e profissional trouxe a segurança de que todo o esforço de reclusão e ausência familiar valeu a pena. No ano anterior, em fase laboratorial, participou da disciplina de graduação *Jornalismo Literário*, ministrada pelo prof. dr. Paulo Paniago, na condição de aluno-estagiário (*Ensino Orientado 1*), para completar os créditos obrigatórios ao curso de doutoramento.

O **Quadro 1** apresenta o *rol* de disciplinas cursadas, com professores e ementas extraídas do site do PPG-Com/FAC/UnB (<http://ppgcom.fac.unb.br/>). Em *Metodologia de Pesquisa em Comunicação*, foi possível aprofundar o projeto apresentado na fase de seleção e estudar diferentes teóricos do conhecimento; em *Tópicos Especiais em Comunicação 6 (História da Comunicação)*, o reencontro com a estimulante proposta de observar a Comunicação a partir das funções dos meios de comunicação; em *Produção Orientada*, o

desenvolvimento de artigos em coautoria; e em *Seminário de Pesquisa 2*, o aperfeiçoamento para organização dos estudos (além de *Ensino Orientado 1*).

**Quadro 1 – Listagem das disciplinas cursadas**

<b>Semestre</b>	<b>Disciplina</b>	<b>Professor</b>	<b>Ementa</b>
1º/2016	<i>Metodologia de Pesquisa em Comunicação</i>	Ellen Geraldês	Seminário sobre perspectivas da pesquisa em comunicação em geral e particularmente no Brasil, enfocando métodos e técnicas avançadas, tais como: análise de conteúdo, análise semiológica, análise de redes, análise de interação, simulação, análise estrutural e institucional, escalas de atitudes.
2º/2016	<i>Tópicos Especiais em Comunicação 6 (História da Comunicação)</i>	Luiz Martino	Estudo avançado de perspectivas teórico e metodológico aplicadas a temas de estudo específicos, inseridos nas Linhas de Pesquisa, de forma a ecoar as pesquisas desenvolvidas pelos discentes, comparando pesquisas e buscando atualizações de perspectivas e alternativas metodológicas.
1º/2017	<i>Produção Orientada</i>	Jandyra Calvalcanti-Cunha	Elaboração de revisão de literatura e de estudo empírico em fase de finalização com fins de publicação. O plano do artigo. A finalização da pesquisa. Análise dos resultados. A preparação dos originais. As normas de produção do artigo científico. A submissão dos artigos.
1º/2017	<i>Seminário de Pesquisa 2</i>	Dione Moura	Aprofundamento do projeto de pesquisa, revisão da literatura especializada, exposição dos métodos e técnicas escolhidos pelo doutorando, apresentação da proposta de pesquisa. Debate teórico-metodológico entre docentes e discentes.
1º/2017	<i>Estágio Orientado 1</i>	Paulo Paniago	Exercício de atividade pedagógica em disciplina do curso de graduação em comunicação: planejamento e desenvolvimento

			de programa, envolvendo as aulas práticas e suas técnicas. Objetiva estimular capacidades didáticas, ampliar integração entre a pós-graduação e a graduação. Visa também possibilitar ao estudante uma abordagem prática de um dos campos de trabalho consequentes à formação pós-graduação, que é o ensino superior.
--	--	--	---

**Fonte:** elaborado pelo autor

Em paralelo às disciplinas, este pesquisador participou de congressos acadêmicos e submeteu artigos para publicação em periódicos científicos. Ambas as experiências aprimoraram e fortaleceram os estudos, com a oportunidade de expor a exame pressupostos e análises embrionárias da pesquisa em curso. Foram duas publicações: (1) o artigo “*Os sertões*”: *de correspondência de guerra a livro-reportagem*, na revista FSA, ISSN Impresso: 1806-6356; e (2) o capítulo *Uma história da correspondência de guerra no Brasil*, no livro *Perguntas ao objeto: inquietudes de pesquisadores de comunicação*, ISBN 978-85-93078-25-5, org. Ana Cristina de Araújo Rodrigues [et al.].

E quatro eventos acadêmicos, com publicações em anais: (1) *Correspondência de ‘guerra’ no Brasil: uma perspectiva histórica*, no XIV Congresso de la Asociación Latinoamericana de Investigadores de la Comunicación (Alaic), San José, Costa Rica; (2) *Atualidade e memória na correspondência de guerra: dicotomia ou complementariedade?*, no XIX Congresso de Ciências da Comunicação da Intercom na Região Centro-Oeste, Cuiabá, Mato Grosso; (3) “*Os sertões*”: *de correspondência de guerra a livro*, no XX Congresso Internacional de Humanidades, Brasília, Distrito Federal; e (4) *Periodismo como ‘rastros significante’ en la reconstrucción histórica*, no XIX Congresso Internacional de Humanidades, Santiago, Chile.

Um dos momentos mais especiais do doutoramento aconteceu em dezembro de 2017: formada pelos professores Luiz Martino e Paulo Paniago, além da orientadora Jandyra Calvalcanti-Cunha, a banca de qualificação durou cerca de 3 horas e estabeleceu um marco nos estudos até aquele instante. A pesquisa pôde contar com seletos grupo de leitores atentos que chamaram a atenção para caminhos teóricos/metodológicos até então inobservados, como questões ligadas ao ‘livro-reportagem’, às ‘transformações do jornalismo’, à ‘atualidade das

coberturas de guerra’, à ‘contextualização sociocultural’, entre outros. Foi necessário estabelecer novo rumo aos estudos.

E o redirecionamento estava em consonância com os estudos anteriormente realizados. No mestrado, a dissertação versou sobre *Os diários de Taunay e Euclides da Cunha. Um estudo sobre o início da correspondência de guerra no Brasil*<sup>1</sup>, defendida no âmbito do PPG-Com/FAC/UnB e orientada pela professora Jandyra<sup>2</sup>. Aliás, 14 dos 32 créditos exigidos para o doutorado foram cursados ainda no mestrado, entre 2010 e 2011, em três disciplinas: *Teorias da Comunicação* (prof. Luiz Martino), *Seminário de Pesquisa I* (profas. Tânia Montoro e Lavina Ribeiro) e *Processo Interpretativos da Comunicação* (profs. Luiz Gonzaga, Jandyra Cavalcanti-Cunha e Célia Ladeira)<sup>3</sup>.

Os quatro anos de graduação também guardaram coerência com a trajetória acadêmica que estava por vir. Entre 2002 e 2006, este pesquisador cursou Comunicação Social, habilitação Jornalismo, no Centro Universitário de Brasília (UniCeub). Neste período, teve acesso a clássicos jornalísticos de autores como John Hersey, Joel Silveira, Truman Capote e Gabriel Garcia Márquez e se apaixonou pela ‘arte da reportagem’, a partir da obra de Gay Talese e Fernando Morais. Como Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), apresentou a monografia *Testemunho e técnica no jornalismo literário: contribuição de John Reed*, orientada pelo professor Paulo Paniago.

A breve trajetória acadêmica, no entanto, foi entremeada de intensa atividade profissional no âmbito do jornalismo e fora dele. Entre o ingresso na graduação e este ano, quando defende a tese de doutoramento, se passaram 18 anos e mais da metade deles dividiu-se como aluno e como trabalhador. Esta dupla jornada amadureceu-o, exercendo funções marcantes, entre outras, repórter de publicações especiais no Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), secretário de Estado da Micro e Pequena Empresa e Economia Solidária do Distrito Federal (Sempes/DF) e consultor em comunicação do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud).

---

<sup>1</sup> A dissertação foi transformada em livro, em 2014, sob o título *Correspondência de guerra no Brasil*, pela editora Novas Edições Acadêmicas, ISBN 978-3-639-74364-7.

<sup>2</sup> A banca de avaliação da dissertação foi formada pelos professores Paulo Paniago e Elga Laborde, na condição de titulares, e Célia Ladeira, como suplente.

<sup>3</sup> Os dois créditos restantes foram completados, como aluno especial, em 2009, na disciplina *Tópicos Especiais em Comunicação 3 (Narrativas de guerra)*, ministrada pela professora Jandyra.

## INTRODUÇÃO

O repórter José Hamilton Ribeiro (2003:18) costuma dizer que guerra é ruim, mas guerra sem jornalista é pior, uma vez que, “sem a presença dessa testemunha às vezes incômoda”, “o homem fica liberado para ser a fera que o ser humano traz dentro de si. Haja horror!”. Assim, a sociedade fica sem o registro das atrocidades, diminuindo a reação quando de nova ocorrência. As guerras são ‘esquecidas’ também pela falta de repórteres para contá-las. “O jornalista, como o historiador, além de lembrar tem o dever de contar”, ensina outro repórter. “A memória da humanidade é um patrimônio de todos e de cada um de nós. [...] Todos precisamos lembrar”, enfatiza Luiz Cláudio Cunha (2013: 19).

Lembrar permanentemente a valorização da paz e a assombração da violência contra seres humanos, de qualquer origem e em qualquer situação, é tarefa difícil para o jornalismo. Na perecibilidade da imprensa, a não ser que a periodização perdure, logo a atualidade substitui um acontecimento por outro. Na durabilidade do livro, como meio de comunicação, tal lembrança aparenta desafio mais factível. Em nossa pesquisa, destacamos que o livro-reportagem precisa receber mais atenção da academia, pois pode libertar o jornalismo de muitas das amarras atuais e funcionar como um desaguadouro natural das reportagens que pouco aparecem na imprensa.

Uma das justificativas desta pesquisa é resgatar textos impressos de guerra e organizá-los para, de certa forma, contribuir para a construção de narrativa sobre a verdadeira ‘máquina de produção guerras’ que a humanidade se transformou, em especial o Brasil. Assim como a Guerra de Canudos, abordada neste trabalho, Cláudio Cunha não se permite esquecer e nem que esqueçam – e, por isso, segue perguntando e contando – sobre os horrores ocasionados pelo golpe militar brasileiro. *Todos temos que lembrar*<sup>4</sup>, com a devida perplexidade, as vidas ceifadas cruelmente, seja nos sertões da Bahia, entre 1896 e 1897, seja nos porões da tortura, entre 1964 e 1985.

Na fase do ‘jornalismo de comunicação’, o que mais as pessoas procuram é identificar o que de fato lhes interessam, separando o joio do trigo, em contexto no qual todos se comunicam e o emaranhando de dados é infundável. A velocidade da informação, impulsionada pelas novas tecnologias digitais, agravou a disputa jornalística pelo ‘quem deu primeiro’ a notícia, pouco importando a checagem e a validade do conteúdo. O recurso de

---

<sup>4</sup> *Todos temos que lembrar. A lição e a missão do jornalista*, organizado por Maria Jandyra Cavalcanti-Cunha, é título do livro que reúne os discursos da cerimônia de titulação de Notório Saber em Jornalismo da UnB dado a Luiz Cláudio Cunha, em 9 de maio de 2011.



“sujar a sola dos sapatos”, expressão cunhada pelo repórter estadunidense Gay Talese, dá ao jornalismo credibilidade em meio a um turbilhão de múltiplas mensagens, nem sempre sendo regra a veracidade e o interesse público.

O advento dos meios de comunicação serviu inicialmente como instrumento para a organização pública do estado e para transmissão de relatos sintéticos e importantes acerca dos pequenos negócios das economias locais. A partir da transição entre os regimes rurais para os urbanos – intensificados pela formação das sociedades (pós) industriais e a complexidade derivada disso –, os meios se transformaram em instrumento de informação para a efetiva organização social no tempo presente. Tornaram-se fundamentais para as pessoas se orientarem enquanto cidadãos. A vida deixava de ser comunitária e passava a ser regional e nacional e, nos últimos tempos, global.

A imprensa (e, mais tarde, também o rádio e a TV), ao organizar a vida em sociedade, elegeu o interesse público como prerrogativa mais marcante da noticiabilidade. A notícia passava a ser o elemento base do jornalismo, ligada na essência ao novo, às novidades do mundo, com relatos atualizados periodicamente em intervalos que dependiam do meio de comunicação pelo qual se dava o processo: um mês, uma semana, um dia, uma hora, um minuto, um segundo. E o jornalismo foi se transformando, ao longo do tempo, em fases sistematicamente marcadas pelo seu discurso manifesto, da rudimentar informação às múltiplas mídias.

No jornalismo de guerra, a evolução foi semelhante: no início, informava-se sobre o *front* somente quando o repórter voltava da zona de conflito; depois, passou-se a informar no decorrer dos acontecimentos, com relativo atraso; e, mais à frente, a comunicação em tempo real, simultaneamente aos combates. Em pequena ou grande escala, as pessoas iam dando sentido para aquelas violentas ocorrências. Contudo, um olhar atento para o desenvolvimento da prática no Brasil mostra uma preocupação com a produção jornalística testemunhal de guerra para além da atualidade. O livro, do século XIX ao XXI, tornou-se um meio de comunicação de uso frequente nas coberturas de guerra.

Assim, os relatos passaram, na tradição dos meios impressos, a serem revestidos de interesse para serem ‘guardados’ na memória, no suporte material durável das encadernações em livro, além de servirem para consumo na atualidade, pelas folhas perecíveis do jornal diário. O livro no jornalismo, posteriormente denominado por livro-reportagem, se transformou em elemento quase ‘obrigatório’, seja no século XIX, quando a imprensa ainda tinha pouquíssimos leitores, seja no século XXI, quando a instantaneidade da informação

parece ser a força aglutinadora para a vida em comunidade. Na mesma toada, o jornalismo seguia sofrendo transformações e mutações...

Tais mudanças – ‘conjunturais ou estruturais’ – eram caracterizadas pelo impacto que possuíam sobre o discurso jornalístico, independente do meio de comunicação pelo qual se expressava e em que pese suas funções diversas. Por sua vez, essa discursividade era reflexo das modificações em curso na própria sociedade. O jornalismo de guerra foi, em verdade, se adequando às mudanças e permanências do contexto político-econômico das épocas históricas, no geral, e do jornalismo praticado, em particular, de tal modo que esse jeito de fazer e produzir relatos sobre o real, alicerçado no interesse público, ganhou características específicas.

O problema de pesquisa está ancorado em questões localizadas entre os meios de comunicação e a evolução do jornalismo enquanto prática discursiva. Está delimitado ao trabalho de Euclides da Cunha para *O Estado de S. Paulo* e para *Os sertões* e a relação de ambos os relatos com os meios pelos quais foram publicados e com o jornalismo à época. Assim, a pergunta que norteou esse trabalho foi a seguinte: Como a produção textual de Euclides da Cunha sobre a Guerra de Canudos, estabelecida pela efemeridade do jornal e perenidade do livro, amplia o debate sobre informação e registro dos meios impressos de comunicação, ao mesmo tempo que reflete as mudanças estruturais ocorridas no jornalismo entre o final do século XIX e começo do século XX?

A pesquisa foi construída para atingir um objetivo geral e quatro objetivos específicos, em conexão direta entre os pontos teóricos, tratados na **Seção 1.1**, e o *corpus* selecionado para o desenvolvimento da pesquisa, arrolado na **Seção 1.3**, a partir dos procedimentos metodológicos adotados, apresentados na **Seção 1.2**. Entendemos por objetivo geral aquilo que cientificamente é a meta do estudo, que motivou à realização da pesquisa. Portanto, o objetivo foi: avaliar se a produção textual de Euclides da Cunha sobre a Guerra de Canudos, publicada em jornal e em livro, conjuga a informação na contemporaneidade e registro na história nos meios impressos de comunicação, ao passo que espelha as mudanças estruturais ocorridas no jornalismo entre o final do século XIX e começo do século XX.

No caso dos objetivos específicos, listamos quatro como forma de esmiuçar o que se pretende com o objetivo geral. Portanto, os **itens a) e b)** correspondem aos desdobramentos amparados na ‘Teoria sobre os Meios’. Da mesma forma, os **itens c) e d)** relacionam-se à ‘Teoria sobre as Mutações’. Todos funcionam como comportamentos desejáveis para podermos atingir o objetivo maior. Assim, estão aqui subentendidas as decisões deliberadas

pelo pesquisador – sejam elas diretas ou indiretas – para que o estudo fosse por um ou outro caminho, compreendendo que os objetivos específicos foram alcançados a contento, nos moldes exibidos abaixo:

- a) Examinar a produção jornalística realizada por Euclides da Cunha na Guerra de Canudos, considerando as funções específicas do jornal e do livro, meios impressos de comunicação utilizados pelo jornalista.
- b) Problematizar, à luz de sua época, acerca do texto jornalístico construído por Euclides da Cunha em formato de livro (*Os sertões*) e suas relações com o livro-reportagem.
- c) Refletir sobre as contribuições para o desenvolvimento do jornalismo a partir das reportagens de Euclides da Cunha publicadas em *O Estado de S. Paulo*.
- d) Discutir ‘a produção, a coleta e a formatação’ do texto jornalístico de Euclides da Cunha na Guerra de Canudos e a inovação disso para a sua época.

A estrutura do texto desta tese<sup>5</sup> está dividida em três capítulos e dezoito seções, com nove quadros explicativos, a fim de sistematizar visualmente informações relevantes ao trabalho, e doze figuras, que ilustram com fotos e imagens algumas das temáticas exploradas em relação ao *corpus* da pesquisa. As referências bibliográficas possuem todas as referências consultadas, independentemente de citadas diretamente ou não, enquanto que as notas de pé de página servem para aclarar detalhes de assuntos relacionados ao corpo principal. Sempre que alguma parte da pesquisa for expressamente mencionada, aparece destacada em negrito.

O **Capítulo 1** exhibe o arcabouço teórico/metodológico desta tese, sendo que as **Seções 1.1.1 e 1.1.2** cuidam da explanação sobre a escolha dos pontos teóricos, apresentando-os e discutindo seu aproveitamento a objetos genéricos, *a priori*. A ‘Teoria dos Meios de Comunicação’ e a ‘Teoria das Mutações do Jornalismo’ estão ainda desconectadas entre si, sendo o relevante o desenvolvimento interno de cada uma delas. Tal mecanismo leva a segurança metodológica necessária para, logo no último capítulo, proporcionar maior entendimento, quando chegar a hora das aplicações aos objetivos concretos que compõem o *corpus* da pesquisa.

---

<sup>5</sup> Como exigência do gênero textual tese de doutorado, este trabalho observa as regras da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), com exceção do uso das aspas duplas que estão reservadas para citações incluídas no texto. Para conceitos cunhados por pesquisadores, usamos as aspas simples, assim como para marcar as interpretações que podem estar em sentido figurado ou de contra referências a nossas próprias reflexões. Os títulos das obras citadas no corpo do texto do trabalho estão em itálico e as palavras estrangeiras foram mantidas a partir de seu entendimento no idioma original (e estão sinalizadas em itálico, assim como títulos de veículos de comunicação e obras publicadas)

No **Capítulo 2**, abarcamos uma espécie de genealogia dos primeiros impressos sobre guerra no país, em tempo que a presença de escribas em zona de conflito, com o fito de contar sobre os acontecimentos servindo ao interesse público, era inimaginável. A breve trajetória do jornalismo brasileiro de guerra abrange as precursoras coberturas – identificadas em meados do século XIX – até desembocar nas dificuldades enfrentadas atualmente para exercê-lo em território nacional. O modo de se fazer guerra sempre esteve em constante modificação e atingiu um nível que nos faz repensar como o jornalismo deve se organizar para dar conta de cobri-las, com qualidade e regularmente.

No **Capítulo 3**, apoiado nos capítulos anteriores, ambientamos a análise do *corpus*. Na prática, insere os caminhos metodológicos escolhidos, além de teórica e historicamente discutir a problemática da pesquisa: a contribuição de Euclides da Cunha, notadamente localizada nos discursos publicados no jornal *O Estado de S. Paulo* e no livro *Os sertões*, para o desenvolvimento do jornalismo ao longo do tempo. A **Seção 3.1** é responsável pela construção do cenário da Guerra de Canudos (1896/7), sem o qual não haveria qualquer texto, considerando os diferentes contextos: do sociopolítico ao midiático, da contenda sertaneja ao autor dos escritos.

Na **Seção 3.2**, partimos do modo de fazer jornalismo – no caso, a correspondência de guerra, que já anunciava novos métodos da imprensa – para compreender como o meio de comunicação jornal e o paradigma vigente à época, o ‘jornalismo de opinião’, se comportaram diante de um Euclides da Cunha produzindo reportagens no ‘calor dos acontecimentos’ e as publicando no curso da guerra. Na **Seção 3.3**, introduzimos debate envolvendo o livro-reportagem, conceito que inexistia à época, para avançar na análise das funções do meio de comunicação livro e como elas carregaram consigo mutações que inovaram no sentido de um ‘jornalismo de informação’, ainda no alvorecer do século XX.

A **Conclusão** faz o fechamento sistematizado da tese de doutoramento, arrematando pontos em aberto, pacificando entendimentos e unificando interpretações e análises levantadas ao longo do trabalho. Indica ainda desdobramentos futuros para temáticas que tangenciaram os assuntos ora tratados, mas que escaparam ao objeto desta pesquisa. Assim, espera-se que a abordagem, a partir de teorias da comunicação e do jornalismo, acerca de uma guerra ocorrida nos confins do Brasil, desenvolvida há mais de 100 anos e vinda a público com requintes literários-científicos, possa ser útil acadêmica e socialmente para pensar e repensar a prática jornalística.

## 1 ARCABOUÇO TEÓRICO/METODOLÓGICO

Neste capítulo, abordamos os estudos teóricos e os procedimentos metodológicos que norteiam a pesquisa de doutoramento em curso. De maneira didática, buscamos dividi-la em seções de modo que restem claras as questões adotadas e suas formas de aplicação ao objeto de pesquisa, bem como as intenções do pesquisador no trato científico e nas fases de elaboração da tese. Esta organização objetiva apresentar e problematizar, neste capítulo, as formulações teóricas e as premissas metodológicas, como pano de fundo macro, para que o **Capítulo 3** funcione efetivamente como a análise do jornalismo de guerra praticado por Euclides da Cunha, na Guerra de Canudos.

Na **Seção 1.1**, contextualizamos duas das ferramentas cruciais desta pesquisa, precisamente (1) os estudos sobre os meios de comunicação (MARTINO, 1997; 2016) e (2) os estudos sobre as mutações do jornalismo (CHARRON; BONVILLE, 2016). As demais seções (**1.2** e **1.3**) espelham a discussão teórica apresentada à luz desta pesquisa, explorando os procedimentos metodológicos, buscando detalhar as escolhas e caminhos selecionados ao longo dos estudos e delimitando o escopo do *corpus* ao qual nos debruçamos.

### 1.1 Arcabouço teórico

Os estudos dos meios de comunicação têm forte tradição nas denominadas ‘Teorias da Comunicação’, sendo a ‘Escola de Toronto<sup>6</sup>’ uma das mais reconhecidas. Seus célebres formuladores são o norte-americano Harold Innis e o canadense Marshall McLuhan. No Brasil, o professor da Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília (FAC/UnB), Luiz Cláudio Martino, é um dos expoentes desta linha de estudos. Dedicou sua carreira ao entendimento da relação entre tecnologia e comunicação, elevando os meios de comunicação como a real razão dos estudos científicos típicos deste campo do conhecimento. É baseado em seu pensamento que construímos a **Seção 1.1.1**.

Trazemos ainda outra teoria à luz – também formulada no exterior e disseminada no Brasil, em particular na UnB. Trata-se da ‘Teoria sobre as Mutações do Jornalismo’, desenvolvida pelos canadenses Jean Charron e Jean de Bonville. Ambos viram seu estudo ser introduzido em território nacional pelas mãos da professora da FAC/UnB Zélia Leal Adghirni,

---

<sup>6</sup> A Escola de Toronto (Canadá) é uma corrente de pensamento que foca na pesquisa do meio de comunicação que, por si só, estabelece influência direta no processo comunicacional, superando a antiga percepção do meio como ‘suporte’, como ‘canal de comunicação’. Entre outros, dois livros norteiam tais estudos: *O viés da comunicação*, de Harold Innis, e *Os meios de comunicação como extensões do homem*, de Marshall McLuhan.

em estreita colaboração com os professores Dione Moura e Fábio Pereira. O trabalho de Charron e Bonville procura, a partir do princípio do paradigma, delimitar fases evolutivas do jornalismo, tendo o texto e o contexto como norteadores para identificar transformações na prática jornalística. A **Seção 1.1.2** segue essa lógica.

Desse modo, os eixos teóricos para analisar o objeto de nossa pesquisa – o jornalismo de guerra de Euclides da Cunha – associam visões distintas sobre a comunicação, mas certamente não antagônicas. A proposta é observar o objeto sob o ponto de vista dos meios de comunicação – no caso, meios impressos (livro e jornal) – e ainda na perspectiva das transformações históricas da prática – no caso, aquelas situadas entre séculos (XIX e XX) que permitiram o surgimento de um novo jeito de fazer jornalismo no Brasil. Esta pesquisa se debruçou nas duas teorias para que, uma vez manejadas, sejam complementares na análise da cobertura jornalística da Guerra de Canudos.

### *1.1.1. Estudos sobre os meios de comunicação*

A primeira questão que se apresenta, antes mesmo de adentrar especificamente nos estudos de Luiz Cláudio Martino, se refere ao ambiente no qual se situa seu pensamento. Segundo o teórico, a eleição dos estudos dos meios de comunicação como questão central força a formulação de análises e interpretações tipicamente de cunho comunicacional, em vez de social, psicológico, político – específicos de outros campos do conhecimento e tão frequentes na comunicação. Martino (2016: 5) alerta para o ‘esquecimento’ das funções próprias aos meios em razão da “naturalização”, da “interdisciplinaridade” e do “determinismo tecnológico”<sup>7</sup>.

Para Martino, o processo comunicacional não pode ser visto como simples transmissão, como uma espécie de deslocamento da mensagem de um lugar a outro, cabendo à comunicação somente a avaliação acerca do conteúdo, sob o ponto de vista dos efeitos do texto, do emissor, do destinatário ou do contexto sociocultural. O processo comunicacional não pode ignorar o meio pelo qual a mensagem trafega, sendo determinante para o tipo de conteúdo produzido e disseminado. A teoria vê os meios de comunicação como simuladores da consciência humana, na perspectiva de a ‘vida real’ acontecer por intermédio dos meios.

---

<sup>7</sup> A respeito da reflexão sobre as funções dos meios impressos de comunicação, ver CAVALCANTI-CUNHA; CORRÊA, 2019b.

Por essa ótica, há uma combinação entre similaridade e simultaneidade. A mensagem, transmitida pelos meios, é única e chega ao destinatário de maneira similar, sendo a reação e a interpretação do indivíduo também similares umas às outras. Porém, não é só. A mensagem passa pelo processo da transmissão simultânea e gera efeito de ‘vivência coletiva’ acerca do fenômeno em tela, de experiência que, embora pareça individual à primeira vista, é compartilhada por uma infinidade de pessoas. Isso leva à compreensão de que os acontecimentos deixam o terreno do evento circunscrito e presencial e passam a existir se – e somente se – ‘estiverem’ nos meios de comunicação.

A complexidade do pensamento de Martino se contrapõe a estudos que, ignorando os meios, lançam foco somente acerca dos sujeitos (emissor/receptor) ou da mensagem (texto transmitido), como se o processo comunicacional fosse o mesmo, independentemente de por onde se dê, seja livro, jornal, revista, cinema, rádio, televisão – e não tratamos aqui de estratégias textuais adequadas para cada um deles. Estamos a falar que a tecnologia própria de cada meio reveste o processo comunicacional a tal nível psicológico que chega a alterar o modo de vida social das pessoas, em particular a sua relação e compreensão de tempo e espaço.

Martino (2016) pondera que cada meio de comunicação possui uma função principal que, por sua vez, simula faculdades mentais específicas dos seres humanos. A ponto de, a partir da evolução dos meios de comunicação, os meios mais sofisticados, simularem o próprio entendimento acerca da realidade em si. Por exemplo, os meios impressos, caros aos objetivos deste estudo, são marcantes na trajetória do jornalismo de guerra praticado no Brasil no século XIX, sejam os livros, sejam os jornais. As funções de ambos também diferem, embora tenham na escrita a mesma origem: o livro tem a função de preservação da memória e o jornal, de caracterização da atualidade.

A escrita é considerada o primeiro meio de comunicação, pois estabelece a conexão entre duas mentes humanas por meio da mediação, sem necessidade de interação direta e pessoal. A relação interpessoal deixa de ser condição para que duas ou mais pessoas se comuniquem. Até a invenção desse código, em forma de linguagem, a mensagem mediatizada se caracterizava ou pelo registro (pinturas rupestres, por exemplo) ou pela precisão (sinais de fumaça, noutro exemplo). Na definição de Martino (1997: 73), esta fase era a do “protomeios”. Ao reunir os dois fenômenos – capacidade de registro e de ser preciso –, a escrita inaugura o processo comunicacional por intermédio da tecnologia.

Martino (2016: 7/8) entende que o “período histórico” se confunde com o período do advento da escrita exatamente porque, a partir desta, dilata-se o conhecimento acerca do passado e do presente, superando a exclusividade da tradição oral, transmitida presencialmente de geração a geração. “Pela primeira vez a *informação* não é índice, mas *comunicação em potencial*, um processo diferido, que pode ser estocado, reproduzido mecanicamente e disseminado no espaço”, analisa. Por isso, o teórico reconhece que a história dos meios de comunicação tem início com a escrita, uma vez que os “protomeios” eram incapazes de “intervir na dimensão simbólica (tempo, espaço)”.

Agora [*com a escrita*] as vozes do passado chegam a nós, algo nos é dito, falamos com o passado. É como se o passado não passasse, as experiências de gerações anteriores tornam-se contemporâneas da sociedade atual. Elas se acumulam e formam um grande patrimônio; além disso, não precisam mais passar pela mediação e filtro da geração anterior para alcançarem o presente. (MARTINO, 2016:7/8.)

O desenvolvimento dos meios de comunicação tem poucas variações para além da escrita, desde a Antiguidade até o século XV, com a prensa de Johannes Gutenberg (1398-1468). A passagem do manuscrito para o impresso se constituiu como verdadeira revolução cultural<sup>8</sup>, potencializando de maneira extraordinária recursos como a difusão (proliferação numérica de cópias de textos), a sistematização (com catalogação de dados e coordenação por ordem alfabética), a comparação (com o fim da cópia única, podia-se estudar consultando diferentes obras simultaneamente) e o arquivamento (organização de acervos para rápida consulta).

A historiadora Elisabeth Eisenstein (1998: 28) conta que o avanço na instalação de oficinas pela Europa foi tão rápido que “eram encontradas em todos os centros municipais importantes já por volta de 1500”. À época, as pessoas reagiam à nova tecnologia elevando-a à categoria do sobrenatural, tal era o impacto daquela nova descoberta. Note que o desenvolvimento da imprensa no Brasil começaria tardiamente: no século XIX, mais de 300 anos depois, a partir da viagem da família real, com a fixação de D. João VI, na cidade do Rio de Janeiro, em 1808. Até então, livros e jornais eram impressos na Europa e chegavam, com meses de atraso, em embarcações transatlânticas (ver **Capítulo 2**).

De todas as características do registro impresso, a preservação talvez seja a mais significativa. “Um registro único em manuscrito, mesmo que sobre pergaminho, tinha muito

---

<sup>8</sup> O cientista Francis Bacon (BACON *apud* EISENSTEIN, 1998: 27) se refere à imprensa – como também à pólvora e à bússola – como invenções que “alteraram a aparência e o estado do mundo inteiro”.



pouco de permanente, a menos que fosse encafuado e não mais usado”, analisa Eisenstein (1998: 95). Desde que manuseado, invariavelmente se perdiam, “sujeitos à umidade, insetos, roubo e fogo”. A figura do escriba funcionava como um ‘copiador’, que replicava o original em versão reescrita, por vezes alterando o conteúdo e levando muito tempo. A historiadora exemplifica a transformação em curso com a carta do político Thomas Jefferson, na qual destaca a “preservação” e “multiplicação” das cópias impressas.

Desde cedo, no decorrer de minhas pesquisas sobre as leis da Virgínia, observei que muitas delas já estavam perdidas, e muitas mais se encontravam a ponto de sê-lo, **por existirem somente em cópias únicas** [...]. Pergunto-me: **Qual será o meio mais eficaz de preservar de perdas futuras esses remanescentes?** Por mais cuidado que eu tenha, não poderei preservá-lo das traças, da deterioração natural do papel, dos riscos do fogo, ou do deslocamento. Nossa experiência provou que uma cópia única, ou até mesmo algumas, guardadas manuscritas em escritórios públicos, não são algo com que possamos contar por um lapso de tempo maior [...]. **Já se terá perdido alguma, desde que a arte da imprensa permitiu multiplicar e distribuir cópias?** Isso nos leva portanto à única maneira de preservar esses remanescentes de nossas leis ora em exame, isto é, a multiplicação de cópias impressas. (JEFFERSON *apud* EISENSTEIN, 1998: 96/7, grifos do autor.)

Eisenstein lembra que os “registros em papiros se desmanchavam” ao passo que, após o advento e disseminação da prensa, podia-se preservar um registro “graças à utilização abundante de papel, em lugar da pele escassa e custosa”. Vivia-se então o paradigma segundo o qual “a quantidade passou a importar mais que a qualidade”, em substituição ao velho mantra: “Preserva-se muito quando se escreve pouco; preserva-se pouco quando se escreve muito” (EISENSTEIN, 1998: 95). A tradição era a de manter secreto o escrito a tal ponto que ninguém tinha contato com os manuscritos. Em certa medida, as cópias impressas tiveram um aspecto democratizante, tornando-as públicas.

É, portanto, a partir da escrita – intensificada pela impressão em cópias – que os meios de comunicação têm seu percurso iniciado enquanto ‘tecnologia do simbólico’. Torna-se relevante entender, antes de seguir adiante, o que vem a ser ‘meio de comunicação de massa’, a partir da Teoria dos Meios. Martino deixa de lado a naturalização da comunicação (falar, por exemplo) e lança luz à importância da técnica no processo. O meio, em estágio avançado, é uma tecnologia que liga a mente de diferentes pessoas, independentemente da localização, em um fluxo comum, que é assinalado pela similaridade (a objetos mentais parecidos) e simultaneidade (na mesma temporalidade).

A mensagem não “viaja” de uma mente à outra, ela é encontro, exige a capacidade do receptor reagir à estimulação da mensagem e conseguir simular os estados mentais do emissor. Reprodução que não é nem mecânica, nem exata, por isso simulação é um termo mais apropriado para apontar que se trata de uma reação similar e simultânea. (MARTINO, 2016: 5.)

De maneira mais direta, os meios de comunicação são entendidos como tecnologias que “intervêm no modo como expressamos e damos forma à experiência” e que “alteram nossa reatividade, trazem novas capacidades à mente humana” (MARTINO, 2016: 5/6). Por isso, é tão importante a noção de ‘simulação’: os meios permitem que as mentes simulem experiências semelhantes, gerando representações sociais aproximadas, sem o espaço como determinante. Os indivíduos se ligam uns aos outros, dotando o mundo de significações compartilháveis, por intermédio da tecnologia<sup>9</sup> da comunicação ou, melhor dizendo, dos meios de comunicação.

O resultado do processo comunicacional é mais do que o efeito da mensagem, sendo compreendido como a vinculação das pessoas em atualidades processadas a partir dos meios. Sem tal vinculação, ficamos com a impressão de que não compartilhamos do mesmo mundo, que não estamos ‘vivos’ no social. Embora sendo o público letrado no Brasil diminuto no entre séculos (XIX para XX), o jornalismo de Euclides da Cunha sobre a Guerra de Canudos, na imprensa e em livro, fez com que seus leitores simulassem experiências semelhantes, a partir de São Paulo ou Rio de Janeiro, de eventos que tinham como palco o distante e desconhecido sertão baiano.

Para Martino (1997: 90), o termo ‘simulação’ funciona como o conceito de ‘exteriorização’, formulado por Marshall McLuhan. Os meios de comunicação efetivam e realizam tecnicamente faculdades mentais próprias ao ser humano. Por isso, a sua evolução no tempo tem forte marcação nestas características. A primeira das fases dos meios é a da escrita, considerada pelo autor como o “grau zero”, inaugurando a tecnologia da comunicação com capacidade de, a um só tempo, registrar e precisar. A segunda fase é identificada pela reprodução mecânica de canais sensoriais: a fotografia exterioriza a visão; o rádio, a audição; o telefone, a audição.

A fase seguinte, ao alcançar o extremo dos níveis de similaridade e simultaneidade, notabiliza-se como a “terceira e mais desenvolvida etapa” na evolução dos meios de

---

<sup>9</sup> “Tecnologia significa um objeto material, externo ao corpo, que se interpõe entre corpo e mundo”, conceitua sumariamente Martino (2014: 5).

comunicação. A televisão, que combina visão com audição, exterioriza mais do que simplesmente a reprodutibilidade técnica dos canais sensoriais. Ela chega, nas palavras de Martino (1997: 91), a simular “a experiência [*social*] como um todo”. Trata-se de uma “simulação da consciência”, intensificada pela transmissão direta e ao vivo, que abrevia para segundos a experiência coletiva simultânea e aproxima o similar a ponto de construir um ‘efeito realidade’ até então não observado.

A televisão retoma e reúne diversas características dos outros meios, o que nos leva a considerar a televisão não como um simples meio, mas uma síntese de vários meios [...] A televisão conseguiu simular a percepção, assim como todas as capacidades objetivas e menos objetivas da consciência, obtendo uma boa aproximação com a realidade fenomênica ou da consciência que temos em nossa experiência direta (não mediática). (MARTINO, 1997: 98/99.)

Interessa aqui, no entanto, debruçarmo-nos acerca da fase anterior dos meios de comunicação, buscando o entendimento adequado acerca das distintas funções que envolvem o livro e a imprensa (para facilitar a compreensão, tratada doravante como jornal). E uma boa medida para a comparação está na diferenciação entre meio-ferramenta – no qual, se encaixa o livro – e meio-máquina – onde está inserido o jornal. Enquanto o primeiro não prescinde da pessoa para funcionar, o segundo incorpora características psíquicas e transforma a comunicação em processo. Ambos simulam faculdades mentais, porém um carece do ser humano e outro se desenvolve independente dele.

O livro exterioriza a faculdade mental da preservação da memória, mas exige do leitor a tomada de iniciativa (o *start*). Sem que a pessoa resolva, por sua conta, abrir e iniciar a leitura não há relação com o meio de comunicação. Também é o leitor que define o ritmo da leitura, podendo ser realizada em diferentes momentos da vida. Enquanto no livro o tempo está sob o controle do leitor, o advento do jornal fez com que o tempo se transformasse no próprio meio de comunicação. Não há controle do leitor acerca do que, a cada 24 horas, sai estampado nos tabloides. Ainda que inúmeros leitores não consigam acessar aquela edição do jornal, no dia seguinte haverá um novo a renová-lo.

Primeiro meio-máquina, o jornal exterioriza a temporalidade para além do domínio humano. Com ampla tiragem e distribuição, está intimamente ligado à sincronia das pessoas no tempo, tornando atual o que é publicado. A propriedade de um ‘mesmo’ produto (similar) chegar a uma infinidade de pessoas ao mesmo tempo (simultâneo), em locais distintos, vence a barreira circunscrita à comunidade e nos transporta para uma vida ‘verdadeiramente’ social.

De outro modo, o livro “não permite a concentração da atenção social sobre determinado ponto”, a não ser que atinja alta vendagem em curto espaço de tempo<sup>10</sup> (MARTINO, 1997: 88).

Desta forma, o jornal inaugura o primado do meio sobre a mensagem, circulando diariamente, sem importar necessariamente a ‘qualidade’ de seu conteúdo. Todos os dias o jornal precisa estar na ‘rua’, mesmo que as matérias não sejam relevantes ou deixem de atender ao interesse público. No livro, acontece o inverso: depende obrigatoriamente do conteúdo para existir, caso contrário sequer o livro será publicado. É da periodicidade que nasce a percepção acerca da atualidade dos acontecimentos, acostumando as pessoas a renovarem coletivamente suas percepções a acerca das novidades do mundo. E esse fenômeno começa precisamente com o advento do jornal.

O que designamos por imprensa é o diário da sociedade, a apresentação dos principais acontecimentos que os membros de uma coletividade devem saber para acompanhar a atualidade daquela coletividade. Isto é, o presente compartilhado em grande escala, o elemento propriamente social que liga os diversos indivíduos em uma realidade única, vivida e experimentada como a instância propriamente social (em oposição à comunitária). (MARTINO, 1997: 87.)

O ato de ler livro ou jornal nos remete à experiência individual e à experiência coletiva, respectivamente. O convívio social é pautado pela atualidade publicada pelo jornal. As pessoas estarão a comentar o que há de novo naquele dia. Em contraposição, o significado do livro está restrito ao universo particular dos que leram a obra e está também sujeito a leituras em tempos distintos, o que o afasta da atualidade e reforça o caráter memorial desse tipo de publicação. O jornal traz nova dimensão para a vida social: com ele, nasce a opinião pública; antes dele, a esfera dos acontecimentos estava restrita ao dos canais sensoriais, na vida em comunidade.

Eles [*os meios-máquina*] fundam a atualidade e permitem uma nova forma de produção e compreensão do social e da cultura: a sociedade complexa e a cultura de massa, baseada não mais na tradição (memória de longa duração e acumulação de um patrimônio), mas na atualidade ou no presente midiático, fruto da atividade dos meios de comunicação. (MARTINO, 1997: 89.)

Nota-se claramente que, em matéria de jornalismo de guerra, tanto o livro quanto o jornal se completam, ora sendo o objeto único do ofício (com publicação de escritos inéditos

---

<sup>10</sup> O *best-seller* permite “certo tipo de simultaneidade, típico da cultura de massa”, uma vez que compartilha experiências a muitas pessoas e ao mesmo tempo (MARTINO, 1997: 88).

na imprensa), ora sendo o conteúdo efêmero do jornal transformado em material para registro em livro (com coletânea de textos ou reformatação ampliada da reportagem). No entanto, na trilha da escrita, ambos os meios tomam formas comunicacionais próprias, embora a evolução histórica no Brasil seja comum. Como vimos, para Elisabeth Eisenstein (1998), já nos idos do século XVI, a passagem do manuscrito para o impresso constituiu-se em uma revolução cultural, marcando os “primórdios da Europa moderna”.

Tal processo influenciou decisivamente o período Renascentista, agitou o mundo cristão e suas reformas, além de acelerar o desenvolvimento do conhecimento eclodindo no que identificamos hoje como a ciência moderna. No Brasil, contudo, tais transformações demoraram a chegar devido ao contexto histórico da colonização portuguesa, entre outros fatores. O pesquisador Laurence Hallewell (1985) e o jornalista Matías Molina (2015) concordam que o funcionamento de prensas em território nacional foi convenientemente retardado para atender aos interesses de dominação da metrópole portuguesa. O objetivo era continuar a exploração econômica reduzindo ao máximo a resistência interna.

A relação Portugal e tipografia – inaugurada em 1492, com relativo atraso em vista do que já acontecia na Europa central (1460/70) – foi conturbada e marcada pela censura, em todo o período colonial. Nas colônias asiáticas e africanas, os portugueses logo instalaram prensas, ao contrário do que ocorreu em sua dominação na América do Sul. Os territórios vizinhos ao Brasil experimentaram brevemente as novidades da impressão: as colônias espanholas tiveram prensas em funcionamento bem rapidamente se comparada ao que aconteceu por aqui, seja em outros países na América do Sul e na América do Norte, seja na América Central e no Caribe.

No Brasil, colônia de produção agrícola, a tipografia inexistiu durante quase todo o período colonial. Na verdade, durante grande parte desse período, a administração do Brasil era tão rudimentar e a população tão pequena e espalhada por uma área tão vasta, que a indústria impressora não era administrativamente necessária nem economicamente possível. (HALLEWELL, 1985: 5.)

À época dos holandeses no Recife, Pernambuco, havia interesse na impressão para auxiliar a gestão pública, mas não se implantou. O primeiro registro confiável é de 1747, no Rio de Janeiro, por Antônio Isidoro da Fonseca. Porém, Hallewell (1985: 15) faz uma conta rápida para evidenciar a inviabilidade financeira de negócios tipográficos no Brasil. A classe alta era formada por apenas 1.250 pessoas em 1747, sendo estes os únicos fregueses aptos a se interessarem por livro (ou seja, alfabetizados) de uma população total estimada em 2,5

milhões. A cada edição, seria necessário que um em cada cinco leitores comprasse uma cópia de livro para que fossem vendidos míseros 250 exemplares.

Em 1785, a metrópole proibiu qualquer manufatura no Brasil e, ainda assim, livros e folhetos continuavam a ingressar como contrabando, abastecendo bibliotecas de homens letrados, a exemplo do que aconteceu aos líderes da Inconfidência Mineira e suas fartas leituras sobre a ‘temida’ Revolução Francesa (1789-1799). Nesse período, o Brasil não possuía jornal, sendo permitida somente a circulação da *Gazeta de Lisboa*, controlada pela coroa portuguesa, enquanto que em outros países da América os diários já eram impressos desde há muito tempo: no México, a *Gazeta do México*, começou a circular em 1722; e no Peru, a *Gazeta de Lima*, em 1744, por exemplo.

Molina (2015) ressalta cinco razões que provocaram o desenvolvimento tardio da imprensa por aqui: (1) a composição da sociedade de então, analfabeta, rural e sem direito político; (2) o lento avanço do transporte e das comunicações, devido às proibições da metrópole; (3) a dificuldade financeira dos jornais em contratar agências de notícias, nos idos de seu funcionamento; (4) a demora nas instalações gráficas e sua disseminação; e (5) a recorrente prática de subsídio e subvenção estatal que afetaram o avanço dos jornais. A vinda da família real ao Brasil, no início do século XIX, entretanto, propiciou uma série de transformações, passando a exigir a existência e a multiplicação de tipografias.

A burocracia real instalou a Impressão Régia e livros e jornais começaram a ser editados e lançados em território nacional. O fim das restrições comerciais acelerou o processo, embora houvesse a barreira da censura. Automaticamente, a temática dos conflitos armados ganhou fôlego com o desencadeamento das revoltas separatistas e, posteriormente, com a mobilização para a maior guerra da América do Sul até os dias de hoje: a Guerra do Paraguai. Em paralelo, os meios de comunicação vinham em crescente evolução. Começaram, por exemplo, a usar o telégrafo elétrico que avançava para a transmissão instantânea de mensagens, a partir da escrita.

Martino (1997: 78/9) esclarece a transformação ensejada pelo novo invento: a “mensagem viaja sem o portador humano”. Até então, a transmissão de conteúdo carecia do indivíduo para chegar de um lugar a outro. A mensagem se deslocava junto com a pessoa, muitas vezes com largo tempo de defasagem entre a saída e a chegada. O telégrafo elétrico, disseminado na Europa em meados de 1850, foi o sucessor do telégrafo óptico, operado em menores distâncias desde os gregos antigos. Martino ressalta que a nova tecnologia permitia a

transmissão imediata e precisa entre dois pontos distintos, sendo precursor de outros inventos que viriam a seguir (como a transmissão da voz em vez da escrita):

Nada de extremamente novo [*no funcionamento do telégrafo elétrico*], salvo que este dispositivo permite simular o *mesmo gesto nas duas extremidades da cadeia*. Com isso pode-se converter a eletricidade em instantaneidade – e logo mais em *simultaneidade*. Dois pontos do espaço ligados pelo instante elétrico proporcionam um gesto reproduzido automaticamente sem interrupção significativa de tempo. O *instantâneo telegráfico* nos permite o imediato, aquilo que “se apresenta ou se faz diretamente, sem intermediários”. Paradoxalmente, temos uma *medição imediata*. (MARTINO, 1997: 78/9, grifos no original.)

No futuro, a capacidade de ‘mediar imediatamente’ seria a novidade para o avanço dos meios de comunicação, notável no surgimento do telefone, do rádio e da televisão. Contudo, para o século XIX, a invenção do telégrafo elétrico foi basilar para o jornalismo de guerra. Isto é, os relatos do *front* poderiam ser estampados nas folhas da imprensa sem atraso. As guerras poderiam ser acompanhadas durante o seu desenrolar. No entanto, nada disso seria suficiente para que historiadores do jornalismo se lembrassem dos profissionais que publicaram na imprensa como sendo precursores do ofício. Euclides da Cunha, embora citado pela publicação em jornal, é lembrado pela obra em livro (ou livro-reportagem).

Gênero próprio do jornal impresso, a reportagem é um campo teórico de complexa abordagem, sendo examinado quando se valoriza o método de investigação. O professor Marcelo Bulhões (2007: 195-200) defende que o jornalismo tem o compromisso de desmascarar a “realidade social”. Para ele, as reportagens indeferem se em livro ou se jornal, pois devem ser elaboradas após “exaustivo trabalho de apuração e pesquisa de fontes diversas, com uma série inumerável de entrevistas e consultas de documentos historiográficos”. A reportagem reúne diversas perspectivas acerca do evento retratado, a fim de apresentar ao leitor múltiplas visões para interpretação com riqueza de elementos.

A partir da década de 1990, pesquisadores do jornalismo se debruçaram no estudo da produção de jornalismo em livro, convencendo a denominá-lo como livro-reportagem. Isso porque inúmeras publicações com ‘essa roupagem’ ganharam as livrarias e alcançaram absoluto sucesso no Brasil. No **Capítulo 3**, localizamos esta discussão teórica, buscando situar as características que distinguem a reportagem em jornal da reportagem em livro e como os estudos dos meios podem ser inseridos nessa perspectiva. Cabe ressaltar que o objeto de pesquisa ora tratado busca a compressão do jornalismo de guerra de Euclides da Cunha no bojo dessa dualidade: jornal e livro.

Como preliminar, o jornalista Eduardo Belo (2006: 41) define o livro-reportagem como sendo um “instrumento aperiódico de difusão de informações de caráter jornalístico”. À exceção do “fator temporal”, “todos os demais princípios do ofício (jornalismo) podem ser aplicados e explorados intensamente (no livro)”. Observe que a definição acima introduz o fator tempo como condição singular na comparação entre ambos os tipos de reportagem, variando pouco o modo de produção jornalístico ou a questão autoral de estilo. Essa compreensão traz para o debate a exata dicotomia entre memória e atualidade, funções dos meios nos termos de Martino.

A professora Cristiane Costa (2005: 303/4) acredita que o fenômeno de o jornalismo, cada vez mais, procurar morada no que antes era restrito à literatura está associado ao ‘fim’ da publicação de reportagem na imprensa. Assim, em discordância com o que acontecia antigamente – quando os escritores produziam peças ficcionais para os jornais –, resta para a reportagem o espaço no mercado editorial. Uma vez mais a questão temporal se coloca como crucial: a televisão e a internet modificaram a “noção de tempo do jornalismo”, “gerando ciclos mais curtos” de informação. Sai de cena o diário e entra o imediato. Retoma-se a dicotomia entre a efemeridade do jornal e a perenidade do livro.

A partir dos anos 80, difundiu-se na imprensa a ideia de que os leitores estão ocupados demais, imersos num excesso de informação, para se interessar por grandes reportagens, cuidadosamente apuradas e escritas. No entanto, se elas foram virtualmente expulsas dos jornais e revistas, no mercado editorial vivem uma era do ouro. Livros-reportagens têm mais chance do que a ficção de render para seus autores polpudos adiantamentos, prêmios e até contratos de adaptação para o cinema e para a TV. (COSTA, 2005: 303/4.)

O pensamento de Martino (1997) torna-se relevante no âmago deste debate e cabe, uma vez mais, retornar aos seus estudos. Uma vez que o livro simula a memória, ao vencer a “recordação” individual e estocá-la em “suportes materiais”, o jornal tem o papel de “memória de curta duração”, confeccionado na “espessura do presente”. Afinal de contas, o jornalismo dá conta do que nessa variação entre passado e presente, entre registro e informação, entre a recuperação histórica e a massificação do conteúdo? Tais temas são retomados na análise do *corpus*. Por ora, é importante identificar características temporais encontradas em ambos os meios de comunicação, detalhadamente descrita por Martino:

[Livro]A escrita altera nossa noção de tempo e de cultura. A partir dela o passado não é apenas uma recordação, a memória se exterioriza, sai do registro psicológico e passa a ser estocada em suportes materiais. O que lhe confere objetividade, ao mesmo tempo que, livre das limitações inerentes à



pouca capacidade de armazenagem da memória individual (psicológica), a escrita viabiliza uma acumulação extraordinariamente maior de informações. (MARTINO, 1997: 76.)

[*Jornal*]A transitoriedade do meio, a superficialidade da mensagem, fazem do jornal um produto perecível, o seu valor se deteriora rapidamente no tempo, visto que o jornal de ontem perde seu interesse. Feito de tempo, a matéria que lhe dá vida logo o abandona, para ressurgir logo em seguida, renovada pela forma dos acontecimentos. Seu movimento, o presente coletivo, apreendido na narração dos fatos que marcam a vida de uma coletividade. Seu papel é a memória de curta duração, a espessura do presente. (MARTINO, 1997: 87/8.)

O jornalismo de guerra está situado entre os paradigmas: (1) apresentar a atualidade no presente coletivo do meio jornal e (2) armazenar a memória dos relatos no meio livro. A aparente dicotomia pode ser encarada como complementariedade. Uma vez baseado no testemunho para a sua composição, a cobertura transforma a temporalidade em algo carregado de interesse para ser preservado e, de igual modo, consumido na atualidade. Corrêa (2012a: 58) chega a sugerir que uma variação do ofício, a correspondência de guerra, poderia fazer parte de um hipotético gênero “jornalismo testemunhal”, tendo em vista a característica singular do ‘estar presente *in loco*’ deste tipo de jornalismo:

José Marques de Melo [2011]<sup>11</sup> defende que todo e qualquer relato deve ter a sua classificação de gênero definida segundo a intencionalidade do texto. Se for assim, entendemos que a correspondência de guerra, antes de querer apresentar, argumentar, analisar ou emocionar, quer testemunhar. É condição para sua própria existência testemunhar plenamente o palco da guerra, na retaguarda, no *front*, na sala de imprensa ou onde quer que seja. Tem que ouvir, ver, cheirar, sentir [...] (CORRÊA, 2012a: 58.)

A reportagem de conflitos armados, ancorada na experiência humana em situação de extrema violência, ganha tal magnitude que informa para o presente e para a história. A percepção daquele instante – um bombardeio que leva à morte de milhares de pessoas, por exemplo – é objeto simultâneo para o jornal apresentar a atualidade social e para o livro registrar para a memória material. O jornalismo de guerra, em formato de livro-reportagem, carrega consigo uma espécie de ‘memorização de atualidades’, isto é, a função de armazenar

---

<sup>11</sup> Nos estudos de gêneros jornalísticos, José Marques de Melo (2011; 1985) defende que há cinco categorias, definidas a partir da intencionalidade do texto. São elas: jornalismo informativo (notícia, nota); jornalismo opinativo (artigo, editorial); jornalismo interpretativo (perfil, análise); jornalismo diversional (história de interesse humano); e jornalismo utilitário (cotação, roteiro). Claramente, o tal ‘jornalismo testemunhal’ não existe e é citado para reforçar a intenção primeira da correspondência de guerra de testemunhar.

informação imediata para conhecimento durável, um fenômeno frequente nos trabalhos de diferentes profissionais nacionais e internacionais.

Assim, podemos compreender o ‘armazenamento da memória’ e a ‘percepção do presente’ como complementares no âmbito do jornalismo de guerra, afastando o entendimento de funções dicotômicas. Para introduzir mais elementos à questão, Cristiane Costa analisa a real permanência do livro enquanto meio de comunicação, visto que até mesmo os livros-reportagem são confeccionados levando em conta elementos intrínsecos aos produtos da indústria cultural. Ou seja, levando em conta o fator tempo, sobretudo. Embora feito para conservar materialmente a memória, o livro também carrega características próprias da atualidade.

Não raro surgem os *opportunity books*, livros de oportunidade publicados no curso dos eventos para atrair público leitor, embora os acontecimentos ainda estejam em pleno desenvolvimento. Assim que o curso da história dá conta daquele fenômeno, tais livros tornam-se obsoletos, possuindo pouca capacidade de registro e memória, e necessitam ser renovados por outros livros, à semelhança das edições diárias dos jornais. “Num mercado abarrotado de livros, a obsolescência também persegue a literatura. Um livro logo é substituído por outro nas seções de crítica literária da imprensa, nas prateleiras das livrarias, nas listas de mais vendidos e na memória do leitor”, salienta Costa (2005: 349).

### ***1.1.2 Estudos sobre as mutações do jornalismo***

A perspectiva histórica acerca da evolução do jornalismo é uma vertente importante para esta pesquisa. Nesse contexto, buscamos na ‘Teoria sobre as Mutações do Jornalismo’, estabelecida pelos estudiosos canadenses Jean Charron e Jean de Bonville (2016: 32), pontos de formulação teórica capazes de localizar, no tempo/espaço, o jornalismo exercido por Euclides da Cunha sobre a Guerra de Canudos. Focalizamos esse jornalismo, a partir do entendimento que ambos os autores têm acerca do próprio ofício: uma “prática de produção, de coleta e de formatação [*tripé*], num jornal ou outra mídia, de discursos relativos a objetos reais de interesse público”.

Metodologicamente, uma das primeiras questões com que os pesquisadores se depararam foi acerca de como traçar uma trajetória coerente para o jornalismo. Agregar fatos, textos, profissionais, empresas, de modo a contar uma história do jornalismo, não parecia o caminho lógico a ser percorrido. Para isso, Charron e Bonville adotaram o princípio do

paradigma<sup>12</sup> como solução para desenhar um modelo teórico de apresentação para as quatro fases evolutivas do jornalismo, evidenciando sobretudo o viés discursivo como preponderante em relação aos demais: (1) o jornalismo de transmissão; (2) o jornalismo de opinião; (3) o jornalismo de informação; e (4) o jornalismo de comunicação.

Em vez do método cronológico-factual, a noção de paradigma sugeriria “a ideia de um sistema normativo de referência, de um conjunto de modelos práticos reprodutíveis” (CHARRON; BONVILLE, 2006: 46). A partir da identificação de fenômenos do real concreto, formata-se abstratamente uma série de características próprias a determinado período da prática jornalística como forma de, ao compará-las ao longo do tempo, verificar mudanças, transformações e mutações no modo de se fazer. Ao desenhar as fases do jornalismo, cada qual com elementos consolidados a partir da observação, os teóricos criaram um pano de fundo para aplicação de análises a objetos de pesquisa específicos, conforme explicação a seguir:

O paradigma jornalístico é, portanto, como a língua, um conjunto de regras suscetíveis de se transformarem à medida que os jornalistas adaptam a prática às mudanças dentro das condições concretas dessa prática. Em razão do acúmulo e da aceleração de uma mudança, alguns componentes essenciais ao paradigma são suscetíveis de se transformar rápida e fundamentalmente; nesse caso, não se trata mais de mudanças **no** paradigma, mas de uma crise paradigmática que leva com o tempo a mudança **de** paradigma. (CHARRON; BONVILLE, 2006: 47, grifos do autor.)

Segundo o modelo proposto, a evolução do jornalismo se dá em clima de tensão constante. Quando há uma transformação substancial na prática jornalística, seja qual for a motivação, no qual a sua operação passa a funcionar de maneira estruturalmente distinta, é que surge a ‘crise paradigmática’. E então novas regras passam a funcionar e, por imitação, os jornalistas e suas instituições vinculam-se às modificações. Tais inovações exercem relação intensa com as estruturas sociais e, a partir dessa articulação, abrem espaço para as mudanças paradigmáticas. Porém, tais mudanças, na maioria das vezes, são dotadas de pouca inovação, sendo as novas práticas acomodadas sob o mesmo paradigma.

O trabalho jornalístico de Euclides da Cunha, historicamente, está inserido na fase do jornalismo de opinião, no qual a contenda política era a regra naquele Brasil fortemente marcado pela disputa em torno da recente Proclamação da República. Contudo, mudanças na prática jornalística já começaram a ser esboçadas, aqui e acolá, e instituições como o jornal *O*

---

<sup>12</sup> O termo ‘paradigma’, usado por Charron e Bonville, é fundamentado nos estudos de ciências sociais empreendidos pelo epistemologista alemão Thomas Kuhn, em *A Estrutura das revoluções científicas*.

*Estado de S. Paulo* sinalizavam para um maior conteúdo informativo em suas folhas. Mas a mudança não era completa e absoluta, uma vez que os proprietários seguiam aliançados declaradamente ao poder e o período de censura/autocensura era bastante presente. O público leitor ainda era diminuto e o jornal como negócio, ainda incipiente.

Note como o modelo de análise teórica de Charron e Bonville possui um conjunto de variáveis, não sendo possível analisar sem observar o texto e o contexto, os níveis micro e macro da produção jornalística do período. O interesse aqui – como também é o deles – não está na disposição de contar uma história do jornalismo (de guerra no Brasil, em nosso caso) e, sim, de consolidar aspectos teóricos que permitam olhar para o objeto de pesquisa em condições de entender o jornalismo praticado à época, em particular por Euclides da Cunha. Cabe-nos compreender que nível de influência exerceu o correspondente de guerra e seus textos em relação ao jornalismo e como isso repercutiu paradigmaticamente.

Há crise paradigmática e mudança de paradigma quando as mudanças no ambiente são tais que o processo de inovação se intensifica bastante durante um período bem longo para modificar significativamente e de maneira durável um grande número de regras, de forma que, com o tempo, o sistema perde sua coerência e se metamorfoseia em uma nova configuração de regras. (CHARRON; BONVILLE, 2016: 48.)

O método de análise no qual se baseiam os estudos sobre as mutações do jornalismo é o do tipo ideal, formulado pelo sociólogo alemão Max Weber. Em linhas gerais, consiste no elenco de hipóteses sobre determinado fenômeno a fim de compará-lo a outro(s) e, a partir dessa interação, extrair resultados igualmente no campo das ideias, que posteriormente terão que ser validados empiricamente. “Uma representação abstrata da realidade com apenas alguns traços julgados típicos ou característicos pelo pesquisador”, conceituam sumariamente Charron e Bonville (2016: 36/9). Em verdade, o método, em si, não é capaz de explicar o fenômeno, tampouco a comparação efetuada.

O tipo ideal funciona como um plano de apresentação, ficando a cargo do pesquisador a caracterização acerca do fenômeno em estudo e do resultado das comparações. “É mais uma articulação entre o domínio da teoria e o da observação”, avançam na reflexão os canadenses. As hipóteses, destarte, podem restar apropriadas ou mesmo serem refutadas, pois os “pontos de vistas prévios” a serem observados são escolhidos “unilateralmente”, compõem um “pensamento hegemônico” e devem ser colocados à prova. Max Weber (1983: 226) registra que o tipo ideal não é um “enunciado do real”, uma vez que o cenário construído não será encontrado em lugar algum:

O tipo ideal é um quadro de pensamento, ele não é a realidade histórica nem sobretudo a realidade ‘autêntica’ [...]. Não tem significação além de um conceito limite puramente ideal, pelo qual se mede a realidade para clarear o conteúdo empírico de alguns de seus elementos importantes, e com o qual é comparada. Esses conceitos são imagens nas quais construímos relações, utilizando a categoria de possibilidade objetiva, que nossa imaginação formada e orientada a partir da realidade julga como adequadas. Nessa função, o tipo ideal é em particular uma tentativa de apreender as individualidades históricas ou seus diferentes elementos em conceitos genéticos. (WEBER, 1983: 226.)

Portanto, caminham juntas as noções de ‘paradigma jornalístico’ e ‘tipo ideal’ que buscam, a todo tempo para a dupla de teóricos canadenses, sinalizar como mastro para pontuar as transformações ao longo do tempo. Charron e Bonville (2016: 70/1) aproximam de tal modo o teórico do empírico no caso do jornalismo que acreditam que “a formação dos jornalistas se deu tradicionalmente na prática”. Apesar dos manuais e dos cursos acadêmicos, é no dia a dia profissional que as regras e convenções são apreendidas, de fato. Assim, fica mais inteligível a compreensão segundo a qual o jornalismo convive com as mutações a partir da “imitação” e da “interiorização” das inovações.

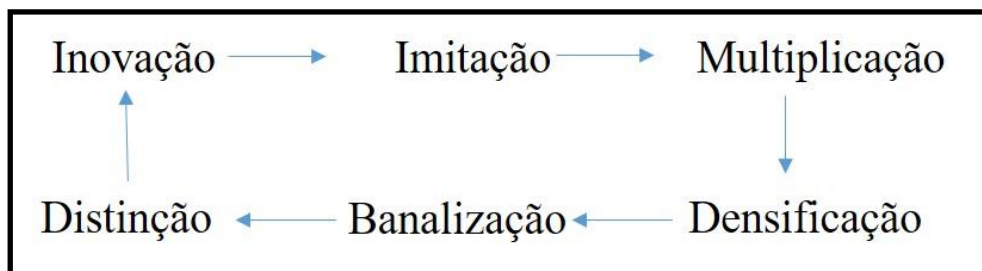
Os teóricos apontaram níveis de hierarquização – ao todo, 14 – que funcionam enquanto parâmetros para análise acerca das mudanças no jornalismo. O modelo tem por essência a busca pela distinção entre a “mudança normal”, inerente ao desenvolvimento da prática jornalística, e a “crise paradigmática”, no qual o conjunto de regras é estruturalmente modificado. Importante destacar que, pela teoria, podemos falar em mudanças somente quando elas “deixarem vestígios na produção textual do jornalista” e forem “passíveis de transmissão” (CHARRON; BONVILLE, 2016: 96). Dessa forma, as mutações precisam estar expressamente manifestas no discurso jornalístico. O processo é assim resumido:

O uso repetido de uma forma implica imitação, a imitação implica multiplicação das práticas, a multiplicação das práticas implica densificação das práticas, a densificação implica banalização. Em compensação, a banalização acarreta a busca de distinção, que implica outras maneiras de cobrir a mesma área. E o ciclo recomeça. (CHARRON; BONVILLE, 2016: 103.)

De outro modo, podemos desenvolver no sentido de que, ao advento de uma inovação, ela é disseminada a partir da imitação da prática pelos jornalistas. Isso faz com que a inovação seja massificada, de forma que seja considerada comum até que comecem a ser criadas maneiras alternativas de se fazer, na busca outra vez pelo novo. No entanto, tal conjunto de inovações mantém a coerência interna e não deixa de ser reconhecível a ninguém o modo de

se fazer jornalismo. No **Quadro 2**, confeccionamos uma imagem ilustrativa para representar o ciclo de ‘mudança normal’, que faz com que a evolução no jornalismo se dê permanentemente, em curso natural.

**Quadro 2 – Esquema ilustrativo do ciclo de ‘mudança normal’ no jornalismo**



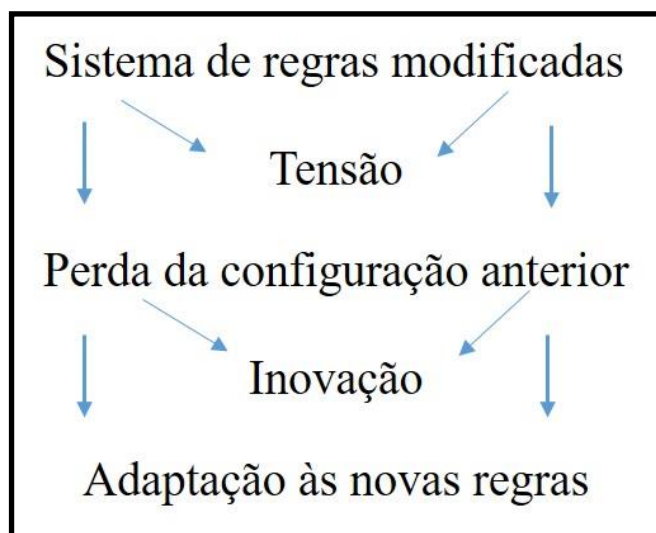
**Fonte:** elaborado pelo autor

Os teóricos distinguem a ‘mudança normal’ da ‘crise paradigmática’ tomando como referência o termo ‘metamorfose’, quando a transformação é tal que deixa de ser reconhecível aquilo que era antes, na exata forma anterior. Segundo o *Dicionário dos significados* (2019), a expressão significa “mudança, é a transformação de um ser em outro. De uma forma em outra”. Se o jornalismo que se pratica passa a ser realizado de outro modo, Charron e Bonville (2016: 108) indicam que, conseqüentemente, os “jornalistas jovens adotam com mais facilidade e naturalidade”, enquanto que os “mais velhos resistem ou questionam esse *modus operandi*”. Para os autores:

A metamorfose seria o efeito emergente de uma longa série de elos de retroação positiva que ampliariam os desvios em relação à estrutura original e seriam reforçados com o tempo, de modo que a estrutura original acabaria se tornando irreconhecível, e as regras em vigor, completamente dessincronizadas em relação à estrutural original, não permitiriam mais reproduzi-la. (CHARRON; BONVILLE, 2016: 119.)

A ‘crise paradigmática’ sempre será gradual, sendo sentida de quando em quando, até que a prática jornalística já não seja desenvolvida como anteriormente. O processo é de extrema tensão e, por outro lado, também baseado na inovação, quando o novo jeito de fazer jornalismo choca-se com o antigo e, em intensa troca, adequam-se. Fruto dessa articulação, após a crise de paradigma, o jornalismo resta assentado em normas que serão as vigentes dali em diante. No **Quadro 3**, indicamos – uma vez mais de maneira meramente ilustrativa – como o ciclo de mudança deixa de ser considerado ‘normal’ para ser denominado como ‘estrutural’.

### Quadro 3 – Esquema ilustrativo do ciclo da ‘crise paradigmática’ no jornalismo



**Fonte:** elaborado pelo autor

Na perspectiva do conceito de jornalismo que triangula “produção, coleta e formatação”, conforme sinalizam Charron e Bonville, a ‘crise paradigmática’ pode ser observada a partir do advento da era da rede mundial de computadores. O tripé do ofício foi se modificando a tal ponto que o modo que se praticava jornalismo já não era mais o mesmo. A ‘produção’, com pesquisas instantâneas pela internet; a ‘coleta’, a partir de transmissão em tempo real a qualquer distância; e a ‘formatação’, com linguagem fragmentada e digitalizada, por exemplo, apontavam para um jornalismo estruturalmente modificado em relação à fase anterior.

Na mesma toada, à época de Euclides da Cunha era marcada pela fase final do fervor *politiqueiro* dos pasquins, com folhas lançadas para expressar única e exclusivamente a opinião de seus editores. Ao mesmo tempo, jornais cuja a função era informar os cidadãos urbanos já começavam a surgir. Vivia-se sob a égide do ‘jornalismo de opinião’, configurando ‘mudanças normais’ no paradigma a partir da crescente necessidade de a imprensa organizar a vida em sociedade, com o desenvolvimento das cidades. A experiência na Guerra de Canudos possui elementos que reforçam a fase transitória para o ‘jornalismo de informação’ e tiveram olhar detido deste trabalho.

É exatamente para calçar concretamente os exames acerca das mutações do jornalismo que Charron e Bonville (2006: 123/6) hierarquizaram 14 parâmetros que permitem a aplicação a objetos específicos. Eles entendem o fenômeno do jornalismo como mistura entre “economia”, “trabalho” e “linguagem”, fruto de interações entre “produto cultural”, “prática

profissional” e “instituição econômica e seu contexto”. Porém, são taxativos ao delimitarem a real preocupação da teoria: “Explicar o que é específico ao jornalismo, isto é, seu discurso”. Para tal, construíram a **Figura 1**, que conecta o texto ao contexto, abrigo parâmetros a serem observados para a análise discursiva:

**Figura 1 – Parâmetros constitutivos da problemática, a partir do método analítico de Charron e Bonville (2016). A perspectiva contempla o nível micro, P<sub>1</sub> (texto jornalístico), até o macro, P<sub>2</sub> (economia)**



**Fonte:** adaptado de Charron e Bonville (2016: 126)

Perceba que os parâmetros hierarquizados vão desde as práticas discursivas dos jornalistas (nível micro) às organizações de mídia (mais abrangente), passando pelas instituições sociopolíticas (macro). Para Charron e Bonville (2016: 127), o que sobretudo materializa o paradigma jornalístico são os três primeiros parâmetros, justamente os mais específicos entre todos – **(1) texto jornalístico, (2) texto *jornálico* e (3) prática jornalística**. A trinca é entendida, pela ordem, como “produto que constitui o próprio jornal”, “construção coletiva distinta dos textos individuais” do jornal e práticas orientadas “diretamente para a produção do jornal”. Desse modo, segundo os autores:

Queremos tratar o jornalismo não tanto como grupo profissional, mas enquanto função de comunicação e modalidade de produção de um discurso social específico. Ora, não são as suas condições de trabalho, sua organização profissional, sua ideologia, etc., que distinguem o jornalismo de



outras profissões ou atividades, mas sua função, que consiste em produzir uma certa categoria de mensagens de interesse público. (CHARRON; BONVILLE, 2016: 127.)

Embora de mais fácil compreensão, os parâmetros **(4) jornalistas** e **(5) organização jornalística** têm suas características descritas assim, respectivamente, como “trabalhadores e intermediários culturais” que possuem determinado “status” social e aquela que possui características típicas de empresas (propriedade, gestão, financeiro, etc). Em aspecto mais genérico, estão a **(6) produção midiática**, que considera “as relações entre os meios de comunicação e todo o setor cultural”, configurando-se como produto cultural de indivíduos, e a **(7) mídia**, que abrange o “setor da atividade econômica” das instituições como um todo, em sua soma de discursos (CHARRON; BONVILLE, 2016: 128).

Como insumo tanto para jornalistas, quanto para a organização jornalística estão as **(8) fontes de informação**, formadas por variado plantel de atores sociopolíticos, e as **(9) fontes de financiamento**, que compreendem “os leitores, anunciantes e diversos patrocinadores”. O **(10) público**, apesar de ser considerado também fonte de financiamento, é “destinatário do texto jornalístico, e é importante considerá-lo como tal”. Por sua vez, as **(11) práticas culturais e valores** reforçam o contexto no qual o público está inserido e as **(12) instituições socioculturais** definem o público, a exemplo da “família, escola e religião” (CHARRON; BONVILLE, 2016: 128/9).

Na outra ponta da materialidade do texto jornalístico (os três primeiros citados), em escala mais geral, estão os dois últimos parâmetros: **(13) direito e sistema político** e **(14) economia**, que influenciam de maneira difusa. O contexto político-econômico é condição para existência do discurso jornalístico em si, como influencia também a sua forma<sup>13</sup>. Torna-se impossível minimizá-lo sob pena de analisar o texto e perder a noção das condições que levaram tal discurso a ser construído na prática. Imagine a produção jornalística em contexto de forte recessão econômica ou mesmo sem liberdade democrática. Ambos as condições impactariam sobremaneira o discurso.

A chave para o manejo dos 14 parâmetros, cujo referencial é a realidade, e sua correta aplicação em objetos específicos está no que Charron e Bonville (2016: 130) denominam de “conjuntura” e “estrutura”, conceitos para designação de “fenômenos no espaço e no tempo”. Análises que busquem identificar ‘mudanças normais’ ou ‘crises paradigmáticas’ precisam

---

<sup>13</sup> Antes de Charron e Bonville, em *Discurso e mudança social*, o linguista britânico Norman Fairclough, desenvolveu a ‘Teoria Social do Discurso’ e já defendia a máxima de que ‘não há texto sem contexto’, sendo aquele derivado deste.

considerar – uma em oposição a outra – a ‘conjuntura’ enquanto “flutuação” e de evolução célere, dinâmica, e a ‘estrutura’ enquanto “transformação”, constituída de elementos estáveis, recorrentes<sup>14</sup>. Isso faz com que o somatório das perspectivas de cada parâmetro possa indicar o grau da mudança paradigmática. Assim:

É preciso entender e explicar o papel de cada um dos parâmetros nas flutuações conjunturais e nas transformações estruturais do jornalismo. Em outras palavras, é necessário expor as relações que unem, de um lado, a organização econômica, política e social, os fundamentais materiais e técnicos dos meios de comunicação (variáveis independentes) e, de outro, os modos de organização do trabalho dos jornalistas, as representações que têm de seu próprio papel e as características semânticas ou estilísticas de suas produções (variáveis dependentes). Afinal, a nosso ver, esses fatores contribuem para explicar as mutações do paradigma jornalístico. (CHARRON; BONVILLE, 2016: 136.)

Um caso abordado como exemplo pela dupla de teóricos indica como os fenômenos devem ser analisados na perspectiva dos ‘estudos sobre as mutações do jornalismo’. No entre séculos XVIII e XIX, nos Estados Unidos, os meios de comunicação impressos ganharam escala de reprodutibilidade. Os custos para produção do jornal seguiam concentrados na confecção do original, mas as reproduções de protótipos constituíam-se proporcionalmente maiores. O preço do papel e a ausência de automatização (as folhas eram dobradas à mão) pesavam nessa conta. Ainda assim, Charron e Bonville (2016: 133) veem tais mudanças como ‘flutuações’ que não impactavam no discurso jornalístico, uma vez que:

Estamos diante de sistemas que apresentam um conjunto de propriedades estruturais estáveis no tempo e no espaço e que especificam o sistema e outras propriedade submetidas a transformações ou mudanças transitórias, que não atingem a natureza específica do sistema. A passagem da prensa de madeira para a prensa de metal, no início do século XIX, causa uma queda do custo marginal, mas não leva a uma modificação da estrutura de custo importante o suficiente para acarretar inovações no texto jornalístico equivalentes a uma mutação paradigmática. (CHARRON; BONVILLE, 2016: 133.)

Ao observar que não basta que a mudança, em si, seja revestida de forte inovação técnica e impacto social para se caracterizar como ‘paradigmática’ no jornalismo, vamos, enfim, esboçar as características das quatro fases evolutivas. Tais fases se configuram como efetivas mutações ao longo do tempo e marcam a trajetória integral do jornalismo, desde o

---

<sup>14</sup> Charron e Bonville (2016: 161/6) assim hierarquizam a periodização da história para classificar as fases do jornalismo, do mais específico ao mais abrangente: fato → evento → conjuntura → estrutura → sistema.

início até os tempos de hoje. Charron e Bonville (2016) desenvolvem a teoria observando os meios de comunicação impressos, sem prejuízo que seja aplicada aos demais meios. Para efeito deste trabalho, a observância a textos impressos funciona tanto para o jornal quanto para o livro.

A dinâmica de apresentação da teoria comporta a carga de influência que os parâmetros têm entre si, podendo ser exercida sem levar em conta o grau de hierarquização, independentemente do nível micro ou macro (o parâmetro 12 pode impactar no parâmetro 3, por exemplo). Lançando mão de proposições para cada uma das fases do jornalismo – consideradas como hipóteses de explicação –, os teóricos vão costurando os cenários das distintas épocas. A cada proposição hipotética, a ser comprovada empiricamente em objetos específicos, acrescentam-se fórmulas sinalizadas pelo número do parâmetro (ver **Figura 1**) e símbolos em formato de setas.

Charron e Bonville (2016: 136/7), considerando o contexto histórico, listaram rapidamente os elementos básicos e predominantes em cada uma das fases do jornalismo. Em seguida, em exercício valendo-se dos parâmetros, associaram o texto do jornal às suas origens, em referencial de causa e efeito. No ‘jornalismo de transmissão’, “as esferas da economia e da política não são totalmente distintas”, sendo que “o poder político é exercido de maneira autocrática”. Por sua vez, o ‘jornalismo de opinião’ é marcado por uma “sociedade pré-industrial”, eminentemente “rural” na qual a atividade mercantil constitui a principal fonte de acúmulo do capital”.

De outro lado, o ‘jornalismo de informação’ nasce de uma “sociedade industrial” e urbanizada na qual este tipo de produção “constitui a principal fonte de acúmulo de capital”. Em estágio de “sociedade pós-moderna”, o ‘jornalismo de comunicação’ consolida-se em atmosfera “fortemente urbanizada na qual o setor de consumo é a principal fonte de acúmulo em prol do capital financeiro” (CHARRON; BONVILLE, 2016: 136/7). A partir dessas hipóteses, foram construídas proposições, iniciando invariavelmente pelo texto manifesto do jornal – os parâmetros 1, 2 e 3, agora denominados P<sub>1</sub>, P<sub>2</sub> e P<sub>3</sub>, respectivamente (e o símbolo vale para os 14 parâmetros). Veja como ficou delineada cada fase do jornalismo:

[*Jornalismo de transmissão*]. O texto jornalístico é constituído principalmente por correspondências sobre a atualidade econômica e sociopolítica estrangeira, que provêm sobretudo de leitores, de correspondentes mais ou menos regulares, do editor, de outros jornais ou de patronos políticos do jornal ([P<sub>2</sub>, P<sub>2</sub>] ← P<sub>8</sub>). Ele também comporta textos literários ou filosóficos sobre temas não ligados à atualidade, destinados à

elite sociocultural e política ( $P_2 \leftrightarrow P_{10}$ ), bem como notícias sobre a vida pública ou privada dos dirigentes políticos (por exemplo, os boatos da corte ( $P_1 \leftrightarrow [P_8, P_{10}]$ )). (CHARRON; BONVILLE: 2016: 139.)

[*Jornalismo de opinião*]. O texto jornalístico é principalmente constituído por artigos sobre política (por exemplo, a crônica parlamentar) ou por artigos de opinião (por exemplo, editorial) e se insere em um jornal cujo conteúdo consiste, sobretudo, em uma colagem sistemática de textos originais e de notícias provenientes de fontes diversas, especialmente de outros jornais. Os textos de opinião defendem os interesses econômicos, sociais ou políticos de grupos dos quais depende o jornal ( $[P_1 P_2] \leftarrow P_5$  ■<sup>15</sup>  $P_9$ ). Além disso, o jornal contém informações factuais, principalmente sobre comércio e os transportes, necessárias para o funcionamento da economia local ( $P_2 \leftrightarrow P_{14}$ ), textos literários destinados a distrair o público burguês e instruído da imprensa de opinião ( $P_2 \leftrightarrow P_{10}$ ). (CHARRON; BONVILLE, 2016: 141.)

[*Jornalismo de informação*]. O jornal de informação é caracterizado por um tipo particular de texto, a “notícia”. Esta trata de assuntos diversos, mas retrata especialmente personagens importantes nos campos político, econômico, social, cultural, etc. O principal objetivo da notícia é descrever fielmente a realidade tal como o jornalista a apreendeu ( $P_1$ ). Essas matérias são destacadas no jornal por meio da tipografia, da disposição, do layout, etc. ( $P_2$ ). (CHARRON; BONVILLE, 2016: 142.)

[*Jornalismo de comunicação*]. O empresário, vendo na inovação técnica oportunidades para valorização do capital, cria novos serviços midiáticos que têm como consequência o crescimento da produção midiática disponível aos consumidores ( $P_6 \leftarrow P_7 \leftarrow P_{14}$ ), o que acarreta um aumento exponencial da oferta. Passa a ser mais difícil captar a atenção do público, solicitada por essa oferta abundante ( $P_{10} \leftarrow P_{14}$ ). As empresas e os jornalistas, sensíveis às mudanças nas condições de produção da informação, mobilizam sua inteligência e sua imaginação para conceber práticas discursivas e normas profissionais mais bem adaptadas a essas novas condições ( $[P_1 \leftarrow P_2 \leftarrow P_3] \leftarrow [P_4 \leftarrow P_5] \leftarrow P_6$ ). (CHARRON; BONVILLE, 2016: 143/4.)

Nas relações de causa e efeito das citações fica notório como o contexto se sobressai para explicar as condições discursivas do jornalismo. Isso levou os teóricos a considerarem uma quinta hipótese para além das quatro caracterizadas acima e aqui referenciadas enquanto fases evolutivas. “Devemos, portanto, formular [...] que as mutações do paradigma jornalístico podem ser atribuídas, no caso presente, a mudanças estruturais na economia”, avaliam Charron e Bonville (2016: 148). Isto é, o jornalismo seria regido pelo “parâmetro dominante no tipo de sociedade em questão”. Eles advertem como é comum errar desprezando o contexto em prol da delimitação do objeto de estudo.

---

<sup>15</sup> Ao não localizar símbolo idêntico ao usado pelos autores no *software* que serviu para redação deste trabalho (retângulo cortado por ‘x’), adotamos o retângulo escuro, sem prejuízo de compreensão, a nosso ver.

Os limites de várias aplicações dessas teorias particulares não se devem tanto a suas falhas intrínsecas, mas ao fato de que os pesquisadores, sem dúvida influenciados inconscientemente pelo modelo dominante na ciência social contemporânea, buscam isolar seu objetivo de estudo de seu ambiente concreto a fim de melhor “controlar as variáveis”... Esse método não é condenável em si: é simplesmente incompleto. À decontextualização que a etapa da análise científica constitui (o teste da hipótese), é preciso acrescentar uma etapa de recontextualização da observação, uma contextualização dos resultados da análise na globalidade concreta. (CHARRON; BONVILLE, 2016: 159.)

Em linha de raciocínio semelhante, o professor Manoel Henrique Tavares Moreira (2015) problematizou a difícil tarefa, sempre “indireta”, de recuperação do contexto histórico, muitas vezes contaminado de interpretações subjetivas. Para isso, defende como instrumento a observação da realidade pretérita a partir dos vestígios que são encontrados ainda hoje. No caso dos meios impressos, a partir dos textos que apontam como era o jornalismo de então. Ele se valeu da teoria de Charron e Bonville para caracterizar a mutação do jornalismo de opinião para o de informação com a formação de dois conglomerados midiáticos no Brasil: Diários Associados e Grupo Globo, como visto a seguir:

Daí nossa opção por buscar compreender o fenômeno da transformação do jornalismo praticado no país ao final do século XIX e o surgimento dos primeiros impérios midiáticos no Brasil, **por meio de sua reconstrução histórica e do impacto que provocou na sociedade brasileira.** (MOREIRA, 2015: 24, grifos do autor.)

O desafio desta tese de doutorado, ao incorporar os ‘estudos sobre as mutações do jornalismo’ como ponto teórico, está em compreender em que fase paradigmática os textos jornalísticos de Euclides da Cunha podem ser inseridos. A inovação desses discursos, no que se refere à ‘produção, coleta e formatação’, certamente compõe mudanças no que se refere ao que se praticava até então. E fomos atrás destes vestígios textuais que, somada ao entendimento acerca do contexto da época, podem configurar uma análise relevante para a história do jornalismo brasileiro. A um objeto específico e delimitado vamos jogar luz à teoria de Charron e Bonville (2016).

## **1.2 Procedimento metodológico: pesquisa bibliográfica**

O primeiro passo do percurso metodológico para o desenvolvimento da pesquisa sobre o jornalismo de guerra de Euclides da Cunha foi uma revisão bibliográfica, que permitiu a

nossa familiarização com obras que foram adotadas posteriormente, quando da focalização específica do objeto de pesquisa. O escopo foi ampliar o conhecimento sobre o estado da arte da temática ‘jornalismo de guerra’, na perceptiva prática (reportagens), teórica (conceitos) e histórica (trajetória). Efetivamos estudo extenso e suficientemente amplo para que o pesquisador tomasse as decisões necessárias, diante do *corpus* de pesquisa, com a compreensão mais nítida das partes integrantes da problemática geral.

A partir do conhecimento advindo da academia – graduação e mestrado – e da carreira profissional na área – jornalista e professor –, o pesquisador pode demarcar bem a fase de início do doutorado: estudo acumulado e diversificado acerca da correspondência de guerra, em diferentes épocas e lugares, empreendida por repórteres de múltiplas nacionalidades, em condições de produção igualmente distintas. Isto é, já tínhamos construído um panorama científico consideravelmente vasto, em função da pesquisa e da produção acadêmica, e ainda sentíamos a necessidade de aprofundar a pesquisa bibliográfica para que, no doutoramento, um sentido de ineditismo vingasse.

Como já abordado na seção **Apresentação**, a pesquisa científica para titulação (1) na graduação se deteve em John Reed, na cobertura da Revolução Russa; e (2) no mestrado, em Visconde de Taunay e Euclides da Cunha, nas coberturas da Guerra do Paraguai e Guerra de Canudos, respectivamente. Ao longo dos quatro anos cursando o doutorado, o horizonte de leitura cresceu de modo a agregar novas perspectivas sobre a guerra e na busca incansável para acertar a medida no que, de fato, mais inquietava o pesquisador acerca das coberturas jornalísticas desse evento tão marcante e frequente na sociedade em que vivemos, ontem, hoje e amanhã, nos quatro cantos do globo terrestre.

A literatura predominante foi a de narrativas de guerra, sejam elas correspondência, jornalismo ou ficção, conquanto a bibliografia mais reflexiva também fizesse parte do cardápio literário. Recorremos à *Primeira vítima*<sup>16</sup>, de Philip Knightley (1978), atrás de um panorama sobre a correspondência praticada ao redor do mundo e nos deparamos com a preocupação política de tais coberturas: como a verdade do texto jornalístico é construída, a partir das condições impostas – ou dos interesses envolvidos – pelos lados beligerantes. Então, escolhemos começar por sete clássicos, precisamente os lançados pela Editora Objetiva, na coleção *Jornalismo de Guerra*.

---

<sup>16</sup> O livro *A primeira vítima*, de Philip Knightley, conta a trajetória de correspondentes de guerra em nível internacional, sob a perspectiva da verdade transmitida pelos relatos jornalísticos em situação de conflito, desde a Guerra da Crimeia até a Guerra do Vietnã.

O livro de Jon Lee Anderson (2004) – *A queda de Bagdá* – abriu a série contando sobre a 2ª Guerra do Golfo (2003-2011). No ano seguinte, foram lançados mais quatro volumes: *Despachos do front*, de Michael Herr (2005), ambientado na Guerra do Vietnã (1959-1975); *Diário de Guadalcanal*, de Richard Tregaskis (2005), sobre a sangrenta batalha na ilha situada no oceano Pacífico durante a 2ª Guerra Mundial (1939-1945); *O inverno da guerra*, de Joel Silveira (2005), acerca do *front* brasileiro no fim da 2ª Guerra Mundial; e *O gosto da guerra*, de José Hamilton Ribeiro, que narra sua experiência como sobrevivente na Guerra do Vietnã.

A coleção da editora Objetiva encerrou com *Um escritor na guerra*, de Vassily Grossman (2008), em raro relato pelo lado soviético da 2ª Guerra Mundial; e *A face da guerra* (2009), de Martha Gellhorn, que reúne coberturas ao longo do século XX desta que é considerada uma das mais importantes correspondentes de guerra da história. O prazer da leitura em todas as obras chamava a atenção, cativava o pesquisador, assim como era notório o interesse pelo meio de comunicação pelo qual foi possível localizar rapidamente tais relatos – o livro – e, em particular, pelo jornalismo praticado nas brochuras, que se convencionou denominar de livro-reportagem.

Fomos atrás de duas coletâneas que, de algum modo, juntavam boa parte do que há de mais importante no universo da reportagem produzida nos séculos XIX e XX no Brasil e no exterior: respectivamente, *A arte da reportagem*, organizada por Igor Fuser (1996); e *O grande livro do jornalismo*, organizado por John Lewis (2008). Nessas obras, por exemplo, foi possível ver um Winston Churchill correspondente de guerra na África do Sul e um Ryszard Kapuscinski na cobertura da Guerra do Futebol<sup>17</sup>, entre Honduras e El Salvador. Novamente, a pesquisa se dava por intermédio do livro, embora a esmagadora maioria das reportagens tenha como origem as páginas da imprensa, em jornais ou revistas.

No entanto, apesar de o pesquisador seguir na leitura sobre guerras – livros clássicos ou novidades, presenteados por amigos, comprados ou emprestados de bibliotecas –, nascia e ganhava forma uma proposta de pesquisa: o interesse prioritário pelo que se produzia sobre o tema no Brasil. E surgia então uma nova complicação: mas o Brasil não teve guerras – à exceção da Guerra do Paraguai –, apesar de o estudo de história na escola apresentar um contínuo derramamento de sangue em território nacional. No **Capítulo 2**, apresentamos sob

---

<sup>17</sup> O britânico Winston Churchill, pelo *Daily Telegraph*, e o polonês Ryszard Kapuscinski, pela agência estatal de seu país, a *PAP*, atuaram como correspondentes de guerra, respectivamente, em conflitos na África (1900) e na América Central (1969).

quais conceitos trabalhamos o fenômeno guerra e pudemos ver que a sociedade brasileira está moldada sob esse paradigma ao longo do tempo.

Assim, revisitamos narradores que recuperaram antigos relatos de guerra no Brasil, ainda em um tempo em que não tínhamos prensa por aqui – e, portanto, nada de livro ou imprensa. Eram cartas, documentos de guerra, fragmentos noticiosos, estudos, diários. Tivemos a oportunidade de, entre outros, ler textos originais, como *A carta de Pero Vaz de Caminha*, um dos primeiros registros conhecidos sobre o Brasil que já antecipava o massacre indígena que viria após a chegada dos portugueses; e *Memórias de Garibaldi*, de Alexandre Dumas, em que o escritor conta a saga de Giuseppe Garibaldi (1807-1882) durante a Guerra dos Farrapos (1835-1845)<sup>18</sup>, no sul do Brasil.

Outro caminho foi a da consulta a pesquisas que nos fazem lembrar que conflitos armados aconteceram em série em nossa história. Os trabalhos de Edvaldo Mello (2010) em *O Brasil holandês*; e de Mathias Assunção (2011) em *História do Balaio: historiografia, memória oral e as origens da Balaiada*, ficam em nossa memória em razão de que os indivíduos à época não puderam tomar conhecimento sobre as atrocidades cometidas no Nordeste, nos séculos iniciais do Brasil. Em alguns aspectos, Antonio Candido (2007), em *Formação da literatura brasileira*, apresenta a experiência de escritores com a guerra, no tempo em que a profissão de jornalista não estava formalizada.

Ainda no campo da historiografia, mas, desta feita sobre a imprensa, recorreremos neste percurso – e ao longo de todo o processo de escrita desta tese – ao clássico *História da imprensa no Brasil*, de Nelson Werneck Sodré (1999), e ao contemporâneo *História dos jornais no Brasil*, de Matías Molina (2015). Notamos, sobretudo, que o resgate dos textos da imprensa, efêmeros por natureza, acabam por ser recuperados pelos livros. Tanto Sodré quanto Molina apresentaram dados marcantes sobre a imprensa brasileira, desde os primórdios (títulos, datas). Porém, o texto da imprensa em si, na maioria das vezes, se perde – se não publicados em brochuras – ou ficam restritos a extensas pesquisas em bibliotecas.

Importantes coberturas de guerra, publicadas em livro, também integraram a pesquisa exploratória. No século XIX, a atenção foi dada ao trabalho de Euclides da Cunha, pois permitia a análise em jornal (*O Estado de S. Paulo*) e em livro (*Os sertões*). No século XX, foco no jornalismo praticado em dois momentos diferentes – 2ª Guerra Mundial e Guerra do Vietnã – por intermédio, de um lado, de Rubem Braga (*Diário Carioca e Crônicas da guerra*

---

<sup>18</sup> A Guerra dos Farrapos (ou Revolução Farroupilha) eclodiu contra o governo imperial, mobilizada na área rural, e pregava a independência da então província de São Pedro do Rio Grande do Sul.



na Itália) e Joel Silveira (Diários Associados e *O inverno da guerra*) e, de outro, de José Hamilton Ribeiro (*Realidade* e *O gosto da guerra*). Os três estiveram *in loco*, enviados por órgãos de imprensa, e publicaram seus relatos em livro.

No século XXI, chamaram a atenção duas experiências: a de Sérgio Dávila e Juca Varela, na 2ª Guerra do Golfo, e a de Klester Cavalcanti, na Guerra Civil Síria (2011–). Os primeiros estiveram no Iraque, pela *Folha de S. Paulo*, e editaram *Diário de Bagdá*; e o segundo viajou para a Síria, pela *Isto É*, e lançou *Dias de inferno na Síria*. Interessamo-nos ainda pela atual violência urbana no Brasil, caracterizada como ‘guerra surda’, em razão do número de homicídios, como tratamos no **Capítulo 2**. As consultas a jornais diários – *Folha de S. Paulo* e *Extra*, por exemplo – reforçam o desafio do jornalismo na cobertura *in loco* de tais ocorrências, afastando-a da correspondência de guerra em si.

A pesquisa, assim, passou a ser organizada a partir da confecção de propostas de sumário para a tese de doutoramento. De quando em quando, rascunhava-se novo desenho, com ajustes aqui e acolá. Conforme as leituras e a redação evoluíam, modificações no sumário eram indicadas – até que se chegou ao que ora foi apresentado. A perspectiva histórica – analisar três séculos – e a forma de jornalismo praticado (imprensa/livro) resistiram às inúmeras mudanças. As variações no *corpus* de análise e nas teorias a serem exploradas sugeriam-nos que estávamos no caminho árduo de perseguir o objeto, encontrando-o da forma mais nítida possível.

Em um dos sumários construídos, constou a inserção de dois relevantes trabalhos de correspondentes brasileiros de guerras que, por publicarem somente em jornais, ficaram esquecidos pela historiografia: no século XIX, José Cândido Gomes, considerado o primeiro a praticar o ofício no Brasil, durante a Guerra do Paraguai, pelo *Jornal do Commercio*; e Rafael Correa de Oliveira, que acompanhou a Coluna Prestes (1925-1927) em sua trajetória pelos confins do território nacional, pelos Diários Associados. A perspectiva, em ambos os casos, era evidenciar como a cobertura exclusivamente realizada pela imprensa – por mais significativa que seja – acaba por ser esquecida.

Um caso emblemático desta *praxe* aconteceu no ano de 1973, quando dois jornalistas brasileiros – Dorrit Harazim e Humberto Vasconcellos – estavam no lugar certo, na hora certa. Quando estourou o golpe de Estado no Chile, que ascendeu o general Augusto Pinochet ao poder, ambos figuravam na cidade de Santiago, por outras razões, e registraram tudo o que ocorria no Palácio de La Moneda para as publicações *Veja* e *Jornal do Brasil*, respectivamente. Relatos raros, furos de reportagem por aqui, que não resistiram ao tempo e,

hoje, são páginas da imprensa alvos de simples consulta para curiosos ou de pesquisa científica para acadêmicos.

Em nosso estudo, estivemos expostos a diferentes narrativas de guerra, todas citadas na seção **Referências Bibliográficas**, e não cabe se alongar mais acerca de cada um dos títulos. O que buscamos aqui foi mostrar como se deu o percurso até que o objeto de pesquisa fosse refinado como se apresenta agora. Não podemos esquecer, no entanto, a incursão na narrativa ficcional de guerra, parte integrante da pesquisa bibliográfica, estágio inicial desta pesquisa. Tal literatura evidencia, muitas vezes, o que o jornalismo não é capaz de mostrar tão claramente: verdades na perspectiva do pensamento dos indivíduos envolvidos nas ferrenhas refregas, seus medos, angústias, sentimentos e vontades.

A epígrafe deste pesquisador, apresentada em sua dissertação de mestrado, faz referência à frase de uma personagem do livro do escritor Arturo Pérez-Reverte (2008), em *O pintor de batalhas*. André Faulques – na trama, histórico correspondente fotográfico de guerra – interrompe sua jornada e passa a viver isolado de tudo e de todos, pitando um grande painel sobre as guerras. A complexidade em retratar o evento guerra foi percebida pelo pesquisador que, em alusão ao livro ficcional, elaborou frase que reflete como, ao adotar o gênero textual diário na composição do texto jornalístico, o correspondente extravasa a própria subjetividade na busca por reportar aquelas terríveis experiências:

– Eu pinto a foto [*de guerra*] que não pude tirar. (Frase de Andrés Faulques, protagonista de *O Pintor de Batalhas*, de Arturo Pérez-Reverte.)

– Eu romanceio a correspondência de guerra que não pude narrar. (Reflexão do autor desta dissertação em seu diário de pesquisa sobre a correspondência de guerra). (CORRÊA, 2012: 5.)

Em verdade, em certa medida, factualidade e ficcionalidade se misturam na construção de tais narrativas. Dois emblemáticos casos marcaram esta visão: *Nada de novo no front*, de Erich Maria Remarque, e *É isto um homem?*, de Primo Levi, nos quais os autores, enquanto sujeitos da guerra no teatro de operações, testemunharam os eventos e buscaram retratar todo o sofrimento que viveram. Seja a experiência de matar e morrer, protagonizada por Paul Baumer, na 1ª Guerra Mundial (1914-1918); seja a vivência em campos de concentração nazistas, com os horrores praticados por seres humanos uns com os outros, que Levi sentiu na própria pele na 2ª Guerra Mundial.

Durante a pesquisa bibliográfica, percebemos a “Teoria dos Meios de Comunicação” como um dos caminhos para a análise desses textos, uma vez que a problemática entre imprensa e livro já era uma constante do trabalho. As funções dos meios nos ajudaram a compreender mais apropriadamente as diferenças entre as coberturas. Ao conferir importância central às questões historiográficas, desde muito cedo, procuramos explicações científicas que permitissem entender como o ofício da correspondência de guerra foi sendo moldado ao passar dos anos. E encontramos na “Teoria sobre as Transformações do Jornalismo” um ponto teórico para tal empreitada.

A partir das frequentes sessões de orientação – que se intensificaram na fase de redação da tese – e também tendo em vista o avanço no tempo, norteamos-nos por definir novo e último sumário, reorganizando uma vez mais o escopo da pesquisa. Ao olhar para as duas teorias, entendemos que o recorte poderia ser mais bem ajustado se levasse em conta, exclusivamente como objeto central, o jornalismo de guerra de um repórter que aliasse a dicotomia imprensa/livro e trabalhasse em um momento histórico de transição do jornalismo (de opinião para o de informação): Euclides da Cunha, autor (sobre a Guerra de Canudos) de memoráveis reportagens para *O Estado de S. Paulo* e do clássico *Os sertões*.

### **1.3 Critérios de seleção do *corpus***

No caminhar da pesquisa, vários sumários foram produzidos indicando a delimitação do *corpus* de análise. Sem que ainda houvesse critérios bem consolidados, as propostas eram apresentadas a partir de ideias-macro e passavam a conduzir a continuidade dos estudos. Desconsideramos os que foram formulados nos dois primeiros anos do curso de doutoramento, uma vez que ainda era uma fase de conclusão dos créditos disciplinares obrigatórios e sequer a qualificação havia sido vencida. Foi a partir daí, portanto, que a pesquisa contou com dois sumários ao longo de meses, configurados sob propostas distintas, até que finalmente fosse modificado pela última vez.

No **Quadro 4**, está uma das versões duradouras de esboço de sumário desta pesquisa, que levava em conta somente o ponto teórico dos ‘meios de comunicação’. Por isso, os capítulos sugeridos para o exame do *corpus* funcionavam a partir de duas variáveis: (1) estudo comparado de três repórteres que publicassem na imprensa e em livro sobre a mesma guerra, em períodos distintos; e (2) correspondência de guerra de outros três profissionais, cujas coberturas sinalizassem fortemente as funções dos meios de comunicação pelas quais tinham

sido divulgadas, também em épocas diferentes. Ao todo, eram seis coberturas autorais, sendo duas para cada século: XIX, XX e XXI.

Por esta versão de sumário, o estudo comparado seria sobre o trabalho de Euclides da Cunha, José Hamilton Ribeiro e Sérgio Dávila/Juca Varella. A ênfase nas funções dos meios de comunicação seria captada por intermédio das coberturas de José Cândido Gomes, Rafael Correa de Oliveira e Klester Cavalcanti (ver **Quadro 4**). E, assim, pensávamos: constituiríamos um painel suficientemente amplo, capaz de apontar como as funções dos meios interferiram na correspondência brasileira de guerra ao longo do tempo. De tão vasto, o estudo foi tornando-se inexequível, pois carecia de resgate de textos pouco acessíveis e de *corpus* dilatado, por demais, conforme quadro a seguir:

#### **Quadro 4 – Versão nº 1 do sumário desta pesquisa**

- 3. Estudo comparado entre a correspondência de guerra em livro e na imprensa.**  
3.1. Euclides da Cunha: os despachos para *Estadão* e *Os sertões* – Guerra de Canudos.  
3.2. José Hamilton Ribeiro: da revista *Realidade* para *O gosto da guerra* – Guerra do Vietnã.  
3.3. Sérgio Dávila/Juca Varella: diários na *Folha* e *Diário de Bagdá* – 2ª Guerra do Golfo.
- 4. As funções ‘memória’ e ‘atualidade’ na correspondência de guerra.**  
4.1. José Cândido Gomes: o ‘ignorado’ primeiro correspondente – Guerra do Paraguai.  
4.2. Rafael Correa de Oliveira: entre o imediato e o esquecimento – Coluna Prestes.  
4.3. Klester Cavalcanti: o livro-reportagem e a ‘memória da atualidade’ – Guerra Civil Síria.

**Fonte:** elaborado pelo autor

Imediatamente em substituição a este, construímos nova proposta de sumário, desta vez preocupada também com a introdução de novo ponto teórico (com a incorporação das ‘transformações do jornalismo’). No **Quadro 5**, está a segunda versão de sumário, exatamente a que antecedeu a definitiva. A nova proposta tinha como objetivo organizar a pesquisa em três capítulos de análise, separados a partir do trabalho de três repórteres, cada qual tendo a cobertura sido desenvolvida em séculos subsequentes. Embora menor no escopo, permanecia a perspectiva de exame entre imprensa e livro, em diferentes épocas, sobretudo considerando o texto e o contexto de tais produções.

Pela nova versão de sumário, os trabalhos de Euclides da Cunha, José Hamilton Ribeiro e Sérgio Dávila/Juca Varella (e suas respectivas obras sobre guerras) compunham o *corpus*. O ambiente sócio-histórico – com destaque para autores, modos de produção e guerras – era um dos parâmetros de comparação entre as fases do jornalismo. E o segundo parâmetro era o resultado da análise dos textos levando em conta as funções dos meios

impressos de comunicação – notadamente, imprensa e livro. Buscava-se desenhar uma evolução do jornalismo de guerra praticado no Brasil. E assim chegamos à segunda versão do sumário, com o escopo da pesquisa, conforme **Quadro 5**, abaixo:

#### **Quadro 5 – Versão nº 2 do sumário desta pesquisa**

**3. Euclides da Cunha: os despachos para o *Estadão* e *Os sertões* – Guerra de Canudos.**

3.1. O contexto do século XIX: o autor, a produção e a guerra.

3.2. O jornal parcial, o livro total e a guerra euclidiana.

**4. José Hamilton Ribeiro: da revista *Realidade* para o livro – Guerra do Vietnã.**

4.1. O contexto do século XX: o autor, a produção e a guerra.

4.2. O ‘furo’ de reportagem, o livro como extensão e o sobrevivente de guerra.

**5. Sérgio Dávila/Juca Varela: os diários na *Folha* e em livro – 2ª Guerra do Golfo.**

5.1. O contexto do século XXI: o autor, a produção e a guerra.

5.2. A factualidade no jornal, as histórias organizadas e as facetas da guerra.

**Fonte:** elaborado pelo autor

A partir da construção e reconstrução de propostas de sumário, desviamos a rota e fomos atrás de critérios claros que aproximassem o *corpus* ao objeto de pesquisa. Não interessava mais uma ideia-macro a ser aplicada teórica e empiricamente. Era necessário inverter esta lógica e as características labutadas há meses seriam recortadas, enfim, de modo a restar inquestionável as pretensões do pesquisador. Aos poucos, fomos juntando as variáveis, com o lançamento de perguntas que norteavam os estudos, cujas respostas se transformavam rapidamente em critérios para inclusão ou exclusão no *corpus*. E o somatório de critérios compôs o **Quadro 6**.

Nele, articulamos os seis profissionais até então tratados como *corpus*, considerando o sumário à época, e estabelecemos seis critérios básicos como linha de corte, formulados por meio de perguntas. O primeiro e o segundo deles – comum a todos – impunham a nacionalidade como a brasileira e a cobertura *in loco*, respectivamente. O terceiro critério consistia na condição de ter publicado relatos sobre a mesma guerra, tanto na imprensa quanto em livro. E aqui os ‘esquecidos’ José Cândido Gomes e Rafael Correa de Oliveira não se encaixavam, uma vez que suas coberturas chegaram somente ao conhecimento do público em suas respectivas épocas, por meio de jornais.

O critério seguinte exigia que, uma vez publicado nos dois meios impressos de comunicação, os textos deveriam ser inéditos, em vez de mera reprodução da imprensa ao livro. Enquanto Euclides da Cunha e Sérgio Dávila/Juca Varela tinham produzido conteúdos

distintos, o mesmo não pode ser conferido nas obras de José Hamilton Ribeiro e de Klester Cavalcanti. O primeiro praticamente republica o relato impactante exibido na revista *Realidade* ao lançar *O gosto da guerra*, com alterações de forma e inclusão de capítulo para contextualização, à parte. O segundo resume a experiência vivida no Oriente Médio e explorada em *Dias de inferno na Síria* e veiculada na revista *Isto É*.

O que Euclides da Cunha e Sérgio Dávila/Juca Varella se propõem a fazer, em livro, tem perspectivas diferentes. *Os sertões* narra os antecedentes, o início, o meio e o fim da Guerra de Canudos, enquanto que *Diário de Bagdá* objetiva tão somente contar os 30 dias vividos, por seus autores, no Iraque. Desta forma, o quinto critério retira Dávila e Varella da condição de elegibilidade enquanto *corpus* de pesquisa. Note que, na aplicação dos critérios, não estamos a avaliar a qualidade dos escritos e, sim, as condições necessárias para que as teorias possam ser aplicadas ao *corpus* selecionado, de maneira que possamos extrair resultados singulares ao longo deste estudo.

Por fim, evidenciamos como último critério de abordagem as fases de transformação do jornalismo, buscando caracterizar os autores em épocas de transição de um tipo de jornalismo a outro. Sob esse aspecto, além de Euclides da Cunha produzir no curso da evolução do ‘jornalismo de opinião’ para o ‘de informação’, somente Sérgio Dávila/Juca Varella e Klester Cavalcanti podem ser reconhecidos na mesma condição, mas do ‘jornalismo de informação’ para o ‘de comunicação’. Os demais estão claramente produzindo em pleno desenvolvimento de fases específicas, citadas na **Seção 1.1.2**. Abaixo, sistematizamos os critérios aplicados a cada um dos seis autores em questão:

**Quadro 6 – Aplicação de critérios para definição do corpus da pesquisa**

	<b>José Cândido Gomes</b>	<b>Euclides da Cunha</b>	<b>Rafael Correa de Oliveira</b>	<b>José Hamilton Ribeiro</b>	<b>Sérgio Dávila/Juca Varella</b>	<b>Klester Cavalcanti</b>
<b>Brasileiro?</b>	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
<b>Cobertura <i>in loco</i>?</b>	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
<b>Publicação (imprensa/livro) sobre a guerra?</b>	Não	Sim	Não	Sim	Sim	Sim
<b>Publicações inéditas?</b>	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não
<b>Enredo completo no livro?</b>	Não	Sim	Não	Não	Não	Não
<b>Período de transição do</b>	Não	Sim	Não	Não	Sim	Sim

jornalismo?						
-------------	--	--	--	--	--	--

**Fonte:** elaborado pelo autor

Dessa forma, superamos a fase da pesquisa bibliográfica e delimitamos precisamente o *corpus*, fazendo com que o material produzido por outros jornalistas – e alvo de amplo estudo neste percurso acadêmico – funcionasse como ferramenta histórica de comparação e análise. Assim, o *corpus* de pesquisa selecionado restou sendo o (1) jornalismo de guerra de Euclides da Cunha, produzido por meio (2) dos textos publicados sobre a Guerra de Canudos no jornal *O Estado de S. Paulo* e (3) do texto publicado no livro *Os sertões*. Tais textos, por sua vez, devem ser analisados sob as seis perspectivas, descritas a seguir, definidas a partir dos critérios adotados acima:

- 1) Brasileiro: para demarcar o lugar de fala do autor dos relatos, reforçando o anseio do pesquisador em contribuir para a reflexão acerca das práticas jornalísticas desenvolvidas no Brasil;
- 2) Produção de relatos testemunhais: para continuar a cadência empreendida nos estudos anteriores, refletindo sobre o modo de produção, característico do jornalismo, que considera a figura do repórter no teatro dos acontecimentos;
- 3) Publicação em meios impressos de comunicação: para destacar a imprensa e o livro, tão marcantes na evolução do jornalismo de guerra, e suas relações com a história, mesmo na contemporaneidade;
- 4) Ineditismo da publicação na imprensa e em livro: para esmiuçar as características e propriedades específicas da construção narrativa desenvolvida para cada um dos meios impressos de comunicação;
- 5) Narrativa em que o livro apresenta enredo completo: para buscar a compreensão do significado do jornalismo enquanto fenômeno capaz de explicar os acontecimentos em toda a sua complexidade, com início, meio e fim; e
- 6) Período de transformações do jornalismo: para contextualizar, social e historicamente, o tipo de jornalismo que se praticava à época das publicações, buscando evidências acerca das contribuições do autor para o ofício.

## 2 COBERTURAS DE GUERRA NO BRASIL: BREVE TRAJETÓRIA

Neste capítulo, nos dedicamos a passear pela trajetória das coberturas jornalísticas de guerra ao longo de nossa história, desde o século XIX até chegar ao século XXI. Longe da aspiração de referenciar todos os correspondentes que estiveram no *front*, buscamos situar os períodos mais marcantes desta trajetória, a fim de compor o contexto midiático para a aplicação teórica-metodológica, apresentada no **Capítulo 1**, ao *corpus* da pesquisa, tratado no **Capítulo 3**. Na **Seção 2.1**, cuidamos de seus antecedentes, isto é, resgatamos registros impressos de guerras desencadeadas em território nacional, em meio a combates que o Brasil experimentou a partir de 1500, com a chegada dos portugueses.

Na **Seção 2.2**, tratamos do início das coberturas de guerra, em meados do século XIX, (o trabalho jornalístico de Euclides da Cunha, na Guerra de Canudos, está aqui inserido) e evoluímos para a explosão da prática, que marcou a carreira de correspondentes brasileiros e emocionaram o público com relatos de verdadeiros sobreviventes de guerra, como no clássico caso de José Hamilton Ribeiro, na Guerra do Vietnã. Em específico, na **Seção 2.2.1**, destacamos os dilemas para o desenvolvimento do jornalismo de guerra no Brasil a partir do século XXI, momento em que os conflitos armados vão mudando de configuração e a violência urbana chega a níveis assustadores.

### 2.1 Relatos sobre guerras: antes do advento da imprensa

A historiografia da imprensa brasileira é farta em anotar cronologicamente as datas de funcionamento de jornais/revistas, apresentar perfis de seus criadores e esmiuçar inovações gráficas e estilísticas implementadas. Detalha ainda o contexto sociocultural e o desenvolvimento do ponto de vista tecnológico. A respeito do jornalismo de guerra, os historiadores invariavelmente ignoram a prática, a exemplo da pesquisadora Marialva Barbosa (2007), mais preocupada em contar sobre os períodos-marco da imprensa carioca realçando produtos culturais que os ilustre, e dos professores Richard Romancini e Cláudia Lago (2007), atentos à elaboração de obra síntese sobre a história nacional do jornalismo.

Outros autores, embora absorvidos por historiar a imprensa brasileira em toda a sua completude, não tratam em profundidade sobre a temática. Em verdade, como efeito de registro, dedicam poucas linhas à prática. De passagem, o historiador Nelson Werneck Sodré (1999: 205) cita o jornalismo de guerra quando aborda em que condições surgiram os



periódicos ilustrados no Brasil, em meados do século XIX, ao focalizar o lançamento de *Semana Ilustrada* (1860-1876). Após mencionar que passaram pela revista conhecidos escritores como Machado de Assis e Joaquim Manuel de Macedo, Sodré lembra que o jornal contou com correspondentes na Guerra do Paraguai:

Teve como correspondentes na guerra com o Paraguai a Joaquim José Inácio, futuro visconde de Inhaúma, Antônio Luís von Hoonholtz, futuro barão de Tefé, e Alfredo d'Escragno Taunay [futuro visconde de Taunay<sup>19</sup>] (SODRÉ, 1999: 205.)

Mais recentemente, o jornalista Matías Molina (2015: 258), ao tratar da trajetória do *Jornal do Commercio* (1827–2016), evidencia o caráter cosmopolita daquela folha. O criador foi o francês Pierre Plancher e os principais dirigentes eram igualmente “nascidos no exterior e interessados no que acontecia fora do Brasil”. “O *Jornal do Commercio* dava grande importância, desde a sua fundação, à informação internacional”, explica Molina, constatando genericamente que, já em 1833, o periódico contava com “serviço [autônomo] de correspondência do exterior” para noticiar ao restrito público leitor nacional acerca de frentes de batalha em diferentes continentes:

O *Jornal [do Commercio]* teve assim uma cobertura própria de eventos como as guerras no rio da Prata, a partir de Montevideu e Buenos Aires, a Guerra da Secessão nos Estados Unidos, os conflitos no Oriente Médio e a Guerra Franco-Prussiana. (MOLINA, 2015, 258.)

Entretanto, Molina é categórico: o primeiro brasileiro a atuar como correspondente de guerra “foi considerado” José Cândido Gomes, na Guerra do Paraguai. Feito o apontamento, segue relatando os sucessos e insucessos do *Jornal do Commercio*, sem explicar por quem Gomes teria sido “considerado” o pioneiro, tampouco quem teria realizado a tal “cobertura própria”. Por sua vez, o jornalista Cícero Sandroni (2007: 184), autor de livro sobre a trajetória do secular jornal carioca, não se refere a Gomes, mas informa que “os embates sangrentos apareciam nas páginas do *Jornal* com destaque”. Apesar de o autor mencionar os combates no Paraguai, não recupera fragmentos dos textos, como vemos a seguir:

Nelas [as páginas do *Jornal do Commercio*] estão registradas as batalhas do Tuiuti, a batalha do Curupaiti, a passagem e conquista do forte do Humaitá, a batalha do Avaí, a batalha do Itororó e a entrada das tropas comandadas

---

<sup>19</sup> O próprio visconde de Taunay (1946: 108), em *Memórias*, escreve que durante a Guerra do Paraguai, de fato, mandou “correspondência, não de todo desprovida de certo valor impressionista, publicada na *Semana Iustrada*, então muito conceituada”. Não especifica mais nada além disso.

pelo marquês de Caxias em Assunção, que obrigou [Solano] López a fugir para o interior. (SANDRONI, 2007: 184.)

Não obstante a fragmentada história do jornalismo de guerra, o “repórter brasileiro do século [XX]”, José Hamilton Ribeiro<sup>20</sup> (2003: 18/9), vê extraordinárias qualidades nas coberturas brasileiras e assinala que isso se deve a “três pilares monumentais”: (1) visconde de Taunay, autor de *A retirada da Laguna* e *Diário do Exército* sobre episódios da Guerra do Paraguai (1864-1870); (2) Euclides da Cunha, que assinou reportagens para *O Estado de S. Paulo* e publicou *Os sertões* sobre a Guerra de Canudos; e (3) Rubem Braga, que escreveu para o *Diário Carioca* e lançou *Crônicas da guerra na Itália* sobre a participação militar do Brasil na 2ª Guerra Mundial.

Ribeiro adiciona ao seletivo tripé de profissionais outros dois nomes: o repórter Sérgio Dávila e o fotojornalista Juca Varella, que noticiaram sobre a 2ª Guerra do Golfo para a *Folha de S. Paulo* e editaram *Diário de Bagdá*. Para ele, o desempenho da dupla da *Folha* está no mesmo nível “excepcional” (levantando críticas<sup>21</sup>), esquecendo-se de se referir ao próprio trabalho, desenvolvido para a revista *Realidade*, na Guerra do Vietnã. Porém, Ribeiro não aprofunda a discussão, sem a pretensão de traçar uma genealogia do jornalismo de guerra praticado no Brasil, limitando-se a elogiar a importância histórica e narrativa do *rol* de autores, como demonstrado abaixo:

A qualidade excepcional da correspondência de guerra no Brasil está ancorada em três pilares monumentais [...]

Se não houvesse Euclides da Cunha no [rio] Vaza-Barris, o massacre do [Antônio] Conselheiro e de seus beatos talvez não passasse, hoje, de um

---

<sup>20</sup> O jornalista Ricardo Kostcho (2006), na apresentação de *O repórter do século*, que reúne as reportagens de Ribeiro vencedoras do Prêmio Esso de Jornalismo, avalia que o correspondente de guerra merece o título de repórter brasileiro dos séculos XX e XXI. Já o professor de Jornalismo Paulo Paniago, da Universidade de Brasília, escreveu que há “exagero” nessa adjetivação: “Como qualificar alguém de ‘o melhor’? Quais os critérios para isso? O título [do livro de Ribeiro] é muito mais um tipo de comportamento comercial, resposta talvez da própria mídia, que consegue tratar muitos assuntos – pessoas, grupos de música, tendências literárias, qualquer coisa – como se fosse o ‘mais importante’, ‘o melhor’”. (PANIAGO *apud* CAVALCANTI-CUNHA, 2013).

<sup>21</sup> Conquanto José Hamilton Ribeiro equipare o trabalho de Sérgio Dávila e Juca Varella aos “pilares monumentais” da correspondência de guerra no Brasil (Visconde de Taunay, Euclides da Cunha e Rubem Braga), a consideração gera suspeitas. Em primeiro lugar, porque o lendário repórter não revela o nível de parentesco que possui com Dávila (ele é seu genro). Em segundo, porque em *Diário de Bagdá* a história está ambientada em 30 dias, apesar da permanência no Iraque ter sido de 18 dias. E, em terceiro lugar, as críticas são formuladas porque a maior parte do livro se passa na estrada (saindo e entrando no Iraque) e no hotel, despertando apreciações sobre a prática da ‘correspondência de hotel’, no qual escreve-se sem acompanhar as ações diretamente do teatro de operações. No entanto, *Diário de Bagdá* é inovador pela exploração da guerra em imagens e pela edição bem acabada do livro, em capa dura, papel especial e coluna única, recuada.

episódio militar de rotina, descrito em relatório burocrático e só acessível (acessível?) a erráticos e reduzidos historiadores da caserna.

Sem o jovem primeiro-tenente Taunay na Guerra do Paraguai, quem teria hoje a dimensão dramática e humana desse episódio, que talvez seja o momento de maior vergonha de um Exército, ao ter decidido deixar para trás (entregando-os ao inimigo) os doentes e feridos, de modo a permitir que a coluna pudesse fugir mais depressa?

Rubem Braga como correspondente de guerra é outra coisa, sem o telúrico de Euclides ou a precisão (perfeição?) de Taunay. RB parece que escrevia com uma pena de passarinho. Fazia crônica-poesia, ou sei lá o que isso possa ser. Cá, por mim, estou apostando que, daqui para frente, ao se falar de grandes correspondentes de guerra no Brasil, quando chegar a vez de citar Rubem Braga, as pessoas vão se lembrar de Sérgio Dávila, em Bagdá. (RIBEIRO, 2003: 18.)

Pelo exposto, parece-nos claro que são raros os estudos sobre o jornalismo de guerra no Brasil, inclusive acerca de seu pioneirismo, apesar de a prática ser rica historicamente e, como observado na **Seção 2.3**, seguir em pleno exercício até os dias de hoje. Ainda que não tenhamos uma trajetória bem delineada, podemos reconhecer seus antecedentes já nos primeiros jornais. Assim, embora não dispusesse de enviados especiais, a *Gazeta do Rio de Janeiro*, espécie de ‘diário oficial’ da Coroa Portuguesa no Brasil, publicava notícias internacionais, replicando periódicos editados na Europa. A defasagem temporal chegava a quatro meses, entre o acontecimento e sua divulgação por aqui.

A principal fonte de informação do exterior eram os jornais estrangeiros que chegavam por navio, com considerável atraso. O primeiro número da *Gazeta [do Rio de Janeiro]*, de 10 de setembro [de 1808], publicava informações de 30 de abril de Amsterdam [Holanda] e de 12 de junho de Londres [Inglaterra]. O segundo, de 17 de setembro, trazia notícias de Roma [Itália] de 21 de maio e de Londres de 28 de junho. (MOLINA, 2015: 116, grifos no original.)

Primeiro periódico brasileiro, o *Correio Braziliense*, impresso em Londres, Inglaterra, e de circulação clandestina no país, data de junho de 1808. Hipólito José da Costa (2016), fundador e redator, tinha visão privilegiada sobre o noticiário estrangeiro e procurava “transmitir a uma nação longínqua e sossegada, na língua que lhe é mais natural e conhecida, os acontecimentos desta parte do mundo [...]. O meu único desejo será de acertar na opinião”<sup>22</sup>. Com o tempo, Molina (2015: 124) aponta que o jornal criou uma “ampla rede de

---

<sup>22</sup> Para facilitar o entendimento, as citações do século XIX tiveram o português atualizado aos nossos dias.

correspondentes” para remeter materiais do Brasil, a serem editados, impressos na folha e novamente enviados ao País, por correio, em viagens marítimas.

No início da década de 1820, após a Revolução do Porto, os jornais portugueses e brasileiros passaram a circular brevemente sem censura e houve intenso diálogo entre eles. Molina (2015: 162) classifica o intercâmbio como uma “ponte transatlântica da informação”, uma vez que para noticiar sobre os países os jornais trocavam matérias, um publicando o texto do outro. Era uma espécie de correspondência internacional às avessas, quando redatores da pátria acabavam escrevendo também para o público do além-mar, mesmo que ainda sob o mesmo reino – processo este facilitado em função da língua materna, o português, ser compartilhada nos dois lugares, assim como descrito abaixo:

As folhas portuguesas se informavam sobre o Brasil pelos jornais brasileiros e estes recorriam às notícias da imprensa portuguesa. O *Astro Lusitania*, por exemplo, um jornal ultraliberal e ligeiramente anticlerical, e o mais popular de Lisboa, reproduzia artigos do *Correio do Rio de Janeiro*, assim como este transcrevia informações do *Astro* e do *Analysta Portuense*. (MOLINA, 2015: 157, grifos no original.)

No período da independência, eclodiram diferentes conflitos armados. A instalação de prelos pelo país fez com que os insurgentes passassem a ter simpatizantes na imprensa, quando não as revoltas tinham seus próprios jornais. Molina (2015: 331) registra que a primeira tipografia de Pernambuco, a *Officina Typographica da 2ª Restauração*, começou a funcionar em 1817, ano em que estourou a Revolução Pernambucana<sup>23</sup>. A primeira impressão do então moderno equipamento – e tiveram outras de igual teor, classificadas pelo autor como “proclamações” – foi justamente a “narrativa dos acontecimentos” daquele levante. O título já sintetizava o teor do material, datado de 10 de março:

Preciso dos sucessos que tiveram lugar em Pernambuco, desde a faustíssima e gloriosíssima revolução operada felizmente na praça do Recife, aos seis do corrente mês de março, em que o generoso esforço dos nossos patriotas exterminou daquela parte do Brasil o monstro da tirania real. (MOLINA, 2015: 331.)

O *Preciso*<sup>24</sup>, como ficou conhecido o impresso, era um panfleto de página única e terminava com “viva os patriotas, e acabe para sempre a tirania real” (ver **Figura 2**). De certo, não contou com correspondente de guerra nos moldes do conceito moderno do historiador

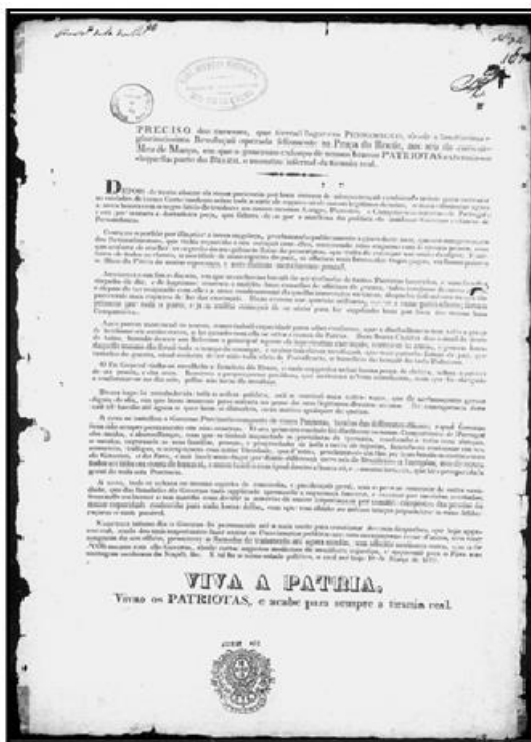
---

<sup>23</sup> A Revolução Pernambucana ocupou o Recife e pegou em armas contra Portugal, ainda no período colonial.

<sup>24</sup> Graças à troca de e-mail com a Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, foi possível ter acesso, em formato digital, ao impresso *Preciso*.

Philip Knightley (1978), presente na **Seção 2.2.1**. Porém, já possuía indicativos da prática que seria recorrente no futuro ao se referir “aos seis do corrente mês de março”.

**Figura 2 – O impresso *Preciso*, datado de 1817, apoiava a Revolução Pernambucana**



**Fonte:** Fornecida por e-mail pela Fundação Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro

O impresso contém indícios que estava a circular no calor dos acontecimentos e que seu redator redigia a partir da cidade onde os combates foram travados, o Recife, facilitando o processo de distribuição, pois a tipografia também operava ali. O panfleto tem elementos característicos ao paradigma vigente à época, o ‘jornalismo de transmissão’, como visto na **Seção 1.1.2**, em período de imprensa artesanal.

Em 1824, a Confederação do Equador, liderada Joaquim do Amor Divino Rabelo, o frei Caneca, pegou em armas pela constituição de uma república independente, formada por províncias do Nordeste e Norte do país. O *Typhis Pernambuco* foi o veículo comunicacional do movimento. Embora Molina (2015: 316) introduza tal história, não se conhece o conteúdo desse periódico de curtíssima duração. Em 1827, a primeira tipografia de São Pedro do Rio Grande do Sul, *Imperial Typografia do Exército*, imprimiu algumas edições do *Boletim do Exército*, durante a Guerra da Cisplatina, para circulação no meio militar (MOLINA, 2015: 339). Igualmente é desconhecido seu teor.

Richard Romancini e Cláudia Lago (1997: 48) tratam da relação entre a imprensa e as revoltas do período regencial brasileiro, identificando que, em geral, os jornais das localidades onde as refregas aconteciam preparavam “o ambiente, com uma pregação insuflada” em suas páginas e que, invariavelmente, os movimentos possuíam impressos próprios, assim como as forças militares a combatê-los. A Cabanagem (1835-1840)<sup>25</sup>, no Pará, teve na atuação da imprensa (*O Correio Oficial Paraense* e *Sentinela Maranhense na Guarita do Pará*) o fôlego necessário para a “sua ocorrência”. A Sabinada (1837-1838)<sup>26</sup>, na Bahia, editou os periódicos *Novo Diário da Bahia* e *Novo Sete de Setembro*.

Os Farrapos, no Rio Grande do Sul, ainda segundo Romancini e Lago (1997: 50), tiveram não somente imprensa para mobilizá-la, mas para “documentá-la”. Sodré (1999: 131) afirma que “sem a leitura” de *O Povo*, *O Mensageiro*, *O Americano* e *Estrela do Sul* “a história da farroupilha é incompleta”: “Nessas folhas, impressas quase sempre sob condições extremamente difíceis, o movimento ficou espelhado em todos os seus traços, os gerais e os particulares”. Note que os impressos à época documentaram as lutas gaúchas e foram capazes de refletir os traços particulares do levante, antecipando o jornalismo de guerra que posteriormente seria publicado em imprensa profissionalizada.

Apesar de pesquisadores confluírem para a Guerra do Paraguai como marco do jornalismo de guerra no Brasil, não podemos negar as experiências anteriores. Elas sugeriram elementos que se mostraram importantes nas fases do ‘jornalismo de opinião’, marcada pela transformação do impresso de ‘uma pessoa só’ para a ‘imprensa doutrinária’, e até do ‘jornalismo de informação’, ancorada na ‘imprensa industrial’ que perseguia a verdade dos acontecimentos. Olhar para trás contribui também para verificar que o único meio de comunicação era a folha da imprensa ou de impressos em geral, sem registro de livro sobre coberturas de guerra, configurando-se, então, como espaço reservado à literatura.

## **2.2 O início das coberturas e o boom do jornalismo de guerra**

Como pudemos verificar, José Hamilton Ribeiro<sup>27</sup> (2003: 18) é dos profissionais de imprensa que mais se dedicam ao debate sobre o jornalismo de guerra no Brasil, embora em

---

<sup>25</sup> A Cabanagem, que tomou Belém, foi um levante popular por melhores condições de vida e teve seu nome originado na cabana de barro, habitação comum na região.

<sup>26</sup> A Sabinada, por sua vez, dominou Salvador, Bahia, foi liderada por Francisco Sabino Vieira e proclamou a ‘República Baiana’.

<sup>27</sup> Ribeiro venceu sete prêmios Eso de Jornalismo: 1963, categoria Equipe (*Quatro Rodas*); 1964, Regional (*Quatro Rodas*); 1967, Informação Científica (*Realidade*); 1968, Informação Científica (*Realidade*); 1972,

raros momentos e poucos textos. Suas reflexões nos guiam no sentido de construir breve trajetória nacional sobre a prática, considerando que as “guerras só se tornam relevantes historicamente quando há quem escreve sobre elas com talento” – e, acrescentamos, quando se constituem como relatos materializados por intermédio do meio de comunicação livro. Antes de mais nada, Ribeiro se pergunta o “que seria da Guerra de Troia sem Homero” ou “da Guerra do Peloponeso sem Tucídides”<sup>28</sup>.

Nós sugerimos que, caso ambos os autores não tivessem se dedicado a contá-las, provavelmente essas guerras na antiga Grécia figurariam ‘esquecidas’ em rápidas notas de livros didáticos. Se conflitos da antiguidade são lembrados ainda hoje em razão do binômio ‘publicação em livro’ e ‘escrita com talento’, traçamos esse paralelo como norte para passear pelas coberturas jornalísticas de guerra, empreendidas ao longo do tempo. Ribeiro faz referências à prática desde o século XIX e procura explicações para o desempenho “de escol” de nossos correspondentes. Escol é uma variação para “elite” ou para “o que há de melhor, mais distinto” (DICIONÁRIO, 2019b).

Causa espanto a Ribeiro (2003: 18) como o Brasil pôde desenvolver coberturas “mais que jornalísticas – literárias” (“do melhor nível internacional”), embora tenha pouca cultura em guerra e em jornalismo. Como abordado na **Seção 2.1**, em matéria de jornalismo, o Brasil iniciou a tradição de imprensa com largo atraso se comparada a outros países, somente a partir de 1808. Todavia, no que se refere à ocorrência de guerras, exhibe farto repertório, desde os tempos do ‘descobrimento’ em 1500 (quicá antes). O que há no passado – e Ribeiro é preciso – era a escassez da presença de hábeis escribas a contar em livro sobre os combates, tornando-os “relevante historicamente”.

A Guerra do Paraguai é citada por diferentes historiadores como referência do jornalismo de guerra brasileiro. No entanto, um único nome atravessou o tempo e, de fato, é reverenciado, com discursos textuais estudados. E este papel de precursor recai sobre Taunay, autor do clássico *Inocência*, ‘romance histórico’ da vertente nacionalista da literatura, emblemática nas discussões futuras quando da eleição de Euclides da Cunha para a Academia Brasileira de Letras. Na condição de militar, Taunay – ainda sem a titulação de nobreza –

---

Prêmio Principal (*Realidade*); 1973, Informação Científica (*Realidade*); e 1977, Regional (*Dia e Noite*). O trabalho no Vietnã não concorreu, pois o Esso não permitia, à época, cobertura estrangeira.

<sup>28</sup> Homero é autor dos clássicos universais, em poemas épicos, *Iliada* e *Odisseia*, que abordam Guerra de Troia, entre aqueus (de diferentes cidades-estados gregas) e espartanos. Tucídides escreve *História da Guerra do Peloponeso*, em oito volumes, que trata das lutas entre Atenas e Esparta. Ambos os autores são da Grécia antiga.

integrou grupos militares que incursionaram ao Paraguai e relatou em jornal e em livro ambas as experiências em combate.

Na imprensa (*A Nação* e *Semana Ilustrada*), os registros se perderam, devido à efemeridade das folhas e a ausência de autoria, típico do paradigma do ‘jornalismo de opinião’. Em livro, lançou obras ‘jornalísticas’ que recontam o desenvolvimento de campanhas militares, valendo-se do testemunho como método de coleta de dados. *A retirada da Laguna* trata da saga de pelotão militar que guerreou no Paraguai, entre 1865/7, via Mato Grosso, recuou e abandonou seus doentes à própria sorte. Como Euclides da Cunha, a publicação tinha o teor de denúncia uma vez que Taunay foi o único a narrar a covardia do comando, embora ele mesmo também participasse das decisões.

Tratava-se de uma ideia que decerto já ocorrera a todos os espíritos, sem que ninguém, todavia, ousasse expressá-la. [...]

[*O coronel Carlos de Moraes Camisão, após votação unânime do oficialato,*] declarou aos comandantes que, sob sua própria responsabilidade, e conforme rigor que considerava um dever seu, os coléricos, à exceção dos convalescentes, seriam abandonados naquele pouso.

Nenhuma voz se elevou contra tal responsabilidade; um longo silêncio acolheu a ordem e a consagrou. (TAUNAY, 1997: 206.)

Na fase final da Guerra do Paraguai, Taunay foi requisitado pelo mais novo comandante em chefe das tropas brasileiras, conde D’Eu, para contar à caçada mortal ao presidente Solano López. O resultado foi a confecção de *Diário do Exército*, que narra o dia a dia da expedição. A missão dada a Taunay foi a de registrar, em livro, os ‘sucessos’ das forças militares que liquidaram o inimigo, levando seu líder à morte, a partir da função específica deste meio de comunicação – não há notícia de publicação em jornal no curso da ofensiva de 1870. Alinhamento absoluto (ao Exército) e requintes literários são as marcas da publicação, traços do ‘jornalismo de opinião’.

Apesar da convulsão de revoltas regionais desencadeadas ao longo do século XIX, retratadas na **Seção 2.1**, somente a Guerra de Canudos possuiu escriba a publicar em livro, com texto envolvente. Os demais levantes, embora não prescindissem de impressos, possuía militantes a narrar os acontecimentos. Nem mesmo a escrita sobre a Revolta da Armada (1891-1894), insurgência da Marinha contra o governo, que contou com Manuel Benício (também presente na cobertura de Canudos), como correspondente do jornal *O Tempo*, se



salvaria: a postura mais independente diante dos fatos não foi capaz de levar perenidade às reportagens de Benício e a Armada segue ‘esquecida’ historicamente.

Ainda transitando para a profissionalização, a imprensa brasileira acompanhou à distância, por meio de agências noticiais, a 1ª Guerra Mundial e a Revolução Russa. De outro modo, o Movimento Tenentista<sup>29</sup>, que feriu de morte a República Velha, na primeira metade do século XX, contou com cobertura jornalística em seus diferentes momentos, mas não teve a consagração em livro à época. Em brochuras, saíram relatos testemunhais de combatentes envolvidos e recuperações históricas posteriores; na imprensa, coberturas seriadas, sendo a mais importante delas a de Rafael Correa de Oliveira, que acompanhou para os Diários Associados o avanço da Coluna Prestes (1925/7).

Um dos conflitos armados de maior repercussão em todos os tempos – a 2ª Guerra Mundial – talvez tenha sido o mais marcante para o jornalismo brasileiro de guerra. O *boom* de cobertura ocorreu graças ao ingresso oficial do país na contenda, enviando tropas para a Europa, e ao estímulo do governo em dar publicidade a tal feito. Entre outros, dois importantes correspondentes foram enviados para a Itália, acompanharam os passos da Força Expedicionária Brasileira (FEB) e publicaram na imprensa e em livro: Joel Silveira, pelo Diários Associados, lançou *O inverno da guerra*; e Rubem Braga, considerado um dos pilares da prática, pelo *Diário Carioca*, lançou *Crônicas da guerra na Itália*.

A partir da instauração da Ditadura Militar no Brasil (1964-1985), atos de violência seguiram estourando, sempre reconhecidos como instrumentos políticos<sup>30</sup>, nos moldes das formulações do teórico Carl Van Clausewitz (2010), entendendo-os como combate destinado a forçar o adversário a aceitar a sua vontade. Assim, a resistência armada ao regime militar, reprimido na cidade e no campo, também pode ser identificada como mais um dos períodos de guerra no Brasil<sup>31</sup>. E, uma vez mais, seus discursos textuais ficaram impregnados de doutrina ideológica de um lado e de outro. A censura coibiu que os meios de comunicação realizassem coberturas de interesse público.

---

<sup>29</sup> O Tenentismo foi um movimento liderado por militares do Exército que se opuseram a situação política do Brasil. As principais rebeliões foram o Dezoito do Forte (1922), que tomou o Forte de Copacabana, no Rio de Janeiro; a Revolução Paulista (1924), que dominou a cidade de São Paulo; e a Coluna Prestes, que marchou por 25 mil quilômetros no interior do Brasil, sob a liderança de Luís Carlos Prestes.

<sup>30</sup> No meio militar, as novas concepções de guerra vêm sendo tratadas por ‘guerra híbrida’, na qual há “um mínimo objetivo político”. O general Carlos Alberto Pinto Silva (2017), do Centro Brasileiro de Estudos Estratégicos (Cebres), aborda a ‘guerra híbrida’ como a “nova via violenta para tomada do poder”, onde “todos os modos de guerra” são explorados simultaneamente para “desestabilizar a ordem vigente”. O novo conceito afasta-se do “banditismo”.

<sup>31</sup> O golpe de estado de 1964 apeou do poder o presidente eleito João Goulart, instituindo uma ditadura militar no Brasil, que perduraria até 1985. Foi um período marcado por violenta repressão e luta armada.

Entretanto, frentes de batalha ao redor do planeta puderam ser relatadas, sem o autoritário controle do Estado. A Guerra do Vietnã foi a maior expressão nesse sentido e o jornalismo de guerra de José Hamilton Ribeiro, para a revista *Realidade*, o símbolo mais representativo. O conflito, marcado pela intervenção estadunidense, possibilitou coberturas independentes e, por isso, forte oposição à guerra. Em 1968, duas reportagens de Ribeiro foram capa da publicação mensal da editora Abril (a de maio está na **Figura 3**).

**Figura 3 – Capas de Realidade da 1ª edição de *O gosto da guerra***



Fonte: Ribeiro (1969; 1968b).

No ano seguinte, veio a público o livro *O gosto da guerra*<sup>32</sup>, contendo nova versão sobre a experiência como sobrevivente de guerra – na cobertura, o correspondente pisou em mina terrestre e teve parte da perna esquerda amputada – e um capítulo de contextualização sobre o Vietnã. Hoje, podemos ter acesso àquelas edições de *Realidade* em bibliotecas especializadas ou recorrendo a sebos. A leitura da revista exige cuidados: as folhas permanecem em bom estado, mas a encadernação mostra-se frágil.

Por sua vez, *O gosto da guerra* circulou com pouca tiragem, esgotou-se rapidamente e, agora, é artigo raro, de colecionador. Invariavelmente, livro tão antigo ainda se mantém conservado para leitura, exigindo cuidados para o manuseio. Em pesquisa à *Estante Virtual*<sup>33</sup>, em 10 de junho de 2017, não havia sequer um exemplar da publicação de 1969, embora o site

<sup>32</sup> Em 2005, foi lançada nova versão de *O gosto da guerra*, acrescida de relato inédito de Ribeiro sobre sua visita de retorno ao Vietnã, após a cobertura, em tempos de paz.

<sup>33</sup> Portal nacional de comercialização de livros usados: [www.estantevirtual.com.br](http://www.estantevirtual.com.br).

congregue 2.609 sebos dos quatro cantos do Brasil para a oferta *online* de aproximadamente 16,3 milhões livros impressos<sup>34</sup>.

Em resumo, a experiência jornalística de Ribeiro no Vietnã mostra três horizontes que nos permitem refletir acerca do objeto desta pesquisa: (1) a certa periodização do meio de comunicação livro, ao renovar a atualidade a partir de novas edições; (2) a vigência do paradigma do ‘jornalismo de informação’ que, apesar da censura limitando o discurso, tinha no título da revista o mote da imprensa da época, reportar a *Realidade*; e (3) a consolidação de preceitos do livro-reportagem, embora ainda não teorizados (ver **Seção 3.3.1**), com relato testemunhal, vivenciado no ‘calor dos acontecimentos’, seguido de parte contextual sobre a guerra, com antecedentes, origens e causas:

Nem bem dei uns cinco passos quando o estrondo de uma explosão povoou inteiramente meus ouvidos. Um zumbido agudo e interminável brotava na minha cabeça. Uma nuvem negra fez desaparecer tudo à roda e eu tive a impressão, nítida, de que a bomba explodira exatamente em cima do soldado Henry. [...]

Sentia na boca um gosto ruim, como se tivesse engolido um punhado de terra, pólvora e sangue – hoje sei, era o gosto da guerra. Cuspia, cuspia, mas aquela gosma amarga permanecia na boca. Então senti um repuxão violento na perna esquerda e só aí tive a consciência de que a coisa era comigo. A perna esquerda da calça tinha desaparecido e eu estava, naquele lado, só de cueca. O repuxão muscular aumentava e eu quase não me equilibrava sentado; rodopiava sobre mim mesmo em círculos e aos saltos. (RIBEIRO, 1969: 30.)

O emocionante relato de Ribeiro, na mescla entre os acontecimentos que vivenciou no Vietnã e os pensamentos que lhe invadiram a cabeça estando internado em hospital sem previsão de alta, marcou época no jornalismo brasileiro. E fez ‘escola’. A prática do jornalismo brasileiro de guerra passou então a se orientar pela cobertura de conflitos internacionais, sem que necessariamente o país estivesse entre os estados nacionais beligerantes. Ao alvorecer do século XXI, mesmo após o advento da internet, veículos de comunicação continuaram a destacar repórteres. Ao menos, duas iniciativas aliaram edição em livro, com redação especialmente produzida para este meio de comunicação.

A dupla Sérgio Dávila, repórter, e Juca Varella, fotojornalista, estiveram na 2ª Guerra do Golfo para noticiar a invasão estadunidense ao Iraque e publicaram no jornal *Folha de S.*

---

<sup>34</sup> Em pesquisa ao *Mercado Livre* ([www.mercadolivre.com.br](http://www.mercadolivre.com.br)), especializado em comercialização privada e empresarial de produtos de consumo, também não foi encontrado nenhum anúncio para aquisição de *O gosto da guerra*, na sua 1ª edição.

*Paulo*. Vivenciaram os bombardeios a capital iraquiana por 18 dias, parte deles ‘protegidos’ por cada um dos lados em conflito. Findada a parte inicial dos combates, regressaram ao Brasil e escreveram *Diário de Bagdá*, apoiado na experiência pessoal em zona de conflito. Já Klester Cavalcanti foi ao Oriente Médio para reportar, de maneira independente e diretamente em livro-reportagem, sobre a Guerra Civil Síria e acabou assinando textos para a revista *Isto É*.

Ao retornar, lançou *Dias de Inferno na Síria*, reconhecido pelo Prêmio Jabuti, em 2013. No país asiático, sem ‘proteção’, Cavalcanti tornou-se alvo de ambos os lados em oposição, acabou preso e torturado, quase morreu... Este caso excepcional parece ser a tônica da cobertura de guerra sob o paradigma do ‘jornalismo de comunicação’: a multiplicidade de vozes na mídia potencializa a circulação individual de informações, diminuindo a atenção do público aos meios de comunicação, e dificultando a coleta imediata de dados *in loco*. Com isso, os riscos para a prática do jornalismo de guerra se elevam e os obstáculos afiguram-se como intransponíveis.

### **2.2.1 Dilemas atuais do jornalismo brasileiro de guerra**

A partir da redemocratização, o Brasil passou a viver outros tempos, a época das ‘guerras surdas’, aquelas em que não há oposição declarada entre dois lados pela disputa de poder. Diferente das refregas entre países ou entre nações e grupos localizados e organizados, as ‘guerras surdas’ estão no dia a dia, levam à morte milhares de cidadãos, se caracterizando como verdadeiras ‘guerras civis’. Nelas, não se ‘ouve’ falar de mortes de maneira sequenciada, como continuidade de um único ‘evento’, sendo naturalmente tratadas pela imprensa como episódios da violência urbana, sem unidade de ação, e noticiados espaçadamente quando de ocorrências mais graves.

Somente quando a crise de violência explode e as mortes em série saem do ‘controle’ é que as pessoas se deparam com as ‘guerras surdas’<sup>35</sup>, seja diretamente, ou por intermédio dos meios de comunicação, a exemplo da violência urbana nos morros do Rio de Janeiro, ao longo do tempo; da desordem no Espírito Santo após a greve da Polícia Militar, em 2017; e dos ataques do Primeiro Comando da Capital (PCC) em São Paulo, em 2006<sup>36</sup>. Embora

---

<sup>35</sup> Sobre a discussão entre ‘guerra clássica’ como contraposta à ‘guerra surda’ no Brasil (ver CAVALCANTI-CUNHA; CORRÊA, 2018).

<sup>36</sup> Em 2020, um caso de violência marca esta trajetória: o motim da Polícia Militar do Ceará, impedindo o funcionamento do comércio, acabou no disparo de arma de fogo contra o senador da República Cid Gomes.

‘invisíveis’, os números não mentem: o Brasil chegou, somente em 2015, à casa dos 59 mil homicídios, segundo o *Atlas da Violência*, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP)<sup>37</sup>.

O estudo espelha uma realidade cruel: a mortalidade da juventude masculina (de 15 a 19 anos) representa 53,8% do total. Sob o recorte racial, chegamos a números assustadores: de cada 100 homicídios, 71 são contra pessoas negras. “Jovens e negros do sexo masculino continuam sendo assassinados todos os anos como se vivessem em situação de guerra”, alerta a pesquisa (IPEA; FBSP, 2017: 30). Se nos Estados Unidos e na Europa há a permanente denominação de ‘guerra contra o terror’, aqui as ‘guerras surdas’ seguem sendo noticiadas periodicamente pelos meios de comunicação como novidades a cada incidente que aparece e deixa rastro de sangue.

A nossa tragédia diária nos últimos anos atingiu contornos inimagináveis: apenas em três semanas são assassinadas no Brasil mais pessoas do que o total de mortos em todos os ataques terroristas no mundo nos cinco primeiros meses de 2017, que envolveram 498 atentados, resultando em 3.314 vítimas fatais. (IPEA; FBSP, 2017: 14/5.)

Apesar disso, o jornalismo de guerra ao qual José Hamilton Ribeiro se refere como de “escol” não trata destas guerras silenciosas, constantemente envoltas ao tráfico de drogas, ao crime organizado e à desigualdade social. Ele discute a cobertura das ‘guerras clássicas’, no qual estados nacionais usam a força para vencer confrontos. O jornalista Philip Knightley (1978: 8) conceitua que, para ser considerada enquanto tal, a prática deve estar vinculada à cobertura civil por parte do meio de comunicação, sendo pública a peça a ser produzida. Em outras palavras, trata-se de “esforço organizado para contar uma guerra à população civil da pátria empregando os serviços de um repórter civil”.

A ênfase dada à necessária condição de civil – do emissor e do destinatário dos despachos do *front* – leva a crer que o evento em questão é militar, no modelo que o subtítulo do livro de Knightley, *A primeira vítima*, localiza como marcos: as guerras da Crimeia (1853-6) e do Vietnã, ambas entre tropas armadas. O conceito está ligado, antes, ao meio de comunicação que, interessado em informar, envia profissional com o objetivo de reportar. E pode ser alargado, incorporando os repórteres que vão para a guerra por conta própria e

---

<sup>37</sup> O *Atlas da Violência*, atualizado para o ano de 2017, apresenta resultados ainda mais graves: os homicídios cresceram 9,3% ante 2015, chegando a 65,5 mil pessoas, atingido a taxa de 31,1 homicídios por 100 mil habitantes, o maior da história brasileira.

publicam despachos na internet ou em livro-reportagem, sem obrigatoriamente ser contratado por veículo de comunicação empresarial.

Nesse contexto, nos interessa refletir sobre as proximidades e distâncias, similaridades e obstáculos, entre o jornalismo de ‘guerras militares’ e o tão pouco usual jornalismo de ‘guerras civis’, na perspectiva de avançar no desenvolvimento da prática na atualidade. Para tal, vamos nos valer da cobertura do golpe de estado no Chile, em 1973, efetuada por Dorrit Harazim, da revista *Veja*, e por Humberto Vasconcellos, do *Jornal do Brasil*<sup>38</sup>, e nos referenciar as coberturas empreendidas pelos jornais *Folha de S. Paulo* e *Extra*, respectivamente, nos casos dos ataques do PCC em São Paulo, em 2006, e da violência urbana generalizada na cidade do Rio de Janeiro.

O ano de 1973, no Chile, se anunciava marcado pela grave crise econômica, que afetava o abastecimento alimentar da população, e formatava a disputa política em dois polos: os socialistas e simpatizantes do presidente Salvador Allende, no governo desde 1970, e os seus opositores, liderados por partidos de centro-direita e cada vez mais encontrando eco nas fileiras militares. Rebeliões no seio das forças armadas, ao longo daquele ano, tinham sido debeladas – e novas não estavam descartadas. Viviam-se o período da Guerra Fria, dividindo o planeta entre os países alinhados com os Estados Unidos e os alinhados com a então União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS)<sup>39</sup>.

A ida de Harazim e Vasconcellos à capital Santiago não anteviu o que estava por vir: a intervenção militar. Ambos eram da seção Internacional de seus periódicos e estavam ali para, a convite da Organização das Nações Unidas (ONU), participar de reunião de editores do noticiário estrangeiro, a partir de 10 de setembro. No dia seguinte, todavia, estouraram os combates. O golpe foi capa das edições de *Veja* de 19 e 26 de setembro e ganhou destaque de capa no *JB*, de 11 a 15 de setembro<sup>40</sup>. Harazim ficou incomunicável até o dia 18, enquanto Vasconcellos teve a sua primeira reportagem publicada parcialmente<sup>41</sup>, após o corte das comunicações pela Junta Militar que passou a ‘governar’ o país.

---

<sup>38</sup> Sobre a correspondência de guerra Dorrit Harazim e Humberto Vasconcellos sobre o golpe militar no Chile, ver (CAVALCANTI-CUNHA; CORRÊA; RENAUT DA SILVA, 2017).

<sup>39</sup> Diferentemente da maioria dos governos latino-americanos, o Chile agrupava-se no bloco de esquerda, cuja expressão de Cuba era o maior símbolo no continente. Em caminho contrário, algumas nações – Argentina (1966), Brasil (1964), Paraguai (1954) e Uruguai (1973), por exemplo – sofreram golpes militares de estado para pôr fim a ‘marcha comunista’.

<sup>40</sup> O assunto foi pauta da revista em sucessivas edições, até a de número 269, de 31 de outubro de 1973, e em diversos números do jornal, inclusive com publicação de editoriais.

<sup>41</sup> No decorrer do quinto parágrafo de *Eu vi La Moneda ser destruído*, a “comunicação foi interrompida”, anunciava uma nota do *JB* (VASCONCELLOS, 2016), alertando, no dia seguinte (13), que “suas matérias não têm chegado ao jornal” desde então (JORNAL DO BRASIL, 2016). Vasconcellos retomou o envio de despachos

Em 11 de setembro, apesar dos riscos os dois jornalistas saíram às ruas em direção ao Hotel Carrera, vizinho ao Palácio Presidencial de La Moneda, de onde Allende resistia aos ataques, para acompanhar tudo com seus ‘próprios olhos’. Eram testemunhas do que viria a ser o Chile dali em diante, embora tenham permanecido *in loco* por escassos oito dias a partir da eclosão do movimento liderado por Augusto Pinochet. Um intervalo de tempo mínimo em que os jornalistas estiveram totalmente imersos naquele ambiente, ‘respirando’ os combates 24 horas por dia, sem que outros assuntos profissionais – e mesmo pessoais – lhe tirassem o foco.

No jornalismo de ‘guerras clássicas’, é frequente o repórter ficar ‘mergulhado’ por tempo relativamente pequeno e sob os ‘cuidados’ de um dos lados. Em princípio, os jornalistas ficaram ‘presos’ no Hotel Carreira, ocupado pelos militares, mas logo passaram a ter o aval deles para circular pela cidade. Coberturas intensas, porém curtas, têm duas razões de ser: (1) o risco de morte cresce conforme aumenta o tempo de permanência no *front*; e (2) o alto custo financeiro para a manutenção de repórter em zona de combate. Assim como Harazim e Vasconcellos, outros correspondentes dispuseram de condições semelhantes: Taunay, Silveira e Braga, Dávila e Varella<sup>42</sup>.

Dávila (2003: 86) assegura que não seria possível cobrir a 2ª Guerra do Golfo após o ultimato dos Estados Unidos ao Iraque, sob risco de “linchamento” e “fogo amigo”. “Num conflito como este, aprenderemos logo, não há vida possível para jornalistas estrangeiros sem a proteção de um dos lados envolvidos”, conta. Não obstante, 15 jornalistas foram vitimados. Um caso excepcional foi o vivenciado por Klester Cavalcanti, em cobertura independente da Guerra Civil Síria. Sem ‘proteção’, tornou-se alvo de ambos os lados em oposição. Acabou preso e torturado por cinco dias e chegou a acreditar que estava morto. Solto, relatou a experiência como correspondente em livro.

Em contraposição, o pouco usual jornalismo de ‘guerras surdas’ esbarra no obstáculo da ausência de ‘proteção’. Pensando nas ‘guerras civis’ brasileiras, seria natural que o lado escolhido fosse o do efetivo de segurança do Estado, uma vez que a busca por entendimento junto ao crime organizado acarretaria alto risco, longo tempo e dificilmente seria aceito.

---

somente a partir do dia 15, já reportando “análise dos fatos”. Harazim, por sua vez, conseguiu transmitir por telex, no dia 18, véspera do fechamento da edição da revista, “longo e denso relato”, conforme informava a coluna *Carta ao Leitor* (VEJA, 2016a).

<sup>42</sup> Visconde de Taunay esteve ao lado do exército imperial por 49 dias, durante incursão pelo então Mato Grosso, e por cerca de um ano, na campanha que levaria à morte Solano López, presidente do Paraguai. Ao lado dos pracinhas brasileiros, Joel Silveira e Rubem Braga cobriram por cerca de sete meses a guerra na Itália. Sérgio Dávila e Juca Varella viveram as explosões em Bagdá por 18 dias, parte deles ‘protegidos’ pelas forças iraquianas e parte pelas norte-americanas, sendo o custo total estimado da ordem de US\$ 50 mil.

Entretanto, raramente a imprensa presencia as operações e, sem conseguir apurar *in loco*, uma das estratégias tem sido a de usar câmera escondida (hoje, pouco utilizada). O modelo permite a presença nos eventos, sem identificação. Tim Lopes, da TV Globo, fazia uso do instrumento quando foi assassinado em 2002, no Complexo do Alemão, Rio de Janeiro.

Nesses casos, o binômio ‘imersão e tempo curto’ em zona de conflito não se dá na mesma proporção do que acontece na cobertura clássica. As ‘guerras surdas’ estão no dia a dia da vida cotidiana e, nem mesmo quando ocorrências violentas e orquestradas explodem, torna-se possível adotar o modelo convencional, ou seja, não há a presença de jornalistas no teatro dos acontecimentos de campo. Ainda assim, quando São Paulo viveu os ataques do PCC em maio de 2006, a imprensa escalou repórteres para noticiá-los, mas não o clássico correspondente de guerra para testemunhar os conflitos: nenhum dos lados permitiria trabalho jornalístico tão próximo.

Sem ‘proteção’, os profissionais apuraram por intermédio de fontes oficiais e não-oficiais, se valendo da entrevista como método de investigação para recuperar aqueles terríveis e incertos dias, diante da impossibilidade de testemunhá-los. Sem vivenciar os combates de perto, a imersão se transformou em dispersão, sendo os repórteres responsáveis por levarem à frente a sangrenta cobertura e, posteriormente, retornarem às suas vidas pessoais (e até dividirem atenção com outras pautas). O risco de morte e o custo financeiro do trabalho foram sensivelmente reduzidos, demonstrando mais uma distinção em relação ao jornalismo de ‘guerra clássica’.

Na comparação entre coberturas, o ambiente físico e as condições de trabalho no qual o repórter tem que lidar também é diverso. Em campanhas ‘militares’, a tônica são frentes de batalha, retaguardas militares, operações de reconhecimento, hospitais avançados, mapas, tanques, mísseis e uma infinidade de armamentos e tecnologias ultramodernas. Em campanhas ‘civis’, o habitual é coletiva de imprensa, entrevista exclusiva, visita a áreas atingidas, declarações de autoridades públicas e de especialistas e incontáveis pesquisas a documentos policiais e judiciais. A busca por relatos de testemunhas que presenciaram as cenas de violência torna-se incessante.

O limitado fator tempo, contudo, não se apresenta: a cobertura se dá no decorrer dos seus desdobramentos. À época, por exemplo, o jornal *Folha de S. Paulo* destacou 10 manchetes principais de capa sobre os eventos de maio de 2006, durante o desenvolvimento dos violentos ataques do PCC e contra-ataques das forças oficiais de segurança. Os resultados apontaram para 300 atentados tramados e executados brutalmente, de um lado, e para 500



civis vítimas da reação policial silenciosa, de outro. As notícias foram baseadas em relatos de terceiros, sobretudo das autoridades públicas e de civis que sofreram com os conflitos armados<sup>43</sup>.

Os títulos da *Folha* ilustram (ver **Figura 4** a seguir) de maneira evidente que a investigação dos acontecimentos foi posterior. Os inesperados ataques de 12 de maio mereceram chamada secundária de capa no dia seguinte: *Após transferências, PCC faz rebeliões e ataques e mata pelo menos seis*. O jornal abordou a temática levando em conta a perspectiva de diferentes autoridades (o governador de São Paulo, entre elas): *Ataques do PCC deixam 30 mortos* (no dia 14); *PCC faz mais de 150 atentados e provoca 80 motins*; *74 morrem* (15); *Leombo culpa elite branca' por violência* (18); *PM diz que não matou inocentes* (19); e *Estado afirma que 31 dos 110 mortos não têm ligação com o PCC* (24).<sup>44</sup>

**Figura 4 – As capas do *Jornal do Brasil* e de *Veja* reportando o golpe militar no Chile, em 1973, e uma das capas da *Folha de S. Paulo* retratando a violenta ofensiva do PCC em São Paulo, em 2006**



**Fonte:** adaptada de Jornal do Brasil (2006) e Veja (2016a) e Folha (2017)

O primeiro dia de reportagens da *Folha* (2017: A1) traçou um roteiro dos ataques do PCC contra policiais, bombeiros e civis na região metropolitana de São Paulo e no litoral paulista e também noticiou o remanejamento de presos como o estopim para os ataques.

<sup>43</sup> A *Folha*, dez anos depois, fez especiais para reconstituir aquele maio de 2006 e os confrontos entre o PCC e a PM de São Paulo (acesse em <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2016/04/1763010-folha-traz-reportagem-sobre-ataques-do-pcc-e-reacao-da-policia-em-2006.shtml>). O livro-reportagem *Crimes de maio de 2006*, de Jennifer Vargas, foi publicado em 2015 e resgatou os acontecimentos.

<sup>44</sup> As outras quatro capas da *Folha* em maio de 2006: *Temor de novos ataques causa pânico e fecha lojas e escolas* (16); *Estado restringi visita a presídios* (20); *PCC monta rede financeira no Estado* (21); e *Crise da segurança derruba secretário de presídios de SP* (27). Acesso: <http://acervo.folha.uol.com.br/>.

Informou ainda que a Secretaria de Estado de Segurança Pública “admitiu a nova onda de atentados”, embora não tenha informado o “número de mortos e feridos”, e que ordenou estado de “alerta” para as forças policiais. O relato factual na matéria principal daquelas ocorrências apresenta, em resumo, os locais, os atingidos e as ações realizadas naquela noite, evidentemente ancorada na narrativa oficial, conforme descrito a seguir:

Na porta do Hospital Geral de Guaianazes, na zona leste, um policial civil que trabalhava na delegacia do bairro, o 44° DP, foi atacado e morto. [...] Uma moradora de Sapopemba foi atingida na mão por uma bala perdida. [...]

Na zona sul, um policial civil que trabalhava no 85° DP (Jardim Mirna) foi morto na porta de sua casa. No 1° DP de Cubatão (58 km de SP) um investigador e uma carcereira foram baleados; ela morreu. No Guarujá, uma bomba caseira foi jogada em um Distrito. (FOLHA, 2017: A1.)

De outro lado, o jornalismo de ‘guerras militares’ está marcado pelo testemunho de alguém que ‘viveu’ diretamente à frente de batalha. Os correspondentes brasileiros no golpe do Chile escreveram seus despachos observando os acontecimentos em visão aérea privilegiada. Vasconcellos (2016) anota, nas poucas linhas que pôde publicar no *JB*: “De uma das janelas do hotel Carrera, assisti o capítulo final do drama que culminou com a queda do Palácio”. *Veja*, embora tenha Harazim como autora dos trechos mais impactantes, veicula a reportagem *Violência e golpe em Santiago* em terceira pessoa, valorizando o trabalho do conjunto de editores e repórteres.

Diferentemente da reportagem da *Folha*, na qual a violência foi apresentada à distância e em poucas linhas, o que se viu na *Veja* teve outra dimensão: relato detalhado, com a legitimidade de quem observou sem intermediários. O ritmo da narrativa acelera e o tempo passa a ser marcado. Às 7h, Allende deixa a sua casa. Às 7h30, no Palácio, ao receber notícia sobre a rebelião militar, inicia declaração pelo rádio. Pouco depois das 8h, aparece à janela para espiar a movimentação. Às 8h30, a população toma conhecimento da existência da Junta Militar. Em clara referência ao golpe brasileiro de 1964, embora sem citá-lo, a revista desafia o regime ao analisar a decisão de Allende pela resistência:

Pelo manual latino-americano do golpe de Estado a história poderia perfeitamente ter acabado aí: o presidente, sem cacife militar para seguir no jogo, toma o rumo do exílio, e os golpistas se instalam no palácio. Desta vez, entretanto, nada ocorreu de acordo com esses consagrados usos e costumes. Allende tomou a raríssima decisão de não se entregar e o golpe deixou a órbita do folclore para encaixar-se no das grandes tragédias políticas. (VEJA, 2016a: 39.)

O texto retoma o compasso. Às 10h30, o pronunciamento de Allende é cortado, acontecem voos rasantes ao La Moneda e militares tomam locais estratégicos de Santiago. Às 11h, saem do edifício sitiado pessoas com lenços brancos às mãos. Harazim via tudo isso ao vivo, num ritmo de tirar o fôlego, a partir das janelas do quarto do Carrera. *Veja* publica a foto do local, rasgado por tiros de cima a baixo. De meio-dia às 12h30, jatos fazem 15 bombardeios. “Nos prédios vizinhos, relata a enviada especial de *Veja*, a terra tremeu, as vidraças estilhaçaram, os lustres despencaram do teto”, estampa, em alusão ao que se passou a Harazim quando das bombas lançadas há poucos metros de distância<sup>45</sup>.

Dá em diante, em alternância de minutos, “catorze tanques e dezenas de canhões, bazucas, morteiros, metralhadoras e fuzis passaram a atirar ferozmente contra o palácio” (VEJA, 2016a: 40). Pouco antes das 14h, o La Moneda ardia em chamas. “Era impossível imaginar que houvesse sobreviventes”, registrou o periódico. Enquanto atacavam o Palácio lá fora, Harazim vivia a ‘sua própria guerra’ durante 54 horas aprisionada no Carrera. Os militares mantiveram sob custódia 176 civis, entre eles os correspondentes brasileiros. A “vigilância marcial” era concentrada na “guerra de guerrilha – e por vezes de socos” (VEJA, 2016a: 42). Todos foram confinados no subsolo, com forte restrição de alimentos.

Com a ajuda subversiva de alguns copeiros que conheciam os meandros e segredos dos acessos de serviço e as escadas de emergência, alguns jornalistas conseguiram furar as barricadas de funcionários e caixotes erguidas pela gerência para impedir qualquer acesso às janelas ou andares superiores. Assim, abandonando as catacumbas repletas e sufocantes do Carrera, onde cada bombardeio do lado de fora ecoava como um baque surdo e inquietante, foi possível escalar catorze andares e instalar-se de barriga no chão ou comprimindo-se junto a frestas das cortinas, em diversos lugares de vista estratégica sobre a Plaza de la Contituicion e o Palacio de La Moneda. (VEJA, 2016a: 42.)

Apesar dos riscos, Harazim acompanhou a queda do La Moneda. “Três quartos de jornalistas haviam sido parcialmente queimados por incêndios provocados por disparos” efetuados por militares que atiravam, a qualquer pretexto (VEJA, 2016a: 43). Até o dia 13, quando enfim deixaram o Carrera, eram ininterruptas as trocas de tiros. A cobertura de *Veja* não guarda qualquer semelhança com declaração de autoridade pública para recuperar os fatos, como na cobertura ‘civil’ do PCC feita pela *Folha*. A relevância estava no fato do

---

<sup>45</sup> A revista revelou ao público a proximidade de Harazim em relação ao epicentro do golpe com mapa do centro de Santiago.

correspondente ter observado a história em desenvolvimento e ter sobrevivido àquilo. Os papéis se invertem: o protagonista é o repórter e não a guerra isoladamente.

Também por este ângulo, percebe-se o quão difícil é realizar o jornalismo de ‘guerras surdas’. Em primeiro lugar, o crime organizado implanta ações violentas sem aviso prévio, impossibilitando a atuação jornalística testemunhal. Em segundo, as forças de segurança do Estado agem por impulso, muitas vezes à revelia dos direitos humanos. E a prática segue a depender das ‘guerras clássicas’ para o seu desenvolvimento no Brasil. As ‘guerras militares’, tão violentas quanto às ‘civis’, permitem a cobertura jornalística, apesar das diferentes formas de ‘censura’ impostas historicamente como regra, com enxutas variações de forma e intensidade.

Nos últimos tempos, uma novidade que chamou a atenção foi a do jornal *Extra*, do Rio de Janeiro. Em 16 de agosto de 2017 (ver **Figura 5**), o diário inaugurou uma editoria inédita na imprensa brasileira: *Guerra do Rio*, exclusivamente dedicada a “guerra num país que se recusa a reconhecer que está em guerra”. Ao longo de décadas, a antiga capital da República vem convivendo com as chamadas ‘guerras dos morros’, vitimando dezenas de milhares de pessoas a todo momento. O noticiário impresso, televisivo, radiofônico e digital sempre noticiou, mas ainda não tinha classificado de maneira tão contundente e clara a violência urbana como guerra.

**Figura 5 – *Extra*, de 16 de agosto de 2017, que anuncia a criação da editoria *Guerra do Rio***



Fonte: Extra (2017)

Segundo o *Extra* (2017), a nova editoria se diferencia da tradicional de *Polícia* por não tratar de “homicídios, latrocínios, crimes sexuais...” como os que acontecem em “qualquer metrópole do mundo”, mas de “tudo aquilo que foge ao padrão da normalidade civilizatório, e que só vemos no Rio”. Situações como grávidas baleadas, uso de fuzil para a prática de assaltos, mortes de crianças em escolas e execuções de policiais, de acordo com o diário, não podem mais ser registrados como “ocorrência banal”, “não cabem mais nas páginas que tratam de crimes do dia a dia”. A proposta começa a alterar a perspectiva da cobertura das ‘guerras surdas’ no Brasil...

“A criação da editoria de guerra foi a forma que encontramos de berrar: isso não é normal! É a opção que temos para não deixar nosso olhar jornalístico acomodado diante da barbárie”, afirma o editorial do *Extra* (2017). Na primeira semana, 35 notícias na *Guerra do Rio* tinham sido produzidas para a versão digital, média de cinco/dia, com um “novo jeito de olhar, interpretar e contar o que está acontecendo ao nosso redor”. A iniciativa é recente e aguarda por estudos mais aprofundados acerca dos métodos de cobertura e de apresentação da violência. Enquanto isso, as ‘guerras surdas’ continuam a se desenvolver silenciosamente no Brasil ceifando quase 60 mil vidas por ano.

Ao objeto desta pesquisa, os dilemas da cobertura brasileira de guerra na atualidade importam para perceber que as maneiras de se fazer as guerras vêm mudando ao longo tempo e de reportá-las jornalisticamente também. De um lado, verificamos que é efetivamente o contexto que constrói o texto, na perspectiva da ‘Teoria das Mutações do Jornalismo’. De outro, observamos que o livro tem sido pouco utilizado como veículo para difusão de tais discursos e que assim, na visão da ‘Teoria dos Meios de Comunicação’, perde-se a oportunidade de manter vivo na memória social os absurdos números de homicídios no Brasil.

### 3 ANÁLISE DO *CORPUS* DA PESQUISA

Neste capítulo, desenvolvemos a análise do objeto da pesquisa – o jornalismo de guerra de Euclides da Cunha – levando em consideração o arcabouço teórico-metodológico do trabalho, apresentado no **Capítulo 1**, e a trajetória de coberturas de guerra, esboçada no **Capítulo 2**. O objetivo é levar a discussão anterior para o caso concreto das reportagens do jornal *O Estado de S. Paulo* e do livro *Os sertões*. Para isso, o documento está organizado em três partes. Na **Seção 3.1**, nos dedicamos a breve reconstituição histórica do período em questão, entre séculos XIX e XX, entendendo o contexto enquanto parte integrante do texto da produção jornalística.

Nas **Seções 3.2 e 3.3**, cuidamos do *corpus* principal da pesquisa, resultado da experiência testemunhal de Euclides da Cunha durante os combates no sertão baiano, aliado à vasta pesquisa documental e à captação de informações pela oralidade. Ambas as seções referenciam a análise levando-se em conta o texto manifesto, o meio de comunicação e o contexto a fim de refletir sobre o legado jornalístico do autor, que perdura até os dias de hoje. A referida contribuição pode ser identificada (1) no surgimento do livro enquanto meio de comunicação frequente para o jornalismo e (2) na introdução de inovações à prática discursiva ('produção, coleta e formatação').

#### 3.1 O contexto

Um entendimento mais fiel acerca da obra de Euclides da Cunha sobre a Guerra de Canudos reclama um resgate – geral e específico – sobre o contexto daquele tempo, sem o qual perde-se a referência e aproxima-se do risco de análises anacrônicas. Na **Seção 3.1.1**, abordamos as modificações macro pelas quais experimentava, em termos sociais, políticos e econômicos, o Brasil recém-republicano. Serve ainda como base para entender qual, à época, era o estágio de desenvolvimento dos meios impressos de comunicação, caracterizando em certa medida a fase evolutiva do jornalismo e os processos de mudanças e permanências que o cercavam.

Na **Seção 3.1.2**, tratamos o contexto decididamente específico no qual foram produzidos os textos de Euclides da Cunha sobre Canudos. Torna-se necessária a compreensão da guerra em si, com seus antecedentes, motivações, desenvolvimento, desfecho e repercussão histórica, bem como da trajetória do autor, com suas contradições e incertezas.

Embora fundamentais para a pesquisa, a contribuição das seções deste capítulo não objetiva esgotar as respectivas temáticas para as quais foram pensadas. Aqui, o interesse é ambientar historicamente as análises, nutrindo-as de proposições comparativas mais precisas ao longo do tempo.

### **3.1.1 Ambiente sociopolítico e midiático**

Historicamente, a Guerra de Canudos está situada na confluência de inúmeras transformações em gestação no Brasil, intensificadas pela Abolição da Escravatura, em 1888, e pela Proclamação da República, em 1889. O país começava a experimentar *ares* libertários ao conviver com contornos democráticos e com o incremento da atividade econômica, a partir da remuneração dos trabalhadores. Os passos seriam graduais e tais conceitos não podem ser visualizados com o prisma de hoje. Vivia-se um terceiro período do desenvolvimento nacional, após a longa época colonial, marcada pela tímida ocupação territorial e pelo isolamento comercial até a chegada de D. João VI no Brasil em 1808.

Aqui, consideramos o primeiro desses períodos justamente aquele que vai até 1808. Como vimos no **Capítulo 2**, a colônia (Brasil) dependia em tudo da metrópole (Portugal), sem qualquer avanço em termos de impressão gráfica, tampouco no desenvolvimento da imprensa, por exemplo. A extração de matéria prima em grande escala e a monocultura da produção agrícola dominavam os interesses para remeter riquezas para além-mar, restando pouca disposição em fixar condições sociais mínimas no território. O segundo período vai dos movimentos de 1822, que ensejaram a independência do Brasil, até os preparativos para o novo século e as agitações políticas em torno do pensamento liberal.

Nesse tempo, a base econômica e social brasileira, rural e escravagista, teve variação no *status quo* praticamente inalterado. No entanto, as tensões apareceram em um crescente, com revoltas eclodindo nos quatro cantos do país e invariavelmente motivadas em torno da mesma pauta: melhores condições de vida. O ingresso do Brasil na Guerra do Paraguai modifica esse cenário, dando destaque a um grupo de atores sociais que até então inexistia. As Forças Armadas tornaram-se esses atores para guerrear no país vizinho e, após saírem vencedores do conflito sangüinário, se estabeleceram como protagonistas no jogo político nacional.

Para ilustrar como se configurava a imprensa no início deste período, a jornalista Isabel Lustosa (2000: 16) historiou, em livro, como se davam as disputas políticas de então.

Em verdade, os jornais estampavam “insultos impressos”, transformando a arena pública em literais campos de batalha, no qual valia tudo – até produzir acontecimentos, em vez de noticiá-los. Eram comuns as agressões verbais deixarem as folhas para assumirem as vias de fato. “Foi um momento extremamente vibrante”, resgata a autora, “onde se assistiu a um processo de liberalização política sem precedentes na nossa história. Cada um escrevia o que bem entendia”.

O historiador Antônio Costella (1970: 65) também destaca a fase da “pregação ideológica” que dominava os periódicos, de vida efêmera e, muitas vezes, de edições compostas de artigo único. “O pasquim”, lembra, “identificava-se por seu intenso espírito de combate, exteriorizado em linguagem agressiva e irreverente”. Esse tipo de jornalismo tinha sua explicação no incrível período sem liberdade e até sem imprensa. Ao enxergar um cenário minimamente propício ao debate, os jornais tornaram-se a esfera pública das discussões, que não raro contavam com figuras de alta expressão – D. Pedro I, por exemplo –, participando intensamente.

O pasquim, como legítimo fruto de sua época – época febril, de construção da própria nacionalidade, de manutenção da liberdade recentemente conquistada, de institucionalização do império – haveria de desaparecer no segundo reinado, quando bem diversa era a situação reinante. (COSTELLA, 1970: 65.)

Costella (1970: 67) pondera que a maior representação deste “espírito de combate” da imprensa estava localizada no instrumento do anonimato, bastante disseminado e que “enlameava a vida de qualquer cidadão”. Diferentes autores – da política ou da cultura – escreviam nas folhas sob pseudônimos ou até mesmo sem assinatura<sup>46</sup> (igual ao que ocorre agora na internet: anônimos ou com codinomes distribuindo *fake news*<sup>47</sup>). Ainda no período imperial, já fora da efervescência dos pasquins, a imprensa seguia publicando deste modo, criando seções específicas, como ‘a pedidos’. Até projetos de lei foram apresentados no parlamento visando pôr fim ao anonimato na imprensa brasileira.

---

<sup>46</sup> Machado de Assis, por exemplo, usava o pseudônimo de ‘Dr. Semana’, com que o escritor publicou mais de 300 crônicas semanais na *Semana Ilustrada*, do Rio de Janeiro (AZEVEDO, 2019).

<sup>47</sup> A partir do advento da internet, Jandyra Cavalcanti-Cunha (2018) alerta para um “efeito preocupante na mídia brasileira”: “o anonimato que vulgariza o debate e eleva o nível de gratuita agressividade nos *sites*, *blogs* e espaços de discussão”. Para ela, uma democracia “pressupõe responsabilidade e identidade, não a clandestinidade”.



O anonimato, essa praga da imprensa do século passado [XIX], que facilitava a proliferação do testa-de-ferro, do autor a soldo, somente receberia intenso combate tempos depois. A luta ficaria para os tempos da República. De qualquer modo, seu uso e seu abuso são reflexos do clima de largueza, de liberdade, de quase licenciosidade, em que viveu o jornalismo do segundo reinado. A República não seria tão complacente e, em matéria de liberdade, em vários momentos, só admitiria doses homeopáticas”. (COSTELLA, 1970: 68.)

Por sua vez, o historiador Nelson Werneck Sodré (1999) considera o marco da República como um verdadeiro divisor de águas para a imprensa brasileira. Havia um jeito de se fazer jornalismo antes e outro depois, sendo os discursos jornalísticos igualmente reformatados! A transição aconteceu ao longo de anos – aplicando a ‘Teoria sobre as Mutações do Jornalismo’ essa transição configura a passagem do ‘jornalismo de opinião’ para o ‘jornalismo de informação’ – e teve suas bases constituídas a partir da ascensão da burguesia comercial e industrial ao poder no Brasil. Sodré define o segundo período como “A imprensa do Império” e o período que estava por vir como “A Grande Imprensa”.

As transformações pelas quais sofriam a imprensa estavam em sintonia, em nível mais abrangente, com as modificações na organização social. Até por isso os jornais tiveram acelerada fase de mudanças. O sistema político já não era o mesmo – o império monárquico chegava ao fim e surgia o Estado republicano –, assim como a sociedade e o modo de produzir riquezas seriam também profundamente afetados. Começava a despontar um Brasil de vida capitalista, em detrimento daquele de vida feudal. Esse processo se deu tardiamente por aqui, enquanto a Europa, no alvorecer da intensa atividade econômica da ‘Revolução Industrial’, experimentava tudo isso ainda no final do século XVIII.

Assim, naturalmente, ganhava espaço a imprensa industrial e perdia cada vez mais relevância a imprensa artesanal. A informação virava mercadoria e não mais puramente instrumento para contenda política. Sodré (1999: 261) reforça a transição vinculada ao contexto político-econômico da época: “A imprensa brasileira aproximava-se, pouco a pouco, dos padrões e das características peculiares a uma sociedade burguesa”. O historiador acrescenta que a imprensa personificada, dos tempos dos pasquins, restou restrita a cidades menores, sendo que o incremento tecnológico e a profissionalização foram regras no conjunto da nova imprensa que dominou o país<sup>48</sup>.

---

<sup>48</sup> Sodré (1997: 257) recorda que, embora a tendência fosse a de automatização da imprensa nas grandes cidades e a de processos manuais no interior, a fase de transição fazia coexistir os dois tipos de jornal na mesma cidade. No Rio de Janeiro, por exemplo, os jornais industriais (*Jornal do Commercio*, *Jornal do Brasil*) disputavam

A imprensa estava consolidada [*na virada do século*], a de caráter artesanal subsistia no interior, nas pequenas cidades, nas folhas semanais feitas em tipografias, pelos velhos processos e servindo às lutas locais, geralmente virulentas; nas capitais já não havia lugar para este tipo de imprensa, nelas o jornal ingressara, efetiva e definitivamente, na fase industrial, era agora empresa, grande ou pequena, mas com estrutura comercial inequívoca. Vendiam-se informações como se vendia outra qualquer mercadoria. E a sociedade urbana necessitava de informação para tudo, desde o trabalho até a diversão. (SODRÉ, 1999: 275.)

Os dois ‘brasis’ esboçados por Sodré no caso da imprensa – centros urbanos *versus* interiores – também eram vistos na economia. Os índices apresentavam um Sul em pujante crescimento, com números otimistas, e um Norte em estagnação, em grave decréscimo. Um sinal importante já tinha sido dado nesta direção: a transferência da capital da antiga colônia, ainda no século XVIII, em 1763, de Salvador para o Rio de Janeiro, deslocando o eixo de prioridade do desenvolvimento. À época, o país baseava a sua produção – agrícola e *in natura* – na comercialização com o mercado exterior. Somente longe do território nacional é que esses produtos eram manufaturados.

O historiador José Antônio Sola (1997: 11) registra que a economia cafeeira estava concentrada no Sul, em especial em São Paulo, terra de Euclides da Cunha e de seu público leitor, e respondia, entre 1891 e 1900, por 64% das exportações brasileiras. Enquanto isso, no mesmo período, a economia açucareira e algodoeira, essencialmente estabelecidas no Nordeste brasileiro, região dos revoltosos de Canudos, registrava exportações da ordem de 6% e 2,7%, respectivamente. Um recuo ligeiro no tempo mostra que, entre 1821 e 1830, este cenário era diverso, conforme **Quadro 7**: o comércio para o estrangeiro chegava a 30,1%, no caso da cana de açúcar; a 20,6%, algodão; e, em última posição, a 18,4%, café.

**Quadro 7 – Exportações brasileiras ao longo do século XIX**

	Entre 1821-1830	Entre 1891-1900
<b>Cana de açúcar</b>	30,1%	6%
<b>Algodão</b>	20,6%	2,7%
<b>Café</b>	18,4%	64%

**Fonte:** elaborado pelo autor

---

espaço com os jornais artesanais (*A Rua, Folha Popular, A Tribuna*). Havia também os jornais intermediários, que se profissionalizavam a olhos vistos, como o *Diário de Notícias*.

Se na atividade econômica rural o Sul vinha se destacando, na atividade industrial andava a passos largos à frente do Norte, embora ainda não fosse a potência que se veria a partir da Revolução de 1930. Um cálculo levando em conta as fábricas instaladas no Brasil no início do século XX, em 1907, demonstra a total disparidade entre ambos os ‘brasis’. A esmagadora maioria das 1.722 indústrias que funcionavam naquele ano estavam concentradas em Minas Gerais, São Paulo, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro e Santa Catarina. Ao todo, significavam 89,3% das unidades fabris, enquanto que somente 10,7% situavam-se no Nordeste, sendo 4,5% na Bahia (SOLA, 1997: 11).

Mas não era somente no campo político-econômico – como também em termos do desenvolvimento da imprensa – que o Brasil sinalizava para uma época de ‘novos tempos’. Juarez Bahia (2009) demarca que, a partir do fim da colônia e acelerado pelo fim da escravidão e pelo nascimento do República, os brasileiros e as pessoas que aqui viviam passaram a nutrir um sentimento de pertencimento com o lugar. Pela primeira vez, sentiam-se em ‘casa’, como que entendendo que a sorte da nação agora dependia do esforço e do ideal de cada um deles. Apesar das incontáveis dificuldades, a ‘gente brasileira’ agora possuía um nível de “consciência nacional”. Assim:

Uma diferença fundamental entre a imprensa na Independência e a imprensa da Abolição e da República está na própria nação. É outro o grau de consciência nacional, são outras as ideias que refletem. Não é só o tempo que as separa. É a sociedade. A emancipação, em 1822, consolida o sentimento de nacionalidade, em 1870. A partir daí tudo se transforma. (BAHIA, 2009: 117.)

A implantação da República trouxe um desenfreado otimismo para a imprensa da época, já instalada nos centros urbanos. O viés dos jornais era sempre para o futuro, em busca da evolução rápida que urgia chegar e há muito se fazia esperada. O passado era visto como finalmente superado, lamentável do ponto vista histórico. A pesquisadora Marinalva Barbosa (2007) captura essa boa expectativa ao resgatar vestígios capazes de identificar como as folhas eram à época, seus formatos e discursos. Ela pesquisou os cinco principais periódicos da então capital da República, o Rio de Janeiro<sup>49</sup>, para consultar se as transformações em curso estavam também neles estampados.

---

<sup>49</sup> Marinalva Barbosa dedica o capítulo inaugural do livro *História cultural da imprensa* para apresentar as mudanças sofridas no princípio do século XX nos principais jornais do Rio de Janeiro, quais sejam: *Jornal do Commercio*, *Jornal do Brasil*, *Correio da Manhã*, *O Paiz* e *Gazeta de Notícias*.

Nas publicações diárias, o passado é frequentemente obliterado. Têm-se olhos apenas para um futuro inaugurado com a inclusão do país num novo tempo: a República. Apaga-se cotidianamente o passado filiado obrigatoriamente à origem colonial, a um momento histórico que quer se esquecido. Paralelamente, cada diário do Rio de Janeiro não cansa de repetir a sua própria história, nas edições comemorativas evocam a missão primordial do jornalismo: ser olhos e ouvidos da sociedade. (BARBOSA, 2007: 24.)

Ao passo das transformações, os meios impressos de comunicação começaram a se revestir de guardiões da sociedade. Buscaram vinculação social junto ao público, afinal agora passava a ser ele, o cidadão urbano, o motivador final para a feitura e lançamento diário dos jornais (além de financiador, em certa medida). Naturalmente, portanto, o conteúdo mais opinativo vai deixando de ser dominante, abrindo espaço para o conteúdo mais informativo, no horizonte de deixar para o leitor as formulações interpretativas. Vale lembrar que isso tudo aconteceu gradativamente, em mudança que demoraria ainda meio século para se consolidar na grande imprensa, segundo estimativa de Barbosa (2007).

Em consequência de tais perspectivas, as folhas também adaptaram suas estratégias discursivas. Se nos Estados Unidos e em boa parte da Europa o *news versus coments* já estava consolidado, com a separação clara entre um e outro nos periódicos, no Brasil essas manifestações estavam surgindo. Lá, o lide era adotado como prática jornalística, consistindo na apresentação sumária do acontecimento logo no início dos textos (para responder rápido as seis perguntas básicas: o quê?; quando?; quem?; onde?; como?; e por quê?). Aqui, o estado das coisas apontava para esta direção no curso do tempo, como faz crer tacitamente o editorial do jornal *O Paiz*, datado do ano de 1914:

O leitor apressado não queria pensar, não tinha tempo para acompanhar longas reflexões filosóficas, passa por cima de todas as considerações de ordem social e política; diga-lhe o que passou, como se passou, em que condições se deu o fato que o ocupa, pinte-lhe o tipo e o caráter dos protagonistas, e se for possível fazê-lo sem palavras, pela fotografia tanto melhor. (O PAIZ *apud* BARBOSA, 2007: 39/40.)

Evidencia-se, já no princípio do novo século, que estavam brotando paradigmas que se tornariam caros para o jornalismo dali em diante. Valores como objetividade, neutralidade e isenção ganhavam força e traduziam-se na prática do discurso jornalístico pelo entendimento segundo o qual ‘os fatos devem falar por si, bastando apresentá-los ao leitor’. Marinalva Barbosa (2007: 40) aborda a problemática por este ângulo ao adicionar que os textos dos periódicos se baseariam na “reprodução da realidade e da verdade” e pondera que tais

reformas “seriam aprofundadas” constantemente no decorrer do século até que o jornalismo já não se reconheceria de outro modo, como se verifica no texto abaixo:

Observa-se, pois, que **as bases para a construção do ideal de objetividade do jornalismo**, que seriam aprofundadas com as reformas por que passariam os jornais cinquenta anos mais tarde, **estão lançadas na virada do século XIX para o XX** [...]. Quando no início dos anos 1900, o texto [*editorial de O Paiz*] aconselha que o jornal deve dizer o que se passou, como se passou e em que condições; está, de fato, inventando aquilo que anos mais tarde seria conhecido como lide. Tudo isso, utilizando-se do ideal máximo da reprodução da realidade e da verdade. (BARBOSA, 2007: 40, grifos do autor.)

Ancorada em vestígio material, Barbosa analisa o *Jornal do Brasil*, de 15 de novembro de 1900, para exemplificar o turbilhão de inovações pela que atravessava a imprensa brasileira à época. A **Figura 6**, extraída em pesquisa ao portal da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro<sup>50</sup>, exibe a capa daquela edição matutina, que comemorava o 6º aniversário de sua fundação e o 11º da Proclamação da República. Nela, pode-se ver a página ocupada por ilustrações e, secundariamente, por textos (colunas laterais e rodapé). Adotamos tal registro histórico para, simbolicamente, firmar para o horizonte da época as transformações observadas pelos historiadores, tempos mais tarde.

A capa do *Jornal do Brasil* registrava o nível avançado de inovação tecnológica e da compreensão acerca da própria prática profissional que perpassava a grande imprensa em intervalo temporal curto, seis anos: entre em 1894, data da criação da folha, e 1900, quando saía aquela edição. Foi nessa época que se sucederam os confrontos em Canudos. Em meia dúzia de ilustrações, o *Jornal do Brasil* anunciava o novo jornalismo que então surgia: tecnologicamente mais avançando, defensor das classes sociais mais baixas, com jornalistas atrás de notícias para dotar as elites de informações precisas e também alcançar número maior de pessoas, por meio de preços populares e maior escala de produção.

---

<sup>50</sup> A capa da referida edição do *Jornal do Brasil* foi consultada no dia 5 de janeiro de 2020, por meio do endereço eletrônico <http://memoria.bn.br/hbd/periodico>. A imagem não consta no livro *História cultural da imprensa*, de Marinalva Barbosa.

**Figura 6 – Capa da edição do *Jornal do Brasil*, em alusão ao 6º ano do periódico, de 15 de novembro de 1900**



**Fonte:** ver nota de rodapé 49

Barbosa (2007: 31) destrincha a **Figura 6** de modo a interpretar cada uma das ilustrações: (1) a do alto da página representa “o telégrafo e suas linhas transmissoras e, em destaque, a impressora que possibilita ao jornal imprimir 60 mil exemplares”; (2) no lado esquerdo, a imagem do “público ao qual o jornal se auto atribui o papel de defensor: os pobres e oprimidos”; (3) abaixo dela, aparece “o repórter que toma nota das últimas novidades” (antes, pela leitura; agora, por via telefônica); (4) na imagem central, a “alegoria [*poderosa*] da imprensa” capaz de “visualizar amplamente o mundo”.

No lado direito, outras duas imagens: (5) a do “personagem bem-vestido” que simboliza o público formado pelos “grupos dirigentes” que o periódico influencia; e (6) a que evidencia o aumento de leitores, com um “pequeno jornaleiro” vendendo edições “pelas esquinas das cidades” (BARBOSA, 2007: 31). Aos objetivos desta pesquisa, a transposição imagética do jornal carioca contribui para consolidar as transformações no paradigma jornalístico, em curso no entre séculos, no que se refere à ‘produção, coleta e formatação’, o tripé essencial para a formação do discurso jornalístico. Para Barbosa (2007: 32), tanto o leitor à época, quanto o estudioso de hoje conseguem perceber tais inovações:

O leitor do *Jornal do Brasil* dos 1900, contido nas narrativas do jornal, certamente sabe identificar o texto “escrito” através de desenhos que são colocados lado a lado. Olhando as imagens em sequência decodificam a mensagem: trata-se de um jornal moderno, que usa a mais inovadora tecnologia para difundir com rapidez as informações. É também um jornal que para além de informar procura intermediar as queixas e reclamações do público. O *Jornal do Brasil* modela sua popularidade na esteira da construção de uma autoimagem fundamental: defensor daqueles que não têm quem propugne por eles. (Barbosa, 2007: 32.)

No bojo das transformações da grande imprensa, as cidades em que se situavam os jornais, em especial Rio de Janeiro e São Paulo, assistiam grandes obras que projetavam uma nova urbanização. A capital da República ganhava iluminação elétrica, com bondes operando mediante cabos de energia, e os primeiros automóveis já despontavam. Na capital paulista, as chácaras davam lugar aos casarios e as construções da Avenida Paulista e do Viaduto do Chá lançavam-na em direção à ‘modernidade’. No interior, entretanto, os símbolos dos ‘novos tempos’ não chegavam e a miséria e a exclusão social continuavam como sempre desde que o Brasil tinha se tornado Brasil.

A inauguração da República trouxe consigo o fim legal da ‘chaga do anonimato’ na imprensa. Antônio Costella (1970: 81) explica que a Constituição de 1891, em matéria de legislação, não inovou em nada acerca do tratamento dado à mídia, à exceção da parte final do artigo 72, parágrafo 12, em que se lia explicitamente: “Não é permitido anonimato”. Embora assegurasse a “livre manifestação do pensamento pela imprensa, sem dependência de censura”, o novo regime impôs agressões aos jornais ao receber críticas. Um caso emblemático foi a do empastelamento do jornal *A Tribuna*, em 1891, que rendeu manifesto dos jornais cariocas em defesa da liberdade de expressão<sup>51</sup> (SODRÉ, 1997: 259).

O professor José Marques de Melo (1985: 20) é taxativo ao associar que “o autêntico jornalismo<sup>52</sup> só emerge com a ascensão da burguesia ao poder e com a abolição da censura prévia”. Sem censura, não haveria evolução da imprensa! Como exemplo, cita que as primeiras manifestações de jornalismo, nos séculos XV e XVI, eram esporádicas (e não periódicas) e não prosperaram em razão da ausência de liberdades nos estados absolutistas. E vai além: durante a Revolução Francesa haviam somente 70 folhas e, a partir da Declaração

---

<sup>51</sup> Às manifestações pela liberdade de expressão, Sodré (1997: 259) recupera que o regime republicano respondia alegando que as críticas à República eram oriundas dos defensores da Monarquia. “O governo não tem meios de garantir a vida dos jornalistas que trabalham nos jornais monárquicos”.

<sup>52</sup> Para Melo (1985: 20), entende-se por “autêntico jornalismo”: “processos regulares, contínuos e livres de informação sobre a atualidade e de opinião sobre a conjuntura”.

dos Direitos do Homem e do Cidadão, com a instituição da livre expressão, nasceram mais de mil folhas, segundo as contas de Melo:

O fim da censura prévia constituiu um fator preponderante para que o jornalismo assumisse fisionomia peculiar – a de uma atividade comprometida com o exercício do poder político, difundindo ideias, combatendo princípios e defendendo postos de vista. Nesses primeiros momentos da sua afirmação, o jornalismo caracteriza-se pela expressão de *opiniões*. Na medida em que a liberdade de imprensa beneficiava a todos, as diferentes correntes de pensamento ou os distintos grupos sociais se confrontavam através das páginas dos jornais que editavam. (MELO,1985: 21/2.)

A conjuntura política à época foi intensa e se desdobrou rapidamente na renúncia do presidente do Governo Provisório, Deodoro da Fonseca. Embora tentado a violar a Constituição, seu sucessor, Floriano Peixoto, assumiu até o prazo legal de 1894 (a primeira fase republicana). Ambos os marechais alegavam defender ‘mudanças profundas’ no Brasil, mas foram apeados do poder. Dali em diante, o que ficou conhecida como ‘República das Espadas’, com líderes militares à frente da nação, deu lugar à ‘República das Oligarquias’, com líderes cafeicultores dominando a cena política. Primeiro, de 1894-1898, Prudente de Moraes e, em seguida de 1898-1902, Campos Sales.

Ao instalar a oligarquia como forma de poder, os dois presidentes sofreram apreciações severas da imprensa, pois esta surgia no processo de ascensão da burguesia industrial<sup>53</sup>. No sistema capitalista em formação, os proprietários dos jornais eram a tradução da própria burguesia, mas que agora assistia ao predomínio absoluto de uma única atividade produtiva, o cultivo do café. Os governantes, observando a insatisfação, apelaram para a negociação econômica comprando a opinião dos periódicos, conforme indica Sodré (1997: 276): “É agora muito mais fácil comprar um jornal do que fundar um jornal; e é ainda mais prático comprar a opinião de um jornal do que comprar o jornal”.

A lógica sequencial do historiador para encampar os jornais considerava também o aparato tecnológico envolvido e a complexidade para a confecção de edições diárias, a partir de então. E tudo estava em profusão... O *Jornal do Brasil* já era o maior periódico da América do Sul em 1899, com tiragem de 50 mil exemplares/dia, ultrapassando em vendagem o histórico *La Prensa*, de Buenos Aires, Argentina. A grande imprensa brasileira automatizava

---

<sup>53</sup> No curso das mudanças, a imprensa também experimentou inovações gráficas. As ilustrações e, passo seguinte, as fotografias ganharam espaço. E as críticas mais ferozes à formação das oligarquias cafeeiras, que transformaram a recente República em continuação da política econômica do Império, estavam nas caricaturas. O *Jornal do Brasil* e a *Gazeta de Notícias* se destacavam entre os periódicos cariocas.



seus procedimentos, com a aquisição de aparelhos que imprimiam, contavam e dobravam, sendo a defasagem mais grave a da distribuição – realizada ainda por tração animal ou a pé –, restringindo o público leitor ao nível municipal, sobretudo.

Um dos maiores incrementos técnicos foi a substituição do trabalho totalmente manual e especializado para impressão dos jornais, a partir da adoção das máquinas de linotipia. “Em vez da composição em caixas, em que cada letra forma palavras, que por sua vez, compõem linhas, agora é possível produzir linhas inteiras a partir do simples acionamento de um teclado alfanumérico”, explica Marinalva Barbosa (2007: 22/6), a respeito da “invenção do novo artefato tecnológico”. Ela conta que os novos aparelhos, importados da Europa, tinham capacidade de “‘vomitar’ de 10 a 10 mil exemplares por hora”. Uma engenhoca de resultados espetaculares para a época!

E uma outra inovação de efeitos imediatos e impactantes também estava sendo incorporada ao dia a dia das redações dos jornais. Sodré (1997: 267) dá conta que *A Notícia* inaugurava em 1895, no Brasil, a primeira máquina de transmissão de mensagens a longa distância: o telégrafo<sup>54</sup>. A incredulidade com a publicação de relatos com tamanha rapidez era tal que os leitores só se convenceram que a notícia era verídica quando o *Jornal do Commercio* confirmou as informações<sup>55</sup>. A implantação do telégrafo se deu em anos diferentes e conforme a situação financeira dos periódicos. O *Correio da Manhã*, por exemplo, anunciava o novo serviço ao público no ano de 1902.

Como o *Jornal do Brasil* já preconizava na edição de 1900, apresentada na **Figura 6**, Barbosa (2007: 27) registra que a “nova forma de fazer jornais”, a partir dos inventos e dos ideais liberais, incluía a capacidade da folha ser “barata, popular, fácil de fazer”. E nesse quesito a *Gazeta de Notícias*, em 1880, era o primeiro periódico a realizar “venda avulsa”, com pessoas “que gritam pela cidade”. No conteúdo, um forte peso para a literatura em fascículos, com gente do porte de Machado de Assis, Olavo Bilac e Raul Pompéia, sendo anunciado para atrair público leitor nas ruas. As edições com imagens, ilustrações e fotografias, também passariam a ser inovações presentes nos jornais.

Assim, as folhas ganhariam nova disposição gráfica, com matérias em duas colunas, introdução das manchetes e dos subtítulos menores. “[*Trata-se de*] um novo tipo de jornalismo que muda drasticamente o padrão editorial das publicações”, crava Barbosa (2007:

---

<sup>54</sup> Marinalva Barbosa (2007) afirma que a implantação do telégrafo começou no Rio de Janeiro a partir de 1874. Portanto, 21 anos antes da data observada por Sodré, no caso de *A Notícia*.

<sup>55</sup> Importante frisar que jornal *O Estado de S. Paulo*, durante a cobertura da Guerra de Canudos, dispunha de franquia telegráfica para que Euclides da Cunha enviasse seus despachos do sertão até a capital paulista.

48). As reportagens policiais e notícias corriqueiras da cidade surgiam e buscavam “construir uma representação ideal da sociedade”. Novamente resgatando vestígios materiais do *Jornal do Brasil*, a pesquisadora focaliza um editorial de 1º de janeiro de 1901, que autoreferencia o periódico, apresenta as ‘maravilhas’ do novo século e a convicção de que uma reportagem vale mais do que 30 artigos, como pode ser visto a seguir:

Desde ontem, o *Jornal do Brasil* conta com uma Mariononi dupla, podendo tirar 4, 6 ou 8 páginas de modo que assim conseguiremos satisfazer as exigências da nossa extraordinária tiragem [...]. O serviço telegráfico aumentou [...]. A função de repórter cresceu de importância: tudo então concentrou-se nele. Uma notícia abala mais o governo do que 30 artigos e 30 artigos não dão ao jornal a tiragem que uma notícia proporciona. Também, a consequência disso é que já não há jornalistas: todos nós somos, mais ou menos, repórteres e é dos sucessos da reportagem que mais nos orgulhamos. (JORNAL DO BRASIL *apud* BARBOSA: 2007: 23/4.)

Resta notório agora que a barca de transformações levava o jornalismo na virada dos séculos XIX para o XX para um outro lugar, bastante distinto do que era então. Contudo, tais mudanças não se configuraram de maneira estanque: hoje se faz jornalismo assim e amanhã já se faz de um novo jeito. Estava-se no caminho e não se tinha chegado lá, ainda. Enquanto Marinalva Barbosa avalia que a mutação total se daria numa média de cinquenta anos para frente, por volta dos anos 1950, Juarez Bahia (2009: 137) acredita que já dos anos 1910 em diante era possível notar a consolidação de uma nova prática e discurso jornalísticos, em sintonia com a nova sociedade que emergia:

É no curso da I Guerra Mundial que a imprensa *assimila* os efeitos de profundas mudanças na sociedade e nas relações dos povos com o sistema de comunicação de massa. De 1910 a 1920, são mais visíveis os sinais de evolução no conteúdo e na produção dos jornais e das revistas. Um estágio que irá se aperfeiçoar. (BAHIA, 2009: 137, grifo no original.)

Um dos sinais dos efeitos dos ‘novos temas’ sobre a imprensa à época pode ser percebida na iniciativa do jornal *O Estado de S. Paulo* (e outros cinco periódicos) de enviar correspondente de guerra diretamente ao teatro dos acontecimentos da Guerra de Canudos. A figura do repórter à ‘cata de notícias’ em local tão longínquo, simbolizada pelo *Jornal do Brasil*, em 1900, ficou materializada com a ida de Euclides da Cunha ao sertão baiano. Do mesmo modo, a capacidade da imprensa em publicar durante o curso dos acontecimentos também pode ser notada no caso de Canudos, imagem também referenciada na edição comemorativa do *Jornal do Brasil*.

### 3.1.2 Guerra de Canudos & Euclides da Cunha

No contexto do Brasil, no fim do século XIX, a Guerra de Canudos representava um importante e emblemático entrave a ser suplantado pelo recém instalada República. Em primeiro lugar, configurava-se como demonstração de força do governo a superação de um movimento popular, ‘pintado’ à época como monarquista, consolidando o novo regime político. Em segundo, moldava o ‘novo tempo’ sob a áurea da modernidade, do avanço célere rumo ao ‘brilhante’ futuro da nação, em contraposição à desordem simbolizada pelos sertanejos revoltosos liderados por Antônio Conselheiro. Em terceiro, punha fim ao iminente risco à classe dominante rural nordestina de escassez de mão de obra barata.

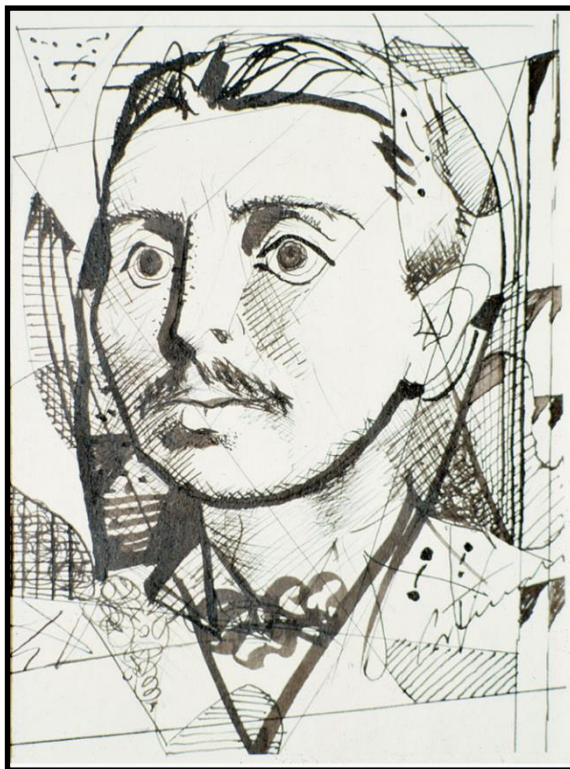
A excepcional repercussão da Guerra de Canudos para a sua época se deve, em boa medida, ao comportamento do próprio governo republicano, que, em sinalizando o lado do progresso, buscava esmagar as ‘almas vivas’ do atraso. Associado a isso, nutria a vontade de tornar pública toda a sua capacidade de sobrepujar as forças do passado. Quando das primeiras refregas no sertão baiano, ainda se vivia o sétimo ano desde a Proclamação, sendo que os dois militares ícones do movimento tinham deixado o poder. E, então, os presidentes civis, representando os paulistas da economia cafeeira, ‘davam as cartas’ na então denominada ‘República das Oligarquias’.

Além disso, a forte divulgação nacional se deu na esteira das transformações nos meios impressos de comunicação, que permitiram aos principais centros urbanos o acompanhamento no presente dos combates no sertão baiano. A pesquisadora Lúcia Garcia (2009: 29) destaca a “repercussão inédita na imprensa brasileira” da Guerra de Canudos enquanto evento isolado, “graças à instalação de linhas de telégrafo no sertão”. Nelson Werneck Sodré (1999: 269) valoriza o aporte tecnológico – o telégrafo –, mas sobretudo a “iniciativa pioneira” de *O Estado de S. Paulo* em enviar correspondente ao teatro dos acontecimentos, que “anunciava novos métodos de imprensa”.

O desconhecimento acerca da realidade do sertão nordestino ia além da distância geográfica de mais de 2 mil quilômetros entre o povoado de Canudos, localizado na cidade de Belo Monte, Bahia, e a cidade de São Paulo, onde vivia o ainda desconhecido – e logo festejado – Euclides da Cunha (ver **Figura 7**). Dois fenômenos engrossaram o movimento revoltoso, no curso da invisibilidade nacional acerca da exclusão social daqueles sobreviventes do interior brasileiro: (1) as sucessivas secas que culminaram na grave crise de 1877, que vitimou aproximadamente 100 mil pessoas; e (2) a libertação dos escravos ao total

desamparo, que passaram a vagar sem rumo castigados pela fome, a partir de 1888 (GALVÃO, 2011).

**Figura 7 – Euclides da Cunha pelos traços do pintor Candido Portinari**



**Fonte:** Projeto Portinari (2020)

O desolador cenário acabou por constituir o vilarejo de Canudos, cujo líder foi Antônio Vicente Mendes Maciel (1830-1897), conhecido por Antônio Conselheiro, nascido na Vila Quixeramobim, interior do Ceará. Ao pregar em nome de Deus sem que vigário fosse, suas rezas eram denominadas por conselhos. De origem sofrida, entremeadado pelo prematuro falecimento da mãe e as históricas guerras interioranas entre famílias rivais, Conselheiro padeceu com desilusões amorosas e passou a ter uma vida errante. Por longo tempo, desapareceu da historiografia oficial. Segundo o historiador José Antônio Sola (1997: 24), buscava “a fuga de si próprio”.

A sua história volta a ser contada a partir de 1874, quando tinha 44 anos de idade, e já circulava de cabelos cumpridos e barba longa, magérrimo e vestindo camisolão de corpo inteiro, visual pelo qual seria lembrado. Católico fervoroso, vivia de esmolos, sem lugar certo para dormir. Tido como ‘mal-assombrado’ por uns e ‘santo’ por outros, era adepto da prática religiosa, convivendo junto aos populares. Sua fama alcançava todo o Nordeste e cresceu em

razão da oratória vibrante, em tons proféticos e apocalípticos. Sola recupera uma das passagens em que Antônio Conselheiro conclamava peremptoriamente a certeza do fim do mundo na virada do século.

Há de chover uma grande chuva de estrelas e aí será o fim do mundo. Em 1900 se apagarão as luzes. Deus disse no Evangelho: eu tenho um rebanho que anda fora deste aprisco e é preciso que se reúnam porque há um só pastor e um só rebanho! (CONSELHEIRO *apud* SOLA, 1997: 25/6.)

A experiência de Canudos, de acordo com Sola (1997: 274), ia consagrar seu líder no imaginário popular como aquele que, em vez de prometer “vida melhor no céu”, como a igreja tradicional, “proporcionava uma existência melhor em vida”. Isso causava alvoroço ao *status quo* da elite regional da época. O temor afligia os coronéis, latifundiários da classe política e a igreja católica. Walnice Nogueira Galvão (2001) pontua que os riscos estavam localizados no êxodo da mão de obra trabalhadora barata no sertão e, em se fortalecendo o movimento, que a organização social dos sertanejos desencadeasse a ocupação de fazendas e conflitos no campo.

Os donos da terra viram ir-se definitivamente seus trabalhadores, nas várias formas que essa subordinação assumia, e ainda assume, no interior camponês: empregado, diarista, agregado, morador, meeiro etc. Mais um passo, e ao medo de verem suas propriedades definhar por falta de trabalhadores acrescentariam o medo premonitório de verem-nas invadidas e tomadas pelos pobres. (GALVÃO, 2001: 57.)

No caso da igreja, ainda imbricada ao poder apesar da instituição do Estado laico com o advento da República, o alarma com o exuberante crescimento de Canudos figurava na perda de prestígio e poder, especialmente entre o baixo clero. Para Galvão (2001: 67), o risco efetivo era “a perda da freguesia, com fiéis sendo usurpados por líderes carismáticos”, como já ocorria com padre Cícero Romão Batista (1844-1934) e, agora, com leigos como Antônio Conselheiro. “A Igreja”, examina a pesquisadora, “percebeu os perigos de voltar a mergulhar nos anseios do povo, o que podia ser tão subversivo para a ordem quanto o fora o cristianismo primitivo”.

E um incidente modesto precipitaria a formação de Canudos e convulsionaria o Brasil: a reação de Conselheiro e seus 200 seguidores, à época, de atear fogo aos “editais de cobrança” de impostos, em Bom Conselho, Bahia, lançados pelo governo republicado assim que estabeleceu autonomia aos municípios brasileiros. A medida era tida como mais uma manobra para retirar dos mais pobres. A reação do governo baiano foi enviar efetivo com 30

homens para prender o líder dos ‘crentes fanáticos’. Sem testemunhas a escrever, o primeiro combate foi retratado somente por relatos historiográficos e, resistindo às forças policiais, os sertanejos “afugentaram o inimigo” (SOLA, 1997: 33).

Calculando a perseguição que viria dali em diante<sup>56</sup>, o grupo de Conselheiro fixou morada, 1893, em fazenda abandonada às margens do rio Vaza-Barris, rodeada por montanhas, e de difícil acesso. Corrêa (2012: 124) explica que a organização social chegou a reunir ente 20 e 30 mil pessoas em “sistema cooperativo”, cujo “extra da produção [agropecuária] era vendido em cidades vizinhas e a lucratividade servia para comprar artigos que não se podia plantar ou confeccionar”. O povoado constituía-se sob modo de vida antagônico à ‘modernidade capitalista’: industrialização nas cidades, com trabalho remunerado, e latifúndio no interior, com manutenção da miséria entre os trabalhadores.

O envio da 1ª das cinco expedições militares para liquidar Canudos foi motivado também por evento fortuito: o deslocamento de canudenses a Juazeiro, Bahia, para buscar madeira, a fim de concluir a construção de igreja no povoado. Ao alarde que uma ‘horda de fanáticos’ iria saquear a cidade, o governo baiano despachou de Salvador 100 praças, sob o comando do tenente Manoel Pires Ferreira<sup>57</sup>. Sem notícia dos sertanejos, a tropa resolveu avançar rumo a Canudos e, no trajeto, entrou em combate. Saldo: 150 mortos entre os canudenses e 10 entre os militares. Embora vencedor, os homens de Pires Ferreira retrocedem antes de chegar ao povoado, receosos de novos ataques em território estranho.

O recuo repercutiu na imprensa e mobilizou o destacamento de 550 homens, que compôs a 2ª Expedição, comandada pelo major Febrônio de Brito. Ao virar o ano para 1897 a tropa seguiu decidida a chegar ao rio Vaza-Barris, mas acabou impedida pela tática de guerrilha dos sertanejos, alvejando-a ao longo do trajeto. Já sem mantimento e munição, as forças militares se viram obrigadas a retroceder. O insucesso chacoalhou o Brasil, com manchetes nos principais jornais. E logo a 3ª Expedição, pela primeira vez chefiada por um coronel – Antonio Moreira César –, foi acionada e reuniu 1,3 mil homens. E esta chegou enfim a Canudos, bombardeando-a e empreendendo luta campal.

A superioridade militar encheu de coragem o coronel, que deu ordens ao ataque ‘à baioneta’, no corpo-a-corpo e a cavalaria, sendo ele próprio alvejado e vindo a falecer em seguida. A organização débil do povoado, sem ordem aparente, tornou a tropa frágil e

---

<sup>56</sup> Um efetivo de 80 homens chegou a ser deslocado da capital baiana, Salvador, mas não entrou em combate com os sertanejos temendo emboscadas. E uma missão franciscana da igreja foi deslocada até o vilarejo para demover as pessoas da vida em conjunto e deixaram Canudos sem ninguém convencer.

<sup>57</sup> As datas de nascimento e morte dos comandantes das expedições militares a Canudos não foram localizadas.

desguarnecida. Novamente, as forças militares se viram obrigadas a providenciar o recuo (SOLA, 1997: 63/4). Corrêa (2012: 127) registra o que se desencadeou: “A derrota – a terceira em quatro meses – desesperou a República” e reascendeu a antiga discussão em torno da batalha entre as forças do progresso, os republicanos, e as forças do atraso, os monarquistas, como pôde ser lido na *Gazeta de Notícias*.

Trata-se da Restauração; conspira-se; forma-se o exército imperialista. O mal é grande; que o remédio corra parrelhas com o mal. A monarquia arma-se? Que o Presidente chame às armas os republicanos. (GAZETA DE NOTÍCIAS *apud* SOLA, 1997: 65.)

Durante as primeiras três expedições militares à Canudos, a imprensa não contava com jornalistas cobrindo a guerra *in loco*, em que pese as transformações em curso nos jornais, apresentadas na **Seção 3.1.1**. Como vimos no caso acima, da *Gazeta de Notícias*, os periódicos oscilavam entre os registros noticiosos (informação) e a pura ‘torcida’ para tomada de decisão em determinado sentido (opinião), natural em momentos de mutações do paradigma jornalístico. Os preparativos para o envio de correspondentes de guerra se deu a partir da 4ª Expedição, em junho de 1897, que reuniu efetivo de 5 mil homens, mobilizados em todo o Brasil, sob comando do general Artur Oscar.

Walnice Nogueira Galvão (1974: 109) calcula que, ao todo, oito jornais contaram com correspondentes no sertão baiano, remetendo despachos. “A Guerra de Canudos”, destaca a pesquisadora, “se não inaugurou, deve ter intensificado extraordinariamente no Brasil a praxe jornalística de dispor de enviados especiais no local dos acontecimentos”. Os periódicos *A Notícia* e *Jornal do Brasil* foram os únicos a publicarem ainda no mês de julho de 1897: Manuel Figueiredo (que já havia substituído Cisneiros Cavalcanti, alferes morto em combate, e doente, por sua vez, foi substituído por Alfredo Silva) e um ‘correspondente especial’ (sem nome)<sup>58</sup>, respectivamente, no dia 26.

Outros quatro periódicos começariam a publicar despachos em agosto, quando dos preparativos para a 5ª Expedição, mobilizada para socorrer as tropas de Artur Oscar e que contou com a presença do ministro da Guerra, marechal Machado Bittencourt. Apesar de atuar em dois flancos, a 4ª Expedição caiu em desgraça em razão do longo tempo de locomoção, pois levava o canhão Withworth 32, de 1,7 mil quilos. Novamente com mantimento e munição no fim, as tropas seguiram em combate, causando grande estrago em

---

<sup>58</sup> Galvão (1974) registra que Alfredo Silva, de *A Notícia*, teria expressado em suas reportagens que o correspondente do *Jornal do Brasil* tinha por nome Luís Calvi.

Canudos, registraram mais de 2 mil baixas e findaram derrotadas em 10 de agosto de 1897. No entanto, desta vez, nova expedição já estava pronta para entrar em ação.

A 5ª Expedição somava mais de 4 mil homens, sob comando dos generais Miguel Maria Girard e Eugênio de Andrade Guimarães. No princípio de setembro de 1897, ambas as expedições passaram a atuar em conjunto, sem encontrar maiores resistências. Antônio Conselheiro morreu em 22 de setembro, em meio aos combates, e em 6 de outubro a Guerra de Canudos chegou ao fim. Quando os últimos quatro combatentes tombaram, o vilarejo foi incendiado e os prisioneiros, mortos. A rápida retrospectiva dos eventos que se sucederam foi recuperada a partir do lado vencedor, sendo que o lado derrotado viu suas histórias resgatadas após anos, por meio de história oral dos sobreviventes.

O *Jornal do Commercio*, *O Estado de S. Paulo*, a *Gazeta de Notícias* e o *Diário de Notícias* começaram a publicar nas folhas em agosto após enviarem para a guerra, ao lado da 5ª Expedição, Manuel Benício<sup>59</sup> (dia 3), Euclides da Cunha (dia 7), Júlio Favila Nunes (dia 7) e “o nosso correspondente” (dia 21), respectivamente. Já em setembro de 1897, na fase final dos combates em Canudos, o *Jornal de Notícias* contou com os serviços de Lelis Piedade (publicando no dia 6) e *O Paíz* se valeu do procedimento anterior ao advento do correspondente de guerra, quando os próprios militares em combate escreviam para os periódicos, no caso Siqueira Menezes, pseudônimo Hoche (no dia 8).

O registro material dos oito periódicos – cinco deles sediados no Rio de Janeiro, dois em Salvador e um em São Paulo – que marcaram presença na Guerra de Canudos reforça ‘novos métodos de imprensa’ para a época. Nunca antes, em único evento, jornais tinham enviado tantos correspondentes especiais a fim de, como ressalta Nelson Werneck Sodré (1997: 269), esclarecer o “problema”, ou seja, relatar *in loco* o que se passava, a partir do trabalho de repórter de campo<sup>60</sup>. Graças a isso, os leitores das três cidades foram abastecidos de informação simultaneamente ao dia a dia dos combates, com atraso de poucos dias – novidade não antes vista.

---

<sup>59</sup> Galvão (1974: 326) observa que Manuel Benício, do *Jornal do Commercio*, foi “convidado a se retirar por dar informações julgadas inconvenientes” e o nome que o substituiu foi mantido sob sigilo, classificado tão somente por “a quem encarregamos de ir ao teatro da guerra”.

<sup>60</sup> Cabe registrar que até mesmo o ‘novo método de imprensa’ de destacar correspondente para noticiar diretamente do teatro dos acontecimentos não estava consolidado naquele final de século XIX. A *Notícia* havia contratado Cisneiros Calvacanti, militar, para enviar despachos. Morto em combate, foi substituído por um repórter; e *O Paíz* manteve, durante toda a cobertura, os serviços do tenente Siqueira Menezes (Hoche). Embora Euclides da Cunha, Manuel Benício e Favila Nunes tivessem passagens pelo Exército, os três estavam em Canudos exclusivamente como repórteres.



No entanto, o jornalismo que pedia passagem no caminho da ‘informação’ persistia sob condições que afetavam seu discurso e ainda perdurou por algum tempo, na transição com o de ‘opinião’. O anonimato, por exemplo, não tinha de todo sido abolido, apesar da proibição expressa pela Constituição de 1891, já em vigor. Note que dois jornais – *Jornal do Brasil* e *Diário de Notícias* – não revelaram quem assinava os despachos publicados sobre a guerra; que o *Jornal do Commercio* manteve o nome do correspondente sob sigilo, após o ‘convite’ das forças republicanas para que Manuel Benício regressasse da frente de batalha; e que *O Paíz* ainda se valia de pseudônimos...

A censura prévia era outra prática que prosseguia ativa. O caso de Manuel Benício excluído da cobertura por divulgar “informações julgadas inconvenientes” é um indicativo, embora Galvão (1974: 113) seja categórica que esse “problema inexistente”. Ela pesquisou os textos publicados nos oito periódicos que mantiveram correspondentes e constata: “O leitor nem chega a cogitar se há ou não, porque não aparece a mais ligeira menção de que a censura possa existir, ainda que na imaginação de repórteres com mania de perseguição”. Em um de seus despachos, Favila Nunes, da *Gazeta de Notícias*, esclareceu como se dava a censura e a ‘troca de favores’ para conseguir a transmissão de relatos ‘inconvenientes’.

**O telégrafo continua meio trancado. É necessário não dizer a verdade** para que os telegramas, ainda assim, finjam que são transmitidos. Tive a necessidade de **gastar um dinheiro fabuloso para transmitir um recado**, cujo visto me foi negado aqui [*em Monte Santo*] pelo Major Martiniano e em Queimadas pelo Major Nemésio, comandante das respectivas praças, naturalmente em obediência a ordens superiores. Foi transmitido de Alagoinhas. (NUNES in GALVÃO, 1974: 114, grifos do autor.)

Um dos caminhos que os jornalistas tinham para driblar a censura estava na edição de livros após as coberturas, dando-lhes mais liberdade discursiva. Dos que estiveram em Canudos, pelos menos três deles optaram por este caminho: Favila Nunes, com *Histórias de Canudos* (1898); Manuel Benício, *O rei dos jagunços* (1899); e Euclides da Cunha, *Os sertões* (1902). O historiador José Calasans (2019: 11) explica que Nunes editou fascículos, mediante pagamento com assinaturas, e que o plano ficou incompleto, sendo conhecido somente o de nº 3. Acerca do conteúdo: “Além das cartas dos jagunços, nada de importante, nenhum comentário crítico, nenhum estudo das causas do conflito”.

A pesquisadora Sílvia Maria Azevedo (2002: 93) assegura que, para que as reportagens críticas de Manuel Benício não caíssem no “esquecimento” após a vitória militar republicana na Bahia, o repórter resolveu lançar um livro, uma “versão romanceada da Guerra

de Canudos”. Em *O rei dos jagunços*, constam os bastidores da cobertura para o *Jornal do Commercio* e também a “crônica histórica e de costumes sertanejos”, bem como “parte das reportagens enviadas” para o periódico. Azevedo chega a sugerir que Euclides da Cunha, em *Os sertões*, apropriou-se da “reconstituição da guerra” realizada por Manuel Benício, “sem declarar a sua dívida” com ele.

Por sua vez, Euclides da Cunha publicou, após cinco anos do fim da guerra, *Os sertões*. Nem história romanceada, tampouco publicado em fascículos, o livro clássico seria editado inicialmente com recursos próprios, sendo o último entre os que teriam como autores os próprios correspondentes. A inspiração era a vivência em Canudos, sua terra, seu povo e sua luta. Como restou documentado, também não coube a Euclides da Cunha o pioneirismo na imprensa. Esse título recaiu sobre Manuel Figueiredo (*A Notícia*) e correspondente anônimo (provavelmente Luís Calvi, *Jornal do Brasil*) que publicaram seus relatos em 26 de julho de 1897, 14 dias antes de *O Estado de S. Paulo*.

Euclides da Cunha assinou dois ensaios intitulados *A nossa Vendeia*, que ganharam destaque no jornal paulistano antes do destacamento de qualquer correspondente para o *front*, ainda no 1º semestre de 1897. Em ambos, impregnado do sentimento de que Canudos representava a restauração monárquica, o autor traçou a comparação que ficou famosa: a insurgência de Conselheiro como sendo a nova Revolta da Vendeia (1793), que aliou camponeses a nobres contra a Revolução Francesa. O republicanismo de Euclides da Cunha já era conhecido, bem antes de que ele visse de perto a realidade sertaneja e modificasse suas ideias acerca do que se passou no sertão baiano.

De juventude nômade entre Rio de Janeiro, Bahia e São Paulo, Euclides Rodrigues Pimenta da Cunha (1866-1909) nasceu em Cantagalo, Rio de Janeiro, e foi criado por parentes (a mãe faleceu cedo e o pai não tinha como criá-lo). Foi aluno de Benjamin Constant (1767-1830), um dos mais respeitados defensores da República, e cursou engenharia na Escola Militar, que reunia muitos ex-combatentes na Guerra do Paraguai contrários à Monarquia da época. Um episódio marcou sua trajetória, quando desrespeitou a hierarquia militar ao jogar o sabre ao chão e gritar contra o regime, na ocasião da visita oficial do ministro da Guerra, Tomás Coelho, aos jovens cadetes, em 1888.

Excluído do Exército, Euclides da Cunha foi reintegrado depois de proclamada a República. O professor Luiz Costa Lima (2000: 10) destaca a fama que a rebeldia lhe conferira: “A mudança súbita de regime empresta ao gesto que havia provocado sua expulsão outro significado: Euclides é exaltado como herói”. Entre 1891 e 1892, concluiu os cursos de

Estado-Maior e engenharia militar e de bacharelado em matemática, ciências físicas e naturais, pela Escola Superior de Guerra, sendo reformado como capitão. Assumiu a Superintendência de Obras Públicas de São Paulo e, a partir de 1889, manteve regular contribuição com *O Estado de S. Paulo* (à época, denominado *A Província de São Paulo*).

A proximidade com a vida na imprensa não era novidade. Ainda jovem, escreveu para *O democrata* e, nos tempos militares, para *Observando*. Assinou a coluna *Divagando* do jornal *Democracia*, do Rio de Janeiro. Os ensaios publicados eram opinativos e tratavam de política. Boa parte compõe a coletânea *Contrastes e confrontos* (1907). Entre agosto e outubro de 1897, a sua principal participação na imprensa foi como correspondente de guerra em Canudos, cujos despachos foram reunidos em 1939, pela primeira vez, no livro *Diário de uma expedição*. Regressando à Superintendência, redigiu *Os sertões* a partir de São José do Rio Pardo, interior de São Paulo.

Em 1903, graças à consagração imediata do livro, Euclides da Cunha foi eleito para o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) e para a Academia Brasileira de Letras (ABL). Interessado nas ‘coisas’ do Brasil, após o sertão, dedicou-se à Amazônia, sendo indicado pelo governo como chefe da Comissão Brasileira de Reconhecimento do Rio Alto Purus. Assumiu a cadeira de Lógica do Colégio Pedro II, do Rio de Janeiro. Em 15 de agosto de 1909, aos 43 de anos de idade, Euclides da Cunha teve fim trágico: foi baleado mortalmente em desavença pessoal. *À margem da História* (1909) sobre a realidade amazônica foi publicado postumamente.

Contudo, foi a Guerra de Canudos – e tudo que aquele acontecimento envolveu – o que mais marcou a trajetória de Euclides da Cunha. Sílvia Maria Azevedo (2002: 82) chega a arriscar que “Canudos veio a se tornar um dos fatos de maior relevância para a história brasileira”, em razão da extraordinária “repercussão junto à imprensa escrita”. O desenvolvimento tecnológico e, sobretudo, os ‘novos métodos’ adotados pelos meios impressos de comunicação, no entre os séculos, foram duas premissas para a consideração impactante de Azevedo. Sem dúvida, soma-se a isso a estratégia discursiva consagrada em livro sobre o conflito armado, que funcionou como preservação em memória material.

### 3.2 A cobertura para *O Estado de S. Paulo*

A partir da compreensão sobre o que cercava o ambiente da Guerra de Canudos e sua figura icônica, Euclides da Cunha, torna-se relevante localizar o trabalho por ele então empreendido para o jornal *O Estado de S. Paulo*. A **Seção 3.2.1** situa a discussão das especificidades da correspondência de guerra e dota de significado o efeito que este tipo de cobertura exerceu para o entendimento do que se desenrolava nos sertões baianos, impactando também sobre o discurso textual produzido. A condição do repórter, vivenciando *in loco* o calor dos acontecimentos, anunciava ‘novos métodos de imprensa’, destacando-se como uma de suas mais importantes inovações.

Na **Seção 3.2.2**, analisamos a contribuição da correspondência de Euclides da Cunha para as transformações no jornalismo da época. Para isso, enfocamos a discussão do diário de guerra publicado pelo jornal paulistano entre agosto e outubro de 1897, sob dois diferentes aspectos: (1) no horizonte da função de ‘atualidade’ do jornal diário como meio impresso de comunicação; e (2) na perspectiva dos sinais textuais extraídos que expressavam mudanças e permanências paradigmáticas. Para tanto, aplicam-se os 14 parâmetros necessários para a análise discursiva, unindo o texto ao contexto, conforme **Figura 1** do **Capítulo 1**.

#### 3.2.1 A correspondência de guerra

Os bastidores da ida de Euclides da Cunha para a Guerra de Canudos evidenciaram a influência que o jornal *O Estado de S. Paulo*, doravante *Estadão*, tinha junto ao governo: foi o único da imprensa paulista autorizado a acompanhar os combates na Bahia. A pesquisadora Regina Abreu (1998: 124/5) caracteriza o periódico como “vinculado aos interesses dos setores de ponta da oligarquia paulista”, defensor dos ideais republicanos, mas que “abria espaço para polêmicas” a fim de manter “certo distanciamento com relação às disputas partidárias”. Ela afirma que o autor – referenciado internamente por doutor – “ocupava então espaço importante [*no jornal*]” assinando artigos.

À época, o *Estadão* era o mais importante jornal de São Paulo, com edição diária de 8 mil exemplares, e já se destacava no contexto nacional entre o mundaréu de publicações existentes, fruto da proliferação da fase do ‘jornalismo personificado’. Somente em 1897, surgiram 29 folhas no Rio de Janeiro e, ao longo do século XIX, apareceram e desapareceram mais de 2 mil naquela cidade e 700 na Bahia (até a “minúscula” Curralinho, próxima a

Canudos, desfrutou de nove jornais na última década do século XIX). No entanto, periódicos cuja motivação era “noticiar, com regularidade” não passavam de 20 no Brasil (GALVÃO: 1974: 15/7).

Ao reverberar a iminente derrota da tropa do general Artur Oscar em Canudos, Walnice Nogueira Galvão (200: 13/4) conta que Júlio de Mesquita (1862-1927), diretor do *Estadão*, telegrafou ao presidente da República, Prudente de Moraes, nos termos abaixo, a fim de solicitar que Euclides da Cunha compusesse a 5ª Expedição como correspondente. Entre a missiva de 29 de julho de 1897 e a partida se passaram menos de 72 horas. Em 1º de agosto, o *Estadão* anunciou que “o nosso talentoso colaborador dr. Euclides da Cunha segue hoje [*para a Bahia*]”. O combinado era enviar “correspondências do teatro de operações” e tomar “notas” para escrita futura de “trabalho de fôlego”.

Quero dever-lhe o favor de conseguir que Carlos Machado [*Bittencourt, então ministro da Guerra*] nomeie para seu estado-maior o tenente Euclides da Cunha. Este é meu companheiro da redação do *Estado*. Tem talento de escritor quanto dedicação de soldado republicano. Quer prestar serviços à República e preparar elementos para um trabalho histórico. O sr. compreende quanto, como redator do *Estado*, me interesse por esta nomeação. Peço resposta hoje. (MESQUITA *apud* GALVÃO, 2000: 13)

O trabalho de Euclides da Cunha na Bahia resultou em 32 reportagens estampadas no *Estadão*, entre 7 de agosto e 1º de outubro de 1897<sup>61</sup>. A partir dali, como assinala a jornalista Maria de Lourdes Eleutério (2008: 89), “a presença de enviados ao palco dos acontecimentos” se tornou “hábito que logo se generalizaria”, como exemplificado no **Capítulo 2**. Embora haja certo exagero ao anunciar a instauração de ‘novos padrões na imprensa’, estava, sim, gradualmente nascendo uma compreensão geral distinta acerca do significado de fazer/consumir jornalismo, a partir do contexto de liberdade democrática, economia capitalista e complexidade da vida urbana.

Havia no gesto de enviar repórter para o *front* a busca de informação que o fosse mais fidedigna possível. Era o **germe de uma imprensa moderna** que inovava ao passar a registrar os fatos no calor da hora centrando-se no **testemunho**, na “**objetividade dos fatos**” e na “**verdade da informação colhida ao vivo**”. (ABREU, 1998: 124, grifos do autor.)

---

<sup>61</sup> As reportagens seriam reunidas, pela primeira vez em livro, no ano de 1939 com a edição de *Canudos: diário de uma expedição*, organizado por Antônio Simões dos Reis. Durante a cobertura, Euclides da Cunha enviou também 61 telegramas (publicados no *Estadão*, em coluna específica), entre os quais o que anunciava o fim da guerra, e nove cartas, todas registradas em livro.

Tais elementos – ‘testemunho’, ‘objetividade’ e ‘verdade’ – são variáveis que auxiliam na conceituação da correspondência de guerra, tipo de jornalismo desenvolvido por Euclides da Cunha em Canudos. Para Jandyra Cavalcanti-Cunha (2012b), os relatos de guerra podem ser classificados de três maneiras, sendo (1) a correspondência, a mais específica: “É a transmissão periódica de notícias de uma guerra feita por repórteres enviados por órgãos de imprensa – incluo aqui os *free lancers*”. As outras são: (2) jornalismo de guerra, praticado a serviço do jornalismo (com testemunho ou não); e (3) narrativa de guerra, texto mais amplo “feito por narradores diversos”<sup>62</sup>.

Interessa-nos concentrar esforços na prática de Euclides da Cunha que produziu discursos jornalísticos em correspondência de guerra, como no caso do *Estadão*, e também em trabalho caracterizado como jornalismo de guerra em livro, *Os sertões*, como abordado na **Seção 3.3**. As narrativas de guerra, no geral, não foram alvo de análise aqui, pois em larga medida são constituídas de obras ficcionais. Nesta perspectiva, levando sempre em conta aquele período de entre séculos, uma condição básica que começava a diferenciar os textos jornalísticos dos literários, por exemplo, foi o caráter testemunhal dos relatos, que veio ganhando cada vez mais espaço.

O testemunho, o estar presente vivenciando os acontecimentos com a legitimidade de quem observa tudo diretamente, era um método até então pouco frequente no jornalismo brasileiro. Na imprensa, os articulistas examinavam a realidade sem que fosse regra conhecer de perto os fatos sobre os quais analisavam. Em verdade, isso pouco importava, nem figurava em discussão, uma vez que o discurso jornalístico ainda era ‘contaminado’ pelo literário. Com o tempo, os jornais foram moldando seus conteúdos e incorporando métodos próprios de investigação para transmissão mais verossímil da realidade. À época, um dos elementos disseminados foi o da ‘observação participante’.

Toda observação participante tem como pilar o testemunho e funciona quando o ator, no caso o jornalista, se reveste de função entre as pessoas que observa. Hoje comum no ‘trabalho de campo’ antropológico, no jornalismo a observação participante aponta para dois

---

<sup>62</sup> A categorização criada por Cavalcanti-Cunha (2012a; 2012b) foi uma ferramenta necessária para sistematizar a leitura de livros para o desenvolvimento do projeto *Narrativas Jornalísticas da História*, que tem focado narrativas sobre guerras. Entre outros, o trabalho dos repórteres Joel Silveira e José Hamilton Ribeiro, já referenciados, são citados como exemplos de ‘correspondência de guerra’. O ‘jornalismo de guerra’ é exemplificado tanto por *Hiroshima*, de John Hersey, como por *O Julgamento de Eichman*, de Hannah Arendt, ambos encomendados pela revista *The New Yorker*. Como outras ‘narrativas de guerra’, ela cita três trabalhos: *Canhões de Agosto*, de Barbara Tuchman, *Resistência*, de Agnès Humbert e *O diário de Anne Frank*, de Anne Frank. A pesquisadora enfatiza que a ‘correspondência de guerra’ é um tipo de ‘jornalismo de guerra’, que é uma ‘narrativa de guerra’.

caminhos: a aproximação da realidade, ao testemunhá-la para contar, e a subjetividade de quem ‘interfere’ nos acontecimentos, característica da fase opinativa dos meios de comunicação<sup>63</sup>. Tal subjetividade fornece ao observador a oportunidade de transitar “entre olhares de interioridade e exterioridade no conhecimento dos sujeitos observados, ou mesmo de aspectos de sua vida” (CAVALCANTI-CUNHA, 2007: 65).

No diário de guerra do *Estadão*, o autor assume a posição de observador participante ao compor oficialmente o estado-maior do Ministério da Guerra, enquanto adido militar, em que pese o exercício da correspondência de guerra. Mais do que isso: há evidências que comprovam que Euclides da Cunha realizou a cobertura fardado (GALVÃO: 2000, 13), mesclando “olhares de interioridade [*um militar diante da tropa*] e exterioridade [*um repórter civil integrando a expedição*]”. O relato foi constituído em 1ª pessoa e combina, ao mesmo tempo, um jornalismo ainda impregnado de opinião, mas já com frequentes tons informativos expressos.

A subjetividade que advém de discursos assim formulados é comum, como adverte a pesquisadora Maria Rodrigues Madalena (2016: 113/4): “os relatos individuais” se apresentam como “*estórias* que são também *histórias*”, “fazendo brilhar o olho humano em meio à impessoalidade dos arquivos”. Na cobertura de guerra, o repórter passa a ser identificado pelo público como um “arquivo vivo”, um verdadeiro sobrevivente dos combates, aproximando o leitor de um ambiente inimaginável, de toda sorte “estranho”. Assim foi em relação ao leitor paulistano, vivendo a modernidade da cidade que crescia, ao se deparar com os sertões baianos, paupérrimos, onde a fome e a sede eram a constância.

Isso representava um ‘choque de realidade’ entre dois mundos sem qualquer ponto comum de contato. Em 10 anos, entre 1890 e 1900, São Paulo saltou 400% em termos populacionais, saindo de 65 mil para 240 mil habitantes<sup>64</sup>. De outro modo, Canudos era um povoado de menos de 10 mil moradores, integrado ao município de Belo Monte, que ficava há 200 quilômetros da linha de trem de Queimadas, no Norte da Bahia, que, por sua vez, ainda percorria mais 300 quilômetros até chegar ao litoral, em Salvador. O relevo e a vegetação eram díspares: na cidade, horizonte plano, conformando as grandes obras civis; no sertão, flora castigada pela falta de água e imensos chapadões desabitados.

---

<sup>63</sup> Muitas vezes essa ‘opinião’ se converte em interpretação, levando ao leitor informações/análises que permitem maior compreensão da ocorrência em si, com resgate e paralelos históricos.

<sup>64</sup> O extraordinário crescimento populacional de São Paulo contou com imigrantes de diversos lugares do planeta que tampouco sabiam que no Brasil havia aquele tipo de paisagem e gente sertaneja.

Naquele tempo, a dicotomia que existia no Brasil opunha o litoral ao interior. Era um território de absolutos contrastes: de um lado, o Brasil de Euclides da Cunha, situado próximo ao litoral, mais desenvolvido economicamente e habitado pelas elites econômicas, sociais e políticas do país; de outro, o Brasil de Antônio Conselheiro, interiorano e rural, com desenvolvimento econômico em atraso, baixo nível de letramento e, como consequência, com pouca informação e sem poder político. Ali, a burguesia industrial florescendo, com abertura de unidades fabris nas maiores cidades; aqui, o peso do coronelismo patriarcal, com grandes latifúndios improdutivos.

Esse panorama dava ao correspondente de guerra do *Estadão* a dimensão do desafio que ele teria pela frente para se fazer entender ao publicar suas reportagens. E o desafio passava, primeiro, por compreender aquele mundo absolutamente desconhecido (lugar, gente e guerra), até então, e, posteriormente, apresentá-lo em formato de texto ao seu público leitor, urbano, liberal e alfabetizado. Em geral, os brasileiros não estavam familiarizados com a realidade do interior do Nordeste e os imigrantes europeus, que começavam a aportar no Sul do Brasil, sequer sabiam localizar esse lugar inóspito no mapa do território nacional.

Apesar do preconceito no princípio e da ferrenha defesa republicana, Euclides da Cunha foi se mostrando, ao passar dos dias, aberto para as novidades, curioso por conhecer tudo aquilo. Se antes de ir aos sertões só sabia de ‘ouvir dizer’, agora tinha a chance, como missão jornalística, de observar com os próprios olhos. E o jornalista teve a oportunidade de desenvolver um processo de ‘interculturalidade’, que se mostrou útil e foi abraçado honestamente por ele. Em trabalho anterior (CAVALCANTI-CUNHA; CORRÊA, 2015), explicamos que a noção de interculturalidade vem da expressão ‘inter-ação’, que significa agir internamente no social, isto é, interagir.

Em certa medida, para as elites do país, aquele ‘mundo novo’ já vinha sendo esboçado desde antes, porém em livros ficcionais de literatura. Imbuídos do sentimento de nacionalizar o Brasil, José de Alencar e visconde de Taunay, por exemplo, lançaram romances históricos, considerados clássicos até os dias de hoje: entre eles, *Iracema* (1865) e *Inocência* (1872), respectivamente<sup>65</sup>. Era no campo do jornalismo que o fato de contar a realidade brasileira, com profissionais destacados para este fim, se apresentava inteiramente novo. Com histórias e personagens reais, o público leitor ainda não tinha nem a vaga noção desse Brasil profundo.

---

<sup>65</sup> Antes de Alencar e Taunay, em 1844, Joaquim Manuel de Macedo escreveu *A Moreninha*, que é considerado o primeiro romance brasileiro.



Pintado de cores mais realistas, o trabalho jornalístico de Euclides da Cunha possuía em sua essência a intenção de informar acerca de um dado concreto da realidade, a Guerra de Canudos, que se desenrolava fazia meses. Portanto, além de ambientá-la, apresentando a terra e o homem, o discurso deveria centralizar-se na factualidade da guerra – diferentemente da literatura, concebida de acordo com as preferências individuais do escritor. Era necessário mostrar as estratégias e combates – vencedores e vencidos – de uma guerra na qual tudo se opunha entre si e que se configurava como uma guerra interna de antagonismos, conforme aponta o **Quadro 8**.

**Quadro 8 – A guerra dos antagonismos**

	<b>Forças federais (exército)</b>	<b>Forças rebeldes (canudenses)</b>
<b>Tipo de armamento</b>	Armas modernas	Armas artesanais
<b>Letramento (condição)</b>	Alfabetizados	Baixa escolaridade
<b>Cultura religiosa</b>	Fé tradicional	Fé alternativa

**Fonte:** elaborado pelo autor

Os antagonismos em Canudos foram percebidos por Euclides da Cunha pela disposição de viver aqueles momentos em sua plenitude, aguçando os sentidos humanos para além da visão e audição: na linha do que fariam, em meados do século XX, os correspondentes Joel Silveira e José Hamilton Ribeiro, tratados no **Capítulo 2**. Isso fez com que o testemunho se configurasse também em experiência pessoal capaz de modificar a própria compreensão acerca das coisas e das pessoas. Isto é, o conhecimento da realidade em si transformou o entendimento que antes se possuía acerca dos acontecimentos sobre os quais já vinha refletindo a léguas de distância.

Na condição de colaborador do *Estadão*, a partir de São Paulo, Euclides da Cunha (2000: 44) assinou dois artigos intitulados *A nossa Vendeia* sobre a Guerra de Canudos. Foram publicados nos dias 14 de março, quando a 3ª Expedição caiu em desgraça, e 17 de julho de 1897, quando já se previa a derrota da 4ª Expedição. Para escrevê-los, pesquisou fontes bibliográficas de cientistas e viajantes que estiveram na região do rio Vaza-Barris – método de investigação que logo seria consagrado no jornalismo. Avaliava que “o mais sério inimigo das forças republicanas” era “o solo daquelas paragens, arenoso e estéril, revestido, sobretudo nas épocas de seca, de vegetação escassa e deprimida”.

Fazendo referência a fatos históricos – como o meteorito “bendegó” encontrado na região baiana, em 1784, e a trabalhos publicados por autores nacionais e estrangeiros<sup>66</sup> –, Euclides da Cunha (2000: 44; 51) apresentou Canudos como uma região não “de todo desconhecida”. Denominou os adversários da República ora como “horda dos fanatizados sequazes de Antônio Conselheiro”, ora como “almas ingênuas e simples” aproveitadas pelos “propagandistas do império”. Concluiu com tais expressões sobre a sorte das tropas federais nos sertões: “a República sairá triunfante” (CUNHA, 2000: 52), “inevitavelmente coroada de sucesso” e “seguem lentamente, mas com segurança, para a vitória” (CUNHA, 2000: 61).

Mas, amanhã, quando forem desbaratadas **as hostes fanáticas do Conselheiro** e descer a primitiva quietude sobre os sertões baianos, ninguém conseguirá perceber, talvez, através das matas impenetráveis, coleando pelo fundo dos vales, derivando pelas escarpas íngremes das serras, os trilhos, as veredas estreitas por onde passam nesta hora, **admiráveis de bravura e abnegação – os soldados da República**. (CUNHA, 2000: 61, grifos do autor.)

A experiência *in loco* como correspondente consolidou a pesquisa bibliográfica acerca da terra, seu clima e vegetação. Avançou mais na percepção sobre aquele povo que habitava os sertões e alargou a compressão acerca da sanguinolenta luta empreendida fazia tempos, e o que afinal de contas estava em jogo ali. Em tom de admiração, Euclides da Cunha (2000: 204) deixava o cientificismo e vibrava ao observar o ambiente sertanejo, em sua última reportagem no jornal paulista, datada de 1º de outubro de 1897: “Não há manhãs que se comparem às de Canudos”, “num firmamento puríssimo, com irradiações fantásticas de apoteose”. Ele estranhava a ausência de relatos sobre a geografia do lugar.

Refreei o cavalo e olhei em torno. É extraordinário que os que aqui têm estado e escrito ou prestado informações sobre esta campanha, nada tenham dito ainda acerca de um terreno cuja disposição topográfica e constituição geológica são simplesmente surpreendedoras. (CUNHA, 2000: 174.)

O tratamento dado aos canudenses seguiu dúbio e já se iam quase dois meses de cobertura presencial. Porém, Euclides da Cunha (2000: 206/7) estava decididamente surpreendido pelas qualidades irrepreensíveis dos jagunços: de um lado, se referiu a eles como “nossos selvagens adversários” e, de outro (ganhando cada vez mais espaço), como

---

<sup>66</sup> Segundo Walnice Nogueira Galvão (GALVÃO *in* CUNHA, 2000), Euclides da Cunha consultou quatro das seguintes fontes: (1) o “professor Caminhoá, médico baiano, que deixou trabalhos sobre plantas no Brasil”; (2) “Martius, botânico alemão, autor de *Viagens ao Brasil* e *Flora Brasiliensis*”; (3) “Saint-Hilaire, naturalista francês, que fez expedições ao território brasileiro”; e (4) “Humboldt, naturalista alemão, que explorou o Novo Mundo”.

“homens, sobre-humanamente bravos”, dotados de “heroica selvaticidade”. Talvez, agora, o “mais sério inimigo” não fosse mais o solo, mas também a ‘jagunçada’, em mesmo nível de resistência e rudeza. A guerra vivida no calor da hora não poderia ser contada no tempo presente somente a partir de pesquisa bibliográfica, senão estando no teatro de operações.

Ainda que ali testemunhando um dos últimos combates pela conquista de Canudos, Euclides da Cunha (2000: 212/3, 218) não sustentava a confiança no ‘inevitável e triunfante sucesso’ militar que esmagaria os liderados do Conselheiro. “Era difícil conjecturar”, apontava, estando fisicamente há 200 metros de distância do povoado e da crudelíssima luta encampada, “para que lado propendia a vitória. O inimigo resistia, indomável”. Se observando aquilo, nas batalhas finais, era “impossível formar-se a mais leve ideia sobre a situação”, incredulidade total pairava sobre os redatores que escreviam à distância para publicação nos periódicos sobre o futuro dos combates nos sertões.

Sejamos justos – há alguma coisa de grande e solene nessa coragem estoica e incoercível, no heroísmo soberano e forte dos nossos rudes patrícios transviados e cada vez mais acredito que **a mais bela vitória, a conquista real consistirá no incorporá-los, amanhã, em breve, definitivamente, à nossa existência política.** (CUNHA, 2000: 208, grifos do autor.)

O que testemunhou abalou até as convicções ideológicas de Euclides da Cunha (2000: 218). Da Guerra de Canudos não incidiu o fortalecimento inabalável da República, como registrou em *A nossa Vendeia*, mas o real descobrimento de uma gente secularmente esquecida e, até então, desprezada pelos ‘ventos liberalizantes’ da democracia da qual era fervoroso defensor. “Acreditei haver deixado muitos ideais, perdidos, naquela sanga maldita”, anota na última das reportagens no *front*. A inter-ação experimentada ao conhecer outra cultura se mostrava ao correspondente. Ele, curioso e franco, expressava em seu discurso jornalístico as contradições que passava a considerar.

Naquele momento, a serviço do jornalismo, Euclides da Cunha se despiu da figura de intelectual, cientista e militar. Revestindo a correspondência de guerra em Canudos de espírito público, avançava em direção a “verdade da informação colhida ao vivo”, como “germe de uma imprensa moderna” que advinha (ABREU, 1998: 24). Esboçava valores incomuns para o paradigma jornalístico da época, tal qual a objetividade, derivando da isenção diante dos fatos que pressupunha o conhecimento sincero de uma verdade. Isso em um lapso temporal curto – algo também novo para o correspondente acostumado a artigos refletidos à exaustão –, característica própria do jornal diário.

Enquanto Manuel Benício, correspondente em Canudos do *Jornal do Commercio*, estava “preocupado em descrever tão-somente o que via”, como aponta Sílvia Maria Azevedo (2012: 88), Euclides da Cunha estava à cata “da causa profunda de tudo aquilo”, nas palavras do jornalista Olímpio de Sousa Andrade (2003: LVI). Buscava respostas na origem da terra e na formação do homem. Em verdade, restava sequioso pelo entendimento para além do dia a dia da frente de batalha: inquietava-o as razões que levaram militares (oficiais e praças) e jagunços dos rincões do Brasil a se oporem, em luta crudelíssima, em local distante e no alvorecer da República.

Andrade, antigo estudioso da obra euclidiana, acrescenta que o repórter do *Estadão* foi o “primeiro a ver tudo”, mesmo sendo um dos últimos profissionais de imprensa a chegar a Canudos. Os demais correspondentes eram “simples relatores do que acontecia”, ao passo que Euclides da Cunha observava e transmitia “o que os outros não viam no mais fundo daquela tragédia”. Neste ponto de vista, o discurso jornalístico alcançava horizonte histórico-social, funcionando como informação para consumo presente e sinalizando serventia memorial. E mais: gerava ainda questionamento acerca da intencionalidade do jornalismo, se feito para formar opinião ou para informar sobre os acontecimentos.

A causa profunda daquilo tudo é que passava a interessá-lo [Euclides da Cunha], e não apenas a causa das batalhas sem decisão. Via-a agora com seus próprios olhos, *no espaço*, vendo a terra e vendo o homem, e a via também *no tempo*, ao referir os três séculos de isolamento geradores do desnível bruto entre o sertão e o litoral. (ANDRADE, 2003: LVI, grifos no original.)

O diário de guerra expõe os apontamentos iniciais sobre “a causa profunda daquilo tudo”. Isso porque Euclides da Cunha, sem tempo para reflexão maior, já estava predisposto a ‘ver’ mais do que a batalha nua e crua, como planejara Júlio de Mesquita (MESQUITA *apud* GALVÃO, 2000: 14) ao anunciá-lo como correspondente do *Estadão*: “O seu trabalho [*de fôlego sobre Canudos*] será interessante e constituirá um valioso documento para a história nacional”<sup>67</sup>. Se de cá, já se preparava um ‘estudo futuro’, de lá, a fonte principal que alimentava essa previsão era a do testemunho, calcado no espaço (de observação direta no presente) e no tempo (para comparação histórica).

---

<sup>67</sup> Mesquita (MESQUITA *apud* GALVÃO, 2000: 14) anunciava que havia um “contrato firmado” entre Euclides da Cunha e “esta empresa” e que o futuro “trabalho de fôlego” “será por nós publicado em volume”. Em 1898, o *Estadão* estamparia os primeiros esboços sob o título de *Excerto de um livro inédito*.

Ao buscar uma pretensa ‘verdade maior’ para a Guerra de Canudos, Euclides da Cunha viveu objetivamente a realidade concreta dos sertões, como correspondente, e refletiu sobre o real, em nível intangível, então característica dos intelectuais. Derivou desta combinação um jornalismo mais afeito à interpretação: nem puramente informativo, tampouco opinativo, capaz de argumentar diante de acontecimentos, a *priori* isolados, para dotá-los de sentido social no tempo e no espaço. No discurso jornalístico, o desenvolvimento interpretativo pleno encontraria dificuldades para se materializar por razões mais ligadas à condição do jornal enquanto meio de comunicação.

No calor da hora, o que se passava em Canudos e os desdobramentos futuros interessavam mais aos leitores do que as origens naturais e étnicas, embora também estivessem presentes no diário de guerra do *Estadão*. Como a imprensa se caracteriza pela atualidade, inaugurando o “primado do meio sobre a mensagem”, como pontua Luiz Cláudio Martino (1997: 88), o discurso jornalístico que Euclides da Cunha produziu como correspondente nasceu condicionado: sem tempo para racionalizar o que via, ia publicando as reportagens para periodicamente atualizar os fatos, em ritmo semelhante ao do próprio jornal, que no dia seguinte sai às ruas independentemente de seu conteúdo.

Há, no entanto, uma espécie de permanência nos textos publicados no *Estadão* para além da atualidade temporal do testemunho de Euclides da Cunha. Isso se deve, ao menos, a quatro fatores: (i) o registro da coletânea de reportagens em livro, em 1939, e em encadernações sucessivas; (ii) o secular periódico paulistano ainda estar em circulação e ser considerados um dos mais influentes do país<sup>68</sup>; (iii) o evento retratado se caracterizar como marco histórico de uma época; e (iv) a experiência do autor servir de vestígio material para a confecção de um livro clássico, *Os sertões*, que tem como temática justamente a Guerra de Canudos, sua terra, homem e luta.

### **3.2.2 O texto, o meio e a perspectiva histórica**

Os contínuos combates em Canudos vinham reverberando em nível nacional desde a organização da 3ª Expedição Militar, chefiada pelo coronel Moreira César. Os jornais passaram a lançar editoriais e a destacar seus principais colaboradores para assinar artigos. O

---

<sup>68</sup> O *Estadão* tem frequentemente aparecido nas diversas listas que mostram os jornais mais influentes no Brasil. De acordo com a Associação Nacional de Jornais (ANJ), o *Estadão* é o quarto jornal de maior circulação no Brasil (COUTINHO, 2013). Dados do Instituto Verificador da Comunicação (IVC) revelaram que, em 2013, ele era o quarto jornal brasileiro mais lido na internet (NASSIF, 2014).

tom era sobretudo o de ‘vivas à República’ e críticas à revolta de Antônio Conselheiro, a exemplo de Euclides da Cunha, em *A nossa Vendéia*. Em uníssonos, os periódicos ecoavam que o movimento rebelde representava a restauração monárquica, com exceção de modestas folhas pró-império<sup>69</sup>. Os historiadores José Rivair Macedo e Mário Maestri relembram o estado de “histeria coletiva” que tomou a capital da República, à época.

Logo depois da derrota de Moreira César, uma onda de histeria coletiva dominou o Rio de Janeiro. Por toda a capital, bandeiras foram hasteadas a meio-pau nas imediações dos jornais republicanos; escolas públicas suspenderam as aulas; teatros cancelaram os espetáculos; bandas de música silenciaram seus coretos nos jardins. (MACEDO; MAESTRI, 2011: 114.)

A agitação social apavorou “a opinião pública, que desde então passou a ser habilmente orquestrada pelos jornais” (GALVÃO, 2001: 78). A repercussão noticiosa dominava crescentemente o imaginário dos leitores de uma maneira tal que até campanha publicitária fazendo referência à Guerra de Canudos passou a ocupar os jornais: entre outras, da loja de calçados “O Monumento”, no *Diário Notícias*, de Salvador (BA), em 12 de agosto de 1897. Entretanto, a temperatura ainda iria se elevar e teve seu clímax quando do destacamento da 5ª Expedição, que levou ao deslocamento do ministro da Guerra, em pessoa, e consigo um conjunto de profissionais dos meios impressos de comunicação.

ESPANTOSO - Por pessoas, recentemente chegadas de Canudos, ouvimos o seguinte: que no último ataque, um grupo de valentes soldados, depois de ter esgotado a munição, lembraram-se de correr a pontapés os conselheiristas, confiados na resistência do calçado que foi comprado na popular casa O Monumento. Que feliz ideia! (*DIÁRIO DE NOTÍCIAS apud* MACEDO; MAESTRI, 2011:113.)

Pela primeira vez, a imprensa se mobilizou daquele jeito: oito periódicos mantiveram publicações regulares de seus ‘correspondentes de guerra’ nos sertões baianos ao longo do conflito, como vimos na **Seção 3.1.2**. Isso simbolizava um estouro de cobertura, nunca antes vista (nem mesmo na Guerra do Paraguai), e despertava a curiosidade do público. “Os jornais mandaram a Canudos”, relembra Walnice Nogueira Galvão (1974: 109), “pessoas que se deslocaram de onde viviam, com o fito exclusivo de informar sobre o que se passava”. O **Quadro 9** mostra que 119 reportagens figuraram naquelas oito folhas no intervalo de 98 dias, entre julho e outubro de 1897.

---

<sup>69</sup> À época, entre o Rio de Janeiro e São Paulo, quatro jornais monarquistas tinham maior relevância: *Gazeta da Tarde*, *O Apóstolo*, *Liberdade* e *Comércio de São Paulo*. E os quatro chegaram a ser empastelados por movimentos armados republicanos em reação à derrota da 3ª Expedição militar a Canudos.

### Quadro 9 – Cobertura de correspondentes de oito jornais na Guerra de Canudos

Jornais	Correspondentes	Início/término	Publicações
<i>A Notícia</i>	Cisneiros Cavalcanti, Manuel Figueiredo e Alfredo Silva	26/7 a 18/10/1897	22
<i>Jornal do Brasil</i>	Correspondente anônimo	26/7 a 1º/9/1897	4
<i>Jornal do Commercio</i>	Manuel Benício e correspondente anônimo	3/8 a 23/10/1897	10
<i>O Estado de S. Paulo</i>	Euclides da Cunha	7/8 a 26/10/1897	32
<i>Gazeta de Notícias</i>	Júlio Fávila Nunes	7/8 a 31/10/1897	26
<i>Diário de Notícias</i>	Correspondente anônimo	21/8 a 20/10/1897	8
<i>Jornal de Notícias</i>	Lelis Piedade	6/9 a 25/10/1897	9
<i>O Paíz</i>	Siqueira Menezes (Hoche)	8/9 a 26/9/1897	8
<b>TOTAL</b>			<b>119</b>

**Fonte:** elaborado pelo autor

Mais do que o conteúdo dos textos, o clima gerado pela avalanche de notícias que dominava os jornais provocou o efeito de ‘atualidade’, na concepção formulada por Luiz Cláudio Martino (1997). Os meios de comunicação, ao reportarem seguidamente somente aquele evento – e seus desdobramentos –, conectaram seus leitores a um único imaginário, apesar de, espacialmente, estarem espalhados entre as cidades do Rio de Janeiro, Salvador e São Paulo. No nível simbólico, os meios fizeram com que as contendas em Canudos inquietassem o público como sendo o assunto que importava, de fato, uma vez que punha a República em xeque. Naquele período, as demais preocupações coletivas desapareceram.

De certo modo, o extraordinário efetivo de 9 mil militares para o combate em Canudos, mobilizado quase que simultaneamente entre as 4ª e 5ª Expedições, já era reflexo da atualidade, compartilhada pelos jornais. A atenção social estava direcionada para aquele acontecimento e o governo republicano procurava dar respostas a altura. A título de exemplo, a Revolta da Armada, que chacoalhou a cidade do Rio de Janeiro (1893-1894) por melhores condições para os militares da marinha (e se desencadeou no Sul), não chamou atenção semelhante, apesar de ser desenvolvida na capital da República, então centro sociopolítico da nação e cidade mais populosa.

A soma dos sucessivos revezes das expedições, que alarmaram os meios impressos de comunicação, e da verdadeira ‘torcida’ que nutriam pela urgente liquidação de Canudos estimulou, até mesmo, o massacre final que acometeu os sertanejos aprisionados (crianças, mulheres e idosos). Em princípios de outubro de 1897, nenhum deles escapou com vida e o

povoado foi incendiado por inteiro. As derradeiras coberturas estamparam manchetes que glorificavam o exército, valorizando o fim de Canudos, sem qualquer referência ao terrível gesto final. O clima geral era de comoção e os jornais ‘silenciaram’ seja pela censura na frente de batalha, seja pela ‘cegueira’ na defesa do republicanismo<sup>70</sup>.

Por uma ou outra razão, Euclides da Cunha (2000: 270/2) publicou o último texto do diário em 1º de outubro, quando da ofensiva a Canudos. Voltou a estampar reportagem (*O batalhão de São Paulo*) no *Estadão* em 26 de outubro, tratando do desenvolvimento dos militares paulistas durante a contenta. Apoiando-se em seu “depoimento simples e sincero de testemunha pouco afeiçãoada à lisonja banal e inútil”, o correspondente explicava que coube ao batalhão abrir caminho para garantir “rápidas e seguras comunicações com Monte Santo”, estabelecendo “tráfego franco e contínuo” com a retaguarda. E informava as razões para o “corretíssimo” respeito que imponham os paulistas:

O batalhão era perfeito na disciplina. Cumpria as ordens que recebia, mas rigorosamente, estritamente, com a precisão verdadeiramente militar, sem delas se arredar nem mesmo para se atirar à aventura mais tentadora e aparentemente da mais fácil realização. (CUNHA, 2000: 271.)

Euclides da Cunha (2000: 266) noticiou a vitória militar na Guerra de Canudos por meio de dois telegramas no *Estadão*. No primeiro, em duas linhas, informava: “Depois de tenaz resistência, caiu em poder das forças republicanas, ontem, 6 de outubro, o arraial de Canudos”. O segundo resumia-se a reproduzir “a íntegra do plano de assalto a Canudos, organizado pelo comandante-em-chefe”. Nenhum dos demais correspondentes anunciou o fim da guerra, à exceção de Favila Nunes. Em reportagem de 28 de outubro, a *Gazeta de Notícias* descreveu: “Canudos está definitivamente concluído. Arrasado completamente o arraial pelo incêndio”. Sobre os prisioneiros, atestou somente os ter visto:

[Do alto da montanha, “deteve um último olhar para Canudos”] lá estava também, em frente ao cemitério, no leito do rio, um grande grupo de prisioneiros jagunços, mulheres e crianças, umas 600 talvez, guardadas por um batalhão; são os últimos resíduos desta nefanda guerra. (NUNES in GALVÃO, 1974: 214, grifos no original.)

---

<sup>70</sup> Apesar de *Os sertões* abordar o massacre final a Canudos, Regina Abreu (1998: 263) conta que, antes do lançamento do livro, “estudantes de direito da Bahia em Manifesto à Nação denunciaram e reprovaram como ‘aberração monstruosa’ o procedimento das forças republicanas, ao afogar inutilmente em sangue os vencidos da campanha”.



O efeito de atualidade que sincronizou a preocupação das pessoas escapava a elas mesmas e estava associada ao tempo do jornal. A cada 24 horas, as notícias de Canudos eram renovadas e modificavam o estado de ânimo social. Ora as reações eram de exaltação, como no caso da propaganda do *Diário de Notícias*; ora de repúdio, a exemplo das invasões as folhas monarquistas; e ora de angústia, com escolas sem aulas. Martino (1997) explica que, uma vez os meios veiculando mensagens similares e simultâneas, atraindo atenção social, os leitores passam a simular a realidade em que vivem, como que ‘transferindo-se’, neste caso, para os sertões baianos e a agir a partir do que por lá ocorria.

No período final da campanha, entre julho e outubro de 1897, os correspondentes de guerra publicaram uma média de 1,2 reportagem por dia, sendo que no pico este número subiu para 1,5/dia, com 93 textos estampados nos oito jornais, exibidos no **Quadro 9**, entre agosto e setembro. Importante frisar que, segundo Martino (1997), a atualidade já não se caracteriza mais pelo que acontece na realidade concreta, mas pelo que está sendo publicado pelos meios de comunicação. No caso de Canudos, importava pouco o atraso na veiculação das reportagens em relação ao fato narrado. Festejava-se até o término da guerra, mesmo sem se conhecer ao certo em que circunstâncias.

O fenômeno midiático da atualidade foi aqui classificado, até agora, como ‘agitação social’, ‘reverberação nacional’, ‘histeria coletiva’ e ‘repercussão noticiosa’. Porém, a expressão precisa é ‘opinião pública’, que passava a figurar na sociedade brasileira com a formação da imprensa, a partir de meados do século XIX. Martino (1997: 89) evidencia que o processo comunicacional “em uma única temporalidade”, como o da imprensa, reveste a mensagem como “objeto comum da atenção social”. Portanto, a reação do público deixa o caráter individual (personificado) para alcançar o coletivo (social), permitindo que noções como ‘opinião pública’ e ‘esfera pública’ passem a fazer sentido.

Estamos diante do meio que inaugura uma nova era comunicacional, sua emergência representa o aparecimento de uma esfera pública e o começo de um importante deslocamento de sentido da comunicação, que se despreza de sua condição de fundamento psicológico e social para se situar enquanto componente estruturante da organização social. (MARTINO, 1997: 87.)

Trocando de escala, o processo se desloca e abrange o plano social, de modo que é a consciência coletiva, a *opinião pública*, que passa a ser dirigida, ou mesmo constituída, até porque dificilmente poderíamos falar em fenômenos de “opinião pública” se não fossem os meios. (MARTINO, 1997: 89.)

Não é objetivo deste trabalho problematizar ambos os conceitos e, sim, argumentar que a imprensa, ao gerar a atualidade social no Brasil daquele tempo, estava também a unificar a “consciência coletiva” acerca da Guerra de Canudos. Isto é, estava a empurrar a ‘opinião pública’ a, primeiro, notar tal conflito como relevante e, em consequência disso, a agir simultaneamente aos eventos que aconteciam nos sertões da Bahia. Atraindo tal atenção, os meios de comunicação influenciaram o contexto, ou seja, o eixo decisório convencional, antes restrito à classe política, ampliou-se para arena pública de debates, apesar da conjuntura em favor da República lhe ser absolutamente favorável.

O fator tempo, devido ao ciclo diário da imprensa (renovado a cada 24 horas, agora contínuo nos jornais *on-line*), produziu efeitos para além na ‘percepção social’ acerca da atualidade: impactou no modo de produção e no discurso jornalístico. Euclides da Cunha (2000: 87, 93) demonstrava conhecer a função do jornal enquanto meio de comunicação do presente e inquietava-se com a periodicidade sempre a exigir novos textos, sem releituras, “longe da tranquilidade de um gabinete de estudo e da inspiração serena dos livros”. Temia que de suas “notas rápidas” “ressumbrem exageros”, da qual ficasse surpreso mais tarde. O frenesi da cobertura testemunhal lhe fazia pensar em escrever obra futura.

Destino, porém, a outras páginas, o estudo psicológico da campanha – incompatível com a rapidez destas notas. Além disto conheço que não poderia prolongar-me mais hoje. Acaba de recrudescer o tiroteio e o assobio das balas ressoa sobre todos nós lembrando uma ventania furiosa. (CUNHA, 2000: 196.)

Deste modo, a correspondência de guerra de Euclides da Cunha colaborou para conformação da atualidade da guerra sobretudo aos leitores paulistas, que tinham no *Estadão* a única fonte de cobertura presencial e, assim como no caso dos demais profissionais, contribuiu para a consolidação da ‘opinião pública’ sobre Canudos, resgatando o acontecimento como aquele mais importante para a nação no período. O discurso jornalístico produzido no calor da hora, em 1897, possuía especificidades características ao meio de comunicação jornal e, de igual modo, era reflexo do contexto sociopolítico, como sinaliza a ‘Teoria sobre as Mutações do Jornalismo’.

Sejam quais forem as inovações detectadas na cobertura, elas estiveram motivadas (passado) ou se propagaram (futuro) a partir da prática em si. Isso significa dizer que as transformações do jornalismo – que, ao final, tiveram efeito em seu discurso – foram desenvolvidas pelo processo de ‘imitação’ e ‘interiorização’, em qualquer tempo histórico, no

movimento cíclico que compreende inovação-imitação-multiplicação-densificação-banalização-distinção-inovação, demonstrado no **Quadro 3** do **Capítulo 1**. Portanto, a correspondência de Euclides da Cunha não pode ser vista isoladamente, tampouco sua contribuição para o avanço do jornalismo.

Aliás, à época, o entendimento sobre o fazer estava essencialmente ligado ao meio de comunicação pelo qual o texto era veiculado, em prejuízo ao tipo de discurso empreendido e seu modo de produção: se publicado em livro, fazia-se literatura; se publicado em jornal, fazia-se jornalismo. Euclides da Cunha era tido como ‘jornalista’ do *Estadão*, quando em Canudos, em que pese a formação em engenharia e os dotes de cientista, intelectual e militar (a percepção acerca de ser escritor só apareceu com *Os sertões*). Ou seja, naquele tempo, o fazer jornalismo não se tratava de empreita cujos fundamentos já estavam consolidados, bastando aplicá-los na prática.

Como vimos na **Seção 3.1.1**, vivia-se a fase inicial da transição entre o ‘jornalismo de opinião’ e o ‘jornalismo de informação’, sob a recente agitação envolvendo a República. Aos olhos da contribuição da correspondência de guerra de Euclides da Cunha, entendemos o texto, a partir de seu contexto, considerando o jornalismo como “prática de produção, de coleta e de formatação”, como definem Jean Charron e Jean de Bonville (2016: 31), voltada a discursos “de interesse público” em meios de comunicação. Para diagnosticar inovações ao que então se praticava, alcançamos os vestígios materiais para compreensão do discurso a partir do tripé ‘produção, coleta e formatação’.

As condições de produção de Euclides da Cunha nos sertões guardavam relação com o círculo pelo qual lhe foi permitida a sua chegada à Bahia. Colaborador de jornal que defendia abertamente a instalação do novo regime<sup>71</sup>, tinha como missão, de acordo com Júlio de Mesquita (MESQUITA *apud* GALVÃO, 2000: 13), “prestar serviços à República” ao ser nomeado como adido do Estado-Maior do Ministério da Guerra para exercer a função de correspondente de guerra do *Estadão*. Ainda quando se deslocava até Canudos, o autor reconhecia os encaminhamentos que o ministro Machado Bittencourt – ‘seu chefe’ oficial durante a campanha – propugnava, haja vista o relato de 12 de agosto de 1897.

A providências inúmeras, urgentes e seguras do ministro da Guerra, têm tendido todas para a remoção de inconvenientes sérios [*a fim de ligar “o*

---

<sup>71</sup> Em comemoração aos 150 anos de existência, o *Estadão* lançou *Páginas da história*, com as principais capas da secular trajetória do jornal paulistano. Na introdução, Ruy Mesquita (2000: 5), diretor-responsável à época, explica que o periódico foi criado em 1873, em Itu, São Paulo, em “defesa das instituições, pelas liberdades democráticas”, para que propagasse “os ideais republicanos e abolicionistas”.

*exército distante à zona protetora dos recursos”, como víveres, munições e correspondências]. (CUNHA, 2000: 81.)*

Ainda que nutrindo da confiança dos militares, Euclides da Cunha (2000: 163) teve reportagens escritas e publicadas com intervalo de até 14 dias, embora o lapso médio tenha sido de 2 dias. Ele reclamava da má qualidade das linhas telegráficas, como no despacho de 6 de setembro, partindo da cidade de Monte Santo: “Amanhã continuarei estas notas que, com certeza, aí vão chegar com grandes intervalos porque o serviço de correios aqui é péssimo e moroso”. Este atraso, sem dúvida, contou na hora de o correspondente produzir e enviar texto mais curtos ou longos – e o reclamo público retoma a velha suspeita acerca da autocensura ou censura prévia no *front*<sup>72</sup>.

Indubitavelmente, apesar das suspeitas neste sentido, o cenário da Guerra de Canudos impôs aos correspondentes – inclusive, Euclides da Cunha – precaução acerca do tom que adotavam para se referir as mazelas do combate ou a eventuais erros militares. Os oito jornais defenderam o governo republicano, enviaram seus profissionais à frente de batalha sob autorização e proteção das forças armadas e tinham como público um leitor urbano ávido por ver o sucesso do ‘progresso’ contra o ‘atraso’. Sob tais condições, o mais prudente era, no mínimo, um maior ‘controle com as palavras’ e a ausência de reportagens sobre o fim da guerra sugere que tal cautela foi observada.

O discurso produzido por Euclides da Cunha deixava transparecer o trânsito livre que ele tinha junto ao Alto Comando Militar, obtendo informações privilegiadas, tendo contato com prisioneiros e acessando documentos que reconstituíram as batalhas de campo (íntegra de relatórios das ordens do dia). Na reportagem de 1º de outubro, ao noticiar a morte em combate do tenente-coronel Tupi Caldas, o correspondente contava a intimidade que os unia, a ponto de ser presenteado com arma de fogo para uso pessoal, em “São Paulo”, e lhe ser revelada notas estratégicas sobre as batalhas finais contra Canudos. O tratamento por “doutor” não implicava dúvida acerca de seu prestígio em relação à tropa.

No dia 30, à tarde, quando me dirigia para o acampamento do batalhão paulista, encontrei-o [*Tupi Caldas*].

Interpelou-me de longe:

---

<sup>72</sup> O caso de Manuel Benício, do *Jornal do Commercio*, ser excluído da cobertura presencial é tema de polêmica até os dias atuais, não sendo possível afirmar se, de fato, foi retirada por divulgar informações inconvenientes ou se por cansaço e problemas de saúde.

– Então, seu doutor, já recebeu o trabuco que lhe mandei? Uma arma interessante; há de fazer um sucesso enorme em São Paulo.

Agradei-lhe o presente na véspera enviado e depois de breve troca de palavras, disse-lhe:

– Sabe que o general não concorda que entre amanhã no combate?

– Sei, sei, o Artur [*Oscar, general*] é muito meu camarada e teme pela minha moléstia... Mas não acha que é um contrassenso ficar na minha barraca agora, no fim de tudo, eu, que suporte há tanto tempo este inferno?... Ficar na cama no fim da festa, justamente quando vão servir os doces... Não! Falta só um dia, vou até o fim. (CUNHA, 2000: 211.)

Em termos de ‘coleta’ – o segundo elemento do tripé –, Euclides da Cunha fez uso das três modalidades de captação de informações consagradas no jornalismo dali há algum tempo, já sob a solidificação do paradigma ‘jornalismo de informação’: (1) pesquisa, antes de partir para os sertões, ainda para a feitura dos artigos *A nossa Vendaia* e durante a estadia em Salvador; (2) testemunho, ao observador diretamente a terra, o povo e a luta; e (3) entrevista, abrindo diálogo com militares e jagunços. Regina Abreu (1998: 134) registra a disposição do correspondente de ir ao encontro da “poeira dos arquivos” para se apropriar da realidade antes de conhecê-la. Para isso, debruçou-se em “duas brochuras”:

A primeira é a reprodução de um jornal de São Félix de Paraguaçu, nº 38, de 20/5/1894. O jornal referia-se ao conflito e atribuía aos adeptos de Antônio Conselheiro “fazerem parte do Exército garantidos das instituições imperiais”. O segundo documento é de 1882. Trata-se de relatório do tenente-coronel Durval Vieira de Aguiar, incumbido pelo governo provincial da inspeção de todos os destacamentos policiais da Bahia. Ali constam “dados estatísticos valiosos sobre as povoações visitadas e interessantes notas acerca da existência primitiva das mais afastadas povoações – emolduradas por um estilo fluente e claro”. (ABREU, 1998: 134.)

Quando, enfim, chegou a Canudos, Euclides da Cunha pôde vivenciar a guerra. Estava metido no teatro de operações, em meio a “zona de combate”, há escassos “dois minutos” ou “duzentos metros” das balas que lhe passavam “sobre a cabeça”, no dia daquele histórico combate de 1º de outubro, reportado para o *Estadão*, a partir do testemunho direto. Embora as forças militares já cantassem vitória ao penetrar em Canudos, fixando no meio do povoado a bandeira nacional, a resistência seguiu renhida. Ele se movimentou, indo ao tiroteio, recuando, escondendo-se na “trincheira” e voltando a ver tudo a partir de um “posto de observação”, mais seguro.

Às dez horas a vitória pairou um minuto sobre as nossas armas, mas desapareceu de pronto. Fora tomada a igreja nova e um cadete do 7º cravara, audaciosamente, no alto da parede destruída do templo, a bandeira nacional. As cornetas tocaram a marcha batida e um viva à República imenso e retumbante saiu de milhares de peitos. [...] Na larga praça das igrejas fervilhavam soldados, atumultuadamente, andando em todas as direções, trocando saudações entusiásticas. Era a vitória, por certo.

**Eu estava a cerca de duzentos metros apenas da praça** no quartel-general do general Barbosa. **Desci rapidamente a encosta e entrei na zona do combate. Não gastei dois minutos na travessia.** Ao chegar, porém, ouvi, surpreendido, sobre a cabeça, o sibilar incômodo das balas. Tudo é incompreensível nesta campanha: a batalha continuava mais acesa e mortífera se é possível. **Abeirei-me de uma trincheira.** [...] Mais violenta, se é possível, prosseguia a batalha. **Voltei para o meu posto de observação.** (CUNHA, 2000: 213/4, grifos do autor.)

O outro vértice do tripé – a ‘formatação’ – fica a nós entendido como a composição final do texto, resultado da ‘produção’ e ‘coleta’. Uma vez que a *inter-ação* foi modificando a compreensão de Euclides da Cunha (2000: 75/6) ao ir se aproximando de Canudos, ele tomou nota, a 10 de agosto, apropriando-se do exagero que campeava entre militares. Chegou ao ponto de se valer de relatos segundo os quais “jagunço degolado não verte uma xícara de sangue”, “fanático morto não pesa mais que uma criança” e, considerando os alarmistas, “quatro ou seis jagunços faziam estancar um batalhão inteiro”. Mais à frente, em 15 de agosto, definiu o líder dos sertanejos, sem sequer o ter visto: “Antônio Conselheiro, espécie bizarra de grande homem pelo avesso, tem o grande valor de sintetizar admiravelmente todos os elementos negativos, todos os agentes de redução do nosso povo” (CUNHA, 2000: 89).

Aos poucos, por meio do processo intercultural, Euclides da Cunha (2000: 136, 174) passou também a enxergar virtudes naquela atmosfera sertaneja, carimbada sempre por negatividades. Sobre a vegetação, escreveu: “Agressiva para os que a desconhecem – ela é providencial para o sertanejo”; e sobre o relevo: “A disposição topográfica e a constituição geológica são simplesmente surpreendedoras”. O tratamento dado aos “fanáticos”, a 6 de setembro, foi de absoluta incompreensão, diante de seres que, de posse de armas e enxadas, tornaram-se capazes de produzir um feito “notável” e exitoso, sobre-humano até: guerrear, vencendo batalhas, e plantar, colhendo alimentos.

Imaginem que, enquanto o exército lhes ocupa grande parte de casas e os fulmina cotidianamente, num bombardeio incessante, os fanáticos distribuem em modo notável a atividade, revezando-se da linha de fogo para o campo onde cultivam mandiocas, feijão e milho! Fazem *roças* que devem ser colhidas no ano vindouro! (CUNHA, 2000: 160, grifo no original.)

À definição de jornalismo, Charron e Bonville consideram um discurso pautado no interesse público, veiculado pelos meios. No entre séculos, os critérios de noticiabilidade ainda careciam de fundamentação e a tradição da ‘imprensa personificada’ não tinha de todo desaparecido. No entanto, a correspondência de guerra de Euclides da Cunha deixou traços que apontam para uma importância objetiva maior do que a do autor ou a do jornal. Embora não haja neutralidade na cobertura, surgiu nas páginas do *Estadão*, a partir de 6 de setembro, uma certa vontade de expressar “toda a verdade”, que versava no empréstimo da dúvida acerca da frágil dualidade do bem (República) *versus* o mal (Monarquia).

Não exagero perigos; mas o otimismo seria um crime nesta quadra. Além disto a maioria republicana da nossa terra precisa conhecer toda a verdade desta situação dolorosa, pela voz ao menos sincera dos que aqui estão prontos para compartirem do sacrifício nobilitador pela República. (CUNHA, 2000: 163.)

Esse aparente interesse público pode ser avaliado enquanto uma das inovações advindas no âmbito do próprio paradigma jornalístico da época, o ‘jornalismo opinativo’. Tais inovações vão gerando tensões nas regras pré-estabelecidas e, na dinâmica de ‘interiorização’ das práticas, começavam a ser disseminadas. No caso de Canudos, o processo foi incipiente e um dos elementos que apontava, no horizonte, para mudanças significativas e duráveis que propiciariam a metamorfose para a fase do ‘jornalismo de informação’. A opinião e a informação no texto de Euclides da Cunha conviviam como se fossem o mesmo tipo de discurso, sem estranhamento do público.

No relato de 7 de setembro, a descrição da cidade de Monte Santo, em cuja a extensão rural localizava-se Canudos, mesclou informações precisas, como o número de soldados a ocupá-la; incertas, com muitas adjetivações para defini-la; e aproximadas, como a acentuação da fisionomia das pessoas. Essa mistura de discursos estava mais para literatura do que para jornalismo ao rigor de hoje, porém era considerado jornalismo para a época, primeiro, porque estava sendo publicada em jornal e, segundo, em razão do paradigma jornalístico ser o ‘opinativo’, no qual a subjetividade do autor no texto era aceitável e até estimulada como forma de compreensão da realidade.

As impressões aqui formam-se através de um jogo persistente de antíteses. Situada num dos lugares **mais belos e interessantes** do nosso país, Monte Santo é simplesmente **repugnante**. A grande praça central ilude à primeira vista. Quem ousa atravessar, porém, as vielas **estreitíssimas e tortuosas** que nela afluem é assoberbado por um espanto **extraordinário**. **Não são ruas,**

**não são becos, são como que imensos encanamentos de esgoto, sem abóbadas, destruídos.**

Custa a admitir a possibilidade da vida em tal meio – **estreito, exíguo, miserável** – em que se comprimem agora **2 mil soldados**, excluído o pessoal de outras repartições, e uma multidão rebarbativa de megeras **esquálidas e feias** na maioria – fúrias que encaçam o exército. (CUNHA, 2000: 164, grifos do autor.)

Se no dia 7 havia forte teor ‘opinativo’, dali três dias, em 10 de setembro, a reportagem estava impregnada de informação e também de adjetivos poucos definidores. Euclides da Cunha reconstituiu os combates de 18 de julho de 1897 ao percorrer o teatro dos acontecimentos, acompanhado de um de seus protagonistas, Gustavo Gabiru. Naquela data, um jagunço, escondido entre os umbuzeiros, tombou dezenas de militares que atiravam em vão como resposta. Não chegaram nem a notá-lo, ainda que de posse de binóculos. Quando esteve ali mais de 50 dias depois, na trincheira do “maldito”, “despiedado, terrível e demoníaco”, contavam-se ainda 361 “cápsulas detonadas”.

Ali esteve no dia da peleja um único homem; e esse homem torturou batalhões inteiros! Ninguém o podia distinguir [...] Era uma fuzilaria **tenaz, impetuosa, mortífera, formidável**, jogando em terra pelotões inteiros e feita por um único homem. Os soldados, estonteados, atiravam ao acaso, na direção provável dos tiros do maldito: uma saraivada de balas passava rugindo pela galhada do umbuzeiro; o **atirador sinistro** e nunca percebido abaixa apenas a cabeça e passada a onda de balas, continuava, de cócoras no fundo da trincheira, a **tarefa espantosa**.

**Os melhores binóculos não o distinguem:** agachado na cova olhando segundo uma tangente à borda do fosso terrível e atirando, atirando, atirando sempre, **despiedado, terrível, demoníaco**, num duelo de morte contra mil homens! **Ainda lá estão as cápsulas detonadas. Contei 361. Trezentos e sessenta e um tiros** deu aquele fantástico e talvez perdesse muito poucas balas. E não morreu. [...]

Não será por isto difícil demonstrar – e fá-lo-ei muito breve – que a batalha de 18 de julho é um dos feitos de armas mais notáveis da nossa história militar. (CUNHA, 2000: 181/2, grifos do autor.)

A demarcação mais apropriada do ‘jornalismo opinativo’ enquanto paradigma vigente à época – não obstante a convivência com as tensões iniciais de um novo paradigma que se desenhava, o ‘jornalismo de informação’ – está na aplicação dos 14 parâmetros de análise, propostos por Charron e Bonville (2016) e elencados na **Figura 1**. Contudo, importa compreender cada um deles sob a perspectiva do que representavam isoladamente no contexto



da correspondência de guerra empreendida por Euclides da Cunha, antes de visualizar como uns se manifestaram e funcionaram em relação aos outros, exercendo influências na produção final do discurso.

Nota-se no texto jornalístico, parâmetro 1 (P<sub>1</sub>), a constituição como diário, em 1ª pessoa, em narrativa rebuscada de intelectualidade e cientificismo, em mescla que combinava a subjetividade da livre opinião republicana do autor ao objetivo enalço da informação para melhor representar a guerra. O texto jornalístico (P<sub>2</sub>), ao que nos parece, sofria pouca intervenção dos colaboradores do *Estadão*, uma vez que o paradigma jornalístico estava centrado na produção individual, sem as etapas de edição que figurariam em período posterior. Entretanto, restava evidente a posição do diretor do diário, Júlio de Mesquita, sobre o posicionamento em favor das forças militares.

A prática jornalística (P<sub>3</sub>) aliava o tripé ‘produção, coleta e formatação’ de repórter, como já visto, a procedimentos do próprio jornal, como a estampa nas páginas, editoração em colunas e fixação de títulos (ver **Figura 6**). Os jornalistas (P<sub>4</sub>) não tinham formação (inexistente no Brasil de então) nem profissionalização na área, sendo aproveitados escritores e, no caso da Guerra de Canudos, também profissionais de experiência militar. Aqueles que escreviam para jornais gozavam de prestígio, além de remuneração para sustentar suas demais atividades fora do jornalismo. Nomes como Machado de Assis, fundador e presidente da Academia Brasileira de Letras (ABL), eram frequentes nas folhas.

A organização jornalística (P<sub>5</sub>), *O Estado de S. Paulo*, completava o 23º aniversário no ano da guerra e figurava politicamente fortalecido por representar, desde sempre, os interesses dos paulistas da oligarquia cafeeira que se instalaram no poder, após o período de militares no comando da República. Deixando de se chamar *A Província de S. Paulo*, a partir da Proclamação, começava a trilhar o caminho de empresa capitalista, cuja informação era sua principal mercadoria a venda. A tiragem era mediana em relação aos jornais do Rio de Janeiro (média de 8 mil/dia, enquanto o *Jornal do Brasil* chegava a 50 mil) e a distribuição ficava restrita à cidade de São Paulo e a regiões do interior paulista.

A produção midiática (P<sub>6</sub>) versava sobre a temática político-econômica nacional, pautada por artigos de opinião, e informações de serviço para o funcionamento de atividades comerciais em nível local. A notícia de cunho policial, mais acessível ao crescente público, começava a ganhar destaque, bem como anúncios publicitários. A mídia (P<sub>7</sub>), enquanto instituição de poder e de vertente econômica, ainda não atuava de maneira a defender seus

interesses, tampouco possuía representação<sup>73</sup>. Uma exceção foi o manifesto de jornais cariocas em defesa da liberdade de expressão, quando de ataques sofridos pelo periódico *A Tribuna*, em 1891 – em São Paulo não houve registro de ação semelhante.

As fontes de informação (P<sub>8</sub>) da correspondência de guerra de Euclides da Cunha estavam marcadas pela perspectiva governista, ou seja, composta de militares de alta e baixa patentes a direcionar como se desenvolveram os combates e a permitir ou não o testemunho direto de determinadas ações. Eventualmente, os jagunços surgiram como fonte, porém sempre visto como o outro lado, o adversário, e/ou o personagem curioso. As fontes de financiamento (P<sub>9</sub>) do *Estadão* eram formadas por anúncios cuja origem eram estabelecimentos comerciais locais, indústrias recém-criadas e profissionais liberais da cidade de São Paulo, como ilustra a **Figura 9**.

O público (P<sub>10</sub>) do *Estadão* era composto de cerca de 8 mil leitores diários ou 3,3% da população da cidade de São Paulo, em 1900, e cada exemplar custava 100 réis (em conversão livre equivale a R\$ 12,3). À época, o Brasil tinha uma população de 17,4 milhões de pessoas, sendo gritantes as taxas de analfabetismo. Tais números empoderavam as folhas uma vez que eram elas mesmas quem, de posse da exclusividade na circulação pública de informações, propiciavam a formação da ‘opinião pública’ e influenciavam decisivamente as classes dirigentes da política e da burguesia.

As práticas culturais e valores (P<sub>11</sub>) da sociedade brasileira eram marcadas por dois antagonismos que conviviam como se complementares fossem: de um lado, nas cidades, o ideário liberal, antiescravista e democratizante da burguesia capitalista, que redundou na República; de outro, no interior, o coronelismo patriarcal, de absoluto predomínio regional (econômico e político), agarrado a um modo de vida próximo ao feudal, que também se apegava a República. As tais forças da ‘modernidade’ ombreavam com as forças do ‘atraso’ configurando um novo regime para o país que estaria, desde a origem, vinculado aos costumes, práticas e valores historicamente construídos.

As instituições socioculturais (P<sub>12</sub>) tinham na política e na religião suas principais expressões. Naturalmente, os poderes executivo e legislativo propunham o debate nacional e eram arenas de discussão/decisão de relevância. A Igreja, não obstante sua recente separação oficial do poder e a caracterização do estado como laico, possuía capilaridade e força social e

---

<sup>73</sup> A Associação Nacional dos Jornais (ANJ) foi criada em 1979 e a Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (Abert), em 1962. A Associação Brasileira de Imprensa (ABI), de representação dos profissionais do jornalismo, começou em 1908.

política. As representações empresariais careciam de atuação nacional, mas exerciam influência nas principais cidades, a exemplo da Associação Comercial do Rio de Janeiro (ACRJ), criada em 1809<sup>74</sup>. À época, algumas instituições de classe também se constituíram, mas se restringiram a atuações específicas de suas categorias<sup>75</sup>.

O direito e o sistema político (P<sub>13</sub>) eram regidos, quando Euclides da Cunha estava nos sertões baianos, pela Constituição de 1891, que instituiu os três poderes da República, o regime presidencialista, a separação entre Estado e Igreja, o sistema político federativo, o voto universal entre os alfabetizados e o ensino primário obrigatório. O nome do país passou a ser “Estados Unidos do Brasil”, em razão da inspiração na carta magna norte-americana. Na Guerra de Canudos, a República vivenciava a ascensão ao poder de presidentes civis e paulistas (Prudente de Moraes, de Itu, e Campo Sales, de Campinas), do qual o jornal (*Estadão*) e o correspondente (Euclides da Cunha) eram apoiadores.

A economia (P<sub>14</sub>) seguia baseada na exportação de produtos agrícolas, sobretudo o café (em menor escala, a cana de açúcar e o algodão). Embora a vida urbana começasse a ganhar vulto, os recursos financeiros oriundos das atividades rurais eram dos fatores mais importantes para a manutenção das cidades em crescimento, por meio de investimentos em logística/transporte e o gasto dos latifundiários com a vida ‘moderna’. O comércio compunha a movimentação econômica em nível local e as indústrias iam se instalando aqui e ali, a exemplo da imprensa que montava seu complexo parque fabril. O salário dos trabalhadores também tinha forte peso, principalmente nos grandes centros.

Era esse o panorama quando Euclides da Cunha embarcava de navio para Salvador, em 1º de agosto de 1897, ao lado da comitiva do ministro da Guerra, Machado Bittencourt, na condição de adido-militar para o exercício da função de correspondente do *Estadão*, na Guerra de Canudos. Os jornais de então eram mosaicos, organizados em páginas de letras miúdas, ainda sem fotografias, geralmente em oito colunas estreitas e de conteúdos diversos disputando espaço uns com os outros. Aos olhos de Galvão (1974: 18), as folhas eram constituídas de “material variadíssimo”, em “estilo jornalístico pouco desenvolvido”.

Na primeira página [*dos jornais da época*] encontramos um grave soneto ao lado de anúncio de tratamento de moléstias venéreas, uma crônica literária

---

<sup>74</sup> A ACRJ, em seu sítio eletrônico ([www.acrj.org.br](http://www.acrj.org.br)), autodenomina-se “a mais antiga entidade de representação civil do país”. As Confederações Nacionais, que atualmente formam o ‘sistema S’, foram criadas somente em meados do século XX: a da Indústria (CNI), em 1938; a do Comércio (CNC), em 1945; e a da Agricultura (CNA), em 1951.

<sup>75</sup> O Instituto dos Advogados Brasileiros, precursor da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), foi criado em 1843, e a Academia Brasileira de Letras (ABL), em 1897.

em francês ao lado de uma lista de livros “só para homens”, um comentário sobre um processo criminal envolvendo atentado ao pudor ao lado de um discurso do Presidente da República, publicações a pedido, provocações para briga, cartas abertas, testemunhos sobre remédios milagrosos, bilhetes amorosos: a variedade é enorme e a disparidade também. (GALVÃO, 1974: 18.)

Para aplicar os 14 parâmetros de análise ao texto de Euclides da Cunha, vamos nos valer de exame detido das quatro páginas da edição nº 6.918 do *Estadão*, datado de 25 de outubro de 1897<sup>76</sup> (ver **Figuras 8 e 9**). Tal método tem por objetivo revelar elementos contextuais (P<sub>5</sub>, P<sub>9</sub>, P<sub>13</sub>, P<sub>14</sub>), entre outros, que influenciaram na composição final do discurso (P<sub>1</sub>, P<sub>2</sub> e P<sub>3</sub>), permitindo a identificação mais clara acerca do paradigma jornalístico em curso. A referida edição do jornal foi selecionada porque nela apareceu publicada a última reportagem *in loco* do correspondente, no qual abordava os históricos combates de 1º de outubro que puseram fim à renhida resistência sertaneja, conforme **Figura 8**:

**Figura 8 – Capa do *Estadão* no qual destaca a reportagem de 1º de outubro de 1897, assinada por Euclides da Cunha**



**Fonte:** Estadão (ver nota de rodapé 75)

<sup>76</sup> As edições do *Estadão*, que remontam ao século XIX, foram consultas por meio do sítio eletrônico <https://acervo.estadao.com.br/>, mediante assinatura do jornal.

A distância entre a data da reportagem e de sua publicação torna evidente que o jornalismo brasileiro, embora dispondo da tecnologia do telégrafo, ainda não era capaz de noticiar no calor da hora ( $[P_1, P_3] \leftarrow P_5 \leftarrow P_{14}$ ). A informação sobre o fim da Guerra de Canudos saiu no *Estadão* com apenas um dia de atraso, mas sob formato de texto curto (2 linhas), proveniente de telegrama, característico do paradigma anterior, o ‘jornalismo de transmissão’ ( $P_3 \leftarrow [P_{13} \leftrightarrow P_{14}]$ ). Isso releva que a entrada em operação de um paradigma não é procedimento que exclui de todo o paradigma anterior. No caso, há natural convívio com regras das fases de ‘transmissão’ e ‘opinião’.

Por outro lado, o relato circunstanciado, baseado em cobertura testemunhal, indicava tensões nas normas vigentes do ‘jornalismo de opinião’, cujo mote era o livre juízo de ideias de seus articulistas e editores, sem qualquer método de investigação que os aproximassem do real para reportar sobre os acontecimentos ( $[P_3, P_4] \leftarrow [P_{10}, P_{11}]$ ). Nesse período, eram aceitos, e até incentivados, os textos ficcionais. O mosaico composto pelo *Estadão* – de textos bem caracterizados como de ‘transmissão’, de ‘opinião’ e de ‘informação’ em única edição – expõe certo provincianismo em relação aos mais importantes periódicos do Rio de Janeiro, não obstante sua importância regional.

A reportagem de Euclides da Cunha figurava na seção *Canudos*, sob o título *Diário de uma expedição*, e era sempre assinada, na busca de revestir a cobertura de um caráter continuado, facilitando a compreensão por parte dos leitores ( $[P_2 \leftrightarrow P_3] \leftarrow P_{10}$ ). O diário era constituído de texto autoral, recheado de subjetividade, como já expresso anteriormente. Porém, já se fazia uso de ferramentas de coleta de informações não tão usuais para a época, como o testemunho e a reconstituição de diálogos, que não se apresentavam ainda enquanto entrevista ( $P_1 \leftarrow P_3$ ).

A capa daquela edição do *Estadão* era formada por oito colunas, sendo mais da metade delas dedicadas à reportagem sobre Canudos, que dividiu espaço com outras cinco seções: *Cartas do Rio*; *Os municípios*; *1º Batalhão*; *Jornais do Rio*; e *Notas e Informações* ( $P_2, P_6$ ). Em comum, nenhuma delas continha a autoria (o máximo que apareceram foram referências como “escrevem-nos” ou “nosso correspondente”) e eram amparadas em curtos registros locais, nacionais e internacionais: de nota policial a de incêndio, de funcionamento dos correios a de compra de ações de banco. Havia crescente preocupação com a ampliação de público para o interior, com notas de 11 municípios ( $P_9, P_{10}$ ).

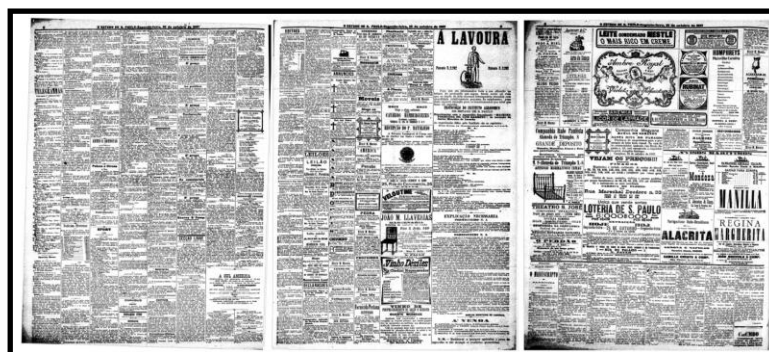
De maneira fixa, o *Estadão* expôs notas publicadas em jornais do Rio de Janeiro, demonstrando como o eixo político central emanava da capital da República ( $[P_2, P_3] P_6 \leftarrow$

P<sub>13</sub> ↔ P<sub>14</sub>) e, uma vez mais, reforçando a tese da ausência de protagonismo nacional do *Estadão*. A inexistência de padrão jornalístico foi realçada quando o leitor se deparou com discursos antagônicos disputando espaço na mesma folha, lado a lado: o relato de cunho ‘informativo’ sobre o regresso naquele dia do 1º Batalhão Militar a São Paulo, após guerrear em Canudos; e a carta de cunho ‘opinativo’ de um leitor carioca sobre a carestia no preço dos alimentos e a decisão dos governantes diante do problema (P<sub>10</sub>).

As páginas 2 e 3 eram compostos de discursos fragmentados, entre eles destacavam-se as notas da agência internacional Havas; as sobre a cidade de São Paulo; as de eventos artísticos; e as de esporte. Derivado da combinação entre informação e publicidade, figuravam também curtas sobre promoção de profissionais da medicina e do direito e oportunidades de editais e leilões públicos, revelando, uma vez mais, resquícios do ‘jornalismo de transmissão’ ([P<sub>1</sub>, P<sub>2</sub>, P<sub>3</sub>] ← P<sub>5</sub>, P<sub>9</sub>, P<sub>12</sub>, P<sub>14</sub>). Observa-se que, apesar da abundância de anúncios, o jornal ainda iniciava o processo de configuração como empresa capitalista ‘vendedora’ de notícias, em vista da quantidade de conteúdos específicos. (P<sub>3</sub>).

Na página 4, repousaram as mais diversas propagandas, variando entre móveis, vinhos, loteria, leite condensado, coroa de flores, viagens marítimas (P<sub>9</sub>). Era um forte sinal da fase jornalística empresarial, que necessitava de fontes crescentes de financiamento para levar mais qualidade ao texto, ampliar a tiragem, melhorar a distribuição do jornal, afastando-se, cada vez mais, da fase artesanal. Ocupou o pé da página a 3ª parte do folhetim *O manuscrito do parricida*, de Charles Vicent. A publicação de conteúdos ficcionais talvez fossem o maior símbolo da fase opinativa da imprensa, que apelava para a literatura, diante da ausência de padrão jornalístico (P<sub>2</sub> ← P<sub>11</sub>), como revela a **Figura 9**:

**Figura 9 – As páginas 2, 3 e 4 do *Estadão*, datado de 25 de outubro de 1897, recheadas de notas informativas/publicitárias e de anúncios. Na página 4, a publicação em fascículos de folhetins**



**Fonte:** Estadão (ver nota de rodapé 75)

A partir dos elementos de análise, se abstrai que o discurso de Euclides da Cunha dava mostras de um tipo novo de jornalismo que surgia: ancorado na apuração *in loco*, pretendia reportar sobre a realidade, aproximando-se fisicamente dela. O texto produzido no gênero diário ressaltou o tom testemunhal, em oposição ao artigo de opinião, mas embaralhou as noções de objetividade e subjetividade: era objetivo porque apresentava diretamente os fatos e, ao mesmo tempo, era subjetivo porque a entrevista, enquanto método de captação de informação, não estava consolidada e apresentar o ponto de vista da testemunha (autor) era mais legítimo e o meio viável de levar confiabilidade ao texto.

O limitante foco de análise levando em conta somente o texto poderia gerar a avaliação que a correspondência de guerra, por si mesma, desenhava elemento suficiente para formular hipótese de que vivíamos sob a égide do ‘jornalismo de informação, diante da inédita cobertura de tantos enviados especiais, com o fito de informar. No entanto, um cuidadoso exame dos jornais, em particular do *Estadão*, consolida posição em efeito contrário: os periódicos não publicavam discursos informativos em sua essência e, sim, uma profusão de discursos no qual a reportagem era um ingrediente novo, porém incipiente diante da ampla fragmentação de conteúdos típicos de ‘transmissão’ e de ‘opinião’.

Nem mesmo as evoluções tecnológicas foram capazes de modificar de maneira substancial este cenário como um todo. Em verdade, tais aparatos se revelaram como condição para que houvesse as coberturas testemunhais e permitiram o início das tensões paradigmáticas em favor da ‘informação’ e em detrimento da ‘opinião’, ao encurtar o tempo e reduzir o espaço de modo inédito. Mas, ainda assim, não foram suficientes para determiná-las, uma vez que outros fatores contextuais estavam em jogo e não tinham como ser ignorados, tais como a perspectiva do público (e seus valores) e das instituições estabelecidas, sobretudo as de caráter político e religioso.

No caso da Guerra de Canudos, o ambiente sociopolítico atuou fortemente no sentido de, primeiro, incentivar que houvesse discurso objetivo na frente de batalha para apontar a supremacia da República e o esmagamento definitivo da Monarquia. Em segundo lugar, em certa medida, tal contexto contribuiu para o próprio controle desse discurso: seja por meio do ideal republicano em voga na sociedade (inclusive, nos jornais e nos jornalistas), seja por meio de procedimentos militares que modificavam o discurso em si (via cerceamento de coleta de dados, via atraso entre o envio das reportagens e a publicação nas folhas ou via a prática da censura).

Isoladamente, a correspondência de Euclides da Cunha pode ser vista como inovadora e que anunciava novos métodos e discursos para o jornalismo. Contudo, para fins de medição do impacto transformador, a cobertura do *Estadão* foi multiplicada em importância devido ao trabalho que seria então confeccionado e publicado a partir da experiência sertaneja do repórter. Só por isso, o estudo de *Os sertões* já interessa sob a perspectiva de sua contribuição para realçar o diário de campo, veiculado continuamente pela imprensa. Mas o livro se revestiu de inéditos elementos que, por si, contribuiriam para inovações que tencionariam paradigmaticamente o jornalismo.

### **3.3 O livro sobre a Guerra de Canudos**

Uma vez abordada a correspondência de guerra de Euclides da Cunha em Canudos, notabilizada como período jornalístico pelo fato de ter sido publicada em jornal, chegou o momento de exercitar como o livro *Os sertões* está inserido neste contexto. A **Seção 3.3.1** problematizou a relação do livro como uma das possibilidades para extensão da prática e do discurso jornalístico, a partir da compreensão de livro-reportagem, inexistente à época. Lugar comum para a literatura, o livro convive em zona híbrida de interpretação, sendo necessário considerar o modo de produção, o discurso contido e a finalidade a que se destina para, então, passar por uma avaliação acerca do que representa.

A **Seção 3.3.2** examinou *Os sertões* acerca do texto, do meio impresso de comunicação e de sua contribuição ao longo do tempo para o avanço do jornalismo publicado em livro. À época, situada na contenda entre literatura e ciência, a obra-prima de Euclides da Cunha pôde ser vista também como livro de perfil inédito, que aliava ferramentas de captura de informações factuais para se desenvolver em meio até então exclusivo à ficção. No ínterim dessa dualidade, *Os sertões* foi analisado na perspectiva do arcabouço teórico da **Seção 1.1**, qual seja: as funções dos meios (MARTINO, 2016, 1997) e os discursos que apontam para transformações do jornalismo (CHARRON; BONVILLE, 2016).

#### **3.3.1 O livro-reportagem**

Findada a Guerra de Canudos, Euclides da Cunha retomou o posto de engenheiro da Superintendência de Obras Públicas de São Paulo. Foi deslocado para reconstruir uma ponte de 100 metros de extensão que caiu na cidade de São José do Rio Pardo, da qual tinha sido



fiscal<sup>77</sup>, e ali encontrou o sossego reclamado para escrever o que planejava desde os tempos da empreitada ao ‘fim do mundo’<sup>78</sup>: o “estudo psicológico da campanha”. Entre 1898 e 1901, dedicou-se a reerguê-la e a refletir, estudar e pesquisar sobre a experiência nos sertões baianos, a partir da cabana que dispunha às margens do rio Pardo – hoje memorial em sua homenagem –, instalada como parte integrante do canteiro de obras.

Ao longo desses três anos, o engenheiro-jornalista Euclides da Cunha trabalhou na redação de *Os sertões* e, alheio ao ambiente literário glorificado na rua do Ouvidor, no Rio de Janeiro, autofinanciou a 1ª edição mediante contrato firmado com a prestigiada Gráfica Laemmert & Cia. O livro foi lançado em 1º de dezembro de 1902 e, em 60 dias, teve os 1,2 mil exemplares esgotados. O sucesso das três primeiras edições fez desaparecer *Os sertões* das livrarias em curtos 18 meses, em tiragem que permanece incerta, podendo variar entre 6 e 10 mil, considerado um *best-seller* para a época. No entanto, não há consenso entre historiadores sobre datas e vendas.

Conquanto isolado no interior paulista, o que se soube, por meio do estudo de suas cartas, foi que Euclides da Cunha manteve contato regular com intelectuais locais a quem solicitou compra de impressos, sobretudo livros. Tais fontes de consulta, segundo Regina Abreu (1998: 210), configuravam-se como as únicas a mantê-lo “interagindo com a literatura científica” durante o processo de elaboração de *Os sertões*, abrindo caminho para formular “intuitivamente” um novo “conhecimento” sobre o estado das coisas. À época, a ‘República Velha’, denominação posterior, prosseguia sob o mesmo modelo de presidentes civis e paulistas, ligados à economia cafeeira: agora, Rodrigues Alves, de Guaratinguetá<sup>79</sup>.

Aos olhos do público – e certamente de Euclides da Cunha –, a correspondência de guerra restou inconclusa do ponto de vista do entendimento do que foi a campanha, mais geral, e de como aquele histórico combate tinha terminado, mais específico. O “trabalho de fôlego”, anunciado pelo diretor do *Estadão*, Júlio de Mesquita, objetivava dar completude à experiência sertaneja e *Os sertões* acabou sendo o livro a denunciar, circunstanciada e

---

<sup>77</sup> A ponte metálica sobre o rio Pardo foi inaugurada em 23 de janeiro de 1898 e ruiu após 50 dias. Sentindo-se culpado pela licença que tinha requerido na fiscalização da obra por ocasião da cobertura da Guerra de Canudos, Euclides da Cunha solicitou que fosse o responsável por sua reconstrução, sendo reinaugurada em 18 de maio de 1891. Atualmente, a ponte é Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e leva seu nome.

<sup>78</sup> O Nobel Mario Vargas Llosa é autor de *A guerra do fim do mundo* (1980), livro que recria ficcionalmente o ambiente de Canudos – o combate, sua gente e sua fé –, após longa pesquisa documental e viagens ao sertão baiano.

<sup>79</sup> Todos oriundos do Partido Republicano Paulista (PRP), Francisco de Paula Rodrigues Alves foi presidente da República entre 1902 e 1906 (época da publicação de *Os sertões*); Manuel Ferraz de Campos Sales, entre 1898 e 1902 (durante a escrita do livro); e Prudente José de Moraes e Barros, entre 1884 e 1888 (período da correspondência de guerra em Canudos).

publicamente, os excessos republicanos contra Canudos (morte dos prisioneiros e destruição do vilarejo). O crítico literário Franklin de Oliveira<sup>80</sup> revela que nem o jurista Rui Barbosa ousou se pronunciar, embora tenha chegado a redigir um documento.

Antes de *Os sertões*, apenas uma única voz de protesto havia surgido contra o selvagem massacre: o Manifesto dos Acadêmicos da Faculdade de Direito da Bahia. Rui escreveu violentíssimo discurso em defesa dos sertanejos massacrados, discurso que deveria pronunciar no Senado. Meteu a viola no saco, apesar de belamente encordoada. E só depois, por vaidade literária, escreveria uma página sobre o *estouro da boiada*, para mostrar que esse assunto não era exclusivo de Euclides. (OLIVEIRA in CUNHA, 2016: 659/60.)

O caráter de revelação dos desdobramentos da guerra consubstancia apontamentos no sentido de que o livro, se não tinha a esteira do tempo presente do jornal, estava metido na contemporaneidade. Ora, pois, a obra trouxe novos elementos e o contexto da revolta cujos efeitos seguiam reverberando naquela jovem República, que completava 13 anos: Canudos seguia latente, em voga, pois a exclusão secular do sertanejo não foi modificada em nada, após demasiado derramamento de sangue. Em nota à 1ª edição de *Os sertões*, Euclides da Cunha anunciava que o livro perdia em “atualidade”, uma vez publicado quatro anos após o conflito, mas mantinha o estilo de “denúncia”.

Escrito nos raros intervalos de folga de uma carreira fatigante, este livro, que a princípio se resumia à história da campanha de Canudos, perdeu toda a atualidade, rememorada a sua publicação em virtude de causas que temos por escusado apontar.

Demos-lhe, por isto, outra feição, tornando apenas variante de assunto geral o tema, a princípio dominante, que o sugeri. [...] Aquela campanha lembra um refluxo para o passado. E foi, na significação integral das palavras, um crime. Denunciemo-lo. (CUNHA, 2016: 10/11.)

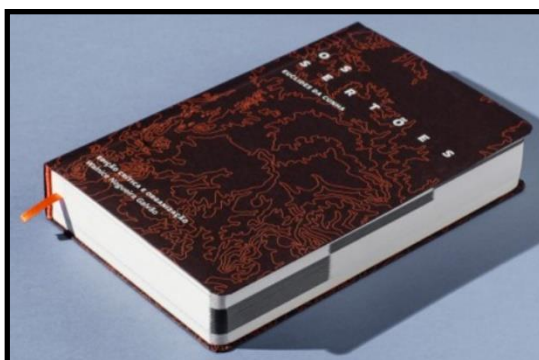
Ao finalizar à nota, autodenominando-se um “narrador sincero”, Euclides da Cunha (2016: 10/11) fez referência, em francês, ao pensador Hippolyte Taine, a fim de informar que no livro não havia “meias-verdades”, nem distorção de “sentimentos e costumes”. “[*Não estou entre aqueles autores*] que não mantêm o padrão dos eventos e mudam a cor, que

---

<sup>80</sup> *Os sertões* recebeu nova edição em 2016, lançado pela Ubu Editora e organizado por Walnice Nogueira Galvão, em comemoração aos 150 anos de nascimento de Euclides da Cunha (ver **Figura 10**). Nela, consta fortuna crítica com trechos de artigos e estudos de renomados pensadores brasileiros, oriundos dos mais diversos matizes acadêmicos. Quando um desses pensadores for expressamente citado ao longo do trabalho, seus nomes serão identificados e seus textos referenciados como sendo parte da obra de Euclides da Cunha.

copiam os fatos e desfiguram a alma””, avisava, citando-o<sup>81</sup>. À semelhança do que afirmou ao final da cobertura *in loco*, o antigo correspondente de guerra do *Estadão* aventou sobre a produção de livro que, baseado em experiência concreta e testemunhal, fosse capaz de lançar panorama factual sobre os sertões.

**Figura 10 – A luxuosa edição de *Os sertões*, da Ubu Editora, contém rica fortuna crítica**



**Fonte:** Cunha (2016)

Tal pretensão guarda aproximação com a definição que Charron e Bonville (2016) fazem acerca do jornalismo, centrado no tripé ‘produção, coleta e formatação’, para desenvolvimento de discurso sobre a realidade, revestido de interesse público. A nós, de igual modo, o jornalismo caracteriza-se como o relato do real, no presente e divulgado abertamente. A factualidade o distingue da literatura, enquanto a temporalidade o afasta da história. No entanto, a informação jornalística, independente do meio de comunicação pela qual for transmitida, somente tem relevância quando há audiência para consumi-la. Aí está o caráter mercadológico da notícia, própria da fase de ‘informação’ da imprensa capitalista.

Na tradição contemporânea da imprensa, adotou-se a técnica do lide para ‘ganhar’ o leitor: apresentar objetivamente o conteúdo mais importante primeiro. O teórico Nilson Lage (2006: 21) explica que a estratégia tem origem na oralidade, diferindo da literatura e do teatro que primam pelo texto cronológico. Ele compara o lide à conversa interpessoal sobre uma ocorrência social, “mais antiga e mais corrente” do que qualquer discurso, para ilustrar que o texto em “ordem decrescente de interesse é bem mais comum do que” se imagina. O que o jornalismo fez foi incluir linguagem própria para padronizar e melhorar a comunicabilidade, “o que é útil no caso de um produto industrial como a notícia”.

---

<sup>81</sup> O pesquisador realizou tradução livre do francês ao português.

Portanto, seja em livro ou outro meio de comunicação, o jornalismo construiu ao longo do tempo feição singular para o que antes era tratado livremente como literatura, vide a clássica interpretação do crítico Alceu Amoroso Lima (1960). Para ele, a partir do advento dos meios eletrônicos de comunicação (rádio e TV), a tradição impressa restou associada à arte, sob o signo da informação objetiva e da força estilística, podendo ser enquadrada como ‘gênero literário’. Contudo, enquanto disciplina, o Jornalismo se consolidou em área da Comunicação Social, inserida no campo de conhecimento das Ciências Sociais Aplicadas. Isto é, mais para o empírico do que para o artístico.

Somente na década de 1990, portanto quase 100 anos após *Os sertões*, o discurso jornalístico em livro ganhou formulação teórica robusta, não obstante sua presença no mercado editorial brasileiro desde antes<sup>82</sup>. O pesquisador Edvaldo Pereira Lima (2004: 28/9), no pioneiro *Páginas ampliadas*, credits ao livro-reportagem o posto de extensão do jornalismo praticado pela imprensa periódica, assumindo três condições que o distingue do livro convencional: (1) o conteúdo, com “abordagem correspondente ao real, ao factual”; (2) o tratamento, “compreendendo a linguagem, a montagem e a edição do texto; e (3) a função, com “objetivo fundamental de informar, orientar e explicar”.

Se o livro-reportagem fica desassociado, de pronto, da literatura em razão da veracidade do texto, em relação à história o afastamento se justifica pela temporalidade. Enquanto a história cuida de eventos do passado, o jornalismo em livro mergulha no passado para contextualizar o presente e antecipar desdobramentos que se darão no futuro. “Tudo para ampliar o foco de compreensão do contemporâneo”, ressalta Lima (2004: 45). O presente, portanto, ganha “plasticidade e elasticidade no livro-reportagem”, não importando mais a ocorrência isolada, mas suas origens e causas, ao passo que a imprensa segue restrita à atualidade dos acontecimentos.

Nessa ótica, o livro-reportagem se caracteriza pela perenidade (ausência da periodicidade nos moldes da imprensa) e profundidade (busca de compreensão de seu tempo), conforme conceitos arrolados na citação abaixo. Lima (2004: 21) lista os cinco ingredientes que o jornalismo praticado em livro possui: “antecedentes” (passado), “contexto” (contemporâneo), “projeção” (futuro), “suporte especializado” (embasamento técnico) e

---

<sup>82</sup> Além dos livros de Fernando Morais e Zuenir Ventura (ver **página 135**), Edvaldo Pereira Lima destaca, ao menos, outros dois de referência em matéria de livro-reportagem, que foram editados no Brasil antes mesmo da teorização sobre jornalismo em livro: *Esta noite a liberdade* (1976), de Dominique Lapierre e Larry Collins; e *Conversas com Vargas Llosa* (1986), de Ricardo Setti.

“perfil” (humanização). Cabe observar que tais elementos articulam diferentes temporalidades, conjugando o teórico (ciência) e o prático (senso comum), sendo a ‘vida palpitante’, as pessoas ‘de carne e osso’, o que lhe dá essencialmente a forma.

Livro-reportagem é o veículo de comunicação impressa não-periódica que apresenta reportagens em grau de amplitude superior [“*abordagem extensiva*” e “*aprofundamento da questão*”] ao tratamento costumeiro nos meios de comunicação jornalística periódicos. (LIMA, 2004: 26.)

Se cabe ao jornalismo informar e orientar, cabe ao livro-reportagem informar e orientar em profundidade, transformando-se este último papel num instrumento complementar e extensor dessa função declarada, individualizadora, do jornalismo. (LIMA, 2004: 40.)

Os procedimentos necessários para a feitura de livros-reportagem têm origem na extensão – na perspectiva de alargamento – dos procedimentos adotados pela imprensa<sup>83</sup>. Na pauta, o foco está nos “conflitos” da sociedade, transcendendo-os para “identificar causas, efeitos e linhas que os determinaram”. Na captação (Charron e Bonville denominam como ‘coleta’), a abordagem canaliza para intensificar a “observação”, a “documentação” e a “entrevista”. Mas é na “fruição do texto” que o jornalismo em livro difere em maior grau daquele desenvolvido em jornal. Distante do lide, o livro-reportagem segue diretrizes discursivas diversas na busca por público (LIMA, 2004: 76).

Lima (2004: 145) associa dois fatores como condição para o livro-reportagem cumprir seu papel jornalístico: “fluência” e “eficiência”. Para ele, é preciso que a “fruição pelo texto” seja capaz de mobilizar a todo o tempo o leitor a seguir adiante com a leitura. O livro deve ter “ritmo, um pulsar característico”, de um lado, e “dados novos, reordenação criativa de dados conhecidos”, de outro, para não “perder-se o trabalho, vencido a meio caminho pelo inimigo fatal da dispersão não convertida em presença”. Isto é, para não deixar de ser lido deve instigar as pessoas aproveitando-se do caráter de “obra aberta”, dando-lhes elementos para uma compreensão particular do mundo.

O livro-reportagem deve resistir à tentação de apresentar “todas as conclusões”, explicando os fatos linearmente (causa *versus* efeito), como é típico nos demais meios impressos de comunicação, sobretudo o jornal. O desafio é manter a “motivação psicológica”

---

83 Lima (2004: 18) conceitua a reportagem como a “ampliação”, no que tange à “dimensão contextual”, da notícia que fica no terreno do “relato simples, raso”. Para José Marques de Melo (1979: 49), “notícia é o relato integral de um fato que eclodiu no organismo social”, enquanto que “reportagem é o relato ampliado de um acontecimento que já repercutiu no organismo social e produziu alterações que são percebidas pela instituição jornalística”.

do leitor, estimulando reflexões próprias e exteriores à obra, a partir da imersão “numa realidade representada que, apesar dos pontos em comuns, lhe é, no geral, desconhecida”. Logo, percebe-se que a estratégia do livro-reportagem é inversa da verificada na imprensa: neste, informe tudo rapidamente; naquele, capture o leitor de “seu mundo mental e emocional” para cativá-lo a um “mergulho particular contido no livro”.

À época, o livro era tido como meio de comunicação próprio à literatura, enquanto que o jornalismo era espaço aberto aos escritores. Euclides da Cunha inverteu a lógica natural do período: em vez de escritores publicando nos jornais, um antigo correspondente de guerra publicando em livro. Por isso, as inovações refletidas em *Os sertões* se configuravam como verdadeiros desafios teórico-metodológicos ao tratar de temas ‘reais’, não ficcionados, a partir de testemunho direto. Uma enquete realizada pelo repórter João do Rio, junto a 36 intelectuais, em 1904, repõe a compreensão daquele tempo acerca da dualidade jornalismo & literatura, sempre sob a perspectiva desta<sup>84</sup>.

O interesse do levantamento era responder à inquietação de João do Rio em vista à frequente colaboração de literatos nas folhas: “O jornalismo, especialmente no Brasil, é fator bom ou mau para a arte literária?” A pesquisadora Cristiane Costa (2005: 26) pondera que o resultado da pesquisa apontou para um empate técnico, tendo efeitos positivos (“pagamento, divulgação, experiência, exercício e legitimação”) e negativos (“mercantilismo, banalização, esterilidade, falta de tempo e favorecimento”). Nenhum dos entrevistados sequer cogitou falar de jornalismo em livro, mas naturalmente de jornalismo na imprensa, que era uma constante na vida de muitos de nossos romancistas.

Antes de João do Rio, grandes escritores, como José de Alencar, Machado de Assis e Olavo Bilac, embrenharam-se nas redações. Mas o jornalismo que faziam estava muito mais próximo da crônica e dos editoriais de hoje. Baseado no modelo francês, privilegiava a análise e o comentário, e não a informação. Na história do jornalismo, o rodapé alencariano evoluiu para a crônica de Machado e Bilac, e só no início do século XX abriu espaço para a reportagem e a entrevista, até então raramente usada. (COSTA, 2005: 41.)

Lima (2004: 220) explica que a prática da reportagem teve importância nas figuras de Euclides da Cunha e João do Rio e que surgiu na imprensa, antes da sua forma em livro. Porém, afirma que tardou a se desenvolver: houve um “hiato na evolução da reportagem”, sem “o surgimento de qualquer corrente vigorosa” até o fim da 2ª Guerra Mundial. A título de

---

<sup>84</sup> A enquete de João do Rio teve o resultado publicado na *Gazeta de Notícias* e, três anos mais tarde, as respostas foram reunidas no livro *O momento literário*.

hipótese, sugere que isso aconteceu em razão da efervescência do romance realista (Graciliano Ramos, Jorge Amado) que funcionou como uma espécie de “freio inibidor” para os jornalistas. Em sua visão, o ápice da reportagem se deu entre 1966 e 1968: do lançamento da revista *Realidade* até a edição do AI-5, que oficializou a censura no Brasil.

A abertura democrática na década de 1980, que pôs fim a 20 anos de regime militar, reascendeu a produção e a procura por livros-reportagem, segundo o pesquisador. No mercado editorial, tais publicações são referenciadas, até hoje, como ‘livros de não-ficção’, robustecendo a tese segundo a qual este era um meio próprio da ficção e dos escritores. No Brasil, três jornalistas se destacaram como autores de *best-sellers* e motivaram, inclusive, a academia a se debruçar pelo fenômeno do jornalismo em livro: Fernando Morais, autor de *Olga* (1985), Zuenir Ventura, *1968 o ano que não terminou* (1989), e Ruy Castro, de *Estrela solitária* (1996).

Todos esses títulos [*e tantos outros citados por Lima*] evidenciam que o livro-reportagem, em maior ou menor grau, ocupa um espaço próprio de importância no mercado editorial, variando, de país a país, no mundo ocidental, conforme a pujança e a maturidade do setor. Mas é inegável que essa modalidade de veiculação da grande-reportagem faz parte do já vasto panorama em que se apresenta o jornalismo moderno diversificado em suas múltiplas faces (LIMA, 2004: 3/4.)

Se hoje há consenso acerca da importância do livro-reportagem, no tempo de Euclides da Cunha a temática era ignorada, como ilustrou a enquete de João do Rio. O que havia era uma encardida rivalidade entre o fazer literatura e o fazer ciência. Os desdobramentos em torno da posse do autor de *Os sertões* como membro da Academia Brasileira de Letras deram o tom acalorado ao debate de posições. De um lado, o presidente da ABL, Machado de Assis, defendia que a instituição deveria cuidar das letras, que literatura era valor em si e precisava se afastar dos problemas sociais. De outro, o ‘imortal’ Sílvio Romero pregava a literatura engajada, preocupada e atenta à realidade.

A 18 de dezembro de 1906, em seu discurso de posse, Euclides da Cunha (CUNHA *apud* ABREU, 1998: 236) assumia-se como “homem de ciência” que ingressava ali na casa de “homens de letras” na cadeira que outrora tinha sido do escritor Castro Alves. Dizia-se “constrangido” por, diferentemente da subjetividade do autor de *O navio negreiro*, escrever sob o “terreno maciço das indagações objetivas”. “Me desviei sobremodo dessa literatura das

ficções, onde desde cedo se exercita e se revigora o nosso subjetivismo”, anunciava<sup>85</sup>. Isto é, o próprio Euclides da Cunha se via fora da literatura. Enxergava-se fazendo narrativa científica, presa na concretude da escrita baseada nas comprovações empíricas.

Essa reflexão sinalizava que não havia separação nítida entre as fronteiras da literatura e da ciência [...] Confessando ser a ciência seu maior objetivo, observava que cada vez que dela se aproximava, mais se distanciava da estética, da ficção e das “impressões artísticas”. (ABREU, 1998: 236.)

Regina Abreu (1998: 150) argumenta que o fazer científico no Brasil do entre séculos XIX e XX era incipiente, sendo trabalhos de europeus, realizados no país, as fontes principais de consulta sobre temáticas nacionais. Vale frisar a referência que Euclides da Cunha fez a estudos de pesquisadores estrangeiros nos artigos *A nossa Vendéia*, em 1897. Naquele tempo, “a literatura era de fato a tradição de maior força e penetração”, assumindo o “papel de intérprete social”, da qual os ‘homens de ciências’ “sentiam necessidade de se diferenciar”. *Os sertões* foi construído sob este pano de fundo, acrescido da experiência jornalística que tornou tudo ainda mais desafiador do ponto de vista conceitual para a obra.

O trato literário, o rigor científico e a experimentação jornalística eram três variáveis incomuns em única obra, até então. Reconhecia-se a habilidade na criação literária do intelectual Euclides da Cunha do mesmo modo que a astúcia na formulação teórica do engenheiro. Mas, historicamente, ficou relegado a segundo plano o pioneirismo do jornalista quanto ao hábil manejo de técnicas de coleta/captação de informações, que seriam consagradas logo em breve. Regina Abreu (1998), por exemplo, se refere ao caráter de *Os sertões* sem notar a importância jornalística, sendo esta reservada exclusivamente à fase anterior de sua trajetória, a de correspondente de guerra para o *Estadão*.

Abreu (1998: 213; 31; 371) registra que *Os sertões* “continha valor especial” e que antecipava “um comportamento que seria a tônica” do fazer ‘ciência em livro’ destinado ao público geral, a partir da “pesquisa feita no próprio local”, mediante “trabalho de campo”, na qualidade de “pesquisador que ‘viu’, que experimentou as agruras da guerra”. “Euclides da Cunha deu condições para que ideias antes emitidas apenas como opinião ganhassem o novo estatuto de fatos ‘cientificamente’ comprovados”, reflete a pesquisadora. A propalada ciência

---

<sup>85</sup> Abreu (1998: 239) afirma que o discurso de Euclides da Cunha na posse como ‘imortal’ da ABL reforçou a imagem de “intelectual engajado”, voltado às “questões sociais e políticas”, haja vista também sua trajetória envolvendo a Proclamação da República.



– e aí figura um diferencial decisivo – não estava restrito ao nível abstrato da teoria e, sim, ao nível prático da vivência direta, do testemunho.

Se o Euclides da juventude foi formado essencialmente na vertente cientifizante e universalista do pensamento, **a viagem para os sertões da Bahia colocou novas questões em seu espírito**, e ele foi capaz até mesmo de registrar em seu diário de campo aspectos da “fala diferente” dos sertanejos, bem como assinalar aspectos curiosos de seus hábitos e costumes, quase antecipando a visão de um país formado por culturas diversificadas e plurais. (ABREU, 1998: 372, grifos do autor.)

“As novas questões em seu espírito” não se associam à ‘frieza’ da ciência, mas à ‘quente’ temperatura de quem presenciou os acontecimentos, derivada da experiência como correspondente de guerra. “O que impressionava os críticos [... *era*] principalmente a conjugação da ciência com a arte [*literária*]”, avalia Abreu (1998: 213), “incorporando também a emoção e a sensibilidade [*jornalismo*]”. Isso tudo compõe o livro e permitiu que surgisse a revelação final acerca do massacre sertanejo, ausente nas páginas do *Estadão*, exercendo mudança radical no pensamento de Euclides da Cunha a respeito do que representava a revolta sertaneja. Sinta as derradeiras páginas de *Os sertões*:

Fechemos este livro. [...]

Esta página, imaginamo-la sempre profundamente emocionante e trágica; mas cerramo-la vacilante e sem brilhos. [...]

E de que modo comentaríamos, com a só fragilidade da palavra humana, o fato singular de não aparecerem mais, desde a manhã de 3 [*de outubro de 1897*], os prisioneiros válidos colhidos na véspera, e entre eles aquele Antonio Beatinho que se nos entregara, confiante – e a quem devemos preciosos esclarecimentos sobre esta fase obscura da nossa história?

Caiu o arraial a 5. No dia 6 acabaram de o destruir desmanchando-lhe as casas, 5.200, cuidadosamente contadas. [...]

É que ainda não existe um [*Henry*] Maudsley [*psiquiatra inglês*] para as loucuras e os crimes das nacionalidades... (CUNHA, 2016: 549/51.)

A temática do sertão, como vimos, não era inteiramente inédita e estava apegada ao ideário da literatura engajada, defendida por Sílvio Romero, na ABL. O romance regionalista de José de Alencar ou Visconde de Taunay já valorizavam a vida no interior brasileiro e o romance realista de meados do século XX teria este olhar, na prosa ficcional de Graciliano Ramos ou Guimarães Rosa. Era um discurso – o reconhecimento das qualidades mais

genuínas do país – que “vinha sendo processado há alguns anos” e do qual *Os sertões* tornou-se uma de suas expressões máximas, coroando “a invenção do sertão”, nas palavras de Abreu (1998: 370).

Entretanto, o livro de Euclides da Cunha nutriu-se de tal representatividade na exata medida de seu peso ‘científico’, comprovável e apurável. Ao cravar que a originalidade do Brasil, aquilo que o tornava diferente de qualquer outra nação, sendo-lhe o ‘cerne da nacionalidade’, estava no sertão, o discurso se despia da convicção literária, da romântica defesa de ideias, para se renovar enquanto texto livre de ideologia, baseado em pesquisa teórica e experiência real. Por isso, Abreu (1998: 370/1) avalia que *Os sertões* tinha mais legitimidade para contar o que contou, uma espécie de “autoridade superior” ante os tidos “livros sertanejos”, escritos por nossos romancistas.

Alguns fatores foram decisivos para que a obra-prima de Euclides da Cunha viesse a ocupar esse lugar. Um deles foi o fato de Euclides da Cunha vir apoiado em discurso científico, novidade na época, que deu a seu livro autoridade superior e, ao mesmo tempo, legitimadora dos demais “livro sertanejos”. (ABREU, 1998: 370/1.)

A significância de *Os sertões* não pode ser medida somente pela régua da ciência como nos faz crer os estudos de Regina Abreu. Não obstante as críticas empreendidas por pensadores como Gilberto Freyre, já no século XX, ao modelo teórico absorvido por Euclides da Cunha, fiel defensor da primazia do genético sobre o meio, o livro não perdeu sua importância. Vale destacar: em que pese a parte científica do texto ter consensualmente se tornada obsoleta, isso não significou que a obra deixasse de ser tratada como um clássico brasileiro. Isso porque o livro não continha pura e simplesmente ciência, com habilidade literária, mas também jornalismo praticado em livro.

O valor de *Os sertões* que mantém a representatividade e atualidade do livro está no contar uma história real, tendo seu núcleo central em evento concreto, a Guerra de Canudos, e ampliando seu horizonte para o início (a terra), o meio (o homem) e o fim (a luta) daquele incidente localizado. As teses científicas aparecem no livro para sustentar o discurso e dimensionar aquele lugar e aquele povo. No entender de Abreu (1998: 262), o que conserva vivo o livro é a “boa ciência associada à literatura”, cabendo a interpretação que o lado bom da ciência, ultrapassada, restava no ‘trabalho de campo’ e o lado bom da literatura, no texto ancorado nos acontecimentos.

O livro do engenheiro Euclides da Cunha se tornaria um divisor de águas. Símbolo de uma proposta de literatura científica, só foi destronado no final dos anos 30, quando uma nova sociologia começou a ser produzida no país. Até então, permaneceu como modelo de boa ciência associada à literatura. E, mesmo após ter deixado de ser uma referência no campo intelectual, permaneceu como monumento nacional, como um dos livros cuja leitura é imprescindível para aqueles que querem conhecer o Brasil. (ABREU, 1998: 262.)

*Os sertões* resistiu ao tempo e se confundiu mesmo ao evento sertanejo em si, sobrepondo-o: no imaginário social, Canudos só é Canudos graças ao livro. Seu autor, Euclides da Cunha, não tem rival em importância, nem mesmo Antônio Conselheiro. Galvão (GALVÃO *in* CUNHA, 2016) avalia que aquela história pôde ser percebida a partir de três aspectos: (1) a pré-guerra (os antecedentes, reconstruídos por intermédio de documentos oficiais e jornais antigos); (2) a guerra em sua época, baseada na perspectiva euclidiana (testemunhal e analítica); e (3) a guerra após 1950, ancorada em estudos de história oral, a partir de entrevistas com pessoas que presenciaram os combates<sup>86</sup>.

Parece-nos claro que *Os sertões*, além de prolongar o ciclo de existência da revolta, deu-lhe outra significação ao revelar conteúdo novo, rico em informações inéditas e em análises/interpretações singulares. O impacto da obra alterou o entendimento geral de então sobre a Guerra de Canudos, em razão da verdade do relato testemunhal. No âmbito do jornalismo, o livro do correspondente de guerra marcou a trajetória do ofício desenvolvido no Brasil e o diferenciou dos nossos mais reconhecidos profissionais, referenciados no **Capítulo 2**, quais sejam: Visconde de Taunay, Joel Silveira, Rubem Braga, José Hamilton Ribeiro, Sérgio Dávila/Juca Varella e Klester Calvalcanti.

Enquanto Taunay foi para o combate como militar, sem prerrogativa de escriba, embora tenha publicado na imprensa (*Semana Ilustrada*) e lançado dois livros (*A retirada da Laguna* e *Diário do Exército*), Silveira e Braga estiveram no *front* como repórteres dos Diários Associados e do *Diário Carioca*, respectivamente (e reuniram os relatos em *O inverno da guerra* e *Crônicas da guerra na Itália*). Ribeiro, por sua vez, esteve *in loco* pela revista *Realidade* e, mais tarde, editou *O gosto da guerra*. Já Dávila/Varella viajaram ao Iraque pela *Folha de S. Paulo* e publicaram *Diário de Bagdá*. Em cobertura independente, Calvalcanti editou o *Dias de inverno na Síria* e reportou para *Isto É*.

---

<sup>86</sup> A redescoberta da Guerra de Canudos foi motivada pelo repórter Odorico Tavares, da revista *O Cruzeiro*, em 1947. Por ocasião dos 50 anos do fim da revolta, ele foi ao sertão baiano e encontrou antigos conselheiristas ainda vivos. Assombrado com a reportagem, o historiador José Calasans iniciou os estudos de história oral com as testemunhas (GALVÃO, 2001: 102/3).

O trabalho de Euclides da Cunha em Canudos foi diverso do realizado pelos demais correspondentes. Apesar de adido-militar do comando do exército, o autor foi para Bahia como jornalista do *Estadão*, o que o diferenciou de Taunay, na Guerra do Paraguai. Lançou livro-reportagem a partir dos despachos periódicos para o jornal – e não a íntegra dos mesmos como fizeram Silveira e Braga, na 2ª Guerra Mundial. O conteúdo de *Os sertões* não tratou somente da experiência pessoal no *front* como fizeram Dávila/Varella, na 2ª Guerra do Golfo, tampouco restou avaliado como narrativa de sobrevivente de guerra, como reportou Ribeiro, na Guerra do Vietnã, e Cavalcanti, na Guerra Civil Síria.

Contudo, uma característica foi a mais determinante e elevou Euclides da Cunha a um patamar único no jornalismo de guerra: seu livro é definitivo sobre a Guerra de Canudos, um texto total sobre o que aconteceu no sertão baiano em 1896/7. Quem deseja saber sobre Canudos, pode ler *Os sertões* e terá uma perspectiva completa acerca de tudo, mesmo que discorde de seu conteúdo. Historicamente, a prática da correspondência de guerra foi confeccionar livros capazes de retratar a história pessoal do repórter no *front*, um relato parcial sobre como foi a cobertura, sob única visão. Por isso, tais obras não se tornaram referência para o entendimento sobre as respectivas guerras retratadas.

Nas pesquisas em jornalismo, *Os sertões* é visto como obra de transição entre jornalismo e literatura, rapidamente analisada sem o apuro que o caso requer. Nelson Werneck Sodré (1999: 269) trata-a como “monumental painel” feito a partir do “rascunho” do que publicou no *Estadão*. A palavra ‘painel’ literalmente significa “composição de pintura”, podendo ser transportada para ‘composição de textos’. Em sentido figurado, pode ser tratada como “visão ampla sobre alguma coisa” e “panorama”, segundo o Dicionário Online de Português (DICIONÁRIO, 2019b). Sodré, assim, deixa de caracterizar o livro em específico, abrindo vasto leque de interpretações, que seriam a tônica dos estudos mais à frente.

O jornalista Marcos Faerman (1997: 149), ressaltando o caráter híbrido do livro, destaca: “Na terceira parte ‘A luta’ estamos diante de uma peça literária, que é também cinema e que é – e quanto! – o mais puro jornalismo”. Cristiane Costa (2005: 217) vê Euclides da Cunha como marco principal no Brasil entre aqueles que transformaram “textos jornalísticos em livro”. O pioneirismo corrobora o entendimento de que não era usual falar em livro-reportagem, sendo impensável caracterizar a obra de tal forma, à época. Nilson Lage (2011: 135) é categórico sobre a representatividade de *Os sertões*: “[Trata-se] da principal obra jornalística da literatura em língua portuguesa”.

O repórter Eduardo Belo (2006: 138) compartilha da mesma opinião – é o “primeiro livro-reportagem nacional” – e problematiza a questão do jornalismo em livro como extensão do jornalismo em jornal: “Vale pelo relato detalhado, em uma época em que o termo apuração rigorosa não constava no vocabulário da maior parte da imprensa brasileira”. Por sua vez, Galvão (GALVÃO *in* CUNHA, 2016: 621/2) vê a cobertura do *Estadão* como mero “embrião” do que seria o livro, pois aqueles despachos tiveram forte teor em favor da República, que se transformou ao final da guerra, ao passo que *Os sertões* concretizou o posicionamento integral de Euclides da Cunha desde o princípio:

Se o embrião do livro está na série de reportagens, todavia é ainda em escala muito modesta e nem de longe dá ideia do que acabará sendo. Pois ao mandar os primeiros relatos, Euclides, como todo mundo, inclusive os correspondentes de guerra dos outros periódicos, está convicto de que a República se encontra em perigo. Assina os telegramas com a saudação final: “Viva a República!”, o que também era o grito de guerra das tropas quando avançaram ao ataque. [...]

Mas, à medida que a série avança, o autor torna-se mais reticente menos ardoroso no entusiasmo republicano. E, mais curioso ainda, a série ficará incompleta: nunca foi publicada, nunca apareceu e nunca se apurou se afinal foi ou não escrita a reportagem que relataria os últimos dias da guerra e a chacina da vitória. (GALVÃO *in* CUNHA, 2016: 621/2.)

Se nos estudos de jornalismo não há clareza sobre a classificação de *Os sertões*, em outros campos do conhecimento a incerteza também parece grassar. O crítico literário José Veríssimo (VERÍSSIMO *in* CUNHA, 2016: 634) avalia que *Os sertões* é de autoria “de um homem de ciência, um geógrafo, um geólogo, um etnógrafo; de um homem de pensamento, um filósofo, um sociólogo, um historiador; de um homem de sentimento, um poeta, um romancista, um artista, que sabe ver e escrever”. Para o também crítico Araripe Júnior (*in* CUNHA, 2016: 637), o livro é “único, no seu gênero”: reúne “forma artística superior e original”, “elevação histórico-filosófica impressionante” e “talento épico-dramático”.

Em igual toada, Regina Abreu (1998: 383) defende que, ao tratar de “tantos assuntos diferentes”, *Os sertões* recebeu “interpretações de várias áreas: geografia, história, literatura, biografia, geologia, engenharia, matemática, política”, reforçando a lacuna de estudos no campo do jornalismo. O crítico Antonio Candido (CANDIDO *in* CUNHA: 645/6) garante que “faltou-lhe [*a Euclides da Cunha*] visão sociológica” ao “simplificar” o sertanejo como uma multidão, única e monolítica, sem grupo ou diversidade, tampouco qualquer variação. Mas

completa taxativamente: derivado das simplificações, no entanto, conseguiu captar “a realidade mais profunda do homem brasileiro do sertão”.

Só o compreendemos, pois, se o colocarmos além da sociologia – porque de algum modo **subverte as relações sociais normalmente discriminadas pela ciência**, dando-lhes um vulto e uma qualidade que, sem afogar o **realismo da observação**, pertencem antes à categoria da visão. (CANDIDO in CUNHA: 654/6, grifos do autor.)

Galvão (2016: 621/3) não encontra “gênero” para “classificar o livro como história ou como literatura” e prefere qualificá-lo como “formidável enciclopédia”, a reunir “inúmeras reflexões” com noções de antropologia, sociologia, folclore, religião e psicologia social – sendo o jornalismo despercebido, uma vez mais. Ao apresentar o “esquema básico” de organização do livro, em essência “uma narrativa da Guerra de Canudos”, se refere às três partes e suas características: a parte 1, *A terra*, está mais afeita a “manuais de geologia”; a parte 2, *O homem*, acostumada a “manuais de história”; e a parte 3, *A luta*, é a “crônica da guerra”, sem aproximá-la de nenhuma disciplina.

No fundo, *Os sertões* é uma narrativa da Guerra de Canudos. [...]

Na primeira parte, “A terra”, é examinada a constituição geológica do continente americano, com foco restringindo cada vez mais até se concentrar sobre a região de Canudos. [...]

Na segunda parte, “O homem”, é analisada a formação antropológica do brasileiro, resultando da confluência de três raças, que são, pela ordem de chegada, a indígena, a branca e a negra [...]. Novamente apertando o foco são investigadas a população da região, com seus tipos e costumes, a religiosidade sertaneja e, finalmente, a trajetória pessoal do líder carismático do movimento, Antônio Conselheiro.

A terceira parte [“*A luta*”], cuja extensão corresponde ao dobro das duas anteriores somadas, narra a Guerra de Canudos, desdobrando-se em seis capítulos. (GALVÃO, 2016: 621/3, grifos do autor.)

Então, o livro híbrido, oscilante entre literatura e história, ganha ares de ‘crônica de guerra’, em que pese os típicos ‘exames’ e ‘análises’ científicas que a obra possui. Para a literatura, a originalidade de *Os sertões* está na sua constituição centrada em temas ‘reais’ e peculiares da cultura brasileira (seca, sertanejo, miséria, religiosidade); e, para a história, está no suporte do testemunho para tecer o texto, apesar do recurso das fontes documentais, e na publicação na contemporaneidade, quando os efeitos e significados da contenda sertaneja

ainda se faziam notar. Em verdade, tais originalidades distanciam a obra de ambos os campos do conhecimento e a aproximam definitivamente do jornalismo.

O que para um (literatura) e outro (história) saltam aos olhos como inovação, em razão de *Os sertões* não estar bem assentado em suas características básicas (ficcionalizar e retratar o passado), para este (jornalismo) se consolida no que tange ao modo de produção, à técnica de investigação e ao caráter informativo/explicativo. Isso em época que as normas jornalísticas padeciam de teorização, inspirando-se na prática norte-americana, sobretudo. Todavia, a complexidade em classificar *Os sertões* entre produtos do jornalismo esbarra, em princípio, na recorrente alegação do teor cientificista da obra, composta de vocabulário especializado, de difícil acesso, em especial no capítulo *A terra*.

Para contextualizar a paisagem, Euclides da Cunha traça uma trajetória da formação geológica dos sertões, sob auspicioso vocabulário de complexo alcance ao leitor comum. A erudição atinge um patamar que obriga, muitas vezes, releituras ou auxílio de referências externas para o entendimento integral de determinadas formulações, como no trecho que segue abaixo. Recorrendo a estudos, o autor procura ambientar o público naquilo que, para ele, era essencial para a compreensão de Canudos: as condições peculiares do lugar, definidoras para a sorte da guerra. À época, o absoluto desconhecimento fez Sílvio Romero comparar os sertões a terras distantes (Mongólia, Tuquestão ou Saara).

É uma paragem impressionadora. As condições estruturais da terra lá se vincularam à violência máxima dos agentes exteriores para o desenho de relevos estupendos. O regime torrencial dos climas excessivos, sobrevindo, de súbito, depois das insolações demoradas, e embatendo naqueles pendores, expôs há muito, arrebatando-lhes para longe todos os elementos degradados, as series mais antigas daqueles últimos rebentos das montanhas: todas as variedades cristalinas, e os quartzitos ásperos, e as *filades* e calcários, revezando-se ou entrelaçando-se, repontando duramente a cada passo, mal cobertos por uma flora tolhiça – dispondo-se em cenários em que ressalta, predominantemente, o aspecto atormentado das paisagens. (CUNHA, 2016: 27, grifo no original.)

No capítulo *O homem*, Euclides da Cunha (2016: 100) novamente anseia por contextualizar quem eram aqueles ‘guerreiros invencíveis’ que tantos revezes levaram para as forças republicanas. A partir de teorias científicas, constitui a gênese do sertanejo, formado “obscuramente” pelo isolamento e miscigenação. À caça de riqueza, “os homens do Sul” foram “ao encontro dos homens do Norte”, erigindo o rio São Francisco como “um unificador étnico”. “Os forasteiros, ao atingirem o âmago do sertão, raro voltavam”, registra. E assim

misturaram-se ‘sulistas’, ‘nortistas’, ‘tapuias’, ‘curibocas’, ‘mestiços’, ‘sertanejos’ até que o cruzamento desaguou no aparecimento do ‘jagunço’.

A socióloga Maria Isaura de Queiroz (QUEIROZ *in* CUNHA, 2016: 652) adverte que a conotação de ‘jagunço’ como ‘capanga’, aquele leal a alguém mediante pagamento, perdurou até “um acontecimento histórico”: o modo como Euclides da Cunha chamou os adeptos de Antônio Conselheiro em *Os sertões*. Ora, o autor elevou ao extremo o cientificismo ao dar interpretação particular, modificando o significado daquela expressão na língua portuguesa. Jagunço passou a ter o traço de “habitante da caatinga”, de “vaqueiro”, de “guerrilheiro astuto, audacioso e valente” e de “crente fervoroso da santidade de seu chefe”, sem mais qualquer aproximação com remuneração financeira.

Não obstante, Franklin de Oliveira (OLIVEIRA *in* CUNHA, 2016: 615) avalia que o amplo conhecimento recolhido à obra acarretou em erros, quando “se submeteu a dogmas científicistas” e “concluía segundo eles”. “A ciência de seu tempo era racista. Euclides navegou nessas águas”, exemplifica. Por outro lado, acertava sempre que “dobrava-se à verdade que honestamente observara, rendendo-se à evidência viril dos fatos”, em vez do somente no “aparato científico”. O sociólogo Duglas Teixeira Monteiro (MONTEIRO *in* CUNHA, 2016: 656) evidencia os “excessos” do livro em função da visão etnocêntrica, como no caso do juízo de valor em relação ao tipo de morada em Canudos:

A descrição que Euclides faz do casario do arraial [*de Canudos*] corresponde bem às designações pejorativas e de espanto que adota: “*urbs* monstruosa de barro”, “cidade selvagem”, um misto de “acampamento de guerreiros” e de “vasto *krall* africano”, “*taper* colossal” [...]

Que espécie de estrutura urbana seria de se esperar de grupos sertanejos secularmente habituados à dispersão das moradias, conforme o padrão rural brasileiro? [...] Exigir, na formação do povoado que se constituiu no curto período de quatro anos (1893-97), um plano; ou pensar a ausência aparente de qualquer plano, como reflexo de alguma espécie de delírio coletivo, é, seguramente, excessivo.

Ao referir-se ao padrão de construção das casas, com a estranheza de um viajante estrangeiro e civilizado, carregado de uma forte dose de etnocentrismo, Euclides acaba por descrever o que, nada mais e nada menos, é a habitação comum do sertanejo pobre. (MONTEIRO *in* CUNHA, 2016: 656, grifos no original.)

No capítulo *A luta*, após reconstituir as trajetórias do lugar e do povo, do nível mais abrangente até focalizar o povoado às margens do rio Vaza-Barris, Euclides da Cunha parte



para o que, segundo Galvão, é o essencial do livro: ‘a narrativa da Guerra de Canudos’, embora o autor discorde, na nota à 1ª edição, alegando tratar-se apenas de ‘variante de um assunto geral’, devido aos cinco anos que se passaram entre a publicação do livro e a ocorrência da guerra. Está ali a reconstituição dos combates fracassados das expedições militares anteriores, contados a partir de documentos. E o testemunho dos incessantes conflitos que envolveram a vitoriosa 5ª Expedição, sendo um deles o que segue:

E no amanhecer de 1º de outubro começou o canhoneio. [...]

Durou quarenta e oito minutos apenas, mas foi esmagador. As pontarias estavam feitas de véspera, não havia errar o alvo imóvel. [...]

Via-se a transmutação do trecho torturado: tetos em desabamento, prensando, certo, os que se lhes acolhiam por baixo, nos cômodos estreitos; tabiques esboroando, voando em estilhas e terrões; e aqui, e ali, em começo dispersos e logo depois ligando-se rapidamente, sarjando de flamas a poeira dos escombros, novos incêndios, de súbito deflagrando. [...]

Não havia perder-se uma granada única [...]

Houve um breve silêncio. Vibrou um clarim no alto da Fazenda Velha. Principiou o assalto. [...]

Durante cerca de uma hora os combatentes que contemplavam a refrega, no alto das colinas circunjacentes, nada mais distinguiam. [...]

Mas contra o que era de se esperar, os sertanejos permaneceram invisíveis e nem um só apareceu, correndo para a praça. Batidos entretanto por três lados, deviam, recuando por ali e precipitando-se na fuga, ir de encontro às baionetas das forças estacionadas nas linhas centrais e nas beiradas do rio. Era este, como vimos, o objetivo primordial do assalto. Falhou completamente. E o malogro valeu por um revés. Porque os assaltantes, deparando resistências com que não contavam, paravam; entrincheiravam-se; e assumiam atitude de todo contraposta à missão que levavam. Quedaram na defensiva franca. Caíam-lhes em cima, desbordando dos casebres fumegantes e assaltando-os, os jagunços. (CUNHA, 2016: 530/3.)

Em busca de sinais para uma história da reportagem no Brasil, Edvaldo Pereira Lima (2014: 218) se debruça sobre o papel híbrido de *Os sertões*, em especial na importância da obra para a trajetória do livro-reportagem. Vê em Euclides da Cunha um “desbravador de fronteiras da narrativa” e que, embora situado na transição para o jornalismo, está mais “arraigado ao sonho literário”. Para Lima (2014: 216), o autor “é o antecessor, o protótipo” do que no futuro seria conhecido como o fazer reportagem, preferindo genericamente identificá-

lo com um caso curioso: aquele que fica no “meio-termo” entre a ficção e a realidade, sem trazer à tona a tal ancoragem ficcional.

Euclides da Cunha acaba por simbolizar aquele profissional que fica do meio-termo curioso da ficção e da realidade para construir um relato de profundidade. Vale-se de um acontecimento ainda do século anterior, mas trabalha com tal afincamento e com tal qualidade que não pode deixar de reconhecer, em seu texto, o prenúncio do potencial futuro reservado à reportagem pura em forma de livro. Já existe a interpermeabilidade, mas o saldo final pende mais em favor da literatura do que do jornalismo. (LIMA, 2014: 212.)

Lima se apoia no veredicto exposto na tese de doutoramento do professor Carlos Marcos Avighi<sup>87</sup> para tirar suas conclusões. Analisa Avighi (*apud* LIMA, 2014: 211): “Certamente *Os sertões* não é trabalho jornalístico, pois em tudo escapa às características e aos fins inerentes ao periodismo. É, isto sim, nascido em parte do ofício do repórter”. A nós, cabe entender ‘características’ como o texto apresentado, os ‘fins’ como o objetivo do livro e ‘parte do ofício’ como o processo de captura de informações. Na **Seção 3.3.2**, no ateremos aos três aspectos. Seja como for, Lima<sup>88</sup> (2014: 217) finaliza destacando um certo “tratamento jornalístico” na obra-prima de Euclides da Cunha.

Não importa muito, do ponto de vista da observação de um processo no tempo histórico, que *Os sertões* não sejam um livro-reportagem no sentido estrito do termo. Importa que tenha exibido algumas importantes possibilidades ao tratamento jornalístico. (LIMA, 2014: 217.)

Em direção contrária, o historiador Richard Morse (2000: 201) vê *Os sertões* como “brilhante reportagem” e rechaça que esteja presa a “camisa-de-força cientificista”. Sustenta que Euclides da Cunha, “longe de privatizar sua interpretação da sociedade” de acordo com a ciência, procurava meios para explicar ao público, em “visão radiográfica”, as diversas dicotomias presentes em Canudos: “geográficas entre litoral e interior e entre norte e sul”, “climáticas entre seca e fertilidade”, “temporais entre o tempo geológico e várias camadas do

---

<sup>87</sup> Avghi é autor da tese *Euclides da Cunha jornalista*, defendida na Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo (ECA/USP), em 1987. Este pesquisador manteve contato com a Biblioteca da ECA para ter acesso integral à pesquisa, porém há somente uma versão em meio físico, ainda não digitalizada. Em resposta por e-mail, foi informado: “Já mandei a tese para a fila de digitalização. É um volume com quase 500 páginas, vai demorar bastante para o trabalho ser feito”. Avghi faleceu em 2004.

<sup>88</sup> “Em analogia de raciocínio”, Lima (2004: 217) avalia que o estímulo de *Os sertões*, de Euclides da Cunha, está para a reportagem brasileira como *Por quem os sinos dobram*, de Ernest Hemingway, está para “o jornalismo literário americano das décadas de 1940 e 50”.

tempo histórico” e “psíquicas produzidas pela mistura de raças e exemplificadas pela esquizofrenia aguda dos principais atores do drama de Canudos”.

Dizer que *Os sertões* é uma brilhante reportagem metida numa camisa-de-força cientificista corresponde a uma leitura superficial. Euclides da Cunha não estava obcecado em submeter o informe amálgama social brasileiro a uma visão darwinista, mas em achar estratégias para aprender as fissuras, falhas e hibridismos e levá-los ao equilíbrio. (MORSE, 2000: 201.)

A demarcação do território do livro-reportagem nos auxilia na compreensão jornalística de aproximações e distanciamentos com *Os sertões*. O certo, por ora, foi que Euclides da Cunha teve seu ponto de vista radicalmente alterado no livro em relação às reportagens do *Estadão*, ainda na contemporaneidade, no qual nenhuma voz tinha se levantado em atenção aos sertanejos. A matéria-prima do autor foi a informação – e daquelas exclusivas, dignas de receberem tratamento como ‘furo de reportagem’. Até *Os sertões* chegar às livrarias em 1902, os brasileiros desconheciam como tinha terminado a Guerra de Canudos, o que tinha sido feito do vilarejo e o paradeiro dos prisioneiros.

### 3.3.2 O texto, o meio e a perspectiva histórica

Após a trágica morte de Euclides da Cunha, em 1909, motivada por desavenças matrimoniais, a Guerra de Canudos prosseguiu no imaginário popular, sendo reavivada continuamente: seja por reedições de *Os sertões*; seja por revelações de novos estudos acadêmicos; seja por lançamentos de produtos culturais derivados de datas comemorativas envolvendo o autor, a guerra ou o líder da revolta; seja por novos acontecimentos históricos/políticos. Walnice Nogueira Galvão (2001) recupera cinco momentos-chave que celebraram Canudos, ao longo do século XX, e contribuíram para manter viva a chama de sua memória nordestina, nacional e latino-americana<sup>89</sup>, descritos a seguir:

- a) Em 1959, por ocasião dos 50 anos da morte de Euclides da Cunha, a União dos Escritores Chineses organizou seminário na cidade de Pequim. No evento, restou clara a analogia de Antônio Conselheiro como espécie de precursor do líder da revolução chinesa, Mao Tsé-Tung, em razão das insurreições camponesas. *Os sertões* foi traduzido ao chinês, sendo a única versão em idioma não-europeu;

---

<sup>89</sup> Vale lembrar outros dois momentos importantes relacionados à Guerra de Canudos: (1) a tela de Euclides da Cunha pintada por Cândido Portinari, de 1944 (ver **Figura 7**), e (2) o filme *Guerra de Canudos* (1997), inspirado em *Os sertões*, dirigido por Sérgio Rezende e que conta com José Wilker como Antônio Conselheiro.

- b) Em 1969, foi concluída e inaugurada a barragem de Cocorobó, cuja construção durou desde os anos 1940. O açude reteve as águas do rio Vaza-Barris e espalhou-se sobre as ruínas do antigo povoado de Canudos;
- c) A partir de 1984, ano de sua criação, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) passou a reivindicar o posto de sucessor do movimento de Canudos e dos conselheiristas. Há diferentes assentamentos pelo país denominados ‘Antônio Conselheiro’, ‘Canudos’, ‘Monte Santo’ e ‘Euclides da Cunha’;
- d) Em 1985, a lei estadual nº 4.405 estabeleceu a criação do município de Canudos, no nordeste baiano, desmembrando-o do município de Euclides da Cunha; e
- e) Em 1986, foi criado o Parque Estadual de Canudos, situado no município de Canudos, abrangendo 1,3 hectare da macrorregião onde aconteceu a guerra. A gestão do Parque é de responsabilidade da Universidade Estadual da Bahia (Uneb).

O “resgate da memória” de Canudos, na feliz expressão de Galvão, tem no livro *Os Sertões* seu maior símbolo, o instrumento de relevância mais agudo que abriu espaço para olhares múltiplos sobre as significações da revolta sertaneja, em qualquer tempo histórico. Foi por meio do registro material, estocado no meio de comunicação livro, que a memória seguiu preservada por mais de um século. Na academia, Euclides da Cunha é referenciado na casa dos milhares<sup>90</sup>. Regina Abreu (1998: 19) ilustra o alcance contemporâneo de *Os sertões* a partir de uma curiosa votação realizada pela revista *Veja*, divulgada na edição de 23 de novembro de 1994, junto a “catorze intelectuais de porte do país”.

A enquete que elegeu *Os sertões* como o “livro número um” do Brasil, unanimidade entre os entrevistados, visava escolher as “a obra mais representativa da cultura brasileira de todas as épocas”. A publicação de Euclides da Cunha ficou à frente, por exemplo, de *Casa-Grande & Senzala*, de Gilberto Freyre, que figurou em 2º lugar; de *Grande Sertão: Veredas*, de Guimarães Rosa, em 3º; *Macunaíma*, de Mário de Andrade, em 4º; e *Dom Casmurro*, de Machado de Assis<sup>91</sup>, e *Raízes do Brasil*, de Sérgio Buarque de Hollanda, empatados em 5º.

---

<sup>90</sup> Abreu (1998: 22) anota que as pesquisadoras Márcia Japor de Oliveira e Vera Maria Furstenau realizaram estudo que apontou 4,7 mil referências ao nome de Euclides da Cunha considerando somente os registros disponíveis no acervo da Biblioteca Nacional.

<sup>91</sup> De alguma forma, como autor, Machado de Assis ficou equiparado a Euclides da Cunha, também lembrado por todos os intelectuais entrevistados por *Veja*. Porém, os votos foram divididos entre duas obras: *Dom Casmurro* e *Memórias póstumas de Brás Cubas*. Isoladamente, *Os sertões* foi o campeão (VEJA, 2017).

“Não resta dúvida de que foram escolhidos intelectuais consagrados e que a lista final é expressiva”, avalia Abreu (1998: 20)<sup>92</sup>.

A hipótese aventada para *Os sertões* ser tido como a “bíblia da nacionalidade”, um “livro sagrado”, está no rápido paralelo das urgentes “demandas sociais” indissociáveis da história brasileira, desde sempre e até hoje. Não obstante o valor da obra e do autor em si, tampouco o papel exercido pela crítica e pela publicidade, Abreu entende a consagração do livro de Euclides da Cunha como uma espécie de “bem tombado pelo Patrimônio Histórico e Artístico”, de “significação eminentemente simbólica”, que extrapola qualquer consideração de cunho literário. Para efeito desta pesquisa, nos interessa, antes de tudo, compreender que *Os sertões* é o que é historicamente por que foi lançado em livro.

Luiz Cláudio Martino (1997), ao focar a ‘Teoria dos Meios de Comunicação’, recupera as características de meio-ferramenta inerentes ao livro, criado após o advento da escrita e impulsionado com a ‘verdadeira revolução cultural’, introduzida pela prensa de Johannes Gutenberg, inaugurando um tempo sem manuscritos (ver **Seção 1.1.1**). O elemento mais significativo, a partir da impressão, foi o da preservação, democratizando o conhecimento. Tornaram-se célebres as notas de Thomas Jefferson valorizando a nova tecnologia que permitia ‘multiplicar e distribuir cópias’, ao diagnosticar a pouca eficiência em fazer leis de ‘cópias únicas’, pois se perdiam facilmente.

Enquanto as reportagens do *Estadão* se desfaziam na efemeridade do jornal, o livro de Euclides da Cunha se mantinha perene, vencendo o cruel passar dos anos. A exteriorização da memória, ocasionada pela edição em brochura, permitiu que *Os sertões* se tornasse acessível às pessoas, bastando dar o *start* para a leitura e, então, voltar a viver a Guerra de Canudos, independente do espaço (onde esteja) e do tempo (quando for). No livro, em contraposição à imprensa, a mensagem vale mais do que o meio. Por dias, o jornal paulistano foi às ruas sem texto do correspondente, porém é impraticável pensar o lançamento de encadernações sem que o conteúdo seja a sua própria motivação de ser.

E razões não faltavam para *Os sertões* ser publicado. Além do ‘estudo psicológico da campanha’ e de ‘trabalho de fôlego’, como referenciado à época, o livro se justificava pela denúncia crua e direta que trouxe consigo: o impetuoso massacre das forças republicanas

---

<sup>92</sup> Segundo Abreu (1998), os catorze intelectuais ouvidos por *Veja* foram: Roberto da Matta e Darcy Ribeiro (antropólogos); Celso Furtado (economista); João Ubaldo Ribeiro e Josué Montello (escritores); José Paulo Paes e Ferreira Gullar (poetas); Alfredo Bosi, Fábio Lucas e Wilson Martins (críticos literários); José Murilo de Carvalho e Francisco Iglesias (historiadores); Luís Costa Lima (professor de literatura); Wanderley Guilherme dos Santos (cientista político).

sobre os vencidos em Canudos, sob ‘vestimenta literária’ que contextualizava o que tinha sido a guerra e que lugar (sertão) e povo (sertanejo) eram aqueles. Foi o ‘grito’ do conteúdo que fez o livro, enquanto meio de comunicação, surgir para, então, apresentar os ‘crimes da nacionalidade’ ora praticados, que seriam apreciados de acordo com o interesse do público dali em diante (presente e futuro).

A denúncia de Euclides da Cunha sobre Canudos foi repercutindo na esfera pública, ao longo do tempo, devido a uma certa função típica do livro. Se a periodicidade não é diária, como no jornal, Edvaldo Pereira Lima (2004: 45/6) reivindica três horizontes que dão aos livros-reportagem a capacidade de preencher o “vazio do tempo, entre o presente e o passado histórico”: (1) o lançamento em si rejuvenesce o tema retratado; (2) as sucessivas edições prolongam o acontecimento pela repetição; e (3) o hábito mental do público em relação à ocorrência, transmitida previamente pelos meios-máquinas, confere à obra efeito de continuidade e permanência do evento.

A ponte que permite essa conexão entre os fatos desenrolados no passado do tempo, para o leitor, é a **periodicidade**, testemunho da história em fermentação, **registro que tenta fazer com que o homem moderno não se esqueça do movimento incessante da existência**. E da periodicidade aproveita-se o livro-reportagem para impedir que a memória do leitor entre no limbo do esquecimento. (LIMA, 2004: 45/6, grifos do autor.)

Assim, o ciclo de existência da Guerra de Canudos foi se prolongando e *Os sertões* ofertando ao público novas interpretações em conformidade ao contexto no qual a leitura era empreendida. O livro já ganhou mais de 30 edições ao longo de pouco mais de 107 anos desde seu lançamento pela Laemmert & Cia. Em cálculo apressado, isso demonstra que, em média, a cada 3,5 anos saiu uma nova publicação, renovando outra vez a periodicidade para que o tema não caísse “no limbo do esquecimento”. A partir daqui, começa-se a entender porque o livro foi condição para que os momentos-chave elencados por Galvão acontecessem tão espaçadamente no tempo e seguissem figurando até hoje.

Sob o contexto da época, o livro de Euclides da Cunha tomou emprestada a função de ‘atualidade’, peculiar ao jornal, ao atingir alta vendagem em curto espaço. Regina Abreu (1998: 375) crava que *Os sertões* foi “o maior *best-seller* do país” em sua época, apesar de seu autor ser “um anônimo engenheiro e um pouco conhecido jornalista”. O pesquisador Humberto Peregrino (1983: 77) atesta ser o livro um “autêntico *best-seller*” em razão do “interesse de gerações sucessivas”. Em 18 meses, entre 1902 e 1905, as três primeiras edições

esgotaram-se, aproximando-se de algo em torno de 10 mil exemplares vendidos (número semelhante à então tiragem diária do *Estadão*).

A obra, um só tempo, se revestiu dos caracteres de ‘preservação da memória’ e ‘atualidade’, trazendo à baila novamente os acontecimentos de Canudos, mesmo no transcurso superior a cinco anos. Ao contrário do que escreveu o próprio Euclides da Cunha, na 1ª edição, o evento da guerra em *Os sertões* não “perdeu toda a atualidade”. O livro permitiu que as pessoas fossem sincronizadas no tempo, recebendo simultaneamente o conteúdo e reagindo de maneira similar, ocasionando a “concentração da atenção social sobre determinado ponto”, como nos lembra Martino (1997: 88). E havia em 1902 uma atualidade que surgia enriquecida de informações inéditas e análises singulares.

A experiência do público ao recepcionar o livro deixou a esfera individual e passou à coletiva, mobilizando leituras diretas e indiretas, por meio de inúmeras críticas literárias, resenhas e ensaios. O assunto voltava à ‘boca das pessoas’! A Guerra de Canudos estava tal qual viva como em 1897 e, agora, longe do frenesi que a implicava à restauração monárquica, o conteúdo gerava indignação com a ‘sonhada e moderna’ República ao passo que despertava certa simpatia aos sertanejos e prestígio ao autor e à obra. Finalmente, uma história completa sobre Canudos – com início, meio e fim – estava sendo acessada, completando aquela lacuna no compassado temporal da contemporaneidade.

Essa perspectiva afasta a visão de *opportunity book*, fenômeno da indústria cultural que motiva o lançamento de livro concomitantemente ao transcurso dos fatos que estão sendo contados, tornando-o irrelevante prematuramente. *Os sertões* tinha sido custeado pelo seu autor, em lapso de tempo que permitiu a conclusão do evento (a guerra) e continha caráter de totalidade, sendo suficiente sua leitura para o entendimento completo daquela ocorrência. No entender da época, o livro de Euclides da Cunha veio para ficar e foi saudado como clássico nacional ao mostrar a Guerra de Canudos sob o prisma do interesse público. Note o tom da primeira crítica ao livro, assinada por José Veríssimo, em 1902:

O livro, por tantos títulos notável, do sr. Euclides da Cunha [“*um artista*”] que vibra e sente tanto aos aspectos da natureza, como ao contato do homem, e estremece todo, tocado até ao fundo d’alma, comovido até às lágrimas, em face da dor humana, venha ela das condições fatais do mundo físico, as “secas” que assolam os sertões do norte brasileiro, venha da estupidez ou maldade dos homens, como a Campanha de Canudos. (VERÍSSIMO *in* CUNHA, 2016: 634.)

*Os sertões* despertou ambiente sociopolítico oposto ao de outrora sobre a Guerra de Canudos. Os ‘vivas à República!’, propalados pela imprensa em 1897, transformaram-se na “estupidez ou maldade dos homens”, em 1902, a partir do que se conheceu. A feitura do livro possibilitou a liberdade e o tempo que Euclides da Cunha não teve quando confeccionou as reportagens para o *Estadão* e, com isso, o autor manteve uma linha de discurso de aparente neutralidade em relação ao que tinha visto nos sertões baianos. Havia, nas páginas encadernadas, um ‘ar’ mais genuíno de interesse público, enquanto que, nas folhas do jornal, aparecia um ‘ar’ de maior interesse do público.

Se antes pesava no discurso a influência da imprensa, fortalecida a partir do republicanismo, no qual o tom de ‘torcida’ e de ‘jogar junto’ eram parte integrante, agora contava a postura de distanciamento e de honestidade do autor diante dos fatos vivenciados *in loco*, sem a euforia do calor da hora. Antes, o jornalismo a serviço da defesa do regime político, incrementado pela pena de quem criticava à distância, sem conhecer a realidade, e veiculado em jornal que abertamente apoiava a oligarquia econômica instalada no poder. Agora, um livro ‘cientificista, amparado na experiência direta,’ autofinanciado, a serviço da verdade dos acontecimentos observados por quem escreve, sem ingerência externa.

Em escala de comparação, três momentos refletem de modo mais apropriado o que representavam os textos de Euclides da Cunha sobre a Guerra de Canudos. Os artigos *A nossa Vendéia* exibiram o extremo da fase do ‘jornalismo opinião’; as reportagens testemunhais do *Estadão* expuseram o meio-termo típico da fase de transição entre o ‘jornalismo de opinião’ e a vontade de se fazer um ‘jornalismo de informação’; e a publicação de *Os sertões* configurou o ingresso no ‘jornalismo de informação’, ainda sob o paradigma jornalístico anterior, até por isso revestido de elementos científicos alheios à prática que funcionavam para reafirmar a busca pela objetividade.

A compreensão do último estágio, aquele reservado ao livro, é tacitamente observada por teóricos de diferentes matizes, como visto na **Seção 3.3.1**, e sustentada sob o viés da ‘literatura *versus* ciência’. O que foi lido até aqui como ciência nos parece, em boa parte, dotado de elementos jornalísticos, manifestos no discurso. Tanto Regina Abreu quanto Edvaldo Pereira Lima colaboram nesta direção mesmo que aparentemente sem querer fazê-lo. Enquanto aquela fala de um Euclides da Cunha usando “instrumentos científicos” para “bem expressar”, sem “ficcional”, este fala do autor rejeitando o “arcabouço teórico” quando “incompatível” com a “constatação de campo”.



**Não se trata de romancear, ficcionar, mas, sim, de utilizar os instrumentos científicos** a seu alcance para bem expressar cada pormenor. (ABREU, 1998: 128, grifos do autor.)

Euclides quer penetrar na sua descoberta de mundo e não mede esforços para **transformar seus próprios instrumentos de entendimento do real e rejeitá-los, se a constatação de campo provar-se incompatível com o arcabouço teórico** que lhe balizara os primeiros enfoques daquela realidade complexa. (LIMA, 2004: 215, grifos do autor.)

Ora, se o fazer literatura termina afastado pela textualidade factual e o fazer ciência se curva à experiência testemunhal de campo, estamos a abrir caminho para o que se consolidaria, mais à frente, como ‘jornalismo de informação’, confeccionado em livro, denominado como livro-reportagem. Em verdade, eram muitas as inovações a serem suportadas para a época, princípio do século XX, mas que aos olhos de hoje permitem ponderações, sempre sob o cuidado de não padecer de anacronismo. Por isso, focalizamos *Os sertões* a partir do aspecto conceitual de jornalismo formado por Charron e Bonville (2016), segundo o qual é uma prática de produção, coleta e formatação de discursos reais.

As condições de produção do livro para Euclides da Cunha se mostraram em tudo opostas ao que tinha conhecido como correspondente do *Estadão*. Provava da calma da pacata região do interior paulista e pôde dedicar-se por quatro anos a estudar e escrever, embora dividindo o tempo com a reconstrução de uma ponte, exercendo o ofício de engenheiro. Em Canudos, em 87 dias consecutivos do ano de 1897, elaborou 31 reportagens e 61 telegramas *in loco* para veiculação em jornal, sendo a média de um relato diário. Em São José do Rio Pardo, em cerca de 1,5 mil dias entre 1898 e 1901, dedicou-se a elaboração do clássico livro de 560 páginas, na média de 2,6 dias para cada página.

O antagonismo entre os dois momentos era inegável também pela escalada de interferência no discurso produzido. Sob proteção militar e integrante das forças em Canudos, Euclides da Cunha limitava seu escopo textual medindo os interesses do público, do jornal e do governo republicano. Sob isolamento pessoal, em São José do Rio Pardo, Euclides da Cunha ampliava os horizontes textuais sem ingerência do ponto de vista político, científico, literário ou jornalístico, prezando pelo interesse público. *Os sertões* não careceu de ninguém para ser publicado, somente de editor para lhe dar formatação final para reprodução gráfica, enquanto que a autocensura era uma chaga nos sertões baianos.

É verdade que ao longo dos anos que se seguiram, Euclides procurou suprir essa suposta falta de conhecimento com leituras específicas, mas o que me

parece importante nesse sentido é a direção apontada no “diário”. A viagem a Canudos serve para definir o projeto de estudos que se consolidará com a redação de *Os sertões*. E é claro que ele já sabia “para onde” e “como” olhar; já sabia o que buscava, ou seja, ao realizar a viagem, ele já dispunha de instrumental analítico, que, nos anos posteriores, foi apenas aprofundado. (ABREU, 1998: 147.)

Como expresso por Regina Abreu, a produção da correspondência de guerra perpassou os anos e chegou às páginas de *Os sertões*, dando-lhe “direção”. A experiência presencial em Canudos como que organizou a estratégia levada à frente no livro, norteando Euclides da Cunha na definição do “projeto de estudos” que desenvolveu para escrevê-lo. A ‘coleta’ de informações, tão cara e definidora para o jornalismo, teve o elemento da pesquisa complementado com a incorporação de leituras *a posteriori*, sendo que os elementos do testemunho e da entrevista estavam baseados no que tinha captado como repórter do *Estadão*, acrescidas de inéditas reflexões sobre seus significados.

Além de dar novo tratamento narrativo em *Os sertões* ao que havia testemunhado, Euclides da Cunha (2016: 540/6) transcreveu partes de seu diário de correspondente, “sem alterar uma linha”, escrito “à medida que se desenrolaram os acontecimentos”. Em um dos trechos, compôs seis páginas do livro com a íntegra das notas apanhadas durante o dia e acabadas à noite sobre a lendária escaramuça de 1º de outubro de 1897, quando um grupo de sertanejos se rendeu e então viu-se “pela primeira vez, em globo, a população de Canudos” (ver **Figura 11**), “fusão perfeita de três raças”. A evidência mais crua da observação direta está naquele registro, repleto da emoção própria de quem viu as cenas diante de seus olhos:

[...] Chegam à 1 hora em grande número de prisioneiros – sintoma claro de enfraquecimentos entre os rebeldes. Eram esperados. Agitara-se pouco depois do meio-dia uma bandeira branca no centro dos últimos casebres e os ataques cessaram imediatamente do nosso lado. [...]

A bandeira, um trapo nervosamente agitado, desapareceu; e, logo depois, dois sertanejos, saindo de um atravancamento impenetrável, se apresentaram ao comandante de um dos batalhões. Foram para logo conduzidos à presença do comando em chefe, na comissão de engenharia [...] [*então, trava-se o diálogo, longamente descrito*]

O efeito da comissão porém, foi de todo em todo inesperado. O Beatinho [*um dos sertanejos*] voltou, passada uma hora, seguido de umas trezentas mulheres, crianças e meia dúzia de velhos imprestáveis [...]

Os combatentes contemplavam-nos entristecidos. Surpreendiam-se; comoviam-se [...]

[*Uma velha*] tinha nos braços finos uma menina, neta, bisneta, tataraneta talvez. E essa criança horrorizava. A sua face esquerda fora arrancada, havia tempos, por um estilhaço de granada; de sorte que os ossos dos maxilares se destacavam alvíssimos, entre os bordos vermelhos da ferida já cicatrizada... A face direita sorria. E era apavorante aquele riso incompleto e dolorosíssimo aformoseando uma face e extinguindo-se repentinamente na outra, o vácuo de um gilvaz. [...]

Via-se, então, pela primeira vez, em globo, a população de Canudos; e à parte as variantes impressas pelo sofrer diversamente suportado, sobressaía um traço de uniformidade rara nas linhas fisionômicas mais características. Raro um branco ou um negro puro. Um ar de família em todos delatando, iniludível, a fusão perfeita de três raças. (CUNHA, 2016: 540/6.)

No instante derradeiro da luta, Euclides da Cunha retoma a teoria sobre a ‘fusão de raças’, de modo a identificar que as alegações científicas restaram comprovadas pelo seu testemunho, portanto, validando-as. A entrevista foi outro instrumento de investigação usado para contar sobre os acontecimentos que não havia presenciado. O autor colheu depoimentos para reconstituir a saga das tropas militares fracassadas, como o caso da 2ª Expedição, chefiada pelo major Febrônio de Brito, que foi obrigada a recuar diante de Canudos. As menções a “um dos médicos” se referem ao dr. Edgar Henrique Albertazzi, que “[a]os incidentes desta jornada, devo-os ao depoimento fidedigno”.

A retirada impôs-se urgente e inevitável. Reunida em plena refrega a oficialidade, o comandante definiu-lhe a situação e determinou que optasse por uma das pontas do dilema: o prosseguimento da luta até ao sacrifício completo ou o seu abandono imediato. Foi aceita a última sob a condição expressa de não se deixar uma única arma, um único ferido e não ficar um único cadáver insepulto.

Este recuo, entretanto, era de todo contraposto aos resultados diretos do combate. Como na véspera, as perdas sofridas de um e outro lado fora de qualquer paralelo. A tropa perdera apenas quatro homens excluídos trinta e tantos feridos, ao passo que os contrários, desconhecido o número dos últimos, foram dizimados.

**Um dos médicos contou rapidamente mais de trezentos cadáveres.**  
(CUNHA, 2016: 259/60, grifos do autor.)

**Figura 11 – Histórica fotografia dos canundenses presos e, posteriormente, massacrados. A imprensa não noticiou, inclusive o *Estadão*, e *Os sertões* denunciou**



**Fonte:** Flávio de Barros (BARROS *in* CUNHA, 2016: 604/5)

Euclides da Cunha, na qualidade de ‘observador participante’ que era, praticou também modalidade um pouco diversa de busca de informação pela oralidade. Ao participar dos diálogos entre integrantes das forças militares e/ou dos interrogatórios junto aos prisioneiros, tomou nota detalhada e os reproduziu ao longo de *Os sertões*. Aqui e ali, o autor interferiu nas ‘conversas’, ainda que, nestes casos, tal método não se configurasse como entrevista, no estrito sentido conhecido hoje, já começava a indicar caminhos para a coleta de dados. Em atroz episódio, reportou a última troca de palavras antes que um soldado, a sangue frio, desferisse golpe para execução do sertanejo preso.

Numa das refregas subsequentes ao assalto, ficara prisioneiro um curiboca ainda moço que todas as perguntas respondia, automaticamente, com indiferença altiva: “Sei não!”

Perguntaram-lhe por fim como queria morrer. “De tiro!” “Pois há de ser de faca!” contraveio, terrivelmente, o soldado.

Assim foi. E quando o ferro embotado lhe rangia nas cartilagens da glote, a primeira onda de sangue borbulhou, escumando, à passagem do último grito gargarejando na boca ensanguentada: “Viva o Bom Jesus!...” (CUNHA, 2016: 443.)

A pesquisa, o último elemento na coleta de informações, recebeu apreciação de Gilberto Freyre (1943: 27/8) no que tange às contribuições obtidas por Euclides da Cunha

para a composição de livro de “tamanho complexidade”, no período posterior à guerra. O sociológico arrolou documentos e especialistas que foram consultados para responder a críticas de que *Os sertões* era “livro improvisado”. Citou<sup>93</sup> “notas valiosas sobre geologia do Brasil”, orientação “no estudo de campo de geografia e história geográfica e colonial do Nordeste”, apoio na tradução de “trechos mais difíceis da língua inglesa” e “diagnóstico [*em psicologia*] de Conselheiro e dos fanáticos de Canudos”.

[...] o próprio esforço de pesquisa de Euclides nos arquivos da Baía e, de campo, no interior do Estado, vê-se como é precária a posição dos que ingenuamente exaltam n’*Os sertões* um livro improvisado. Nem tanto caprichosamente individual, de quem tivesse se retraído dos especialistas seus amigos ou conhecidos para escrever sozinho um livro de tamanho complexidade. (FREYRE, 1943: 27/8, grifos no original.)

O livro, recheado de “criteriosa documentação”, como reivindica Edvaldo Pereira Lima para um bom livro-reportagem, tem farta pesquisa referenciada no texto ou mesmo utilizada como suporte ao discurso empreendido. Sobre os combates, os registros militares acerca das decisões tomadas nas trincheiras, denominado por ‘ordem do dia’, foram a base para reconstituição de cenas não vivenciadas por Euclides da Cunha. A repercussão suscitada a partir das contínuas derrotas militares foi apurada ao farejar jornais de cinco anos atrás. Perceba o clima no Brasil em meio ao fracasso da badalada 3ª Expedição, sob comando do coronel Moreira César, que punha a República “em perigo”.

A nova deste revés foi um desastre maior. [...]

A República estava em perigo; era preciso salvar a República. Era este o grito dominante sobre o abalo geral... Exageramos? Deletreemos, ao acaso, qualquer jornal daqueles dias.

Doutrinava-se: “O que de um golpe abalava o prestígio da autoridade constituída e abatía a representação do brio da nossa pátria no seu renome, na sua tradição e na sua força era o movimento armado que, à sombra do fanatismo religioso, marchava acelerado contra as próprias instituições, não sendo lícito a ninguém iludir-se mais sobre o pleito em que audazmente entravam os saudosos do império, francamente em armas”. [*Gazeta de Notícias*]

Concluía-se: “Não há quem a esta hora não compreenda que o monarquismo revolucionário quer destruir com a República a unidade do Brasil”. [*O País*]

---

<sup>93</sup> Freyre (1943:24/6) refere-se a estudos/conhecimentos do geólogo Orville Derby, do pesquisador Theodoro Sampaio e do psiquiatra Nina Rodrigues.

Explicava-se: “A tragédia de 3 de março em que justamente com o Moreira César [, *comandante da 3ª Expedição,*] perderam a vida o ilustre coronel Tamarindo e tantos outros oficiais briosíssimos do nosso exército, foi a confirmação de quanto o partido monarquista à sombra da tolerância do poder público, e graças até aos seus involuntários alentos, tem crescido em audácia e força”. [*O Estado de S. Paulo*] (CUNHA, 2016: 329/330.)

Rico em ‘contexto’ mais imediato, *Os sertões* tem igualmente a marca da contação de histórias que conectam ‘antecedentes’ longínquos no tempo, causas e origens, ao objeto concreto daquilo tudo, a Guerra de Canudos. As partes *A terra* e *O homem* funcionam como explicação profunda – nos planos teórico e histórico – das dificuldades *sui generes* enfrentadas pelas tropas diante da vegetação e clima do lugar e do sertanejo combativo e incansável que ali vivia. À tese do isolamento daquele povo, Euclides da Cunha buscou documentos oficiais que comprovavam a proibição colonial, sujeita a “severas penas”, para aqueles que ousassem estabelecer “comunicações” entre o Sul e o Norte do país.

Os curibocas ou cafuzos trigueiros, antecedentes diretos dos vaqueiros atuais, divorciados inteiramente das gentes do Sul e da colonização intensa do litoral, evolveram, adquirindo uma fisionomia original. Como que se criaram num país diverso.

A carta régia de 7 de fevereiro de 1701, foi, depois, uma medida supletiva desse isolamento. Proibira, cominando severas penas aos infratores, quaisquer comunicações daquela parte dos sertões com o Sul, com as minas de São Paulo. Nem mesmo as relações comerciais foram toleradas; interditas as mais simples trocas de produtos. (CUNHA, 2016: 108.)

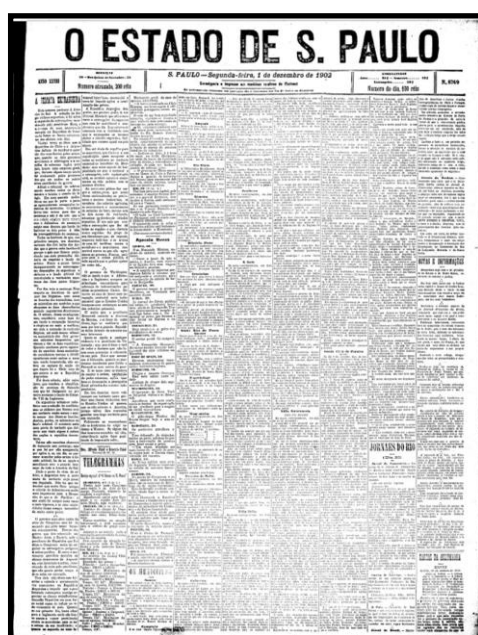
A formatação de *Os sertões* – o terceiro integrante do tripé jornalístico – respeita critérios contrários ao do jornal, combatendo a ‘dispersão do leitor’ pela combinação de ‘fruição do texto’ e ‘reordenação criativa’ de dados novos e conhecidos. Edvaldo Pereira Lima observa que um livro-reportagem deve ainda estar envolvido em conteúdo palatável à camada mediana do público, no meio-termo entre o popular e o erudito. A organização do livro se mostra como um convite à leitura, com definição clara da divisão em três partes, precedido de nota do autor (nas 1ª e 2ª edições): *A terra* e seus cinco capítulos; *O homem* e seus cinco capítulos; e *A luta* e seus seis capítulos, compostos por 34 subcapítulos.

Assim como a forma, o enredo é facilitado pela escolha de uma trama simplificada para, em primeiro lugar, apresentar a temática (o lugar e sua gente), em perspectiva histórica; em segundo, complicar o desenvolvimento dos acontecimentos (a eclosão da guerra e os sucessivos combates); em terceiro, chegar ao clímax (a morte de Conselheiro e a vitória

republicana); e, em quatro, ocasionar o desfecho sinistro (a morte dos presos e a destruição do povoado). Dos níveis macro ao micro, Euclides da Cunha constrói o discurso em sequência cronológica, se afastando entre a formação do solo, em tempo remoto, até focalizar os combates de 6 de outubro de 1897, que liquidaram Canudos. Se a organização é didática e promove acesso ao leitor, o mesmo não se pode afirmar sobre a linguagem.

Walnice Nogueira Galvão (GALVÃO *in* CUNHA, 2016: 613) considera que a obra possui “riqueza léxica e estética” e “conhecimentos enciclopédicos ostentados”, com “excessos” de “cientificismo” e “abuso de termos técnicos”. Já ponderamos que a busca pela objetividade era o que motivava Euclides da Cunha a elevar o teor científico, em época de polifonia no discurso jornalístico e de ausência de padronização. O *Estadão*, edição 8.769, de 1º de dezembro de 1902 (ver **Figura 12**), data do lançamento de *Os sertões*, ilustra como a formatação do conteúdo era diverso.

**Figura 12** – Capa do *Estadão* de 1º de dezembro de 1902, data do lançamento do livro *Os sertões*



**Fonte:** Estadão (ver nota de rodapé 75)

A linguagem aparentemente unificada estava nos textos produzidos por agências, invariavelmente abordando questões internacionais. Na capa daquela edição, as reportagens *A Semana Extrangeira* e *Cartas da Alemanha* eram as mais extensas e nelas se esboçavam tratamento próximo ao da noção da pirâmide invertida, em uso nos Estados Unidos e na Europa, ao organizar as informações em ordem decrescente de relevância. O que foi lido no

*Estadão* – e abaixo segue a citação literal do 1º parágrafo de ambas as reportagens – era uma espécie de resumo dos acontecimentos, sem que as perguntas básicas do lide fossem respondidas.

Esta semana pertence á América do Sul. A solução do litigio chileno argentino, a lei sobre a expulsão de estrangeiros sancionada pelo presidente Roca, e a ameação de uma intervenção européa na Republica [sic] de Venezuela foram os factos culminantes dos últimos sete dias. [A *Semana Extrangeira*]

Aconteceu o que se esperava: o projeto de governo elevando as tarifas foi derrotado em segunda leitura. Mas, coisa curiosa, não foi derrotado porque estabelecesse taxas demasiado altas, pois o que saiu vencedor foi o projecto da comissão cujas taxas, como é sabido, são mais altas ainda. Isso prova que os agrários têm no reichstag muito mais elementos do que se supunha. [Cartas da Alemanha]. (O ESTADO DE S. PAULO, 2020a.)

Os demais conteúdos, produzidos diretamente pelo periódico, tinham a marca dos registros rápidos, a exemplo das seções *Os Municípios* e *Jornaes do Rio*, e até telegráficos, nas seções *Telegrammas* e *Notas e Informações*. Em único exemplar, conviveram ‘harmonicamente’ tais discursos, acrescidos do espaço dedicado à tradição: o folhetim, *Sylvandira*, de Alexandre Dumas, regado a discurso literário do célebre escritor, estampava o rodapé da página 4. À época, portanto, linguagem não era um tema de discussão. Nem mais, nem menos científico, o que a imprensa publicava então era uma perspectiva preocupada com acontecimentos, a fim de relatá-los sem que houvesse formatação própria.

As transformações pelas quais passavam o jornalismo – na transição entre as fases ‘opinativa’ e ‘informativa’ – podem ser melhor observadas a partir do método de análise de Charron e Bonville (2016). O conjunto de parâmetros ligados diretamente ao discurso (P<sub>1</sub>, P<sub>2</sub> e P<sub>3</sub>) indica que houve continuidade nos quesitos texto, jornal e prática jornalística, com variações desprezíveis, entre 1897, ano de publicação das reportagens do *Estadão* sobre Canudos, e 1902, ano de lançamento de *Os sertões*. As **Figuras 8** e **12** apontam vestígios materiais para a representação de ambos os momentos (capas do periódico) e ilustram a permanência no modo de se fazer jornalismo na imprensa.

Devido ao curto intervalo de tempo – apenas cinco anos na virada entre os séculos XIX e XX –, os parâmetros que avaliam a mídia como um todo (P<sub>5</sub>, P<sub>6</sub> e P<sub>7</sub>), os que se referem aos atores sociais envolvidos (P<sub>8</sub>, P<sub>9</sub> e P<sub>10</sub>) e aqueles que dialogam com valores socioculturais (P<sub>11</sub> e P<sub>12</sub>) mantiveram-se inalterados entre 1897 e 1902, de igual maneira. Em contexto geral, o Brasil manteve a oligarquia cafeeira no poder (P<sub>13</sub>), somente com a



substituição dos presidentes, e o sistema econômico baseado na exportação de matéria-prima (P<sub>14</sub>). Apesar de turbulências anteriores, a política e a economia nacionais sofreriam profundas transformações apenas a partir de 1930 – sentidas também pelo jornalismo.

Em contexto sem grandes rupturas ao longo de cinco anos, o que *Os sertões* trouxe de inovação ao jornalismo está mais ligado ao jeito inovador de fazê-lo: em vez de jornalismo na imprensa, jornalismo em livro (e a liberdade que isso acarretou). Uma série de influências pode ser notada nesse processo. À época, aqueles republicanos que lutaram pelo novo regime, sob o manto do liberalismo, demonstravam certo descontentamento com os rumos da política e passaram a criticá-lo abertamente. Na nota à 2ª edição, Euclides da Cunha (2016: 560) traduz o sentimento como ação “involuntária”, que corresponde ao “rigor incoercível da verdade” do qual não podia mais se furtar.

Não tive o instituto de defender os sertanejos porque este livro não é de defesa; é, infelizmente, de ataque. Ataque franco e, devo dizê-lo, involuntário. Nesse investir, aparentemente desafiador, com os singularíssimos civilizados que nos sertões, diante de semibárbaros, estadearam tão lastimáveis selvaticuezas, obedeci ao rigor incoercível da verdade. Ninguém o negará. (CUNHA, 2016: 560.)

Sem igual pudor visualizado no texto da correspondência de guerra, o livro nutriu-se de tais valores na busca por espelhar a realidade de Canudos, configurando-se em discurso objetivo (P<sub>1</sub> ← P<sub>11</sub>). O fantasma da instauração monárquica ficou para trás e o livro-denúncia surgiu como uma espécie de correção de rota (P<sub>1</sub> ← [P<sub>13</sub> ↔ P<sub>14</sub>]): a República precisava olhar e beneficiar a todos os brasileiros, do litoral ao interior, da elite econômica à base da pirâmide social. Embora autoral, o texto foi construído a partir da multiplicidade de vozes, enriquecendo o relato (P<sub>1</sub> ← P<sub>8</sub>) e democratizando as visões e percepções acerca do fenômeno sertanejo (P<sub>10</sub>).

Nesse ínterim, o tema outrora ultrapassado – a guerra – tornou-se atual, sendo a novidade uma das características mais particulares do jornalismo. O livro, na contramão da imprensa (P<sub>5</sub>), levou independência ao discurso (P<sub>2</sub> ■ P<sub>12</sub>). O autofinanciamento da produção/publicação comprovou o caráter autônomo da obra ([P<sub>1</sub>, P<sub>2</sub>] ← P<sub>9</sub>), pois o texto resultou da experiência, pesquisa e reflexão de um Euclides da Cunha recluso no interior paulista, afastado da repercussão midiática (P<sub>6</sub>) e da disputa ideológica (P<sub>11</sub>). Regina Abreu (1998: 217) reconhece como consequência do “isolamento” sertanejo uma “maior proximidade com a natureza tropical” e a analogia também vale para o autor.

O isolamento foi valorizado por Euclides enquanto possibilidade de maior proximidade com a natureza tropical, *sui generis*, fonte autêntica da nacionalidade. Pelo isolamento, as forças da natureza puderam sobressair-se com relação às forças contaminadas e contaminadoras da civilização estrangeira. (ABREU, 1998: 217.)

Os recursos para captação de informações empregados pelo autor estavam a serviço de contar uma “verdade maior” sobre Canudos ( $P_3 \leftrightarrow P_8$ ), na expressão de Olímpio de Souza Andrade (2003: LVI). Para o pesquisador, o mais importante na obra de Euclides da Cunha – que o tornou célebre – foi a sua motivação: a busca de explicações para além do dia-a-dia do *front*, sendo as batalhas o ponto de partida e de chegada. Esse profundo interesse gerou tensões no paradigma do ‘jornalismo opinativo’, afeito ao caudaloso comentário, e apontou para a prática de um tipo de jornalismo que se almejava e ainda era pouco usual, o ‘jornalismo informativo’ ( $P_3, P_4, P_6$ ).

Mescla de relato histórico, reportagem jornalística e ensaio científico, *Os sertões* é uma espécie de exceção; um texto de caráter histórico. Euclides da Cunha abusa de contrastes e utiliza uma retórica quase sublime, isso se notarmos o número de adjetivos e hipérboles. Seu estilo é repleto de antíteses, dicotomias estruturais, comparações e ênfases. Na parte sobre a terra, o texto parece fazer barulho, emitir sons, tal o efeito narrativo que o escritor consegue. (GARCIA, 2009: 41.)

Lúcia Garcia ressalta o caráter híbrido da obra que alia a abundância de “adjetivos” com as “comparações” históricas para desembocar em estilo de “retórica quase sublime”, em época que ser jornalista era escrever para jornal<sup>94</sup> ( $P_4$ ). Euclides da Cunha não seguiu qualquer padrão, tomando emprestado teorias científicas para produção de texto empírico. Abreu (1998: 367) anota que “obra de peso, científica”, como *Os sertões*, “só podia ser encontrada em autores e livros estrangeiros”. No Brasil, até então, ninguém tinha ousado fundir literatura (publicar em livro) e ciência (baseado na realidade concreta), pois não sabia em que resultaria dessa experiência.

Parte da originalidade de *Os sertões* está em ter sido confeccionado sob as lentes de repórter. “A obra não apenas era diferente de tudo o que havia sido escrito sobre a Guerra de Canudos”, examina Abreu (1998: 381), “como era diferente de tudo o que havia sido escrito até aquele momento”. De tão inovador para o jornalismo, carente de teorização à época, Euclides da Cunha foi um precursor na acepção do termo: aquele que “dá origem”, “anuncia

---

<sup>94</sup> Humberto Peregrino (1983: 36) considera que, no sentido da agilidade do jornalismo moderno, “Euclides da Cunha não era” um jornalista: “era lento na produção intelectual, porque reflexivo” e “sua redação era trabalhada laboriosamente”.

algo de novo” e “se antecipa a algo”, de acordo com o Dicionário Online de Português (2019). E por isso, foi visto como “gênio”, quando em verdade juntava literatura (livro) e ciência (amparo teórico) para construir discurso jornalístico (realidade)<sup>95</sup>.

Assim como a obra [*Os sertões*] é considerada original por não estar ligada a nenhuma escola, nenhuma corrente, nenhum estilo conhecido, o escritor também passou a ser visto como único na medida em que não participava de nenhum grupo, nenhuma escola, nenhuma tendência na literatura. Euclides foi reverenciado enquanto superdotado, um gênio, que foi além de sua própria época. [...]

Seu estilo é original e natural, ele [*Euclides da Cunha*] escreve o que vem de dentro, como sente. Entretanto, Euclides procura diferenciar-se do escritor guiado apenas por sua subjetividade. Para isso, examina a realidade exterior com as lentes da ciência, procura o distanciamento. (ABREU, 1998: 378/9.)

No encerramento da nota à 2ª edição, Euclides da Cunha reforça, uma vez mais, o tom de verdade de *Os sertões*. Ressalta que, tal qual o grego Tucídides (TUCÍDIDES *apud* CUNHA, 2016: 560) ao escrever sobre a Guerra do Peloponeso, produziu um livro “sem dar crédito às primeiras testemunhas”, “nem às minhas próprias impressões”. E que a centralidade da obra está nas fontes de informações da qual fez uso ( $[P_1, P_2, P_3] \leftarrow P_8$ ), “narrando apenas os acontecimentos de que fui espectador ou sobre quais tive informações seguras”. Ora, para que o jornalismo elabore “discursos reais”, como sempre nos lembram Charron e Bonville (2016: 31), tem que estar apoiado na “coleta”, um dos vértices do tripé básico.

Edvaldo Pereira Lima (2004: 52/8) criou classificações para enquadramento dos livros-reportagem. Em nossa visão, *Os sertões* se encaixa no meio termo entre “livro-reportagem-depoimento” e “livro-reportagem-ensaio”, uma vez que “reconstitui acontecimento relevante, de acordo com a visão de um participante”, e conta com “a presença muito evidenciada do autor”, respectivamente. Isto é, mesmo que já exibisse métodos que anunciavam um novo jornalismo que estava por vir, possuía características próprias ao paradigma vigente à época. Assim, opinião (subjetividade) e informação (objetividade) caminharam paralelamente na obra-prima de Euclides da Cunha, como explicitado a seguir:

Reconstitui um acontecimento relevante, de acordo com a visão de um participante ou de uma testemunha privilegiada. Pode ser escrito pelo próprio envolvido ou por um profissional que compila o depoimento e elabora o livro. Apreende-se, daí, que o tom é passar ao leitor uma narrativa

---

<sup>95</sup> Abreu (1998: 369/40) acredita que o sucesso de Euclides da Cunha e “a consagração de *Os sertões*” podem ser lidos também “como expressão da vitória do mérito e do esforço pessoal em detrimento da lógica até então dominante, a do privilégio e da ‘sociedade da corte’”.

quente, com bastante clima de bastidores, movimentada. [*livro-reportagem-depoimento*].

Tem como forma a postura de ensaio, o que vale dizer, a presença muito evidenciada do autor e de suas opiniões sobre o tema conduzida de forma a convencer o leitor a compartilhar do ponto de vista do autor. O uso do foco narrativo na primeira pessoa é frequente no decorrer do livro. [*livro-reportagem-ensaio*] (LIMA, 2004: 52/8.)

E é isso que *Os sertões* apresenta: um relato fidedigno em livro, revestido de interesse público, construído a partir da experiência do autor (como correspondente do *Estadão*) e da apuração por meio de extensa pesquisa científica/documental (teórica e jornais/ordens do dia) e de captação de informações pela oralidade (ao participar de interrogatórios e diálogos), com objetivo de informar o leitor sobre a Guerra de Canudos (denunciar o massacre). Nessa perspectiva, a obra pode ser considerada livro-reportagem, possuindo elementos inovadores para o discurso jornalístico e contribuindo sobremaneira para a mutação do ‘jornalismo de opinião’ para o ‘jornalismo de informação’.

## CONCLUSÃO

Ao considerar o que foi tratado ao longo deste trabalho, percebemos que há pontos que carecem de unidade para melhor entendimento acerca dos resultados e há necessidade de apontar caminhos futuros para a continuidade da pesquisa, bem como abordar como assuntos aqui retratados dialogam com o jornalismo do nosso tempo. O foco em objeto específico elucidou questões, esmiúça problemáticas e abre horizontes de uma tal maneira que determinados aspectos deixam de ser tratados. Nos propusemos a sistematizar reflexões e a fixar posicionamentos no intuito de contribuir cientificamente para o desenvolvimento das pesquisas em jornalismo.

A imprensa na época da Guerra de Canudos, embora anunciasse a modernidade traduzida em avanço tecnológico e na busca pela verdade, simbolizada na capa do *Jornal do Brasil* (como vimos no **Capítulo 3**), não executava o ‘jornalismo de informação’ propugnado. A prática foi sofrendo transformações que se tornariam mutações perceptíveis somente anos depois. O doutrinário, acompanhado do anonimato dos textos, é a melhor evidência que se vivia a fase do ‘jornalismo de opinião’. Em verdade, traços desse período são vistos até hoje no jornalismo brasileiro, frequentemente sob ameaça da censura ou da ‘influência’ do poder constituído. Antes como hoje, são chagas que seguem rondando.

Em tempos obscuros como estes, no qual a multiplicidade de discursos do ‘jornalismo de comunicação’ transforma versões individuais em verdades absolutas, o trecho do editorial do *JB* de mais de um século atrás nos faz pensar: “Uma notícia abala mais o governo do que 30 artigos e 30 artigos não dão ao jornal a tiragem que uma notícia proporciona”. Sob roupagem distinta, estamos a regredir no tempo e, via redes sociais, ingressar de novo no mundo dos ‘pasquins’, naquela distante fase da ‘imprensa personificada’. O jornalismo veiculado pelos meios de comunicação vem se tornando obsoleto aos olhos de boa parte da sociedade, apesar de sua importância social para a democracia.

A correspondência de guerra de Euclides da Cunha certamente marcou ‘novos métodos da imprensa’, porém deixou latente um paradoxo: ao tempo que verificava *in loco* o desenrolar dos acontecimentos, buscando uma suposta objetividade, pendia declaradamente a um dos lados em conflito, descambando para uma espécie de ‘publicidade institucional’. Se naquele tempo era o comportamento consciente de ‘torcida’, hoje o jornalismo de guerra padece do mal da falta de condições para o seu exercício. A imprensa ou se ‘acostuma’ a

defender os interesses de quem lhe protege em zona de conflito ou simplesmente não tem chance de sequer ir ao *front*.

Ao presenciar a guerra, Euclides da Cunha aprendeu mais sobre Canudos do que a literatura que leu. A guerra dos antagonismos lhe ensinou que, no jornalismo, a verdade vale mais do que a crença, o interesse público mais do que interesses ideológicos, do público e do jornal. Três etapas indicam a transformação da postura do autor perante os fatos: (1) antes de embarcar aos sertões, defensor irremediável dos militares, nos artigos *A nossa Vendeia*; (2) durante a permanência na Bahia, laboratório de experiência que foi modificando a visão sobre os sertanejos, na correspondência de guerra para o *Estadão*; e (3) findada a contenda, interpretando tudo que vivenciou, no texto de *Os sertões*.

Se aprendeu, Euclides da Cunha também ensinou ao jornalismo, especialmente por se permitir a mudança de opinião diante de preconceitos já arraigados. Era uma pessoa quando chegou aos sertões em agosto em 1897 e saiu outra quando retornou a São Paulo em outubro. Esta é uma premissa básica de todo bom jornalismo: deixe os ‘rótulos em casa’ e ‘vá às ruas’ de coração a aberto para contar a história das pessoas e não a ‘sua história sobre as pessoas’. Embora obviada, em pleno século XXI nos deparamos com a segmentação acelerada na produção de conteúdo, com profissionais produzindo a ‘sua verdade’ e o público procurando conteúdo de acordo com ‘sua visão de mundo’.

A Guerra de Canudos evidenciou as funções dos meios de comunicação. A massiva cobertura jornalística publicada diariamente trouxe os combates sertanejos para a atualidade da população do Rio de Janeiro, São Paulo e Salvador. A qualquer notícia sobre a revolta liderada por Antônio Conselheiro, a reação era imediata, seja no parlamento, seja nas instituições (vide o fechamento das escolas no Rio, enlutadas pela derrocada da 3ª Expedição, chefiada pelo coronel Moreira César). Era a primeira vez no Brasil que tamanha repercussão se desenrolava simultaneamente ao avanço do evento em si. Walnice Nogueira Galvão pondera que a imprensa “orquestrou” a visão sobre Canudos.

Antes, o contrário: o contexto brasileiro produziu os discursos pró-republicanos, em particular dos oito periódicos que cobriram a guerra *in loco*. Os profissionais, os jornais e os leitores compuseram uma trinca que afastava a chance de coberturas independentes. Estavam ali a “prestar serviços à República”, como adiantou o diretor do *Estadão*, Júlio de Mesquita, em carta endereçada ao então presidente Prudente de Moraes. O silêncio frente ao extermínio dos presos indica a que interesses respondiam. O fim da guerra foi comemorado sem que se

conhecesse seu desfecho, funcionando o primado do meio sobre o conteúdo, como teoriza Luiz Cláudio Martino acerca das funções midiáticas do jornal.

O convívio de elementos opinativos e também informativos no texto da correspondência de Euclides da Cunha, ao final, tende mais aos primeiros. Não se tratava de opinião para compreender melhor a realidade, interpretando-a, algo estimulado pelo paradigma vigente à época. A opinião lida na maior parte das reportagens do *Estadão* se apoia nos estereótipos estabelecidos. Nesse caso, a opinião virou julgamento, reforçado pelo testemunho jornalístico que surgia para, em vez de doutrinar, se aproximar da realidade. É emblemático que o término da cobertura de Canudos tenha ocorrido em curtíssimo telegrama que mais lembrava a fase do ‘jornalismo de transmissão’.

A peça jornalística de *Os sertões* em nada lembra as reportagens publicadas no *Estadão*, à exceção da temática, a Guerra de Canudos, e da experiência testemunhal, no ano de 1897, serem as mesmas. Livro e jornal caminharam para lados opostos, sob a pena de igual autor, Euclides da Cunha. Galvão acerta ao ressaltar que a folha é no máximo embrião da obra, em dimensão modesta. *Os sertões* é livro-reportagem de denúncia e em tudo difere do tripé básico (‘produção’, ‘coleta’ e ‘formatação’) da cobertura de cinco anos antes. O objetivo é também outro: a partir do entendimento profundo dos sertões, seu ambiente e sua gente, detalhar a “crônica da guerra”, dos antecedentes ao término.

No livro, os valores se invertem e o conteúdo vale mais do que o meio. Euclides da Cunha lança *Os sertões* em meio ao incandescente debate entre o fazer literatura e o fazer ciência. Se curvando a “evidência viril dos fatos”, como alerta Franklin de Oliveira, constrói o livro pelo atalho do jornalismo: requintes literários, próprios ao meio de comunicação livro à época, e dotes científicos, marcando que não estava a produzir literatura. O maior apontamento no sentido de que não se trata de pura ciência é que o livro segue como referencial, vivíssimo, apesar do desuso das teorias afiançadas por Euclides da Cunha, a partir das críticas sociológicas de Gilberto Freyre.

Não há abstração em *Os sertões*, componente típico da ciência. Há história concreta sobre uma temática a qual Euclides da Cunha cerca de todos os lados: pela experiência própria (testemunho), teorizada ou vivenciada por terceiros (pesquisa) e compartilhada por protagonistas das ações (entrevista). A representatividade do livro está no acontecimento real e na abordagem testemunhal-histórica-científica, que ansiava tratar da completude daquela ocorrência e, saindo-se exitoso, alçou obra/autor a patamar superior àquele geralmente

reservado ao evento em si e seus personagens. *Os sertões* e Euclides da Cunha têm a mesma força – ou até maior – do que a Guerra de Canudos e Antônio Conselheiro.

Isso se deve, aliado às inovadoras condições e usos do tripé básico do jornalismo – ‘produção’, ‘coleta’ e ‘formatação’ –, a obra ter sido editada em livro, meio de comunicação com funções específicas e diferentes em relação à imprensa. *Os sertões* é, a um só tempo, atualidade e memória. Trouxe para a atualidade o assunto no momento que o livro alcançou alta vendagem, sendo recepcionado simultaneamente por grande número de leitores, e, por meio do processo de periodização, foi reeditado inúmeras vezes, renovando seu entendimento a partir de leituras realizadas em contextos distintos. Restou também preservado materialmente como memória que nos chega aos dias de hoje após mais de 100 anos de seu lançamento, sendo considerado o ‘livro número 1’ do Brasil.

A obra carrega valores caros ao jornalismo moderno, pouco usuais para a época, que vão além da produção em livro, que se mostrou tão ou mais jornalística do que a prática da própria imprensa, à época. *Os sertões* pode ser tido como precursor, em primeiro lugar, em razão da independência sob a qual foi escrito. A autonomia do autor sobre o conteúdo, sem ingerência externa de nenhuma ordem, revela-se algo inovador e característico do livro-reportagem. Em segundo lugar, em razão da objetividade manifesta no discurso textual, preocupado essencialmente com a realidade, que chega a cometer ‘exageros científicos’ no trilho de seguir a cartilha Taine e Tucídides.

Em terceiro lugar, a obra se mostra precursora em razão do trato humanizado. *Os sertões* se refere a pessoas de ‘carne e osso’, reais, só alcançado anteriormente no Brasil por intermédio da ‘literatura regional’. Na fase opinativa, o jornalismo se configurava como arena para o debate de ideias, sobretudo acerca da política e economia. Nos parece salutar reproduzir uma das mais importantes humanizações de *Os sertões* que está no perfil de Antônio Conselheiro. Euclides da Cunha rememora a origem, a partir de 1833, marcada pela rivalidade entre as famílias Maciel e Araújo, e vai até a chegada do líder a Canudos, acompanhado de uma legião de fiéis.

[...] De repente, surge-lhe [a Antônio Conselheiro] revés violento. O plano inclinado daquela vida em declive termina, de golpe, em queda formidável. Foge-lhe a mulher, em Ipu, raptada por um policial. Foi o desfecho. Fulminado de vergonha, o infeliz procura o recesso dos sertões, paragens desconhecidas onde lhe não sabiam o nome; o abrigo da absoluta obscuridade. [...]



Tornou-se logo alguma coisa de fantástico ou mal-assombrado para aquelas gentes simples. Ao abeirar-se das rancharias dos tropeiros aquele velho singular, de pouco mais de trinta anos, fazia que cessassem os improvisos e as violas festivas. [...]

Dos sertões de Pernambuco passou aos de Sergipe, aparecendo na cidade de Itabaiana em 1874.

Ali chegou, como em toda a parte, desconhecido e suspeito, impressionado pelos trajes esquisitos – camisolão azul, sem cintura; chapéu de abas largas, derrubadas; e sandálias. [...]. Vivia de esmolas, das quais recusava qualquer excesso, pedindo apenas o sustento de cada dia. [...] (CUNHA, 2016: 154/6.)

Esta pesquisa pode ser desdobrada em estudos futuros que levem em conta os valores de ‘independência’, ‘objetividade’ e ‘humanização’ na obra de Euclides da Cunha em relação a, pelo menos, outros três livros sobre a Guerra de Canudos, lançados à época: *Os jagunços*, de Afonso Arinos, *O rei dos jagunços*, de Manuel Benício, e *História de Canudos*, de Favila Nunes. Cabe também exame mais detalhado, sob o viés do jornalismo, acerca da contribuição dos discursos dos demais correspondentes de guerra que estiveram em Canudos e publicaram em seus periódicos. Os textos são conhecidos, porém não há registro de comparação analítica entre si.

De igual modo, uma linha potente de estudo está na rica trajetória do jornalismo brasileiro de guerra, ainda desconhecida historicamente e aqui somente esboçada. Pode-se desenhar amplo painel a contribuir para a ‘História da Imprensa’, por meio do resgate de vestígios materiais de jornais e livros. Na contemporaneidade, um interessante flanco é correlacionar o arcabouço teórico retratado neste trabalho na busca do entendimento acerca da função do meio de comunicação livro sob as regras do ‘jornalismo de comunicação’. Há ainda, por explorar, a perspectiva da prática do jornalismo de guerra na atualidade, a partir das mutações que a própria ocorrência da guerra vem sofrendo nos últimos anos.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABREU, Regina. **O enigma de *Os sertões***. Rio de Janeiro: Funarte/Rocco, 1998.
- ALENCAR, José de. **Iracema**. São Paulo: Melhoramentos, 2012.
- ALVES, Castro. **O navio negreiro**. São Paulo: Melhoramentos, 2013.
- AMADO, Jorge. **Capitães de areia**. São Paulo: Companhia das Letras. 2009.
- \_\_\_\_\_. **Mar morto**. São Paulo: Companhia das Letras. 2008.
- \_\_\_\_\_. **Hora da guerra**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- ANDERSON, Jon Lee. **A queda de Bagdá**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2005.
- ANDRADE, Luis Edgar. **Bao chi, bao chi**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002.
- ANDRADE, Mário de. **Macunaíma**. Edição especial Flip 2015. São Paulo: Nova Fronteira, 2015.
- ANDRADE, Olímpio de Souza. Introdução. In: CUNHA, Euclides da. **Canudos e outros temas**. Brasília: Senado Federal, 2003.
- ARENDDT, Hannah. **Eichmann em Jerusalém**. Um relato sobre a banalidade do mal. São Paulo: Companhia das Letras. 1999.
- ARINOS, Afonso. **Os jagunços**. Disponível em: <<https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/924>>. São Paulo: Tipografia do Comércio de São Paulo, 1898.
- ASSIS, Joaquim Maria Machado de. **Dom Casmurro**. São Paulo: Martin Claret, 2010.
- \_\_\_\_\_. **Memórias póstumas de Brás Cubas**. São Paulo: Martin Claret, 2002.
- ASSUNÇÃO, Mathias Röhrig. História do Balaio: historiografia, memória oral e as origens da balaiada. In: **Revista da Associação Brasileira de História Oral**. São Paulo, 1998. Disponível em: <<http://www.revista.historiaoral.org.br/>>. Acesso em: 24 jan. 2011.
- AZEVEDO, Sílvia Maria. **Badaladas do Dr. Semana, por Machado de Assis**. Crônicas de Machado de Assis, tomos I e II. São Paulo: Nankin Editorial, 2019.
- \_\_\_\_\_. **Manuel Benício: um correspondente da Guerra de Canudos**. *Revista USP n° 54*. São Paulo: USP, junho/agosto de 2002. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/revusp/article/viewFile/35223/37944>>. Acesso em: 2 fev. 2012.
- BAHIA, Juarez. **História, jornal e técnica**. História da imprensa brasileira. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009.

BARBOSA, Marialva. **História cultural da imprensa**. Brasil: 1900-2000. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

BEAUMONT, Peter. **A vida secreta da guerra**. Os paradoxos do moderno jornalismo de guerra na voz de quem cobriu os conflitos de perto. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

BELO, Eduardo. **Livro-reportagem**. São Paulo: Contexto, 2006.

BENÍCIO, Manoel. **O Rei dos Jagunços**. Chronica histórica e de costumes sertanejos sobre os acontecimentos de Canudos. Rio de Janeiro: Typ. do Jornal do Commercio de Rodrigues & C., 1899.

BRAGA, Rubem. **Crônicas da guerra na Itália**. Rio de Janeiro: Record, 1986.

BULHÕES, Marcelo. **Literatura e jornalismo em convergência**. São Paulo: Ática, 2007.

CAMINHA, Pero Vaz. **A Carta de Pero Vaz de Caminha**. Disponível em: <[http://objdigital.bn.br/Acervo\\_Digital/livros\\_eletronicos/carta.pdf](http://objdigital.bn.br/Acervo_Digital/livros_eletronicos/carta.pdf)>. Acesso em: 14 dez. 2010.

CALASANS, José. **Favila Nunes, repórter em Canudos**. Disponível em: <<http://josecalasans.com/downloads/artigos/41.pdf>>. Acesso em: 1º dez. 2019.

CANDIDO, Antonio. **Formação da literatura brasileira**. Momentos decisivos 1750-1880. Rio de Janeiro: Ouro sobre azul, 2007.

CASTRO, Ruy. **Estrela Solitária**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

CAVALCANTI, Klester. **Dias de inferno na Síria**. São Paulo: Benvirá, 2012.

CAVALCANTI-CUNHA, Maria Jandyra. **Carta aberta a um internauta**. Observatório da Imprensa, 2010. Disponível em: <<https://teste.observatoriodaimprensa.com.br/jornal-de-debates/carta-aberta-a-um-internauta/>>. Acesso em: 17 de jul. 2018.

\_\_\_\_\_. **Diário com sangue**. Ação e reflexão em narrativas jornalísticas de guerra. In: Elga Laborde Perez; Maria Luisa Ortiz Alvarez. (Org.). *Dimensão temporal e espacial na linguagem e na cultura latino-americana*. Campinas: Pontes, p. 399-413, 2013.

\_\_\_\_\_. **História com tinta, voz e sangue**. Narrativas na correspondência de guerra do século XX. In: Pereira, Fábio Henrique; Adghini, Zélia Leal; Moura, Dione Oliveira. O. *Jornalismo e sociedade*. Teorias e metodologias. Florianópolis: Insular, 2012a (2011).

\_\_\_\_\_. **Bomba de Hiroshima**: um clarão no jornalismo. In: BORA, Zélia Monteiro; BORA, Sarita Monteiro; LOPES, Paulo Aldemir Delfino (Orgs.). *As linguagens da natureza e suas representações*. Anais do I Congresso Internacional de Literatura e Ecocrítica, João Pessoa: UFPB, 2012c, p. 532-540.

\_\_\_\_\_. **Literatura e jornalismo na guerra de Agnès.** *Anais do XIV Seminário Nacional Mulher e Literatura/V Seminário Internacional Mulher e Literatura*, Universidade de Brasília, 2011, publicado em jan. 2012. Disponível em: <[http://www.telunb.com.br/mulhereliteratura/anais/wp-content/uploads/2012/01/maria\\_jandyra\\_cunha.pdf](http://www.telunb.com.br/mulhereliteratura/anais/wp-content/uploads/2012/01/maria_jandyra_cunha.pdf)>. Acesso em: 2 fev. 2012c.

\_\_\_\_\_. **O uso do diário na pesquisa etnográfica da sala de aula de português como segundo L2.** *Cadernos de Linguagem e Sociedade*, v. 3, n° 2, p. 72-83, 1999 (1997). Disponível em: <<http://www.red.unb.br/index.php/les/article/view/1304>>. Acesso em: 14 nov. 2011b.

CAVALCANTI-CUNHA, Maria Jandyra; CORRÊA, Vítor de Abreu. **Os sertões: de correspondência de guerra a livro-reportagem.** *Revista FSA*, Teresina, PI, v. 16, p. 75-98, 2019a.

\_\_\_\_\_. **Atualidade e memória na correspondência de guerra: dicotomia ou complementariedade?** *Anais do XIX Congresso de Ciências da Comunicação na Região Centro-Oeste (Intercom)*, Cuiabá/MT, 2017. Disponível em: <[http://portalintercom.org.br/anais/centrooeste2017/lista\\_area\\_DT01.htm](http://portalintercom.org.br/anais/centrooeste2017/lista_area_DT01.htm)>. Acesso em: 20 out. 2019b.

\_\_\_\_\_. **Interculturalidade na narrativa de Guerra dos Sertões.** *Revista Intercâmbio dos Congressos de Humanidades*. Brasília: Universidade de Brasília, 2015 Disponível em: <[http://unb.revistaintercambio.net.br/sys/conteudo/visualiza\\_lo18.php?pag=;revistaintercambioA;paginas;visualiza\\_lo18&cod=11714](http://unb.revistaintercambio.net.br/sys/conteudo/visualiza_lo18.php?pag=;revistaintercambioA;paginas;visualiza_lo18&cod=11714)>. Acesso em: 11 nov. 2019c.

\_\_\_\_\_. **A guerra *in loco*: o caráter testemunhal da narrativa jornalística na Guerra dos Canudos.** *Revista Intercâmbio dos Congressos de Humanidades*. Brasília: Universidade de Brasília, 2013 Disponível em: <[http://unb.revistaintercambio.net.br/sys/conteudo/visualiza\\_lo18.php?pag=;revistaintercambioA;paginas;visualiza\\_lo18&cod=11704](http://unb.revistaintercambio.net.br/sys/conteudo/visualiza_lo18.php?pag=;revistaintercambioA;paginas;visualiza_lo18&cod=11704)>. Acesso em: 10 nov. 2019d.

\_\_\_\_\_. **Correspondência de ‘guerra’ no Brasil: uma perspectiva histórica.** Congresso ALAIC 2018, San José, Costa Rica. Disponível em: <<https://www.alaic.org/site/congresso-alaic-2018/>>. Acesso em: 15 dez. 2018.

\_\_\_\_\_. **Gêneros em guerra:** estudo sobre a narrativa jornalística em conflitos internacionais. *Anais do VI Simpósio Internacional de Estudos dos Gêneros Textuais (Siget)* Natal/RN: Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2011. Disponível em: <<https://docplayer.com.br/43162828-Generos-em-guerra-estudo-sobre-a-narrativa-jornalistica-em-conflitos-armados.html>>. Acesso em: 10 fev. 2012.

\_\_\_\_\_. **O lugar de fala de Taunay.** Um estudo sobre enquadramento da narrativa na Guerra do Paraguai. *Revista Intercâmbio dos Congressos de Humanidades*, 2011. Disponível em: <<http://2014.revistaintercambio.net.br/24h/pessoa/temp/anexo/1/1250/2052.pdf>>. Brasília: Universidade de Brasília, 2011a.

CAVALCANTI-CUNHA, Maria Jandyra; CORRÊA, Vítor de Abreu; RENAUT DA SILVA, Dácio. **Periodismo como ‘rastro significativo’ em la reconstrucción histórica.** *Comunicaciones em Humanidades*. Santiago, Chile: UMCE, p. 29-44, 2017.

CHARRON, Jean; BONVILLE, Jean de. **Natureza e transformação do jornalismo**. Florianópolis: Insular; Brasília: FAC Livros, 2016.

CORRÊA, Vítor de Abreu. **Os diários de Taunay e Euclides da Cunha**. Um estudo sobre o início da correspondência de guerra no Brasil. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social). Programa de Pós-graduação em Comunicação, Universidade de Brasília, orient. Maria Jandyra Cavalcanti Cunha, 2012a.

\_\_\_\_\_. **A narrativa de Canudos**: o diário de Euclides da Cunha. In: MOTA, Célia Ladeira; MOTTA, Luiz Gonzaga; e CAVALCANTI-CUNHA, Maria Jandyra. *Narrativas Midiáticas* (ISBN: 978-85-7474-606-7). Florianópolis: Insular, p. 119-157, 2012b.

CLÁUDIO CUNHA, Luiz. **As palavras da cerimônia**. In: CALVALCANTI-CUNHA, Maria Jandyra (org.). *Todos temos que lembrar*. A lição e a missão do jornalista. Brasília: editora UnB, 2013.

CLAUSEWITZ, Carl Van. **Da guerra**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010.

COSTA, Cristina. **Pena de aluguel**. Escritores jornalistas no Brasil – 1994-2004. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

COSTA, Hipólito José da. **Correio Braziliense**, vol. 1, de 1º de junho de 1808. Disponível em:  
<[http://objdigital.bn.br/acervo\\_digital/div\\_periodicos/correio\\_braziliense/correio\\_braziliense.htm](http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_periodicos/correio_braziliense/correio_braziliense.htm)>. Acesso em: 17 jun. 2016.

COSTELLA, Antônio. **O controle da informação no Brasil**. Rio de Janeiro: Vozes, 1970.

COUTINHO, Emílio. **Quais são os jornais de maior circulação no Brasil?** Disponível em:  
<<http://www.casadosfocas.com.br/quais-sao-os-jornais-de-maior-circulacao-no-brasil/>>. Acesso em: 5 jul. 2013.

CUNHA, Euclides da. **Os sertões**. Edição crítica e organização: GALVÃO, Walnice. Nogueira. São Paulo: Ubu Editora/Edições Sesc São Paulo, 2016.

\_\_\_\_\_. **Canudos e outros temas**. Brasília: Senado Federal, 2003.

\_\_\_\_\_. **Diário de uma expedição**. Org. GALVÃO, Walnice Nogueira. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

\_\_\_\_\_. **Contrastes e confrontos do Brasil**. LIMA, Luiz Costa (org.). Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.

\_\_\_\_\_. **À margem da história**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

DÁVILA, Sérgio; VARELLA, Juca. **Diário de Bagdá**. A guerra do Iraque segundo os bombardeados. Texto (Dávila) e imagens (Varella). São Paulo: DBA Artes Gráficas, 2003.

DICIONÁRIO DOS SIGNIFICADOS. (2019a) Disponível em: <[www.significados.com.br/metamorfose](http://www.significados.com.br/metamorfose)>. Acesso em: 26 dez. 2019.

DICIONÁRIO ONLINE DE PORTUGUÊS. (2019b) Disponível em: <[www.dicio.com.br](http://www.dicio.com.br)>. Acesso em: 26 dez. 2019.

DUMAS, Alexandre. **Memórias de Garibaldi**. Porto Alegre: L&PM, 2002.

EISENSTEIN, Elizabeth Lewisohn. **A revolução da cultura impressa**. Os primórdios da Europa Moderna. São Paulo: Ática, 1998.

ELEUTÉRIO, Maria de Lourdes. **Imprensa a serviço do progresso**. In: MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina. História da imprensa no Brasil. São Paulo: Contexto, p. 84-102, 2008.

EXTRA. **Isso não é normal**. Disponível em: <<https://extra.globo.com/casos-de-policia/guerra-do-rio/isso-nao-normal-21711104.html>>. Acesso em: 23 ago. 2017.

FAERMAN, Marcos. **A longa aventura da reportagem**. In: DANTAS, Audálio. *Repórteres*. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 1997.

FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e mudança social**. Brasília: editora da Universidade de Brasília, 2016.

FOLHA DE S. PAULO. **PCC ataca e mata policiais após transferências**. Edição de 13 de maio de 2006, ano 86, nº 28.164, Cotidiano, pp. C1. Disponível em: <<http://acervo.folha.uol.com.br/fsp/2006/05/13/15//5285647>>. Acesso em: 29 de ago. 2017.

FRANK, Anne. **O diário de Anne Frank**. Edição definitiva. FRANK, Otto; PRESSLER, Mirjam (org.). Rio de Janeiro: Record. 2003.

FREUD, Sigmund. **Escritos sobre a guerra e a morte**. Covilhã (Portugal), Universidade da Beira Interior: LusoSofia: press. Trad. Artur Morão, 2009. Disponível em: <[http://www.lusosofia.net/textos/freud\\_sigmund\\_da\\_guerra\\_e\\_da\\_morte.pdf](http://www.lusosofia.net/textos/freud_sigmund_da_guerra_e_da_morte.pdf)>. Acesso em: 3 abr. 2017.

FREYRE, Gilberto. **Atualidade de Euclides da Cunha**. Rio de Janeiro: Cada do Estudante do Brasil, 1943.

\_\_\_\_\_. **Casa Grande & Senzala**. São Paulo: Global. 2006.

FUSER, Igor (org.). **A arte da reportagem**. São Paulo: Scritta, 1996.

GALVÃO, Walnice Nogueira. **O império de Belo Monte**. Vida e morte de Canudos. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2001.

\_\_\_\_\_. **No calor da hora**. A Guerra de Canudos nos jornais. São Paulo: Ática, 1974.

\_\_\_\_\_. Introdução. In: CUNHA, Euclides da. **Diário de uma expedição**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

GARCIA, Lúcia. **Euclides da Cunha**. Escritor por acidente e repórter do sertão. São Paulo: Claro Engima, 2009.

GELLHORN, Martha. **A face da guerra**. São Paulo: Objetiva, 2009.

GROSSMAN, Vassily. **Um escritor na guerra**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008.

HALLEWELL, Laurence. **O livro no Brasil**: sua história. São Paulo: editora da Universidade de São Paulo, 1985.

HOMERO. **Ilíada**. São Paulo: Peguim Companhia, 2013.

\_\_\_\_\_. **Odisséia**. São Paulo: Peguim Companhia, 2011.

HERSEY, John. **Hiroshima**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

HERR, Michael. **Despachos do front**. São Paulo: Objetiva, 2005.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras. 1997.

HUMBERT, Agnès. **Resistência**. A história de uma mulher que desafiou Hitler. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

INNIS, Harold. **O viés da comunicação**. Petrópolis: Vozes, 2011.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA; FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Atlas da Violência 2017**. Disponível em <[www.ipea.gov.br/atlasviolencia/download/2/2017](http://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/download/2/2017)>. Acesso em: 10 de ago. 2017.

JORNAL DO BRASIL. Rio de Janeiro: Jornal do Brasil, ano LXXXIII, n. 158, p. 2, 13 set. 1973. Disponível em: <[http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=030015\\_09&pasta=ano%20197&pesq=Chile](http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=030015_09&pasta=ano%20197&pesq=Chile)>. Acesso em: 23 jun. 2016.

KNIGHTLEY, Philip. **A primeira vítima**: o correspondente de guerra como herói, propagandista e fabricante de mitos da Crimeia ao Vietnã. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1978.

KOSTCHO, Ricardo. **O repórter do século**. In: RIBEIRO, José Hamilton. *O repórter do século*, 2006.

KUHN, Thomas. **A estrutura das revoluções científicas**. São Paulo: Perspectiva, 1978.

LAGE, Nilson. **A reportagem**: teoria e técnica de entrevista e pesquisa jornalística. Rio de Janeiro: Record, 2011.

- \_\_\_\_\_. **Estrutura da notícia**. São Paulo: Ática, 2006.
- LAPIERRE, Dominique; COLLINS, Larry. **Esta noite a liberdade**. São Paulo: Difel, 1976.
- LEMOS, Maria Alzira Brum. **O doutor e o jagunço**. Ciência, mestiçagem e cultura em *Os sertões*. Marília: Luminar, 2000.
- LEWIS, John. (org). **O grande livro do jornalismo**. Rio de Janeiro: José Olympio, 2008.
- LEVI, Primo. **É isto um homem?** Rio de Janeiro: Rocco, 1988.
- LIMA, Alceu Amoroso. **Jornalismo como gênero literário**. Rio de Janeiro: Agir Editora, 1960.
- LIMA, Edvaldo Pereira. **Páginas ampliadas**. O livro-reportagem como extensão do jornalismo e da literatura. Campinas: Editora da Unicamp, 2004.
- LIMA, Luiz Costa. **Introdução**. In: CUNHA, Euclides da. *Contrates e confrontos do Brasil*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.
- LUSTOSA, Isabel. **Insultos impressos**. A guerra dos jornalistas na Independência 1821-1823. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- MACEDO, Joaquim Manuel. **A moreninha**. São Paulo: Saraiva, 2008.
- MACEDO, José Rivair; MAESTRI, Mário. **Belo Monte, uma história da Guerra de Canudos**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.
- MADALENA, Maria Rodrigues. **Fronteiras da narrativa**. Ficção, história, testemunho. Tese de doutoramento. Programa de Pós-graduação em Literatura, Universidade de Brasília, Orientadora: Ana Vicentini de Azevedo, 2006.
- MARTINO, Luiz Cláudio. **O que é meio de comunicação?** Uma questão esquecida. Anais da IV Conferência ICA América Latina. Brasília: Universidade de Brasília, 2014. Disponível em: <ica2014.com.br>. Acesso em: 17 de set. 2016.
- \_\_\_\_\_. **Télévision et Conscience**. Tese (Doutorado em Sociologia). Tradução livre do autor. Université Paris Descartes, Paris 5, França, orient. Michel Maffesoli, 1997.
- MCLUHAN, Marshall. **Os meios de comunicação como extensões do homem**. São Paulo: Pensamento-Cultrix, 1969.
- MELLO, Evaldo Cabral (org.). **O Brasil holandês**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- MELO, José Marques. **Gêneros jornalísticos no Brasil: o estado da arte**. Apresentado durante o XXXII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Curitiba, Paraná, 2009. Disponível em: <www.intercom.org.br/papers/nacionais/2009/resumos/R4-07631.pdf>. Acesso em: 29 de jun. 2011.



\_\_\_\_\_. **A opinião no jornalismo brasileiro**. Petrópolis: Vozes, 1985.

MESQUITA, Ruy. **Páginas da história: O Estado de S. Paulo**. São Paulo: O Estado de S. Paulo, 2000.

MOLINA, Matías. **História dos jornais no Brasil**. Da era colonial à Regência (1500-1840). São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

MORAIS, Fernando. **Olga**. São Paulo: Companhia das Letras: 1993.

MOREIRA, Manoel Henrique Tavares. **Do partidarismo à informação**. As mudanças estruturais no jornalismo brasileira e a formação dos impérios midiáticos. Tese de doutorado inédita. Programa de Pós-graduação em Comunicação. Universidade de Brasília, Orientador: Luiz Martins da Silva, 2015.

MORSE, Richard McGee. **O espelho de Próspero**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

MOTTA, Luiz Gonzaga. **Narratologia**. Análise da narrativa jornalística. Brasília: Casa das Musas, 2005.

NASSIF, Luis. **Os 10 jornais mais lidos na Internet, segundo o IVC**. Coluna *Luis Nassif On-line*. Disponível em: <<http://jornalggn.com.br/fora-pauta/os-10-jornais-mais-lidos-na-internet-segundo-o-ivc>>. Acesso em: 23 mar. 2014.

NUNES, Favila. **História de Canudos**. Guerra de Canudos, narrativa histórica por J.P. Favila Nunes, correspondente especial da *Gazeta de Notícias* junto às forças em operações nos sertões da Bahia. Fascículo nº 3, v. I, Rio de Janeiro: Typografia Moraes, 1898.

O ESTADO DE S. PAULO. **Edição de 1º de dezembro de 1902**, ano XXVIII, nº 8.769. Disponível em: <<http://acervo.estadao.com.br>>. Acesso em: 2 jan. 2020a.

\_\_\_\_\_. **Edição de 25 de outubro de 1897**, ano XXIII, nº 8.918. Disponível em: <<http://acervo.estadao.com.br>>. Acesso em: 2 jan. 2020b.

PANIAGO, Paulo. **Um retrato interior**. O gênero perfil nas revistas *The New Yorker* e *Realidade*. Tese de doutorado inédita. Programa de Pós-graduação em Comunicação. Universidade de Brasília, orient. Luiz Gonzaga Motta e Maria Jandyra Cavalcanti-Cunha, 2008.

PEREGRINO, Humberto. **O exercício singular da comunicação na vida e na obra de Euclides da Cunha**. Fortaleza: Biblioteca Tempo Universitário, 1983.

PROJETO PORTINARI. **Retrato de Euclides da Cunha**. (2002) Disponível em: <<http://www.portinari.org.br/#/acervo/obra/4130/detalhes>>. Acesso em: 27 fev. 2020.

REED, John. **Dez dias que abalaram o mundo**. A história de uma revolução. São Paulo: Ediouro, 2002.

REMARQUE. Erich Maria. **Nada de novo no front**. Porto Alegre: L&PM, 2014.

- REVERTE, Arturo Pérez. **O pintor de batalhas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- RIBEIRO, J. H. Bom dia, Bagdá. *In*: DÁVILA, Sérgio; VARELLA, Juca. **Diário de Bagdá: a guerra do Iraque segundo os bombardeados**. Texto (Dávila) e imagens (Varella). São Paulo: DBA Artes Gráficas, 2003.
- RIBEIRO, José Hamilton. **O repórter do século**. São Paulo: Geração Editorial, 2006.
- \_\_\_\_\_. **O gosto da guerra**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2005.
- \_\_\_\_\_. **O gosto da guerra**. São Paulo: Brasiliense, 1969.
- \_\_\_\_\_. **Guerra é assim**. *In*: Realidade, ano III, nº 27, junho de 1968. São Paulo, editora Abril, 1968a.
- \_\_\_\_\_. **Eu estive na guerra**. *In*: Realidade, ano III, nº 26, maio de 1968. São Paulo, editora Abril, 1968b.
- RIO, João. **O momento literário**. São Paulo: Criar Edições, 2006.
- ROMANCINI, Richard; LAGO, Cláudia. **História do jornalismo no Brasil**. Florianópolis: Insular, 2007.
- ROSA, João Guimarães. **Grande sertão: veredas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- SANDRONI, Cícero. **180 anos do Jornal do Commercio – 1827-2007: de D. Pedro I a Luiz Inácio Lula da Silva**. Rio de Janeiro: Quorum Editora, 2007.
- SILVA, Carlos Alberto Pinto. **Guerra híbrida: nova via violenta para a tomada do poder**. Disponível em: <<http://www.defesa.org.br/3-Guerra%20H%C3%ADbrida%20-%202008-10-2016%20-%20Acad%C3%AAmico%20Pinto%20Silva.pdf>>. Acesso em: 16 ago. 2017.
- SILVEIRA, Joel. **O inverno da guerra**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2005.
- SETTI, Ricardo. **Conversas com Vargas Llosa**. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- SODRÉ, Nelson Werneck. **História da imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.
- SOLA, José Antônio. **Canudos: uma utopia no sertão**. São Paulo: Contexto, 1997.
- TAUNAY, Alfredo d'Escragno. **Inocência**. São Paulo: Melhoramentos, 2012.
- \_\_\_\_\_. **Diário do Exército**. Campanha do Paraguai 1869-1870. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2002.
- \_\_\_\_\_. **A retirada da Laguna**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- \_\_\_\_\_. **Memórias**. São Paulo: Melhoramentos, 1946.

- TREGASKIS, Richard. **Diário de Guadalcanal**. São Paulo: Objetiva, 2005.
- TUCHMAN, Bárbara Wertheim. **Canhões de agosto**. Rio de Janeiro: Bibliex, 1998.
- TUCÍDIDES. **História da guerra do Peloponeso**. Brasília: UnB, 1987.
- TZU, Sun. **A arte da guerra**. Petrópolis: Vozes, 2014.
- VARGAS, J. **Crimes de maio de 2006**. Os + de 500 assassinatos no revide aos ataques do PCC em São Paulo. Editora: Edição da Autora, 2015.
- VARGAS, Mario Llosa. **A guerra do fim do mundo**. São Paulo: Alfaguara, 2008.
- VASCONCELLOS, Humberto. **Eu vi La Moneda ser destruído**. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro: Jornal do Brasil, ano LXXXIII, n. 157, p. 3, 12 set. 1973. Disponível em: <[http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=030015\\_09&pasta=ano%20197&pesq=Chile](http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=030015_09&pasta=ano%20197&pesq=Chile)>. Acesso em: 23 jun. 2016.
- VEJA. **Golpe e violência em Santiago**. São Paulo: Editora Abril, n. 263, 19 set. 1973. Disponível em: < <https://acervo.veja.abril.com.br/#/edition/34290>>. Acesso em: 23 jun. 2016a.
- \_\_\_\_\_. **Dias incertos em Santiago**. São Paulo: Editora Abril, n. 264, 26 set. 1973. Disponível em: < <https://acervo.veja.abril.com.br/#/edition/34289>>. Acesso em: 23 jun. 2016b.
- VENTURA, Zuenir. **1968, o ano que não terminou**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2018.
- WEBER, Max. **Fundamentos da sociologia**. Porto: Rés, 1983.